

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

RAFAELA CARVALHO PINHEIRO

TRABALHO, TERRA E CAPITAL NO SUL DE MINAS EM TRANSIÇÃO

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

TRABALHO, TERRA E CAPITAL NO SUL DE MINAS EM TRANSIÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em História Econômica.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Suarez Lopes.

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Pt Pinheiro, Rafaela Carvalho
Trabalho, terra e capital no Sul de Minas em
transição / Rafaela Carvalho Pinheiro ; orientadora
Luciana Suarez Lopes. - São Paulo, 2017.
187 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Econômica.

1. História econômica. 2. História regional. 3.
Sul de Minas Gerais. 4. Transição para o capitalismo.
I. Lopes, Luciana Suarez, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

É sempre difícil garantir o agradecimento a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente para o início, desenvolvimento e conclusão dessa caminhada. A memória ingrata falha ainda mais nesse processo de finalização da jornada. Por isso desde já peço perdão se desconsiderarei alguém.

Primeiramente, quero agradecer à Luciana Suarez Lopes, minha orientadora, por ter sido uma excelente mãe acadêmica. Obrigada pelo apoio, pela prontidão, pelos cafés e conversas, pela paciência, obrigada pela amizade e pela resolução dos meus problemas, obrigada pelo computador emprestado e pelos esforços de me ajudar a comprar outro, obrigada pelos risos e pensamentos positivos. Obrigada por fazer tudo parecer fácil. E possível. Obrigada também pela qualidade das contribuições para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço também aos professores que a Unifal me proporcionou, por terem ajudado na construção do meu caminho até aqui. Em especial, quero agradecer à Isabella Jinkings, Henrique Wellen, e Thiago Gambi. Agradeço especialmente a Daniel Cosentino por sempre ter acreditado em mim, e a Alexandre Saes por ter me apresentado o mundo dos inventários, inclusive com bolsa para a coleta dos dados.

A Alexandre Saes agradeço ainda pelas valiosas contribuições recebidas em mais de uma oportunidade, bem como ao professor José Flávio Motta, pelas considerações da maior importância, que ajudaram no desenvolvimento do trabalho.

Agradeço aos amigos e amigas que a Unifal me deu, que sofreram junto comigo e comemoraram as minhas vitórias. Quero agradecer especialmente à Alessandra pelo companheirismo cotidiano e à Natânia, irmã acadêmica, pela disposição em sempre me ajudar desde as coisas mais simples às mais complexas. Agradeço aos amigos que a pós me deu, principalmente ao Maurício e ao Fernando, pelo apoio e amizade.

Agradeço aos camaradas do PCR pelo incentivo e compreensão a respeito dessa jornada. Quero agradecer principalmente à Jana e Aline por toda a preocupação e amizade, e à Vit, Biana, Giovanna e de novo Jana por todos os áudios de estímulo, torcida e “te amamos” que recebi.

Agradeço aos meus pais, Neuza e João, por simplesmente tudo. Agradeço aos meus irmãos, Jaqueline e Fábio, pela cumplicidade. Agradeço à irmã que o Fábio me deu, Hellen, pela convivência diária, pela paciência e pelos cuidados. Ao Fábio ainda agradeço

pelos conhecimentos avançados em Excel, o que foi bem aproveitado por mim ao longo dessa jornada. Agradeço aos meus sobrinhos, Henry e Miguel, pelo carinho e por fazerem dos meus estudos uma tarefa árdua e prazerosa ao mesmo tempo.

Agradeço ao Wanderson por fazer os meus dias melhores, pelo estímulo constante, por suportar as minhas crises, por despertar o que há de melhor em mim.

Agradeço também ao CNPQ pela concessão da bolsa, apoio fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa.

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”

(Karl Marx)

RESUMO

O Sul de Minas Gerais passou por um processo de transição para o século XX muito peculiar, com profundas transformações econômicas e sociais, como a modernização de suas cidades, a reorganização da estrutura produtiva com o trabalho livre, a ascensão do café como importante item de produção e o grande aumento das linhas ferroviárias. Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir três aspectos da transição sul-mineira: o trabalho, a terra e o capital. Para tanto, nos utilizamos dos processos de inventários para três localidades da região, Campanha, Pouso Alegre e Varginha, bem como de periódicos editados nessas cidades, no período de 1880 a 1900. Após a abolição, a mão de obra disponível abarcou tanto os libertos quanto os brancos nacionais além de imigrantes, notadamente os italianos. Embora as cidades tenham ganhado importância nesse processo, as propriedades e atividades rurais ainda conservaram sua predominância, tendo as fábricas ainda pouca substância. O sistema de crédito nessas localidades era pouco desenvolvido, fato que proporcionou a ascensão de emprestadores locais, os capitalistas, que no limite ditavam os rumos do desenvolvimento dessas cidades.

ABSTRACT

The South of Minas Gerais went through a process of transition to the peculiar twentieth century, with profound economic and social changes, such as the modernization of its cities, the reorganization of the productive structure with free labor, the coffee rise as an important item production and large increase in railway lines. Thus, this paper aims to discuss three aspects of South of Minas Gerais transition: labor, land and capital. Therefore, the use of inventory and partition sharing processes to three locations in the region, Campanha, Pouso Alegre and Varginha, as well as published journals in these cities in the period from 1880 to 1900. After the abolition of the labor available encompassed both freed as national white plus immigrants, especially Italians. Although cities have gained importance in this process, properties and rural activities still retained their dominance. The credit system in these locations was undeveloped, a fact that gave rise to local lenders, capitalists, that the limit dictated the direction of the development of these cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura A – Regionalização da Província de Minas Gerais.....	19
Figura 1.1 – Localização de Campanha, Pouso Alegre e Varginha.....	31
Figura 4.1 – Propaganda de casa comissária.....	129
Figura 4.2 – Propaganda de casa comissária.....	129
Figura 4.3 – Propaganda de casa comissária.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Minas e Rio: volumes e tipos de mercadorias transportadas.....	121
Gráfico 4.1 – Total dos montes calculados (£).....	152
Gráfico 4.2 – Total dos montes calculados para Pouso Alegre e Varginha (£).....	153
Gráfico 4.3 – Total dos montes calculados (£).....	153
Gráfico 4.4 – Total dos montes calculados (£).....	154

LISTA DE TABELAS

Tabela A – Distribuição dos inventários arrolados por ano de abertura (Campanha, Pouso Alegre e Varginha – 1880-1899).....	22
Tabela 1.1 – População de Campanha, Pouso Alegre e Varginha.....	36
Tabela 1.2 – Perfil comparativo da elite política mineira.....	49
Tabela 2.1 – Inventários com escravos arrolados (Campanha, 1880-1888).....	72
Tabela 2.2 – Inventários com escravos arrolados (Pouso Alegre, 1880-1888).....	73
Tabela 2.3 – Inventários com escravos arrolados (Varginha, 1880-1888).....	74
Tabela 2.4 – Estrutura da Posse de Cativos (Campanha, 1880-1888).....	75
Tabela 2.5 – Estrutura da Posse de Cativos (Pouso Alegre, 1880-1888).....	76
Tabela 2.6 – Estrutura da Posse de Cativos (Varginha, 1880-1888).....	77
Tabela 2.7 – Estrutura da posse de cativos consoante atividade característica do inventário (Campanha, 1880-1888).....	77
Tabela 2.8 – Estrutura da posse de cativos consoante atividade característica do inventário (Pouso Alegre, 1880-1888).....	78
Tabela 2.9 – Estrutura da posse de cativos consoante atividade característica do inventário (Varginha, 1880-1888).....	79
Tabela 2.10 – Participação dos Escravos na Riqueza (1880-1888).....	80
Tabela 2.11 – Participação dos Escravos na Riqueza (1880-1888).....	82
Tabela 2.12 – Atividades de Criação e Cultura da Amostra de Inventários (Campanha, 1880-1888).....	83
Tabela 2.13 – Atividades de Criação e Cultura da Amostra de Inventários (Pouso Alegre, 1880-1888).....	83
Tabela 2.14 – Atividades de Criação e Cultura da Amostra de Inventários (Varginha, 1880-1888).....	83
Tabela 3.1 – Proprietários de bens imóveis rurais e urbanos (1880-1899).....	94
Tabela 3.2 – Proprietários de bens imóveis rurais e urbanos (1880-1889).....	94
Tabela 3.3 – Proprietários de bens imóveis rurais e urbanos (1890-1899).....	95
Tabela 3.4 – Total dos bens imóveis rurais por inventariados (1880-1899).....	97
Tabela 3.5 – Total dos bens imóveis rurais por inventariados (1880-1889).....	98
Tabela 3.6 – Total dos bens imóveis rurais por inventariados (1890-1899).....	99

Tabela 3.7 – Bens imóveis rurais por tipo de bens (1880-1899).....	100
Tabela 3.8 – Bens móveis consoante quantidade (1880 – 1899).....	103
Tabela 3.9 – Criação de animais consoante quantidade (1880-1899).....	104
Tabela 3.10 – Criação de animais consoante quantidade (1880-1889).....	106
Tabela 3.11 – Criação de animais consoante quantidade (1890-1899).....	106
Tabela 3.12 – Cafeicultura em Campanha em 1885.....	107
Tabela 3.13 – Cafeicultura em Pouso Alegre em 1885.....	108
Tabela 3.14 – Cafeicultura em Varginha em 1885.....	108
Tabela 3.15 – Culturas (1880-1899).....	120
Tabela 3.16 – Culturas (1880-1889).....	111
Tabela 3.17 – Culturas (1890-1899).....	111
Tabela 3.18 – Total dos bens imóveis urbanos por inventariados (1880-1899).....	113
Tabela 3.19 – Total dos bens imóveis urbanos por inventariados (1880-1889).....	114
Tabela 3.20 – Total dos bens imóveis urbanos por inventariados.....	115
Tabela 3.21 – Bens imóveis urbanos por tipo de bens (1880-1899).....	116
Tabela 3.22 – Comércio em Campanha, Pouso Alegre e Varginha.....	122
Tabela 4.1 - Capitalistas arrolados para Campanha.....	131
Tabela 4.2 - Capitalistas arrolados para Pouso Alegre.....	133
Tabela 4.3 - Capitalistas arrolados para Varginha.....	135
Tabela 4.4 – Composição da riqueza dos capitalistas de Campanha.....	138
Tabela 4.5 – Composição da riqueza dos capitalistas de Varginha.....	138
Tabela 4.6 – Composição da riqueza dos capitalistas de Pouso Alegre.....	139
Tabela 4.7 – Total das dívidas ativas por inventariado (1880-1899).....	140
Tabela 4.8 – Total das dívidas ativas por inventariado (1880-1889).....	141
Tabela 4.9 – Total das dívidas ativas por inventariado (1890-1899).....	141
Tabela 4.10 – Composição da riqueza dos credores inventariados de Campanha (1880-1888).....	143
Tabela 4.11 – Composição da riqueza dos credores inventariados de Pouso Alegre (1880-1899).....	143
Tabela 4.12 – Composição da riqueza dos credores inventariados de Varginha (1880-1899).....	144

Tabela 4.13 – Soma das dívidas passivas por inventariado (1880-1899).....	145
Tabela 4.14 – Soma das dívidas passivas por inventariado (1880-1889).....	146
Tabela 4.15 – Soma das dívidas passivas por inventariado (1890-1899).....	146
Tabela 4.16 – Número de ocorrências por tipo de ativo (1880-1899).....	148
Tabela 4.17 – Estrutura de riqueza (£) (1880-1899).....	150
Tabela 4.18 – Estrutura de riqueza (£) (1880-1889).....	155
Tabela 4.19 – Estrutura de riqueza (£) (1890-1899).....	156

LISTA DE ABREVIATURAS

AFMV – Arquivo do Fórum Municipal de Varginha

APM – Arquivo Público Mineiro

CECML – Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort

CEMEC – Centro de Memória Cultural do Sul de Minas

MHMTT – Museu Histórico Municipal Tuany Toledo

NEHEEP – Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 – ECONOMIA E SOCIEDADE NO SUL DE MINAS EM TRANSIÇÃO	25
1.1 – Revisitando a historiografia sobre a economia mineira	25
1.2 – Organização econômica do Sul de Minas no século XIX	28
1.3 – O contexto da transição	38
1.4 – Café, política e separatismo	47
2 – O TRABALHO	59
2.1 – O trabalho no contexto da transição	59
2.2 – O escravo	62
2.3 – O livre	80
2.3 – O imigrante	88
3 – A TERRA	93
3.1 – A estrutura agrária sul-mineira	93
3.2 – A reprodução da vida no campo	102
3.3 – O comércio e a modernização das cidades	112
4 – O CAPITAL	124
4.1 – Problemas de financiamento e as formas de crédito no Sul de Minas	124
4.2 – Ativos e passivos na constituição da riqueza	140
4.3 – A evolução da riqueza: Campanha, Pouso Alegre e Varginha	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE	175

INTRODUÇÃO

A abolição da instituição escrava no Brasil é tida como um dos maiores marcos da história brasileira. Além de impor a reorganização produtiva através de uma força de trabalho puramente livre, ajudou a fomentar as interações sociais necessárias para a instauração da República, que ocorreu cerca de um ano depois. Foi nesse contexto de transformação social que se inseriu a transição do Brasil do século XIX para o século XX.

Na medida em que a organização de qualquer sociedade é determinada pelo estado de suas forças produtivas¹, o que define a passagem de uma forma de organização social a outra é justamente a transformação das forças produtivas, que combinam diversas relações de produção coexistentes nas diversas fases de desenvolvimento². Parte fundamental desse processo é a produção material, ou seja, a produção socialmente determinada da qual participam os indivíduos³. Tal produção se dá num determinado nível de desenvolvimento da sociedade⁴, na qual a produção, também em transformação, se insere no movimento que dá origem a uma nova forma de organização social ao mesmo tempo em que é originado por ela.

Assumindo que “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade”⁵, parece-nos razoável partir da transformação da produção para compreender o processo de transição que teve vez no Brasil na virada do século XIX para o XX. De maneira mais específica, interessa-nos a passagem para o capitalismo a partir dos elementos que compõem o que Marx chamou de forças produtivas, isso é, o conjunto dos elementos necessários para o processo produtivo: a força de trabalho e os meios de produção.

¹ PLEKHANOV, Guiorgui V. **O papel do indivíduo na História**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 78. O autor continua: “Quando muda esse estado, mudará infalivelmente, mais cedo ou mais tarde, a organização social. Portanto, a organização social encontra-se em equilíbrio instável, em que as forças produtivas sociais estão em crescimento.”

² HARNECKER, Marta. **O capital: conceitos fundamentais**. São Paulo: Global Editora, 1978. p. 19.

³ MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In: MARX, Karl. Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Introdução de Jacob Gorender. Traduções de Edgard Malagodi ... [et al.]. – São Paulo: Abril Cultural, 1982.

⁴ Que é, segundo Marx, justamente quando “as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, desse ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento”. Ibidem, p. 4.

⁵ Ibidem, p. 6.

A força de trabalho diz respeito ao dispêndio de trabalho humano utilizado para transformação de matérias-primas em mercadorias. O emprego “da força de trabalho é o próprio trabalho”. O trabalho consiste antes de tudo, segundo Marx, num “processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. O homem, então, “a fim de se apropriar da matéria natural de uma maneira útil para sua própria vida, põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos”⁶.

O meio de trabalho consiste numa “coisa ou num complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia sobre esse objeto”. Dessa forma, “o objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente [...] é não o objeto do trabalho, mas o meio de trabalho”⁷. Os meios de produção, então, abarcam as matérias-primas⁸ e os meios de trabalho, como ferramentas, máquinas e instalações, necessários para o processo produtivo.

A própria terra, como esclarece Marx, é um meio de trabalho, mas necessita, para tal, de vários outros meios de trabalho, além de um alto nível de desenvolvimento da força de trabalho, por exemplo na agricultura. Outro aspecto fundamental da terra é seu caráter de originar provisões, isto é, enquanto ela se configura como um “armazém original” de meios para subsistência, ela é, ao mesmo tempo, um “arsenal originário” dos meios de trabalho⁹.

Nesse sentido, compreender a transformação do trabalho é essencial para compreender o próprio movimento de transformação da organização social, uma vez que o trabalho cumpre o papel catalisador entre a terra e o capital, os quais dependem da mediação do trabalho para, através da produção de mercadorias, utilizar-se da terra para a própria valoração do capital. A acumulação de capital, finalidade que originou até o nome da nova forma de sociedade, capitalismo, no limite é o fator que determina o grau de desenvolvimento capitalista, já que dele decorrem os investimentos no processo produtivo.

⁶ MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1: o processo de valoração de produção de capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 255. Não se trata, porém, das primeiras formas de trabalho, instintivas e animais. “Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvinculou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem”.

⁷ MARX, Karl. *Op. cit.*, 2013, p. 256-257.

⁸ “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho”. MARX, Karl. *Op. cit.*, 2013, p. 256.

⁹ MARX, Karl. *Op. cit.*, 2013, p. 257.

De fato, o capitalismo pressupõe a separação total dos trabalhadores com os meios de produção, notadamente a terra, transformando os meios sociais de subsistência em capital e, ao mesmo tempo, convertendo os produtores em trabalhadores assalariados¹⁰. Entretanto, a análise da transição para o capitalismo no Brasil foge aos moldes da transição europeia, analisada por Marx. Embora também tenha se preocupado em separar os trabalhadores dos meios produtivos, aqui essa transição ocorreu de uma maneira muito particular: a grande disparidade entre as regiões do Brasil foi responsável por fomentar processos distintos de transição com desenvolvimento capitalista em diferentes níveis.

O modelo mais analisado no Brasil foi o ocorrido em São Paulo. Porém, a transição paulista é antes uma exceção do que a regra, de maneira que consistiu na transição para o capitalismo mais dinâmica e bem-sucedida que o país conheceu. Ainda assim, vários teóricos insistem em analisar o modelo paulista como sendo o brasileiro, desde a transição da mão de obra à efetivação do capital dito financeiro. Nesse sentido, pretendemos analisar o contexto da transição numa região brasileira menos desenvolvida que a de São Paulo.

Minas Gerais, dona do maior plantel de escravos durante todo o século XIX¹¹, estava entre as principais regiões abastecedoras de gêneros de subsistência ao longo do mesmo século, contrariando a historiografia que afirma sua decadência econômica após o fim do período minerador¹². Contudo, Minas caracterizava-se pela heterogeneidade de suas sub-regiões, tanto em formação quanto em desenvolvimento e desempenho econômico, fazendo jus à máxima de Guimarães Rosa: “Minas são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais”.

Analogamente, o brasilianista John Wirth¹³, classificou Minas Gerais como um mosaico de regiões. Este termo foi cunhado frente à necessidade de compreender o território mineiro como região de contrastes, caracterizado pela disparidade de sua

¹⁰ MARX, Karl. *Op. cit.*, 2013.

¹¹ Clotilde Paiva, ao reavaliar o Recenseamento Geral do Império, compara as populações escravas das quatro maiores províncias escravistas, estando em primeiro lugar Minas Gerais com 345.533 escravos, Rio de Janeiro em segundo com 263.442, e Bahia em terceiro com 172.156. PAIVA, Clotilde Andrade; et al. **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd, Minas Gerais, 2012. Disponível em <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf>. Acesso em dezembro de 2013.

¹² Entre os autores que defendem a decadência da economia mineira estão principalmente FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; e SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Edições do Senado Federal. Conselho Editorial, 2005.

¹³ WIRTH, John. **O Fiel da Balança**. Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889 – 1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Clotilde Paiva¹⁵, em sua tese de doutorado sobre população e economia de Minas Gerais, afirma que as regiões de maior desenvolvimento apresentavam um alto índice de densidade demográfica, e conseqüentemente um mercado consumidor relevante. Tal mercado pressupunha a presença de atividades comerciais mais densas, além de estrutura tanto de transporte quanto de serviços urbanos mais estabilizadas.

Uma vez que nosso recorte temporal compreende as duas últimas décadas do século XIX, analisaremos a região pretendida nessa pesquisa, o Sul de Minas Gerais¹⁶, como sendo a sub-região Sul que propôs Wirth, o que corresponde às sub-regiões, de significativo grau de desenvolvimento, denominadas por Godoy como Sudeste, Sul Central e Sudoeste.

O Sul de Minas, desde o século XIX se configura como uma das principais regiões mineiras. É precisamente nessa região que estão situadas Campanha, Pouso Alegre e Varginha, três localidades que também se destacam pela diferença de sua formação e trajetória na transição para o século XX. Campanha, principal cidade sul-mineira ao longo dos oitocentos, tem estagnada sua economia no início dos novecentos; Pouso Alegre, importante cidade principalmente em abastecimento, segue seu rumo de prosperidade; Varginha, elevada à cidade na década da abolição, passa à frente das duas primeiras nesse período, tornando-se mais tarde uma das principais cidades da região.

O que ocorreu nesse processo de transição que fez com que essas localidades tomassem rumos tão distintos? Partimos da análise da transição do trabalho, da terra e do capital para tentarmos compreender a diferença e os caminhos percorridos por estas cidades durante o período de transição.

Iniciamos nossa pesquisa na década de 1880, por se tratar de um período de grandes acontecimentos para a história do Brasil, como a abolição da escravidão com a conseqüente transição do trabalho, e a instauração da República, e por se configurar como o início do maior desenvolvimento sul-mineiro, quando o café começa a tomar vulto, as ferrovias chegam para dar mais dinâmica ao trânsito de pessoas e mercadorias, e a modernização passa a alcançar algumas localidades. Além disso, a ascensão de Varginha à cidade consta do início dessa década. O decênio seguinte, 1890, corresponde a um

¹⁵ PAIVA, Clotilde Andrade. *Op. cit.*, 1996, p. 129.

¹⁶ Bernardo Saturnino da Veiga esclarece que a região sul-mineira não constitui “uma entidade administrativa com autonomia própria, não tem por isso extensão nem limites reconhecidos por lei”. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 22.

período de reorganização política do Brasil, ao mesmo tempo em que uma reorganização da esfera produtiva, uma vez que estava extinta a utilização dos braços servís.

A pesquisa foi desenvolvida com base em fontes primárias tanto manuscritas como impressas. A documentação da qual mais nos valem constitui-se de um conjunto de inventários *post-mortem* das cidades sul-mineiras estudadas, Campanha, Pouso Alegre e Varginha. Além disso, analisamos também os jornais editados nessas cidades no período proposto.

Os inventários apresentam informações detalhadas acerca do perfil dos indivíduos inventariados, constituindo um “generoso manancial de notícias relativas à organização da família, vida íntima, economia e cultura dos povoadores e seus descendentes imediatos”¹⁷, mediante a descrição dos bens. O documento tinha início com a especificação do inventariado, do inventariante e do local e data de abertura do processo, depois eram descritos os herdeiros, e em seguida arrolados os ativos da herança¹⁸. Por fim, era realizado o Auto de Partilha, caso os herdeiros concordassem com as informações arroladas.

Entretanto, os inventários nos fornecem informações limitadas. Primeiro, há que considerar que se trata da representação de uma amostra de determinada localidade, na medida em que a elaboração dos processos estava condicionada à morte dos inventariados. Segundo, a realização do inventário não era obrigatória, de modo que se sujeitava à existência de uma determinada quantidade de bens e/ou de herdeiros menores ou incapazes. Nesse sentido, é preciso compreender as afirmativas como aproximação da realidade de uma determinada camada social, e não do total da população das localidades.

Cabe ressaltar ainda que os indivíduos morrem em diferentes fases da vida, de maneira que podem se distinguir as fortunas descritas e as situações em que foram avaliadas¹⁹. Da mesma forma, a importância de um ativo pode ser dada pela sobrevivência ou falecimento de uma pessoa aleatória²⁰. Contudo, acreditamos que essas limitações não

¹⁷ ALCÂNTARA MACHADO, José de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972, p. 16.

¹⁸ “... o cabeça do casal se compromete a declarar tudo quanto ficou *por morte e falecimento do defunto*: ‘bens e fazenda... assim móvel como de raiz, dinheiro, ouro, prata, peças escravas, encomendas e seus procedidos, açúcares e outros quaisquer bens que por qualquer via ou maneira a este inventário pertençam, dívidas que ao defunto se devam ou pelo conseguinte ele a outrem for devedor, conhecimentos, papéis, sentenças ou qualquer coisa que haja de fazer monte”. ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Op.cit.*, 1972, p. 19.

¹⁹ LOPES, Luciana Suarez. **Relatos de Pesquisa: A Utilização dos Inventários Post-Mortem como Fonte de Dados**. Boletim Informações Fipe - BIF, São Paulo, p. 53-55, 31 jul. 2015.

²⁰ VIEIRA, Eduardo José. **Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

diminuem a valia desses documentos como fontes de dados históricas para o período proposto.

Para Campanha, foram utilizados 138 inventários²¹, localizados no Centro de Memória Cultural do Sul de Minas (CEMEC). Para Pouso Alegre arrolamos 276 processos, que estão acessíveis no Museu Histórico Municipal Tuany Toledo (MHMTT) e no Fórum Municipal. Por sua vez, para Varginha, que mantém seus inventários no Arquivo do Fórum Municipal (AFMV), foram analisados 86 documentos.

Tabela A – Distribuição dos inventários arrolados por ano de abertura
(Campanha, Pouso Alegre e Varginha – 1880-1899)

Campanha		Pouso Alegre				Varginha			
1880	13	1880	11	1890	25	1880	1	1890	6
1881	21	1881	13	1891	13	1881	-	1891	7
1882	13	1882	12	1892	12	1882	4	1892	4
1883	12	1883	16	1893	16	1883	4	1893	4
1884	20	1884	5	1894	16	1884	7	1894	3
1885	19	1885	11	1895	15	1885	4	1895	11
1886	9	1886	18	1896	17	1886	4	1896	6
1887	13	1887	18	1897	13	1887	5	1897	4
1888	18	1888	16	1898	6	1888	2	1898	1
		1889	9	1899	14	1889	4	1899	5

Fonte: Inventários de Campanha (CEMEC). Inventários de Pouso Alegre (MHMTT). Inventários de Varginha (AFMV).

O tema da presente pesquisa foi fruto dos debates realizados no NEHEEP (Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política), coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes e pelo Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi. A coleta dos dados fez parte do projeto Fapesp 2010/17321-6 “Sul de Minas em transição: formação das cidades e constituição do capitalismo na transição do século XIX ao XX” sob coordenação do Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes. Dessa forma, as tabelas que demonstram as atividades econômicas da amostra podem porventura também compor outros trabalhos oriundos desse Núcleo.

Outra documentação de grande importância para reconstruir a história do Sul de Minas são os jornais antigos, que constituem registros da vida política, econômica e social de uma cidade ou região, consistindo em documentos de descrição dos costumes das localidades analisadas. No entanto, embora se apresentem como imparciais e

²¹ Por mais que não tenhamos para Campanha os processos para todo o período analisado, 1880 a 1899, acreditamos poder ter uma ideia da economia campanhense a partir dos inventários coletados.

compromissados com a verdade dos fatos, os jornais sul-mineiros costumavam assumir defesas de ordem econômica, política e social, guiando a opinião dos leitores para a posição que seus redatores julgavam mais acertada.

Wenceslau Gonçalves Neto²² destaca que a imprensa é capaz de formar uma cultura, de educar e de padronizar o pensamento geral de um povo, além de constituir-se na expressão das opiniões da elite de determinada sociedade. Segundo Pérola Maria Goldfeder e Castro²³, a prática do discurso jornalístico esteve vinculado, desde seu surgimento “ao afã de *fabricar-se o real com as aparências*, ou seja, à narração verossímil e imparcial dos acontecimentos”. Portanto, embora os jornais assumissem uma natureza informativa, “estiveram sempre afinados com as transformações históricas de ordem política, econômica, social e tecnológica, tendo, por vezes, suas funções por elas alteradas”.

Assim, compreendendo também os periódicos como uma aproximação da realidade, utilizamos prioritariamente do jornal *Monitor Sul-Mineiro* que, embora editado em Campanha, como o próprio nome sugere noticia acontecimentos em toda a região sul-mineira. Além desse, foram verificados ainda edições de outros periódicos campanhenses, pouso-alegrenses e varginhense. Todos estes estão disponíveis no Arquivo Público Mineiro (APM), salvo exceção do *Monitor Sul-Mineiro*, cujas edições de 1880 a 1891 foram coletadas no Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort (CECML).

A partir da análise das fontes primárias, no primeiro capítulo foram avaliadas as principais contribuições da literatura sobre a economia mineira do século XIX e, em seguida, como se deu a organização econômica sul-mineira ao longo dos oitocentos com destaque para as cidades pesquisadas. Depois, situamos o contexto no qual está inserida a pesquisa, em relação ao que consideramos como transição capitalista e as peculiaridades dessa transição na periferia do capitalismo mundial; e em seguida especificamos a conjuntura sul-minera nas décadas finais dos oitocentos no que respeita à economia do café, à política e ao movimento separatista que teve vez na região.

²² GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX*. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza e GATTI Jr., Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação no Brasil. Instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

²³ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. **Imprensa política e separatismo no Sul de Minas Gerais, século XIX**. e-hum, Belo Horizonte, vol.3, no.1, 2010, p. 2.

Analisando nesse contexto a economia sul-mineira, buscamos, no segundo capítulo, examinar a transição da mão de obra nessas três cidades, considerando o trabalho servil e a abolição da escravidão; os trabalhadores livres nacionais, aos quais se incorporaram os libertos após 1888; e os trabalhadores imigrantes, que foram de grande importância para a modernização do Sul de Minas.

No terceiro capítulo apresentamos o debate sobre o papel da terra para a transição capitalista, e analisamos tal aspecto em Campanha, Pouso Alegre e Varginha. Para tanto, verificamos a produção rural dessas localidades: culturas e criações, a fim de perceber alguma diferenciação entre a vida urbana e a do campo, e a contribuição da terra para a capitalização desses municípios.

A capitalização e os problemas do capital constituem o tema do quarto último capítulo, no qual traçamos um paralelo entre a acumulação de capital e o desenvolvimento dessas localidades através da análise da organização do crédito e do financiamento no Sul de Minas, bem como a evolução da riqueza no período estudado (1880-1899).

Esta pesquisa, nesse sentido, se insere no rol das investigações que têm se empenhado em reconstruir a história da região sul-mineira²⁴. Acreditamos que com esse trabalho estamos contribuindo para a reconstrução de um aspecto da história sul-mineira, abrindo caminho para mais debates e pesquisas acerca, sobretudo, do trabalho, da terra e do capital nessa região.

²⁴ Como é o caso de COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002. PASCOAL, Isaias. **Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas, século XIX**, no contexto de uma formação econômica não exportadora. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2005. ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. SOBRINHO, Juliano Custódio. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul-mineira. Itajubá – 1785-1850**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República**. Tese de Doutorado. Franca: UNESP, 2012. SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; SILVA, Marcel Pereira; GAMBÍ, Thiago Fontelas Rosado. **Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX**. In: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina - MG. Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010. SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012. SAES, Alexandre Macchione (Org.); MARTINS, Marcos Lobato (Org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru, SP: Edusc, 2012. MARTINS, Marcos Lobato. **Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890**. Estud. Econ. vol.43, n.2, 2013, pp. 397-429. VIEIRA, Eduardo José. **Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

CAPÍTULO 1

ECONOMIA E SOCIEDADE NO SUL DE MINAS EM TRANSIÇÃO

1.1 – Revisitando a historiografia sobre a economia mineira

Na historiografia que trata da economia mineira, há um grande consenso sobre a importância da mineração no século XVIII, bem como a do trabalho escravo para tal atividade. A partir daí as teses mais tradicionais ressaltam a decadência da economia mineira que se seguiu ao declínio da mineração, quase um século depois recuperada com outro item de exportação que seria o café. Desde fins da década de 1970, vários trabalhos acerca da economia mineira surgiram, destacando não apenas a importância da mineração e do trabalho escravo, mas também da grande relevância da economia de abastecimento voltada para o mercado interno.

Entre as teses mais tradicionais está a de Celso Furtado, para quem a economia brasileira dependia de um produto de grande relevância no mercado externo. Embora o autor não negue a importância da pecuária e do mercado interno, Furtado enfatiza que as regiões mineiras se abstiveram de criar, à exceção de uma precária agricultura de subsistência, formas permanentes de atividades econômicas, o que faria natural a plena decadência da economia mineira com o declínio da produção do ouro. Com a quebra da produção “todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência” de baixa produtividade, de modo que tal involução da atividade econômica implicaria na decadência das cidades e dispersão da população²⁵.

Analogamente, Roberto Simonsen²⁶ parte do pensamento de que apenas a exportação é capaz de movimentar a economia e gerar riquezas. Consequentemente, a economia mineira de subsistência persistiu à margem da economia para exportação. Tendo a produção pecuária uma importância bem pequena, para ele há um grande vazio entre o declínio da atividade mineradora e o despontamento do café, tendo que aguardar um período de várias décadas até o auge do empreendimento cafeeiro.

²⁵ FURTADO, Celso. *Op.cit.*, 2007, p. 132.

²⁶ SIMONSEN, Roberto. *Op.cit.*, 2005.

Paralelamente à defesa da decadência da economia de Minas após o fim da mineração, Caio Prado Júnior²⁷ se atenta à especificidade da economia mineira de abastecimento, dando atenção ao Sul da Província para traçar inclusive o panorama do conjunto da economia colonial. Embora o foco da análise de Prado Júnior não tenha sido a economia mineira – fato que o impediu de perceber a relevância da produção de subsistência para o conjunto da economia mineira como atividade econômica não relacionada à exportação – o autor desvendou o movimento que a produção para abastecimento conferiu à procura de novos mercados, bem como sua abertura a estes, mesmo após o declínio da mineração.

Todavia, autores mais recentes ressaltam de forma mais detalhada a importância das atividades de subsistência para a manutenção da economia mineira pós-mineração. É o caso de Alcir Lenharo com suas *Tropas da Moderação*²⁸, que demonstrou a importância do abastecimento interno, culminando na construção de um centro comercial de distribuição que encontrou escoamento dos produtos através dos tropeiros, que cuidavam do abastecimento da região.

Lenharo constatou o caráter notadamente mercantil da economia mineira de subsistência ao aprofundar o estudo sobre o abastecimento da corte instalada no Rio de Janeiro, comprovando a importância da economia de subsistência no pós-mineração. A complexidade de tal economia se apresentava nas relações econômicas que, vinculadas à esfera política, fomentavam as interações sociais necessárias para a manutenção das relações comerciais, além de conferir poder político e prestígio à elite sobretudo do Sul de Minas, que consistia no principal centro abastecedor de gêneros alimentícios.

Um dos principais trabalhos sobre a economia mineira do século XIX é de autoria de Roberto Borges Martins²⁹, para quem o grande número de escravos em Minas Gerais durante todo o século XIX, oriundos de sucessivas compras por conta do baixo crescimento vegetativo, demonstra por si só o papel do mercado interno, uma vez que tal contingente não consistia em legado nem demanda da mineração. Da mesma forma, o cultivo do café não explicava tamanho contingente de cativos, já que a economia cafeeira

²⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a.

²⁸ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação da política do Brasil, 1808-1842**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

²⁹ MARTINS, Roberto Borges. **Minas Gerias, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora**. Estudos Econômicos, v. 13, nº 1, 1983. O dado é referente ao ano de 1872.

representava pouco na primeira metade dos oitocentos, e na segunda metade apenas 5% dos cativos estavam empregados em atividades relacionadas à mineração ou cafeicultura.

Para o autor, a economia mineira, marcada pela diversidade interna e por sua autossuficiência, apresentava um caráter não-exportador, dissociada da grande lavoura, cujas exportações internas consistiam nos excedentes do consumo, vendidos em mercados locais e regionais de forma eventual. Nesse sentido, Martins defende que a economia mineira era bem pouco mercantilizada. Para explicar a existência da grande quantidade de escravos no contexto de uma economia pouco mercantilizada, Martins argumenta a escassez de mão de obra livre, que implicou no condicionamento dos escravos ao trabalho. De acordo com o fator de Wakefield, a pouca oferta de trabalho livre se dava pela abundância de terras disponíveis, fazendo com que o trabalhador voluntário se recusasse ao trabalho por ter condições de apropriar-se ele mesmo da terra.

Criticando as explicações de Roberto Martins, Wilson Cano e Francisco Vidal Luna³⁰, atestam que a grande quantidade de escravos em Minas ao longo do século XIX se deve ao crescimento vegetativo, proporcionado pela configuração de uma economia pouco mercantilizada, na qual o baixo grau de exploração do trabalho forja as condições necessárias para a reprodução natural dos escravos. Assim, além da ideia da escassa mercantilização, os autores concordam com o fator de Wakefield.

Uma crítica mais incisiva à Roberto Martins vem de Robert Slenes³¹. Em seu trabalho intitulado *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes*, o autor questiona o caráter pouco mercantil e não-exportador da economia mineira, além rejeitar a ideia de que o fator de Wakefield explica o grande plantel, embora não negue que tal fator teve alguma participação. Para ele, Minas consistia numa economia exportadora de tabaco, algodão, queijo, toucinho, gado vacum e suíno além de café, o que provocava uma renda monetária significativa, que “teria estimulado não apenas a demanda de escravos na economia de exportação, mas também teria criado uma forte procura por mantimentos e bens de consumo, além de matérias-primas, utilizados pelo setor de exportação e pelas atividades internas ligadas a esse setor”.

Nesse sentido, Minas compreendia um grande complexo comercial que deu conta de sustentar um grande plantel escravista, na qual seu centro dinâmico consistia em sua

³⁰ CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. **A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX)** – uma Hipótese. In: *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, (10):1-14, outubro de 1983.

³¹ SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas. n 17. 1985, p. 480.

ligação com o setor exportador. A dificuldade de importação de alimentos, a alta dos custos de transporte e o preço razoável do escravo até 1850, e depois a compensação da alta dos preços dos cativos pela alta dos preços dos itens de subsistência dificultaram a formação do trabalho livre.

Outro trabalho de grande importância para a literatura mais recente foi realizado por Douglas Libby³², que se ocupou fundamentalmente dos setores de transformação trazendo para o primeiro plano os trabalhadores livres. Para ele, a base do crescimento demográfico está na natureza mercantil da economia mineira, já em oposição às teses centrais de Roberto Martins. Desse modo, Libby defende que a economia mercantil de subsistência foi o centro dinâmico de Minas aliada a uma indústria de transformação de mercadorias que tinha relevância significativa, numa variedade produtiva que ia desde produção de fios e panos a fábricas de tecidos.

Nesse cenário, não só a economia de subsistência era diversificada como também era a própria instituição escravista, que se utilizava por exemplo do escravo na indústria siderúrgica rudimentar ainda em desenvolvimento. Em sua análise de população para os anos de 1831 a 1840, no entanto, Slenes vai demonstrar que os escravos não consistiam na única base produtiva ao analisar que dois terços dos fogos de Minas não possuíam nenhum cativo³³. Assim, havia uma grande quantidade de trabalhadores livres que não se podia ignorar.

1.2 – Organização econômica do Sul de Minas no século XIX

O Sul de Minas Gerais, região localizada bem entre as capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, distingue-se das demais regiões mineiras desde os primórdios de sua colonização por suas condições climáticas e geológicas favoráveis ao uso do solo. A começar pela mineração, a colonização se estendeu através da economia de subsistência chegando à fase de auge do café, fatos que caracterizam uma continuidade no processo de desenvolvimento da região. Destacando-se ainda por sua notável inserção política, o Sul mineiro configurou-se desde o início como uma das principais regiões mineiras no âmbito econômico, político e social.

³² LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliense, 1988b, p. 14.

³³ *Ibidem*, p. 97.

A região foi descoberta pelos bandeirantes paulistas a partir da mineração aurífera, de modo que foram eles os primeiros a povoá-la. As catas de ouro, mesmo que em curto período de tempo e antes da ascensão das principais vilas mineradoras mineiras, permitiram a constituição de sólidos arraiais, com destaque a um desenvolvimento urbano e econômico análogo ao das aglomerações urbanas mais desenvolvidas como Vila Rica e Mariana. É o caso por exemplo, das cidades tratadas nesse trabalho: Campanha, Pouso Alegre e Lavras, que mais tarde dará origem a Três Pontas e essa por sua vez à Varginha.

Findo o surto de desenvolvimento urbano com o fim do período minerador nessa região, sua organização econômica passa a se dar prioritariamente no ambiente rural, distinguindo-se por atividades agropastoris. Tais atividades caracterizaram uma das principais fases econômicas do Sul de Minas, a economia de abastecimento voltada para o mercado, que estruturou a organização social da região ao longo de todo século XIX.

Com base nesse contexto, três localidades destacaram-se pela diferença de sua formação, importância ao longo do século XIX e trajetória na passagem para o XX. A primeira cidade é Campanha, cujo arraial foi fundado em 1737 por Cipriano José da Rocha, Ouvidor-Mor da comarca do Rio das Mortes³⁴. Cipriano teria partido em busca das minas do Rio Verde, já exploradas clandestinamente por indivíduos desgarrados das bandeiras paulistas que se encontravam ali provavelmente desde o século XVII³⁵. A povoação fundada por Cipriano prosperou rapidamente, sendo, em 1739, elevada à categoria de Paróquia. Em 1752, por Ordem Régia, Campanha tornou-se freguesia, recebendo no nome de Santo Antônio do Vale da Campanha do Rio Verde³⁶.

Seu desenvolvimento, crescimento populacional e a necessidade de realização de obras públicas como calçamento de ruas e abertura de estradas, fizeram com que os residentes de maior influência solicitassem sua elevação à categoria de vila em 1795. A Câmara Municipal de São João del-Rei, sede da comarca à qual Campanha pertencia, preocupada com as perdas de receita obtidas através de lojas, vendas e criação de gado já abundantes na região, foi contra a solicitação, alegando ser a população local composta majoritariamente por mulatos, escravos, e mestiços, desprovidos de nascimento e conceito, não possuindo as características necessárias para os cargos de juízes e

³⁴ A comarca recebeu o nome de Rio das Mortes por estar a vila de São João del-Rei assentada junto ao rio de mesmo nome.

³⁵ IBGE. Campanha, Minas Gerais – MG. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV ano 1958. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/campanha.pdf>>. Acesso em novembro de 2014. O IBGE não deixa claro se a intenção de Cipriano era se integrar na exploração aurífera ou dar fim a ela.

³⁶ IBGE. *Op. cit.*, 2014.

vereadores³⁷. Apesar dos protestos, Campanha foi elevada à categoria de vila em 1798, ocorrendo seu desmembramento de São João del Rei, ficando a recém-criada povoação com um vasto território, recebendo o nome de Campanha da Princesa da Beira. Em 1840 Campanha foi elevada à categoria de cidade³⁸.

A segunda das localidades que merecem destaque é Pouso Alegre, cujo primeiro indício de povoação, conforme conhecimento corrente, remonta a meados do século XVIII, em decorrência da abundância do ouro no alto Rio Verde e no alto Sapucaí. Foi quando o aventureiro João da Silva, ao que tudo indica, edificou uma casa e em seguida ergueu uma propriedade agrícola nas margens do rio Mandu.

Fruto da prosperidade de sua lavoura, João da Silva teria doado terreno para construção de uma igreja, sendo celebrada a primeira missa em 1795. Dois anos depois, em passagem pelo arraial, o Governador D. Bernardo José Lorena, Conde de Sarzedas, e o Juiz de Fora de Campanha, Dr. José Joaquim Carneiro de Miranda, comentavam a beleza do local, alegando que não deveria se chamar Mandu, mas Pouso Alegre³⁹. Em 1810 foi criada a freguesia denominada Pouso Alegre. Em 1831 a freguesia foi elevada à vila, desmembrando seu território de Campanha. Em 1848, Pouso Alegre recebeu o título de cidade.

As primeiras alusões que se têm sobre Varginha, a terceira cidade, remontam a 1763, com a Ermida de Santo Antônio⁴⁰, localizada na antiga estrada que ligava Campanha a Três Pontas. De acordo com o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Varginha⁴¹, a capela foi edificada provavelmente por bandeirantes que transitavam por ali. Desenvolvendo-se pousos para os viajantes em volta da capela, o povoado crescia no caminho das tropas transportadas por muares que vinham de São Paulo, carregadas com variadas espécies de mercadorias as quais eram demandadas pela atual cidade de Campanha. Já a Equipe do Museu Municipal de Varginha defende que a cidade nasceu da atual estação da Flora, local onde já havia moradores das fazendas São Paulo, Santa

³⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira de; CARDOSO, Maria Tereza Pereira. **A vila da Campanha da Princesa:** fontes para a História do Sul de Minas. *Varia História*, UFMG - FAFICH - Belo Horizonte, v. 23, p. 214-233, 2000.

³⁸ Cidade consiste numa categoria hierárquica que representa mudanças no aspecto tributário.

³⁹ IBGE. Pouso Alegre, Minas Gerais – MG. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV ano 1958*. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/campanha.pdf>>. Acesso em novembro de 2014.

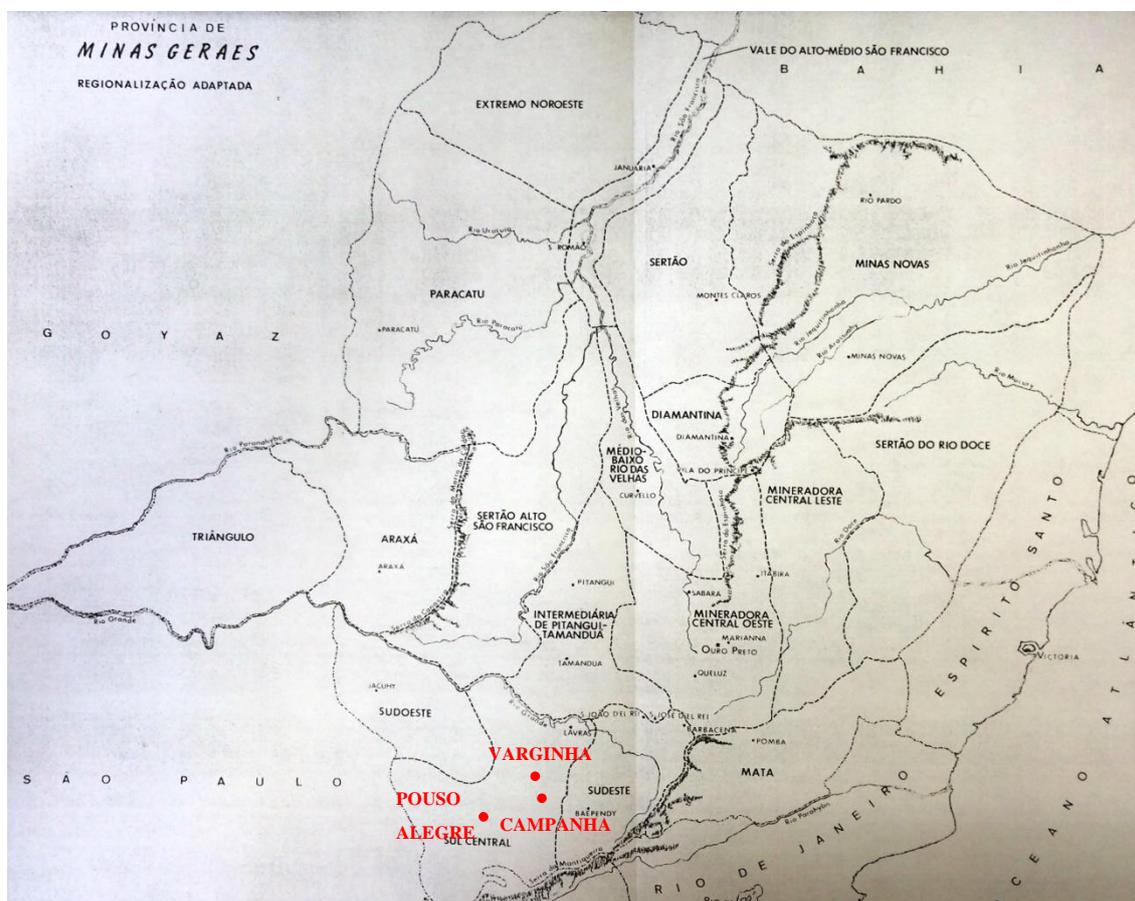
⁴⁰ Segundo o Dicionário Aurélio, ermida significa pequena igreja ou capela, quase sempre erguida em lugar despovoado.

⁴¹ ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA. **Monografia Histórica**. Disponível em <http://www.camaravarginha.mg.gov.br/downloads/historia_varginha.pdf>. Acesso em novembro de 2013.

Maria e Bom Jardim, constituindo um trajeto de tropeiros que transitavam entre Campanha, Três Pontas, Três Corações e Lavras. Depois de alguns anos de deslocamento, famílias dessas fazendas bem como viajantes e tropeiros foram povoando o território antigo conhecido como bairro da Vargem⁴².

Embora não seja consenso o início do povoamento da cidade, foi somente no ano de 1850 que Varginha tornou-se freguesia com o nome de Espírito Santo da Varginha, subordinada à cidade de Três Pontas. Varginha viria a tornar-se vila apenas em 1881 e cidade em 1882.

Figura 1.1 – Localização de Campanha, Pouso Alegre e Varginha



Fonte: Adaptado de GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço:** uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996. (Texto para discussão, n. 109), p. 112.

É importante salientar que essas três localidades possuem formações históricas e econômicas distintas, características que as tornam notáveis, sobretudo em suas trajetórias

⁴² EQUIPE DO MUSEU MUNICIPAL DE VARGINHA. **Varginha:** sua origem. Disponível em: <<http://fundacaoculturaldevarginha.com.br/museu/varginha-sua-origem/>>. Acesso em novembro de 2013.

rumo ao século XX. Porém, o Sul de Minas do século XIX não se limitava a elas. Em 1824, outras freguesias compunham o Sul mineiro, a saber, Conceição do Pouso Alto, Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca, Santa Catarina, São Gonçalo, Maria de Baependi e Santo Antônio da Campanha⁴³.

Segundo Marcos Andrade⁴⁴, os dados populacionais para o ano de 1824 eram bastante expressivos no Sul de Minas: um total de 47.348 habitantes. Em 1831, a população era composta por 105.979 almas num total de 407.820 verificado para a Província, o que conferia à região 26% da população mineira⁴⁵. Só no termo de Campanha⁴⁶, a população era de 30.336 pessoas, dos quais 10.673 eram escravos. O termo de Pouso Alegre⁴⁷ apresentava 28.165 almas, sendo que 7.396 desse total eram cativos. Varginha, então freguesia de Lavras, termo da Vila de São João del Rei, computava 1.855 habitantes, dos quais 555 eram escravos⁴⁸.

Em 1833, a comarca do Rio das Mortes, a qual pertencia a região sul-mineira, foi desmembrada, dando origem à comarca do Rio Paraibuna, e a do Rio Sapucaí. Esta última congregou os termos de São Carlos do Jacuí e Pouso Alegre, tendo Campanha como sede da comarca do que hoje é considerado Sul de Minas⁴⁹. Campanha, vila mais antiga ao lado de Aiuruoca e Baependi, caracterizou-se como principal cidade do território, pelo menos durante a primeira metade do século XIX, encabeçando as atividades mercantis proporcionadas pela economia de subsistência da região.

De fato, passada a curta fase da mineração, o Sul de Minas adquiriu características rurais, especializando-se no fornecimento de gêneros alimentícios, o que se tornaria a principal atividade econômica sul-mineira do século XIX. Além disso, Marcos Andrade⁵⁰

⁴³ Por mais que o Sul de Minas não se limitasse às três cidades analisadas, elas refletem, em boa medida, os processos de formação de outras localidades sul-mineiras. Além disso, interessa-nos compreender o que fez com que Campanha, principal cidade da região sul-mineira, parasse no tempo depois dessa fase de transição, ao passo que Varginha e Pouso Alegre passaram à frente e hoje estão entre as três principais cidades do Sul de Minas.

⁴⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elite escravista no Sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza - século XIX**. In: XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2010. v. 1. p. 1-19.

⁴⁵ PAIVA, Clotilde Andrade. *Op. cit.*, 1996, p. 7.

⁴⁶ Lista nominativa para o termo de Campanha da Princesa, 1831-32. APM. Banco de dados montado por pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG, sob coordenação da Prof^a. Dr^a Clotilde Paiva. Cf.: ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Família, fortuna e poder no Império do Brasil: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói.

⁴⁷ Arquivo Público Mineiro – Mapas de População – Pouso Alegre – 1833.

⁴⁸ Arquivo Público Mineiro – Mapas de População – Espírito Santo da Varginha, Termo de São João Del Rei – 1833-1835.

⁴⁹ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 27.

⁵⁰ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, 2010.

ressalta o direcionamento de capitais deslocados da mineração para o Sul de Minas por apresentar atividades comerciais altamente desenvolvidas. Tais fatos justificavam os desvios de escravos para a produção agropastoril, o que conferia à propriedade sul-mineira, essencialmente voltada para a subsistência, uma característica peculiar, já que amplamente sustentada pelo trabalho servil.

O Sul mineiro constituía o caminho das tropas que perfaziam as rotas de comércio, além de ter se convertido no principal centro de produção e abastecimento do mercado carioca sobretudo após a chegada da Corte portuguesa. O novo cenário político e econômico do Brasil proporcionou um processo de desenvolvimento econômico muito particular da região do Sul das Gerais, permitindo ainda a expansão da economia de subsistência, utilizando sobremaneira o trabalho escravo.

Para Alcir Lenharo⁵¹, os grupos familiares da região se destacaram na prestação de serviços à Corte, o que conferiu a elas favorável situação política e econômica. Conquistando primordialmente acesso a grandes quantidades de terras, tais grupos familiares conseguiram imprimir sua marca no cenário social que então se configurava, quer fosse atuando diretamente na produção, venda e transporte de mercadorias, quer fosse provendo empréstimos a proprietários menores ou no rendoso tráfico de escravos, mas tendo sempre por base sua relação com o Estado. No limite, aos escravos competiam o processo produtivo, árduo e braçal, cuja riqueza gerada engrandecia diretamente aos seus senhores.

No campo, as fazendas se especializavam no plantio de cana, produzindo açúcar, aguardente e rapadura, além da criação de animais. Por várias décadas a produção consistiu nos cereais como arroz, feijão e milho, nos animais suínos e bovinos e em produtos como açúcar, algodão, fumo, chapéus e tecidos. Tal fato corrobora a importância das unidades escravistas agropecuárias por sua capacidade tanto de gerar riqueza quanto de articular o abastecimento interno. Assim, as grandes fortunas se originavam das múltiplas atividades, nas quais geralmente um grande fazendeiro também fazia as vezes de negociante e transportador. Era o caso do Capitão Manoel Francisco Ribeiro, que em 1888 possuía um negócio de secos e molhados, além de vinte e dois semoventes possivelmente para o comércio já que vinte deles eram gado vacum, e vinte escravos, dos quais dois eram tropeiros⁵².

⁵¹ LENHARO, Alcir. *Op. cit.*, 1993.

⁵² Inventário do Capitão Manoel Francisco Ribeiro, 1888. Campanha – CEMEC.

De fato, não só organizados nas atividades produtivas, os escravos costumavam também compor as tropas que cuidavam dos transportes das mercadorias. Muitos proprietários sul-mineiros costumavam ter suas próprias tropas, evitando atravessadores para alcançar lucros maiores para seus produtos. Também era comum empregarem seus filhos na direção das tropas⁵³ para evitar dispêndios de capital e a vigia dos escravos, já que o trabalho livre também era rejeitado frente ao desempenho tido como pouco produtivo e o problema da supervisão do trabalho.

Nesse contexto estava garantida a manutenção da elite sul-mineira: de um lado o comércio, de outro a mão-de-obra essencialmente escrava. Isso mostra que a economia mineira, não obstante constituída de forma muito desigual, estava num circuito comercial abrangente, que incluía tanto as mais variadas rotas mercantis entre as próprias regiões mineiras quanto os mercados interprovinciais, principalmente o carioca. Tal comércio, marcadamente no Sul de Minas Gerais, mantinha uma intensa relação de causa e efeito com a presença da mão de obra escrava, ou seja, os braços cativos sustentavam o comércio e este garantia a sua conservação.

Bernardo Saturnino da Veiga, em seu *Almanach Sul-Mineiro* para o ano de 1874 destaca que os principais itens de exportação eram: o fumo, fabricado em todos os municípios; a cana, cultivada em todos os pontos do Sul mineiro, da qual se faz do açúcar apenas comércio interno, mas que se tem exportação da aguardente; o gado vacum, tido com importantíssimo ramo de exportação, próspero em todos os municípios; gado lanígero e suíno, também criados em todos os pontos sul-mineiros; a uva, cuja cultura nascente já proporcionava o fabrico de vinho em Campanha e Lavras; toucinho, enviado principalmente para a Corte; queijos, cujas fábricas mais famosas, nas palavras do autor, “rivalizam com os melhores queijos que nos vem da Europa”⁵⁴; e o café, cultivado “excelentemente” em muitos municípios, mas quase que apenas para consumo local, com alguma exportação somente de Pouso Alegre e Jaguary, que eram mais próximas de São Paulo.

O *Almanach Sul-Mineiro* expõe que, em 1874, existiam três fábricas de chapéus, uma de tecidos grosseiros, diversas de velas de cera, uma de chá, algumas de pólvora, um grande número de olarias, uma de máquinas e sinos, muitas de fumo e cigarros, uma de fundição de ferro e dezenas em todos os municípios de engenhos, moinhos, monjolos e

⁵³ As empresas rurais apresentavam caráter familiar, abalizadas nos trabalhos dos filhos dos proprietários que, na maioria das vezes, eram os responsáveis pelas tropas. LENHARO, Alcir. *Op. cit.*, 1993.

⁵⁴ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Op.cit.*, 1874, p. 32.

engenhocas, destinados à moagem da cana e trituração da mandioca e do milho. Com destaque da produção fabril notadamente para Campanha, se percebe o alto nível de desenvolvimento social e econômico desta em relação às demais cidades da região, seguida por Pouso Alegre, que apresenta algumas fábricas importantes. Salta aos olhos o baixo grau de desenvolvimento de Varginha, ou Três Pontas à qual pertencia nessa época, se comparada às duas primeiras, já que parecem não apresentar cultura, criação ou produção de manufaturas de maior vulto.

Para 1884, no entanto, o *Almanach* declara ser “notável o aumento que tem tido a cidade da Varginha nestes 10 últimos anos”, possuindo “diversas fábricas de licores, cerveja, vinho e velas de cera para exportação”⁵⁵, embora se importasse a cera bruta. Em Varginha cultivava-se “os gêneros alimentícios mais comuns; café, fumo e algodão para consumo, sendo porém a cana a cultura mais usada”⁵⁶. Havia ainda “regular criação de gado, que era também invernado na freguesia, sendo depois exportado para a Corte, assim como porcos, etc.”⁵⁷. Ao contrário de Pouso Alegre e Campanha, em Varginha ainda não havia praça de mercado, de modo que “muitos gêneros alimentícios eram levados à venda no mercado da Campanha e outras povoações vizinhas, tendo aumentado a exportação de queijos”⁵⁸.

Pouso Alegre, por sua vez, possuía fábricas de chá, chapéus, velas e vinho, sendo a cultura mais usada a de “cereais, cultivando-se também a cana, e o café, do qual há na freguesia mais de 100.000 pés”. Além disso, “exporta-se muito polvilho, porcos e gado”, e “planta-se desde longos anos muito chá, que é exportado para a Corte”⁵⁹. Na cidade há uma “praça de mercado, que tem notável concorrência aos domingos”⁶⁰. O orçamento da câmara municipal para 1884 foi de 7:433\$000.

Campanha, possuía uma praça de mercado, cuja afluência era irregular por funcionar todos os dias. Havia na cidade criação de “gado e porcos, sendo as culturas de cereais e cana as mais usadas, começando ultimamente a desenvolver-se a plantação do café.” Quanto à indústria, “existe na cidade fábricas de sinos, chapéus, licores, cervejas, velas de cera, cachimbos, telhas, tijolos, etc.; – constituindo alguns destes produtos,

⁵⁵ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Op.cit.*, 1884, p. 185.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 184.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 184.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 185.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 371.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 371.

justamente com gados, porcos, aguardente, etc., a exportação da freguesia”⁶¹. O orçamento municipal foi de 15:700\$000 para 1884, o dobro da cidade de Pouso Alegre.

Por mais que Campanha se destacasse economicamente, na virada do século XIX para o XX ela parece ter estagnado, enquanto Pouso Alegre e Varginha a olhos vistos se desenvolviam cada vez mais. Sua população, a maior em 1872, diminuiu drasticamente em 1907. Tal fato pode ser atribuído aos desmembramentos de territórios que se seguiram principalmente nas duas últimas décadas dos oitocentos. Porém, tal diminuição populacional também pode apresentar alguma relação com a estagnação sofrida pela cidade.

Tabela 1.1 – População de Campanha, Pouso Alegre e Varginha

Municípios	1872	1890	1900	1907
Campanha	20.771	16.184	19.120	8.231
Pouso Alegre	17.929	37.422	31.863	35.363
Varginha	5.756*	24.819	29.322	31.967

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. Recenseamento Geral da República, 1890 e 1900. Anuário estatístico do Brasil 1908-1912.

* Em 1872 Varginha ainda não era município, mas vila do município de Três Pontas. Consideramos a vila em vez do município apenas para efeito de comparação.

Nas décadas finais do século XIX o Brasil estava em transformação, e no Sul de Minas não era diferente. De fato, a estrutura social que imperou no século XIX estava se alterando, e com ela o modo de organização dos municípios sul-mineiros. Este território expandiu seus centros urbanos, conseguindo ainda modernizar algumas cidades. Ao passo dessa modernização, outra mudança seria fundamental para a região: agora as atividades econômicas não eram pautadas apenas pelo comércio de abastecimento, mas também pelo café, inaugurando o início do terceiro ciclo da economia sul-mineira.

Desde 1870, a rubiácea passou a ser cultivada com maior vulto no Sul de Minas, ainda que em quantidade bem menor que na Zona da Mata mineira e subjugada pela economia de abastecimento. Nas primeiras décadas do século XX, no entanto, o café passa à primeira ordem, ganhando espaço frente à atividade de abastecimento, se configurando não apenas como o principal item de produção, mas também como produto de exportação destinado aos mercados internacionais.

Frente às dificuldades de transporte da produção cafeeira em larga escala por meio das tropas, as estradas de ferro cumpriram importante papel no desenvolvimento da

⁶¹ Ibidem, p. 87.

economia pautada pelo café. Ademais, as ferrovias garantiam a dinamização do comércio, de modo a evitar perdas e reduzir o tempo gasto no transporte. A estrada de ferro consistia em grande símbolo de transformação econômica e social, relacionada a um vultoso processo de modernização.

Nesse sentido, a partir de 1874, com a inauguração da Estrada de Ferro Minas e Rio, e em seguida com a Viação Férrea Sapucaí, Estrada de Ferro Muzambinho e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, as cidades sul-mineiras foram interligadas pelas malhas ferroviárias para garantir o escoamento do produto principalmente para o porto de Santos em São Paulo e o porto do Rio de Janeiro⁶². Assim, o Sul de Minas, em fins dos oitocentos, registrava maior crescimento das linhas férreas de Minas Gerais, o que demonstra certa importância da região no cenário geral de Minas e do Sudeste do Brasil⁶³, embora, por outro lado, as ferrovias dependessem das companhias ferroviárias de outros estados⁶⁴.

Os bancos, desenvolvidos tardiamente em Minas Gerais, conheceram um processo de expansão apenas após a abolição da escravatura. No Sul de Minas, a expansão bancária acompanhou a expansão industrial⁶⁵, embora se tratasse de instituições pequenas e com capital limitado, voltados essencialmente para demanda local. Como destaca Thiago Gambi, “o grosso das operações bancárias estava centrado em poucos bancos, nenhum deles no Sul de Minas”⁶⁶.

Tal período é considerado como o marco da modernização do país. De fato, na virada do século XIX para o XX, o Brasil passava por uma modernização que transformou a sociedade em seu aspecto tanto político quanto econômico. A urbanização que as principais cidades brasileiras conheceram, o avanço das ferrovias e das estradas, a chegada da eletricidade, a expansão das indústrias e dos bancos empregaram um novo ritmo de desenvolvimento sustentado agora no trabalho livre.

⁶² SAES, A. M.; COSENTINO, D. V.; SILVA, M. P.; GAMBI, T. F. R. **Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX.** In: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina - MG. Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010.

⁶³ SILVA, M. P. **Tem café nesse trem?** As ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910). In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Org.). **Sul de Minas em transição. A formação do capitalismo na passagem para o século 20.** Bauru: EDUSC, 2012.

⁶⁴ SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Org.). **Sul de Minas em transição. A formação do capitalismo na passagem para o século 20.** Bauru: EDUSC, 2012.

⁶⁵ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **A expansão bancária no Sul de Minas em transição.** In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Org.). **Sul de Minas em transição. A formação do capitalismo na passagem para o século 20.** Bauru: EDUSC, 2012, p. 313.

⁶⁶ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Op.cit.*, 2012.

1.3 – O contexto da transição

As mudanças pelas quais a estrutura socioeconômica passou na segunda metade do século XIX suscitaram uma revisão da estrutura produtiva, provocando, para tanto, uma intensificação dos conflitos de interesses. A extinção do tráfico em 1850, por exemplo, proporcionou um acelerado processo de modernização, que a partir de um significativo fluxo de capitais, notadamente inglês, teve lugar a fundação do segundo Banco do Brasil e do Banco Rural e Hipotecário, além de várias sociedades anônimas e companhias. Analogamente, as áreas de comunicação e transporte também apresentaram um salto positivo, com navios a vapor substituindo os barcos à vela, linhas telegráficas e estradas de ferro, melhorando o escoamento da produção. É nesse contexto que a indústria começa a despontar, de maneira ainda tímida, mas já mecanizando algumas lavouras de café.

Depois de intensa luta e várias décadas de atraso, a abolição da escravatura finalmente libertou os negros do trabalho servil. Para a elite principalmente agrária o fim do escravismo significaria uma liberação dos custos de manutenção de uma grande quantidade de mão de obra cativa, como era o caso dos latifundiários do Oeste paulista, que já inauguravam o regime de trabalho livre através da imigração⁶⁷. Por outro lado, interessava a manutenção dessa força de trabalho cativa, cujos custos já tinham sido pagos, além de não serem tão beneficiados com a imigração como a elite paulista.

Nesse contexto, a ideia de um regime republicano já rondava a sociedade brasileira⁶⁸. Tanto a elite urbana quanto a elite agrária tinham como objetivo aumentar seu poder político, buscando para tanto uma nova forma de governo na qual destacavam-se como fatores de transformação socioeconômica a industrialização, que ganhava importância em fins do século XIX, e a cafeicultura, principal atividade econômica do Brasil no mesmo período.

Paralelamente, os militares brasileiros, vitoriosos da Guerra do Paraguai defendiam um governo republicano centralizado, flertando com os ideais positivistas. Ao

⁶⁷ Os “fazendeiros – em especial os cafeicultores – ganharam uma compensação: a importação de força de trabalho europeia, de baixíssimo custo, bancada pelo poder público. Parte da arrecadação fiscal de todo o País foi desviada para o financiamento da imigração, destinada especialmente ao Sul e Sudeste. O subsídio estatal direcionado ao setor mais dinâmico da economia acentuou desequilíbrios regionais que se tornaram crônicos pelas décadas seguintes. Esta foi a reforma complementar ao fim do cativo que se viabilizou. MARINGONI, Gilberto. *Op.cit.*, 2011.

⁶⁸ No Sul de Minas é possível perceber a defesa da instauração da República no Brasil principalmente nos jornais da região, que se diziam “órgão republicano” e “semanário republicano”. É o caso por exemplo dos jornais *Colombo*, *A Revolução* e *A Conjuração*.

mesmo tempo, a campanha abolicionista deu início a uma forte propaganda contra a monarquia, atribuindo ao regime as limitações do desenvolvimento dadas às relações de produção por ele legitimadas. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a abolição proporcionou o trabalho livre no Brasil, configurando um salto ao modo de organização plenamente capitalista, provocou um grande nível de insatisfação da classe dos proprietários de terras, já que o latifúndio e o escravismo não validavam mais a figura autoritária de Dom Pedro II. Assim, em 15 de novembro de 1889 é proclamada a República no país.

Dessa síntese, o que nos interessa e importa compreender, é a identificação estrutural entre o capitalismo dominante e a classe dominante brasileira⁶⁹. A relação dada entre elas, centro e periferia, suscita a continuação da atividade produtiva da periferia em função das necessidades do centro. Tal relação, configurada inclusive pelo interesse mútuo de orientação da economia local em face das demandas do capitalismo dominante, se conforma como causa e consequência do crescimento sem necessariamente desenvolvimento, forma peculiar da economia brasileira.

De fato, na virada do século XIX para o XX, o Brasil passava por uma modernização que transformou a sociedade em seu aspecto tanto político quanto econômico. A urbanização que as principais cidades brasileiras conheceram, o avanço das ferrovias e das estradas, a chegada da eletricidade, a expansão das indústrias e dos bancos empregaram um novo ritmo de crescimento sustentado agora pelo trabalho livre.

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas faz uma distinção interessante entre *modernização* e *modernidade*. Para ele,

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas, etc.⁷⁰.

Já o conceito de *modernidade* não é tão facilmente especificado pelo autor. Ao longo de todo o texto, Habermas recorre a vários outros autores para discutir o termo, concluindo que não se trata de *modernidade*, mas *modernidades*, que consistem na

⁶⁹ DOWBOR, Ladislau. *Op.cit.*, 1982.

⁷⁰ HABERMAS, Jünger. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Tradução de Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 5.

conjunção de vários níveis de atuações e concepções humanas que se manifestam em processos complexos nos quais incidiram transformações e rupturas⁷¹.

Para Karl Marx e Friedrich Engels, a *modernidade* consiste num processo em constante movimento que se desenvolve paralelamente ao capitalismo, cujos grandes agentes dessas transformações são os próprios indivíduos. Fruto das contradições entre duas novas classes – burgueses e proletários – o capitalismo então traça os moldes da modernidade. A burguesia, então,

não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem⁷².

A dinâmica na qual os burgueses capitalistas precisam cada vez mais inovar em comércio, indústria e finanças para se manterem competitivos no mercado é considerada moderna por Marx, na medida em que esse tipo de organização econômica determina o comportamento social num dado estágio da sociedade. A *modernidade* para Marx parte do entendimento político da sociedade estruturada historicamente pelo aspecto econômico.

O papel do âmbito político no *moderno* também foi ressaltado por autores brasileiros. Francisco de Oliveira mostrou como a política exerce um caráter estruturante em relação à modernidade, a partir da articulação das formas econômicas subdesenvolvidas⁷³. Analogamente, Raymundo Faoro concluiu que a modernização refere-se a um processo de mudança, na qual se fundamenta na política e se orienta na economia, imposta pela elite à sociedade de maneira coercitiva ou através dos recursos ideológicos⁷⁴. No mesmo sentido, Florestan Fernandes demonstrou como a instauração de um Estado nacional fomentou as condições e os mecanismos de autodefesa da classe que ascendeu ao poder, aspecto essencial da modernização brasileira⁷⁵.

⁷¹ HABERMAS, Jünger. *Op.cit.*, 2000.

⁷² MARX, Karl. ENGELNS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 43.

⁷³ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁷⁴ FAORO, Raymundo. **A questão nacional: a modernização**. Estudos Avançados. v. 6, n. 14, 1992.

⁷⁵ FERNANDES, Florestan. *Op.cit.*, 1975.

A partir desse entendimento de *modernização*, que une necessariamente o político ao econômico num processo contínuo de mudança, situaremos o nosso debate sobre a transição do Sul de Minas. Mas de que transição estamos falando? Se assumimos que a modernização ocorre ao passo do desenvolvimento do capitalismo, claro está de que se trata de uma transição aos moldes capitalistas de organização social. Antes de adentrarmos nesse debate, é necessário enfatizar que o processo de *modernização*⁷⁶ no Brasil assumiu características distintas daquelas vividas pelos países mais desenvolvidos.

De maneira geral, a mudança nesses países foi desempenhada sobretudo pelo capital, que transformou as relações sociais *pari passu* com as transformações econômicas. As grandes indústrias passaram a produzir volumosa quantidade de bens, de maneira que tais produtos, dado o conjunto de suas características, se distinguiram dos itens produzidos pela manufatura e especialmente do artesanato. Aqui, a mudança foi proporcionada pelo latifúndio e pela economia de exportação, cujo principal produto, o café, manteve tanto sua função quanto seu processo de trabalho⁷⁷.

Assim, enquanto nos países centrais o processo de modernização configurou-se como uma ruptura às antigas relações sociais, a transição no Brasil se deu através de uma continuidade⁷⁸, na qual a elite brasileira fomentou as condições da *modernização capitalista*, caracterizada pelo velho modo de produzir no novo modo de reproduzir riqueza⁷⁹, sob uma relação de dependência econômica externa, principalmente com a Inglaterra.

⁷⁶ Celso Furtado chama então de *modernização* “a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos.” Mais adiante, na página 97, Furtado chama de “*modernização* a este processo de adoção de novos padrões de consumo, correspondente a níveis mais elevados de renda, na ausência de desenvolvimento econômico”. Na modelação das economias subdesenvolvidas, a relevância dessa modernização se revela apenas quando tais países iniciam sua industrialização através da substituição de importações, já que se torna evidente o processo produtivo de manufaturas para as camadas mais pobres por um lado, e a produção de bens aprimorados para a pequena elite, de outro. FURTADO, Celso. *Op.cit.*, 1974, p. 81, 97.

⁷⁷ Segundo José de Souza Martins, a mudança se tratou relativamente da forma social de valorização do capital, que estimulou “a disseminação do cálculo capitalista como fundamento da produção cafeeira, especialmente o cálculo de custo da mão de obra, coisa que o trabalho livre viabilizou numa escala de tempo compatível com a de uma safra”. MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. – 9. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013, p. 11.

⁷⁸ A elite nacional, dita burguesia, nunca teve poder econômico suficiente para pautar uma revolução aos moldes europeus. Sem transformar a estrutura política e social por meio de intensas lutas, o que caracterizaria a revolução, o Brasil dos oitocentos passou por seus episódios políticos mais importantes para a ruptura do sistema colonial e neocolonial, como a independência e a formação de um Estado-nação, com a coerência do “manter mudando”, num claro compromisso com o passado mesmo no contexto da modernização, se caracterizando em essência como o país da revolução passiva. Ver VIANNA, Luiz Werneck. *Op.cit.*, 1996.

⁷⁹ MARTINS, José de Souza. *Op.cit.*, 2013.

De fato, a colonização do Brasil serviu desde o começo para atender ao mercado internacional. A mão de obra escrava, base da economia de exportação, foi a forma mais eficaz encontrada pelas metrópoles europeias para explorarem o chamado Novo Mundo, a partir do que se constituiria como colônias imperiais. Uma vez que explorar terras virgens exigia grande número de braços além de trabalho constante, recusando tal empreitada os europeus preferiram optar pelo caminho mais fácil: escravizar povos alheios. A começar pelos índios, próprios da região, logo em seguida os africanos em larga escala, a escravidão ganhou importância ainda nos primeiros períodos da colonização⁸⁰.

A propriedade da terra então se fundamenta nas relações sociais de produção, que manifesta uma forma historicamente estabelecida de apropriação dos meios de produção, bem como dos bens produzidos por meio deles⁸¹. No contexto da transição, o nível de desenvolvimento das forças produtivas suscita uma nova relação de produção, pautada na exploração do trabalho alheio com uma nova finalidade: acumulação de capital. Porém, no dito Novo Mundo, o trabalho despontou não como uma mercadoria, mas também como uma propriedade, apresentada sob a forma da escravidão.

O longo processo de escravidão no Brasil sustentou todo o sistema produtivo, fazendo gravitar em torno da instituição escravista toda a estrutura social da época. Enquanto mera mercadoria de composição dos modos produtivos, os escravos eram submetidos à dominação objetiva imposta pela sociedade, para garantir a manutenção de um capitalismo pouco desenvolvido. Assim, a terra e o capital apresentavam sentido econômico apenas com o controle do trabalho, na qual, vinculando o trabalhador aos demais meios de produção, tornaria o trabalho propriedade⁸².

A concessão de terras no Brasil sob o regime de sesmarias determinava para isso a posse de tantos escravos quanto possível para o trabalho no solo⁸³. A terra, então, possuía valor apenas enquanto apresentasse escravos, assegurando o modelo escravista proposto para a colonização brasileira. Na medida em que a política que rege as terras e a mão de obra necessária ao trabalho estão interligadas, ambas dependem do grau de desenvolvimento da economia na qual estão inseridas⁸⁴.

⁸⁰ QUEIROZ, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

⁸¹ Pequeno dicionário político.

⁸² BARBOSA, Alexandre Fretas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003, p. 32

⁸³ STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café**. Editora Brasiliense, 1961, p. 59-60.

⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. – 9. ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Embora derivada de um processo histórico muito peculiar em relação ao modelo europeu, a transição no Brasil também demandou uma transformação do conceito da terra para, assim como lá, regularizar a oferta de trabalho livre. Também ditada pelo nível de desenvolvimento econômico, a transformação social se intensificou com aumento da população, a modernização dos centros urbanos, os melhoramentos nos transportes, o desenvolvimento industrial, as imigrações (internas e externas) e a acumulação de capital, que suscitaram a inclusão tanto do trabalho quanto da terra à economia comercial e industrial então em desenvolvimento na segunda metade do século XIX⁸⁵.

Foi especialmente com o fim do tráfico negreiro, em 4 de setembro de 1850, e em consequência o término do trabalho servil que se avizinhava, que o conceito de trabalho passou a se transformar. Como terra e trabalho se sustentavam mutuamente, a concepção de terra também iniciou seu processo de transformação. Assim, a Lei de Terras, aos 18 de setembro do mesmo ano, surgiu justamente para regularizar a propriedade da terra, na qual proibia a aquisição das terras através das posses ou doações do Império, se configurando como a primeira ideia capitalista da terra no Brasil. Transformando a terra também em mercadoria, a única forma de aquisição permitida, a compra, ajudava a regular também o trabalho livre.

Assim, com o fim do tráfico negreiro, os legisladores queriam dificultar o acesso à terra daqueles que não tinham como pagar por ela, forçando essas pessoas, os livres nacionais, a se submeterem ao trabalho regular nas propriedades daqueles que conseguiram pagá-la, possibilitando com isso a substituição dos escravos pelos trabalhadores livres⁸⁶. Tal ideia passava pelo entendimento do fator de Wakefield, defendido por Roberto Borges Martins como já discutimos, que pressupõe a falta de mão de obra numa região onde o acesso à terra é disponível, salvo por meio da escravidão.

A tentativa de proibir a aquisição da terra mediante o trabalho resultava da política mais conservadora existente, que via o problema da mão de obra no nacional livre, que seria então dotado de uma ociosidade quase que inerente a ele, determinando então um preço que impossibilitasse os livres de comprarem terras. No entanto, era difícil impedir de todo a ocupação de terras para subsistência, dada a vastidão de terras no Brasil.

Ademais, o montante proveniente da venda das terras seria destinado unicamente à demarcação das propriedades e ao financiamento da imigração de estrangeiros. Caso a

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ver CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

falta de braços não fosse satisfeita pelo emprego dos nacionais desprovidos de terras, a importação de colonos europeus certamente ajudaria, no entendimento dos legisladores, a resolver a problema adquirido com a abolição.

Os conflitos de interesse que representavam o tradicional e o moderno derivam no processo de transição na qual a característica atribuída à terra, como domínio imperial e prestígio social, cedia lugar para uma configuração equivalente à domínio público, mercadoria e poder econômico, processo este que se concluiria apenas no século XX⁸⁷. Desse modo, num primeiro momento a propriedade da terra atribuía prestígio social ao proprietário, já que demandava a consideração direta do Império sobre o favorecido. A ideia de riqueza então passava pela posse de homens e terras⁸⁸, na qual o poder exercido sobre os escravos e os livres em sua propriedade garantia o prestígio social. Num segundo momento, no entanto, a propriedade da terra simbolizava prestígio social porque traduzia o poder econômico, no qual o status social passava pela acumulação de capital, sendo a terra um dos ativos e os trabalhadores transitórios.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a mudança das considerações e atitudes acerca da terra correspondeu à mudança das considerações e atitudes em relação ao trabalho, na qual o trabalho servil foi gradativamente substituído pelo livre. A teia das relações sociais que surgiu do domínio dos proprietários essencialmente rurais sobre escravos e livres, bem como a relevância da economia de subsistência, justificam as ideias mais tradicionais sobre a terra⁸⁹.

Na segunda metade do século XIX, a economia mundial transformava-se a partir tanto da velocidade na acumulação de capital nos sistemas produtivos quanto da intensificação do comércio internacional, que proporcionaram a alta elevação da produtividade do trabalho. Consequentemente, houve um fluxo cada vez maior de excedente, direcionado para a acumulação e para o financiamento da diversificação do consumo⁹⁰. Como tal excedente foi apropriado e utilizado configura uma questão essencial para compreensão da evolução do capitalismo industrial, ou produtivo, em seus diferentes níveis desenvolvimento.

⁸⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Op.cit.*, 2010.

⁸⁸ ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elite escravista no Sul de Minas Gerais**: opções de investimento e composição da riqueza - século XIX. In: XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2010. v. 1. p. 1-19.

⁸⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Op.cit.*, 2010.

⁹⁰ FURTADO, Celso *Op.cit.*, 1974.

Com efeito, nas economias dependentes, geralmente de origem colonial, o capitalismo foi implantado antes da formação da ordem social competitiva⁹¹, se defrontando com estruturas econômicas, políticas e sociais apenas aparentemente adaptadas aos moldes capitalistas de vida econômica. Se na primeira fase do capitalismo houve a transformação dos latifundiários numa aristocracia agrária bem como a inibição dos resultados econômicos da autonomia política, na segunda fase a junção desses fatores acarretaria numa produção essencialmente voltada para a exportação, a despeito do consumo interno⁹².

Nessas economias periféricas, de fato, o aumento de produtividade implica sobretudo no aumento da exportação, sem relação direta com a acumulação ou com os avanços tecnológicos, que ficam por conta dos países centrais. Nos países que exportam produtos primários, o excedente se realiza nas importações de itens de consumo produzidos pelos países centrais. Uma vez que os produtos primários consistem fundamentalmente em produtos agrícolas, a acumulação se dá com recursos locais, mediante por exemplo abertura de terras, estradas, aumento de rebanhos, edificações rurais, etc., com exceção das ferrovias, que requerem alto grau de investimento estrangeiro⁹³.

Desde 1850, com a abolição do tráfico negreiro, o capital que seria investido na compra de cativos foi direcionado para investimentos nos setores industriais, embora também tenham sido destinados às áreas de comércio, serviços urbanos, bancos e transportes⁹⁴. Com uma ascensão da indústria sem precedentes, muitos estabelecimentos manufatureiros despontaram com atividades voltadas a maquinários, fusão de ferro e metal, sabão, velas, chapéus, sapatos, vidros, cervejas, vinagres e algodão e tecido⁹⁵.

Marx classifica capital como sendo simplesmente trabalho armazenado⁹⁶. Adam Smith, numa definição mais elaborada, alega que cada acúmulo de produtos da terra e do

⁹¹ A ordem social competitiva consiste na ordem social típica que a sociedade desenvolve ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, ordem que “organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes”. FERNANDES, Florestan. *Op.cit.*, 1975, p. 149.

⁹² FERNANDES, Florestan. *Op.cit.*, 1975.

⁹³ FURTADO, Celso. *Op.cit.*, 1974, p. 69.

⁹⁴ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio industrial no Brasil**. Disponível em: <www.ujtj.br/.../2arurb3-esterezilda.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

⁹⁵ SZMRECSÁNY, Tamás. LAPA, José Roberto do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2. ed. São Paulo: USP, 2002.

⁹⁶ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 40.

trabalho manufaturado que gera rendimento ou ganho ao proprietário se configura como capital⁹⁷. A partir dessa definição, podemos depreender que aquele que detém o capital, no limite, detém os processos de trabalho e produção, isto é, a propriedade da terra, os instrumentos e ferramentas, os insumos e a força de trabalho necessários para a fabricação dos produtos⁹⁸.

Nesse sentido, se avaliamos a transição para o trabalho livre e a propriedade da terra como processos essenciais para a consolidação do capitalismo, a questão do capital aparece como elemento fundamental para a transição em curso. Manifestando um caráter catalisador, o capital determina em última instância os rumos e a velocidade da modernização, do progresso e do desenvolvimento econômico. Consequentemente, parece-nos acertado que partamos da análise do trabalho, da terra e do capital para compreender o processo de transição capitalista sul-mineiro.

Internamente, as regiões brasileiras integraram-se nessa transição de maneiras também distintas, de modo que tal processo abarcou dinâmicas muito peculiares de acordo com o grau de desenvolvimento de cada região. O modelo de desenvolvimento capitalista hegemonicamente analisado no Brasil foi o que ocorreu em São Paulo, cuja dinâmica permitiu um processo de acumulação de capital capaz de proporcionar a expansão industrial e cafeeira, a partir de profundas transformações cuja principal foi a transição bem-sucedida da mão de obra escrava para a livre via imigração europeia.

Minas Gerais, por mais que tenha apresentado uma intensa dinâmica econômica no século XIX, os efeitos da abolição da escravatura foram mais sentidos na economia mineira que na paulista. Consequentemente, a desorganização da estrutura produtiva atrapalhou uma acumulação capitalista, agravada pela manutenção de uma economia que não permitia tal acumulação. Minas sofreu ainda com a ausência de um bom mecanismo de transporte, com a falta de um mercado capitalista, além da dificuldade de criar um processo de assalariamento pelo qual os trabalhadores, livres, comporiam oferta disciplinada e regular de mão de obra. De qualquer forma, são poucos os trabalhos que se propuseram a analisar a transição mineira para o século XX e as especificidades da formação do capitalismo nesse estado.

⁹⁷ Apud MARX, Karl. *Op.cit.*, 2004, p. 40.

⁹⁸ “O capital é, portanto, *poder de governo*, sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é *proprietário* do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder”. MARX, Karl *Op.cit.*, 2004, p. 40.

O Sul de Minas, que ao longo de todo século XIX destacou-se pelo abastecimento de gêneros alimentícios à capital, Rio de Janeiro, na virada para o século XX ganhava evidência pela intensificação das relações comerciais com São Paulo, além de iniciar um cultivo mais vultoso do café. Ainda assim, nessa transição a região sul-mineira apresentava grande retardamento em relação à industrialização, acumulação de capital e transição para o trabalho assalariado, constituído de uma população majoritariamente rural da qual considerável parte produzia para sua subsistência.

No contexto da modernização capitalista, a hierarquia entre as cidades sul-mineiras foi reorganizada provavelmente em função dos novos papéis sociais desempenhados por elas no que diz respeito principalmente à urbanização, industrialização e acumulação de capital, aspectos inerentes da nova era. Para tanto, analisaremos a seguir três componentes que achamos primordial para a compreensão dos percursos percorridos pelas distintas cidades de Campanha, Pouso Alegre e Varginha no contexto da transição do Sul de Minas, a saber, o trabalho, a terra e o capital.

1.4 – Café, política e separatismo

As primeiras lavouras de café no Sul mineiro constam das décadas finais do século XVIII, situadas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no vale do Sapucaí. Tem-se os tropeiros como as figuras que possivelmente trouxeram o café para a região, já que saíam de Minas Gerais para deixar suas mercadorias no Rio de Janeiro “e iam carregar as cangalhas de suas mulas com mudas e sementes de café, no Medanha, antes de subirem a serra de volta”⁹⁹. Podem também ter sido os boiadeiros, uma vez que, segundo Mafalda Zemella¹⁰⁰, desde 1765 as boiadas faziam o caminho do Sul de Minas até o Rio de Janeiro, passando por vales mineiros onde predominavam a criação de gado, como o Rio das Mortes, Rio Verde e Rio Sapucaí. Independente de terem sido tropeiros ou boiadeiros os agentes que trouxeram as primeiras mudas do café para a região Sul de Minas Gerais, o fato é que a produção inicial do café era destinada ao consumo próprio, pouco a pouco ampliando-se para suprir as necessidades locais.

⁹⁹ VALVERDE, Orlando. **A fazenda de café escravocrata no Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia. 29 (1), jan/mar. 1967, p. 39.

¹⁰⁰ ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

No entanto, grande parte da literatura acerca do café na região aponta a segunda metade do século XIX como o período de introdução da rubiácea. Maria Lucia Prado Costa¹⁰¹ indica que a introdução do café se deu na década de 1860 e sua expansão na de 1870 por fazendeiros antigos e prósperos da região de Alfenas e Pouso Alegre, decididos em investir na plantação cafeeira. Para Ricardo Moreira Rebello¹⁰², em 1870 já existia 220 mil pés de café na freguesia de Machado, já exportando para Rio de Janeiro e São Paulo. Um pouco antes, o memorialista Moacyr Brêtas Soares¹⁰³ afirma 1840 como o ano de introdução do café, oriundo da Zona da Mata, na cidade de Muzambinho, sendo cultivado primeiramente em fazendas com muitos escravos.

De qualquer forma, foi apenas no último quartel dos oitocentos que a planta ganhou expressão entre os fazendeiros da região, em menor escala do que viria a ter nas décadas iniciais do século XX. No início os fazendeiros, desconfiados da rentabilidade da rubiácea, continuaram apegados à produção tradicional das culturas de subsistência; com o tempo – e o retorno financeiro – gradativamente ocorreu um movimento de substituição de lavouras alimentícias para as do café, embora a produção dos gêneros tradicionais não tenham cessado, e desse movimento não ter alcançado todas as cidades.

Todo esse cenário de transformações sujeitava-se às ambições da elite local. Com efeito, tais ambições de cunho político faziam-se decisivos principalmente nas regiões mais dinâmicas de Minas Gerais, como a Zona da Mata e o Sul, cujo prestígio e poder, bem como a extensa população proporcionaram uma maior participação na vida política do estado. Nesse sentido, o Sul de Minas cumpriu importante papel no que diz respeito à base política para os presidentes de Província, senadores e deputados federais, o que garantiu o impulso necessário ao desenvolvimento que dependia das ações parlamentares¹⁰⁴.

¹⁰¹ COSTA, Maria Lucia Prado. **Fontes para a história social do sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

¹⁰² REBELLO, Ricardo Moreira. **O município de Machado até a virada do milênio**. Machado: s. d., 2006.

¹⁰³ SOARES, Moacyr Brêtas. **Muzambinho: sua história e seus homens**. 1940.

¹⁰⁴ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Economia sul-mineira: o abastecimento interno e a economia cafeeira (1870-1920)**. Heera (UFJF. Online), v. 4, p. 1-29, 2009.

Tabela 1.2 – Perfil comparativo da elite política mineira

Região de base política	Presidentes 1890-1933	Vice-Presidentes 1890-1933	Dep. Federais 1890-1933
Norte	0	10	7,8
Jequitinhonha	0	10	3,9
Rio Doce	5,6	10	3
Mata	22,2	30	25
Metalúrgica	22,2	10	31
Sul	38,9	20	19,8
Oeste	11,1	10	6,9
Triângulo	0	0	2,1

Fonte: FLEISHER, David D. **A cúpula mineira na República Velha:** origens socio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: MONTEIRO, Norma de G. (org.) V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 1982.

A característica comum entre as três regiões com maior participação política, Mata, Metalúrgica e Sul, conforme a tabela, consiste no fato de conterem a maior parcela da população do estado, bem como os recursos financeiros mais importantes. A representação da Zona da Mata e o Sul de Minas, regiões mais dinâmicas como temos defendido, apresentam maior consistência no período analisado, principalmente por se tratarem das regiões mais desenvolvidas na produção do café, e, por conseguinte, toda modernização que caminha junto a tal produção. A Zona Metalúrgica, por sua vez, deve a sua importante participação política à inauguração da nova capital do estado em 1898, da qual se beneficiou, e do desenvolvimento da indústria siderúrgica a partir de 1900.

O Sul de Minas, além da favorável condição demográfica, fluxo financeiro e intensidade da produção agrícola, estava mais ligado aos mercados de São Paulo e do Rio Janeiro, o que conferia maior integração da elite agrária com as capitais mais política e economicamente importantes do país. A historiografia tem mostrado que, conseqüentemente, a elite agrária não tinha grandes dificuldades de se eleger ao parlamento ou aos seus candidatos, de modo que os políticos eleitos representavam os seus interesses – principalmente o café – facilitando sobremaneira sua ambição, e com isso, o desenvolvimento das cidades à qual pertenciam¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. – 26. ed – São Paulo: Companhia das Letras, 1995. FLEISHER, David D. **A cúpula mineira na República Velha:** origens socio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: MONTEIRO, Norma de G. (org.) V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 1982. WIRTH, John. *Op.cit.* 1982.

Novos trabalhos, porém, vem demonstrando relativa autonomia desses políticos. Para Cláudia Maria Ribeiro Viscardi¹⁰⁶, além da ação política não estar imediatamente relacionada aos interesses cafeeiros, inexistia uma aliança permanente entre as elites mineiras e paulistas no período republicano. Amilcar Vianna Martins Filho¹⁰⁷, embora reconheça a importância do setor cafeeiro, destaca o vigor político mineiro a partir de um conjunto de fatores proporcionados por um sistema patrimonialista, e dos interesses dos diferentes setores econômicos e políticos de Minas.

Segundo Manuel Correia de Andrade¹⁰⁸, a centralidade política exerceu seu controle sobre estados e regiões “fazendo quebrar a autonomia dos estados, procurando desfigurar suas tradições, além de enfraquecer a sua vida econômica”. Assim, para o autor parece coerente que os brasileiros queiram fazer valer a diversidade e os interesses regionais reagindo “à injusta distribuição de recursos e a preferência de umas regiões sobre outras”, sendo esse contexto favorável às ideias separatistas¹⁰⁹.

De fato, o poder político e o econômico alcançados pela elite sul-mineira suscitou sonhos de separatismo do Sul de Minas do restante do estado, mas vinculado à União. As ideias separatistas passaram a ser amplamente defendidas na mídia da região, principalmente por meio do jornal escrito *Monitor Sul-Mineiro*, cujas matérias sobre o separatismo, a fim de se criar “Minas do Sul” com capital em Campanha, aparecem com frequência.

No número 454, o *Monitor*¹¹⁰ inicia na primeira página uma série com 4 matérias sobre “O Sul de Minas”:

[...] Vendo por quase todos os lugares que percorreu o povo tranquilo e contente com o pouco que tem, parecendo não aspirar á mais, disse ele comsigo: – Ditosa gente! tudo quanto a cerca espera benéfico impulso da civilização e do progresso: a lavoura, que não passa da cultura dos generos que limitadas necessidades reclamão, sem plano,

¹⁰⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Minas de dentro para fora**: a política interna mineira no contexto da Primeira República. Revista Lócus, Juiz de Fora, v. 5, n.2, 1999, p. 89-99.

¹⁰⁷ MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. **O segredo de Minas**: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

¹⁰⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. **Os meios de comunicação e o problema do separatismo**. Informação e Sociedade. João Pessoa, v.3, n.1, p.24-29. jul. 1993, p. 26.

¹⁰⁹ Analisando-se a política de planejamento no Brasil, o autor observa também “que o controle dos recursos pelo Governo federal, vem favorecendo sobremaneira os estados ricos contra os interesses dos estados pobres, quebrando, dentro da federação, a unidade de direitos e deveres que deveria existir entre uns e outros estados, entre as regiões menos e mais favorecidas. Esta política centralizadora que empobrece regiões em favor de outras, é profundamente prejudicial à unidade nacional e favorável ao surgimento do espírito de desintegração e de separatismo”. Ibidem, p. 26-27.

¹¹⁰ Monitor Sul-Mineiro, número 454 de 26 de maio de 1880. Campanha – CECML.

sem systema e sem aparta-se de velhas praticas; a indústria em seu período inicial sem o menor desenvolvimento, qual a encontrou este século em seu começo e qual promete encontral-a o século que há de vir; as comunicações diffíceis e morosas por que os obstáculos que offerece um paiz montanhoso não se tem procurado remover; a instrução primaria em muitos pontos sem ter ao menos máos professores que a propaguem; commercio sem vida; educação da mocidade sem a força que lhe garanta prestigio e os crimes multiplicando-se por circumstancias resultantes do estado geral do paiz e pela indulgencia dos tribunaes judiarios.

[...] É fóra de duvida que a iniciativa individual tem feito nascer grandes empresas; mas é tambem certo que nos paizes em que o espirito de associação é desconhecido ou não se tem desenvolvido em grande escala, os grandes cometimentos não podem ser tentados sem proteção ou auxílio do governo – e as localidades, que perante o governo não tem representantes de suas necessidades, não podem esperar essa proteção e esse auxilio.

O sul de Minas tem mandado á representação provincial muitos de seus mais distinctos filhos [...]. Hoje, como hontem, o deputado provincial deve ser uma ideia politica e servida por uma convicção politica; o suffragio popular tem sido a obediência ao chefe e homenagem ao que comunga as mesmas crenças.

[...] É essa razão por que vemos decadente e tão descurado o sul de Minas: – quando por exepção de regra é proposta e votada alguma medida de grande vantagem para a lavoura, para o commercio ou para a indústria ou fica ella consignada na legislação provincial ou é iludido o pensamento do legislador quando posta em pratica, por que por sua vez também o governo provincial quer se mostrar politico e converter essa medida em concessão ou favor á alguns aliados.

Estabelecer um plano igual de viação em Minas promover a construcção de estradas de ferro e navegação fluvial, auxiliar á lavoura facilitando-se a introdução de operários e fundando-se estabelecimentos de credito que offereção aos agricultores sob seguras garantias dinheiro á modico juro, são ideias que a politica não permite que sejam com esforço defendidas e convertidas em lei, por isso que quase todo tempo dos trabalhos legislativos ella preocupa os espíritos dos deputados provinciaes e leva-os á entregarem-se exclusivamente á questões de que nenhum beneficio vem ao paiz. [...]¹¹¹

Com frequência também o Sul de Minas é caracterizado como uma região próspera e abençoada pelo divino, cujos problemas de desenvolvimento seriam resolvidos se a capital administrativa fosse mais perto e mais presente, como seria no caso da separação da região do restante de Minas Gerais. Outras tantas vezes, o separatismo é defendido sem nenhuma sutileza e com riqueza de argumentos, como na série com 7 matérias, intitulada “Divisão de Minas”.

¹¹¹ Optamos neste texto por manter a grafia original dos periódicos analisados.

Na quarta publicação, número 472, o redator do *Monitor Sul-Mineiro*¹¹² tece comentários acerca da emancipação do Amazonas e do Paraná enquanto províncias autônomas, comparando-as, indignado, ao Sul de Minas. Exaltando a superioridade dessa região em relação às primeiras e defendendo a emancipação dessa enquanto Província, a primeira página destaca que:

[...]

Si prescindirmos da circumstancia de serem as províncias do Amazonas e Paraná limítrofes com alguns Estados estrangeiros, não há uma só razão que justifique a elevação das comarcas do Rio Negro e Coritiba á província, de preferencia á criação de um centro de administração no sul de Minas; e senão vejamos quaes as condições em que se achavão aquellas comarcas e confrontemol-as com as condições em que se vê esta parte da província de Minas.

Não apreciaremos a extensão de território do Amazonas, pois tratada a questão sob este aspecto ainda essa parte do Brazil devia ser dividida em algumas províncias, como o Pará em 2, Matto Grosso em 4 e Goyaz em 3 – não é deserto que reclama subdivisão do Imperio e sim o crescimento da população, as difficuldades que cercão a administração quando não pôde attender aos múltiplos trabalhos que lhe são confiados, e nem estudar necessidades que cumpre sejam satisfeitas.

[...]

No sul de Minas, porém, além de não termos até o presente um só de seus rios sulcado pelo vapor, as montanhas que nos cercão segregão as povoações umas das outras e tornão muitíssimo difficil a comunicação desta parte da província com sua capital, colocada no alcantilado de immensa e distante serra, quasi inaccessible á quantos precisão procurar ali a acção do governo em beneficio publico e todas as medidas que só podem partir da alta administração.

A província do Amazonas não possui a decima parte da população do sul de Minas, e sua maior riqueza consiste em produtos naturaes, devidos exclusivamente ao calor e á humidade, – ao passo que nesta parte da província em que vivemos, onde tambem existem grandes riquezas naturaes, a lavoura, embora peiada pela falta de vias de communicações e onerada de vexatórios impostos, tem tido notável desenvolvimento; mas á parte de seu progresso, devido exclusivamente ao esforço individual, não progride a difusão da instrucção publica e nem podem ser exploradas as muitas fontes de riqueza que possuímos.

As rendas da província do Amazonas, que têm tido nestes últimos annos espantoso crescimento, crescimento, não attingem á metade do que á titulo de impostos vai do sul de Minas para os cofres provinciaes; e cumpre acrescentar que, por circumstancias que julgamos ocioso mencionar, é mal feita e prejudicial á esses cofres a arrecadação que entre nós se faz dos impostos.

E confrontamos o sul de Minas qual o vemos, entregue aos próprios recursos de seus habitantes, com a província do Amazonas qual é, inteiramente diferente do que foi a comarca do Rio Negro: e entretanto

¹¹² *Monitor Sul-Mineiro*, número 472 de 14 de setembro de 1880. Campanha – CECML.

desta confrontação resultará necessariamente em todos os espíritos justos **a convicção de que nos assiste melhor direito á constituirmos uma entidade autônoma**¹¹³ do que o que tinha aquella comarca para se desligar da província do Pará.
[...]

As primeiras propostas separatistas enviadas ao parlamento, no decênio de 1840, pretendiam anexar o Sul de Minas à Província de São Paulo. Sem apoio de alguns políticos mineiros que queriam uma nova Província, em 1854 o deputado Francisco Octaviano apresentou à Câmara projeto de lei que criava uma nova província, reavivados que estavam com a criação da província do Paraná um ano antes¹¹⁴.

Na edição seguinte, número 473, de 20 de setembro de 1880, Bernardo Saturnino da Veiga continua¹¹⁵:

[...]

Porque isto [rápido desenvolvimento do Paraná]? Acaso algum extraordinário fenômeno meteorológico modificou suas condições climáticas e alterou a natureza de seu solo, dando fertilidade á terras inúteis?

Pesava por ventura sobre outras partes do Brazil tanta população que era uma necessidade a emigração de nacionaes e estrangeiros para alli?

Criou-se na antiga comarca de Coritiba muitas e ricas industrias?

Nada disso se deu: o contraste que se nota entre essa outr'ora comarca e a actual província do Paraná é devido só e exclusivamente ao facto de administração.

E para que possa ser questionada esta proposição é de mister que uma outra razão seja apresentada, á qual se deva attribuir o grande progresso, o extraordinário desenvolvimento material e moral que exhibe a província do Paraná.

[...]

Confrontemos agora as condições em que jazem as povoações do sul de Minas com as condições em que se achavão as que constituíão a velha comarca de Coritiba.

Lá a communicação da maior parte do território povoado com sua capital era mais rápida, mais fácil e menos dispendiosa do que a que mantemos com a capital de Minas; lá não existia população qual temos; a lavoura não tinha a importancia da nossa e nem o commercio era mais animado do que o que possuímos. As rendas publicas, isto é, os impostos creados não attingião, nos três termos dessa comarca, á decima parte da somma á que chega o que recolhem nossas estações encarregadas da arrecadação dos tributos que pagamos; lá a instrução publica não estava mais desenvolvida do que a que vemos aqui, e não

¹¹³ Grifo nosso.

¹¹⁴ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. **Imprensa política e separatismo no Sul de Minas Gerais, século XIX**. e-hum, Belo Horizonte, vol.3, no.1, 2010. Sobre o separatismo do Sul de Minas.

¹¹⁵ Monitor Sul-Mineiro, número 473 de 20 de setembro de 1880. Campanha – CECML.

sabemos que os campos e terras de cultura do Paraná serão mais pingues e mais férteis do que os do sul de Minas.

Porque, pois, pôr em duvida que a medida que felicitou aos habitantes daquela comarca não há de ter os mesmos resultados sendo adoptada no sul de Minas?

Porque demorar-se a adopção dessa medida em que estão postas tantas esperanças?

Prosseguiremos.

Em 1862 foi apresentado outro projeto pelo deputado Dr. Evaristo Ferreira da Veiga, criando a denominação de *Minas do Sul* de delimitando o espaço geográfico da separação de Minas Gerais: compreendia não apenas as comarcas sul-mineiras como também as da Zona da Mata e até do Triângulo Mineiro. Em 1869, o deputado Américo Lobo propôs outro projeto, com base do de Evaristo Veiga, embora menos pretencioso, sugerindo inclusive outro nome que não “Minas”¹¹⁶.

Na edição posterior, número 474, o *Monitor*¹¹⁷ continua:

Uma e muitas vezes temos dado publicidade aos argumentos justificativos da divisão da província de Minas; e uma e mais vezes os reproduziremos para que sejam geralmente conhecidos e se forme no espirito de todos a convicção de que dessa medida virão grandes benefícios não sómente ao sul como á toda província de Minas.

Com uma superfície de 871,200 kilometros quadrados, com uma população de 2,090,935 habitantes, com mais de 400 freguezias, Minas, occupando cerca da decima quarta parte do território brasileiro, inclusive os despovoados terrenos do Amazonas, Pará, Goyaz e Matto Grosso, tem mais da quinta parte de toda população do Brazil e conta também mais da quinta parte de todas as freguezias do Imperio.

Esta simples proposição, que se basêa no relatório de estatística publicado em 1875 e que não póde ser contestada, é poderoso argumento que por si só justifica a ideia da divisão desta província.

Ainda mesmo que não fosse ella central, que possuísse fáceis meios de comunicação, fora impossível ao mais activo e zeloso de seus administradores cuidar de outra cousa mais que do simples expediente: e a administração que só pode dar conta de méro expediente está impossibilitada de facilitar qualquer província, maximé áquellas que tem riquezas que precisão ser exploradas, elementos de prosperidade que pedem a atenção do governo.

E é por isso que contemplamos tristes o estado estacionário, sinão decadente de Minas, emquanto vemos outras províncias menos favorecidas da Providencia em espantoso progresso, qual não os é dado esperar conservando-se sua integridade, causa dos males que a opprimem.

¹¹⁶ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. *Op.cit.*, 2010. LAGE, Ana Cristina Pereira. **Professores políticos e alunos grevistas:** a Escola Normal e o Movimento Separatista, Campanha (MG), 1892. In: Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas: Unicamp, 2006. p. 15-36.

¹¹⁷ Monitor Sul-Mineiro, número 474 de 26 de setembro de 1880. Campanha – CECML.

[...] não é o bairrismo que nos inspira e sim nobre e elevada aspiração de vermos tão populosa parte do Imperio attingir ao progresso moral e material que em vão aguarda há mais de meio século.

[...]

Mas a projectada provincia de *Minas do Sul* terá recursos proprios para viver e prosperar?

Responderemos.

Na sétima e última, no número 475, o jornal¹¹⁸ tentou provar que financeiramente a província de *Minas do Sul* teria total condições de se manter:

[...]

Quanto a receita provincial foi ella orçada para o anno financeiro de 1880 á 1881 em 2:764:510\$000, figurando nesse orçamento as taxas itinerárias na importante quantia de 495:000\$000 e os direitos de seis por cento sobre a exportação de generos de produção e criação na quantia de 240:000\$000.

Ora, muito embora esteja colocada no sul de Minas a maior parte das estações em que se cobra taxa itinerária e seja mal feita em geral arrecadação desse imposto com prejuízo dos cofres provinciaes: muito embora seja o sul de Minas eminentemente agricultor e mais creador que o centro e norte da provincia, tomaremos somente a terça parte de toda a renda provincial como pertencente á provincia projectada – temos pois que sua renda será de 921:500\$000.

DESPEZA PROVINCIAL

Subsidio e ajuda de custo á 28 deputados	28:000\$000
Secretaria da assembléa, expediente, tachygraphia e publicação dos debates	22:000\$000
Secretaria do governo, expediente, papel para impressões, publicação de actos officiaes, official de gabinete	38:000\$000
Thesouraria provincial	28:000\$000
Corpo policial	86:000\$000
Sustento, vestuario, curativo e condução de presos de um para outro município e diligencias policiaes	30:000\$000
Pessoal da inspetoria da instrucção publica	12:000\$000
Expediente e gratificação á inspetores	14:000\$000
Escola normal e externato	22:000\$000
Professores e professoras de instrucção primaria nas cidades e vilas	48:000\$000
Ditos e ditas de freguesias	44:000\$000
Professores de latim e francez	12:000\$000
Pessoal da directoria de obras publicas	16:000\$000
Porcentagem á collectores e escrivães	50:000\$000
Pessoal das recebedorias	40:000\$000
Auxilio a 3 hospitaes de caridade	6:000\$000
Iluminação publica de três cidades	4:500\$000

¹¹⁸ Monitor Sul-Mineiro, número 475 de 2 de outubro de 1880. Campanha – CECML.

Fiscaes das Aguas do Lambary, Cam- buquira, Contendas, Caxambú e Caldas	<u>3:000\$000</u> 553:500\$000
Eventuaes	<u>46:500\$000</u> 600:000\$000
Fica um saldo de	321:500\$000

[...]

Não phantasiemos, disse um dia um distincto conterrâneo nosso, apreciando o que somos e o que podemos vir á ser, creando-se um cenrto de administração ao sul de Minas; e repetiremos suas palavras com as quaes daremos fim a nosso trabalho.

“O sul de Minas tem em si o germen de um grande futuro.”

[...]

Em 14 de julho de 1884, no número 701, o *Monitor Sul-Mineiro*¹¹⁹ publicava último o projeto separatista apresentado ao congresso pelo deputado Olympio Oscar de Vilhena Valladão:

Art. 1º É criada uma provincia, sob a denominação de Minas do Sul a qual ficará composta do territorio da provincia de Minas Gerais compreendido entre as provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Goyaz, sendo limitada pelo rio Turvo até sua confluencia com o rio Grande; por este abaixo até as vertentes do rio S. Francisco, em direcção á cordilheira que separa as aguas do mesmo rio das do Paraíba e por este até os limites de Goyaz.

Art. 2º A cidade da Campanha da Princesa será a capital da nova provincia.

Art. 3º A nova provincia dará 3 senadores, 6 deputados á assembléa geral. E a assembléa provincial terá 30 membros.

Art. 4º O territorio da provincia de Minas do Sul fará parte do districto da relação do Rio de Janeiro.

Art. 5º O governo fica autorizado a crear repartições, expedir os regulamentos e fazer as despezas que forem precisas.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrario.

Como o *Monitor Sul-Mineiro* era um jornal conservador, a propaganda separatista se limitava às leis imperiais, de maneira que a capacidade de mobilização à causa que o periódico possuía perdeu espaço na medida do desgaste da própria política do Império. Por outro lado, a propagação dos ideais republicanos e federalistas deram novo fôlego e novas concepções de separação do Sul de Minas¹²⁰. A instauração da República em 1889 aguçou as rivalidades entre as regiões mineiras, forçando o governo mineiro a acalmar os grupos políticos regionais com a tática da conciliação. O estopim do Movimento

¹¹⁹ *Monitor Sul-Mineiro*, número 701 de 14 de julho de 1884. Campanha – CECML.

¹²⁰ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. *Op.cit.*, 2010.

Separatista, porém, se deu quando da dissolução do Congresso Federal por Deodoro da Fonseca em 1891, apoiado por Cesário Alvim, presidente do estado de Minas Gerais.

Desse modo, aos 31 de janeiro de 1892, teve início na cidade de Campanha o movimento de separação do Sul de Minas do estado mineiro. A proclamação do estado de Minas do Sul instituiu Campanha como sede e Martiniano Fonseca Reis Brandão como chefe. Em seguida à instauração da Junta Governativa Provisória foi publicado o *Manifesto aos mineiros d'aquém Rio Grande*, que explicava oficialmente as razões da separação¹²¹.

Com um vasto território e uma grande população¹²², a separação enfraquecia Minas Gerais tanto no aspecto econômico, com perda de receita, quanto no político, com grande perda de representação no Congresso Federal. Portanto, em meados de março o Movimento Separatista tinha fim. Apesar de ser esperada a luta armada entre os separatistas e a força estadual, “o Movimento Separatista encerrou-se breve e tranquilamente por um consenso entre seus líderes e o governo central. A anistia aos revoltosos separatistas foi concedida pelo presidente Floriano Peixoto em 21 de abril de 1892, data simbólica do centenário de morte de Tiradentes”¹²³.

Nesse sentido, ao analisar o papel do café, da política e do separatismo para a região sul-mineira às vésperas do século XX, é possível traçar alguns apontamentos sobre a trajetória dessa região. Em primeiro lugar, há que se considerar a indiscutível importância da economia cafeeira para o desenvolvimento do Sul de Minas. Para Warren Dean¹²⁴, o comércio do café, para além da produção industrial, custeou boa parte das despesas econômicas e sociais, necessárias para a manufatura nacional, além de proporcionar a construção de estradas de ferro, as primeiras fábricas, a mão de obra imigrante e nacional. No Sul de Minas, o café foi responsável pela dinamização da economia, embora bem mais modesta que a verificada em São Paulo, e ainda pela criação

¹²¹ LAGE, Ana Cristina Pereira. *Op.cit.*, 2006. CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. *Op.cit.*, 2010.

¹²² “O nosso territorio, com os limites naturaes de leste e norte no Rio Grande e de oeste e sul nas divisas actuaes com os estados de S. Paulo e Rio de Janeiro, têm uma área de mais de 3.000 leguas quadradas (uma sexta parte do Estado), uma população superior a 800.000 almas (uma quarta parte da população do Estado de Minas) e concorre para a administração de Ouro Preto com cerca de 38 por cento da renda total do Estado de Minas!!!! Estes Algarismos demonstram que uma pequena fração do territorio mineiro (uma 6a. Parte) tem em si condensada a quinta parte de toda a população do Estado); e que esta população de engeitados da administração de Ouro Preto, sem recursos de que gosam as suas irmãs, ainda assim, pelo seu trabalho, pela sua industria e pela fertilidade de seu sólo consegue produzir tanto, que chega a concorrer para os cofres publicos com o equivalente a mais de uma terça parte da renda total do Estado de Minas!!! (Minas do Sul, 19/02/1892, p. 02)” Apud LAGE, Ana Cristina Pereira. *Op.cit.*, 2006, p. 12.

¹²³ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. *Op.cit.*, 2010, p. 13.

¹²⁴ DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. 2 ed, São Paulo: Difel, 1977.

de novas cidades – a exemplo mesmo de Varginha – que alcançaram importância já no início do novo século.

A economia das regiões mais dinâmicas de Minas Gerais nas últimas décadas dos oitocentos configurou-se especialmente pela expansão cafeeira, que trouxe consigo o progresso através da modernização e ampliação dos centros urbanos, como a eletricidade, o telefone, o calçamento das ruas, e mesmo o automóvel, além de outras inovações. Dessa forma, é provável que as cidades que orientavam sua economia pela produção do café tenham alcançado um grau de desenvolvimento maior que aquelas com baixa produção cafeeira.

Em segundo lugar, chama a atenção o prestígio e poder político angariado pelo Sul de Minas. Com forte representação no parlamento, independente de as figuras parlamentares terem traduzido os interesses da elite cafeeira ou pautarem-se por sua própria autonomia, o fato é que tal representação nutriu o desenvolvimento sul-mineiro, que por força desse prestígio chegou a sonhar em separar a região do restante de Minas Gerais.

Em terceiro lugar, o movimento separatista sul-mineiro, por mais que tenha sido derrotado, conseguiu com que o estado mineiro considerasse com mais zelo suas demandas regionais. Ademais, o Sul de Minas logrou ascender cinco de seus filhos de governadores de estado à Presidência da República, entre eles Wenceslau Braz, Delfim Moreira e Carlos Luz. Por outro lado, Campanha, cidade que dominava a representação política da região, cidade da qual emanou os ideais separatistas, inclusive os projetos de separação apresentados ao Congresso, sofreu as consequências do separatismo. A localidade sofreu cerceamentos políticos, perdendo importância não apenas política, mas econômica para outras cidades que prosperavam nesse período – como por exemplo Pouso Alegre e Varginha.

CAPÍTULO 2

O TRABALHO

2.1 – O trabalho no contexto da transição

Já demonstramos anteriormente que a população escrava do Sul de Minas no século XIX era uma das mais altas da Província. Do mesmo modo, discutimos também o motivo de tal quantidade, isto é, a produção e circulação de gêneros alimentícios para abastecimento de mercados vizinhos, sobretudo da Corte no Rio de Janeiro. Aqui, interessa-nos compreender a organização do trabalho no Sul de Minas, a fim de entendermos a transição do trabalho na região, no limiar do capitalismo e do trânsito do século XIX para o XX.

O modelo geralmente utilizado para análise da transição do trabalho ainda é hegemonicamente o desenvolvido para São Paulo, cuja imigração principalmente de europeus se fez notável a despeito das demais regiões brasileiras¹²⁵. Para Minas Gerais é cada vez mais crescente a quantidade de trabalhos que se têm proposto a analisar o trabalho a partir da abolição¹²⁶, porém, em sua grande maioria abarcam a Zona da Mata, de modo que ainda carecem de pesquisas mais sistemáticas para a região Sul de Minas Gerais¹²⁷.

¹²⁵ Entre os estudos que tendem a generalizar o modelo de transição do trabalho paulistas para todo Brasil está o de COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

¹²⁶ Entre os principais trabalhos que discute a transição na Zona da Mata está o de LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1985. Para Minas Gerais, COSENTINO, D. V. **Um múltiplo de transições: a transição para o trabalho livre em Minas Gerais**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

¹²⁷ Embora algumas pesquisas discutam a questão do trabalho no Sul de Minas, poucas são as que se detêm à análise propriamente da transição do mesmo. Sobre o trabalho no Sul de Minas encontram-se as pesquisas de COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002; PASCOAL, Isaias. **Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas, século XIX, no contexto de uma formação econômica não exportadora**. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2005; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **A transição da mão-de-obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888)**. Cadernos de história (UFOP. Mariana), v. 2, p. 96-116, 2008; NORONHA, Mariana Selenia Gregatti de. MARTINS, Marcos Lobato. **O debate sobre o trabalho escravo, o abolicionismo e o trabalho livre no Sul de Minas (décadas de 1870-1880)**. In: SAES, Alexandre Macchione (Org.); MARTINS, Marcos Lobato (Org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru, SP: Edusc, 2012.

A Província mineira, muito embora tenha recebido imigrantes, ainda que em escala bem menor que São Paulo, não viveu a substituição da mão de obra escrava pela europeia verificada em grande medida para aquele estado. Então como se conformou o trabalho livre no Sul mineiro após a extinção do trabalho escravo? Que papel cumpriu a transição do trabalho para a transição para o capitalismo?

Em decorrência da abolição do tráfico e da já iniciada falta de braços, Maria Lúcia Prado Costa em seu estudo das *Fontes para a história social do Sul de Minas*¹²⁸, ilustra a demanda de mão-de-obra em algumas cidades da região a partir da análise dos ofícios das Câmaras Municipais. Um ofício de Campanha, em 20 de fevereiro de 1857 dizia que “os lavradores da cana serão os que menos sofrerão com a cessação dos braços escravos por ser este ramo o que melhor se presta ao serviço de parceria com trabalhadores livres”. No ano seguinte, porém, aos 18 de janeiro, a Câmara entendeu que “a principal causa que motivou a escassez dos gêneros alimentícios seria a imigração dos braços escravos e dos pequenos cultivadores que só será remediada pelo aumento da população ingênua ou estrangeira”¹²⁹.

Outro ofício da Câmara Municipal de Pouso Alegre¹³⁰, em 6 de fevereiro de 1857 atestou que “a agricultura se recente da falta de braços, sendo de esperar que os jornais subam de preço”. Analogamente, um ofício da Câmara Municipal de Três Pontas, da qual derivou Varginha¹³¹, em 18 de janeiro de 1858 pronunciava que

a falta de braços, ocasionada pela morte dos escravos tem também influído consideravelmente para a diminuição da produção por que o agricultor não acha meios de os substituir em razão de o pequeno número de jornaleiros livres, que existe neste Município, achar um salário maior do que aquele que razoavelmente se pode pagar para cultivar a terra, na condução de gado, porcos e tropas para o mercado da Corte, e finalmente por que muitos indivíduos que se poderão dar ao trabalho da agricultura e tirarem dele cômoda e decente subsistência vegetam na ociosidade sem procurar emprego algum.

De acordo com estes documentos, a mão-de-obra parece ter sido o principal motivo do mau desempenho econômico nessas localidades. Enquanto para Campanha a principal causa seria a migração, possivelmente para as lavouras cafeeiras paulistas e da

¹²⁸ COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002, p. 96.

¹²⁹ Ibidem, p. 96-97.

¹³⁰ Ibidem, p. 96.

¹³¹ Ibidem, p. 97.

Mata mineira, para Pouso Alegre e Três Pontas a questão fundamental consistia no aumento do preço do jornal¹³². Três Pontas ainda classifica a ociosidade como fator relevante à falta de mão-de-obra.

De maneira parecida, em 1874 Bernardo Saturnino da Veiga em seu *Almanach Sul-Mineiro*¹³³ lastimava a falta de mão de obra para trabalhar as vastas terras férteis da região, no qual diz que “uma grande parte das terras do Sul de Minas acha-se ainda inculta, mas já não existem terrenos devolutos neste lado da província, sendo certo que provém aquela circunstancia especialmente da desproporção notável que há entre a população e superfície do solo”. Na mesma página, o autor continua:

Os recursos amplos que oferecem os três reinos da natureza, é forçoso confessá-lo, não tem até o presente dado à agricultura e à indústria o desenvolvimento que se podia esperar; mas (...) deve este fato ser atribuído não só à disseminação da população por um vasto território e à dificuldade de comunicações e transportes, como também à certa prevenção contra o trabalho agrícola, injustamente julgado por muitos como próprio unicamente do escravo.

Segundo Veiga, a ociosidade não é o único motivo da falta de braços, de modo que a alta relação de território por população e a deficiência nos transportes concorrem para agravar o problema que, ao seu ver, se dá na falta de desenvolvimento da agricultura e da indústria. As causas do ócio do trabalhador livre então residem na “insuficiência de força policial, desídia frequente das autoridades locais, escassez quase absoluta de instrução nas camadas inferiores da sociedade – e falta de uma boa lei de locação e serviços”, as quais resolvidas ajudariam a resolver o problema¹³⁴.

Assim, presentes tanto no campo quanto na cidade se achavam os livres e os mestiços, de modo que havia quase o consenso de que eram dados ao ócio, indispostos e indisciplinados às tarefas sistemáticas, como as da agricultura. O referido Almanach Sul-Mineiro destaca ainda que “infelizmente, é considerável o número daqueles que, nada possuindo, passam a vida em ócio quase permanente, fornecendo aos anais do vício e do crime talvez nove décimos dos nomes que eles registram”¹³⁵; e ainda, que “é certo que

¹³² O ofício de jornalista é impreciso uma vez que não diz respeito a uma atividade, mas à jornada de trabalho. Assim, a remuneração salarial paga por um dia de trabalho se caracteriza como jornal, que por sua vez é o que se paga ao jornalista. SALES, José Roberto. **Espírito Santo da Varginha (MG): 1763 – 1920**. Varginha: Gráfica e Editora Sul Mineira, 2003.

¹³³ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Op.cit.*, 1874, p. 30.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 31.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 30.

entre muitos deles [os concidadãos] a ociosidade criou profundas raízes, que só poderão ser extirpadas pela educação e pelo exemplo”¹³⁶. Os nacionais, qualificados como malandros, preguiçosos e incultos, incomodavam a elite em relação à sua numerosidade, primeiro pela impossibilidade de equipará-los aos escravos, depois por considerá-los incapazes de se adequarem ao projeto modernizador que pensavam para o país, cabendo para a tarefa – e para o exemplo – os imigrantes europeus¹³⁷.

2.2 – O escravo

Foi a partir da abolição do tráfico negro, em 1850, que o problema da mão de obra passou a se configurar como preocupante na sociedade então tipicamente escravocrata. Vale lembrar que, o escravo, além de representar um valor considerável como ativo financeiro, dando grande *status* aos que os possuíam, a própria comercialização deles através do tráfico se fazia altamente lucrativa, fato que também caracterizava o apego da elite agrária à escravidão. Ademais, os braços cativos consistiam na força produtiva que estruturava o país, se fazendo essencial para a construção do Brasil.

Louis Couty¹³⁸ afirmou, nos anos finais da escravidão, que o Brasil é um país sem povo. Francês e branco, a máxima do autor diz respeito ao negro, dada a preocupação com a dita crise do sistema socioeconômico, que já apresentava dificuldades em cogitar o fim da escravidão sem impactos negativos para a produção agropecuária. Para Couty, as ideias de negro e progresso social eram contraditórias por entender que o negro brasileiro era defeituoso por natureza e, dessa forma, inferior ao irlandês, ao russo, ao operário alemão ou francês¹³⁹. Não restam dúvidas de que a solução do autor para o desenvolvimento do Brasil estaria no emprego de colonos europeus assalariados que, ao mesmo tempo, acabaria com a relação escravo e fazendeiro, geradora do atraso técnico, e forneceria a mão de obra qualificada tão necessária para o progresso do país.

¹³⁶ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Op.cit.*, 1884, p. VIII.

¹³⁷ Ver LARA, Sílvia Hunold. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**. *Projeto História*, N. 16, February 1998, pp. 25-38.

¹³⁸ COUTY, L. **A escravidão no Brasil**. Tradução de Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

¹³⁹ COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: esboços sociológicos**. Brasília: FCRB/Senado Federal, 1984.

As ideias de Couty, amplamente lidas no espaço acadêmico, ajudaram a crer no escravo enquanto coisa. Nos próprios abolicionistas, é possível encontrar as origens da exclusão dos negros ao serem tratados como “peças”, “danificados” ou “crias”. Mesmo com a tentativa de relevar tais tratamentos, considerado a época em que foram praticados, alguns abolicionistas apresentam inclusive um entendimento equivocado do indivíduo negro. Joaquim Nabuco, por exemplo, um dos mais importantes e famosos, julgava ter “o mandato da raça negra”, na qual os escravos, sem consciência de seus interesses bem como nenhuma condição de se libertarem, fracos e oprimidos; incumbiam aos abolicionistas, humanos e solidários, a missão de libertá-los¹⁴⁰.

Para Nabuco, “muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras”¹⁴¹. Tal ideia leva a crer que o movimento abolicionista se preocupava, em primeiro lugar, com o atraso econômico a que a utilização de mão de obra servil condenava o país, o que perpassava obrigatoriamente pela libertação dos escravos.

A vitimização com que Nabuco trata os cativos, alegando incapacidade destes não apenas de lutarem por sua liberdade, mas também de exercê-la, encontrou oposição por parte daqueles que creem numa escravidão pautada pela doçura com que eram tratados os cativos por seus senhores. Ideia defendida por José de Alencar, político conservador e autor de romances, se assemelha à de Gilberto Freyre, para quem a escravidão no Brasil foi de ordem patriarcalista, ou seja, capaz de tratar os cativos com critérios de justiça. Para aquele, a abolição deveria partir da própria vontade dos senhores, atribuindo à intervenção do governo um verdadeiro caos na sociedade. Para este, a escravidão foi benéfica e protetora para os escravos, o que deixou de ser quando da abolição da escravatura. Tal ideia patriarcalista está de acordo com aquela que afirma haver entre

¹⁴⁰ “O mandato da raça negra” consiste no terceiro tópico da obra de Nabuco. A epígrafe, emblemática, diz que “se a inteligência nativa e a independência dos bretões não conseguem sobreviver no clima insalubre e adverso da escravidão pessoal, como se poderia esperar que os pobres africanos, sem o apoio de nenhum sentimento de dignidade pessoal ou de direitos civis, não cedessem às influências malignas a que há tanto tempo estão sujeitos e não ficassem deprimidos mesmo abaixo do nível da espécie humana?”. NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Disponível em <<http://www.culturabrasil.org/zip/oabolicionismo.pdf>>. Acesso em julho de 2014, p. 9; ver também CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. In: *Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009.

¹⁴¹ NABUCO, Joaquim. Op. cit., p. 68.

escravos e senhores um contrato social, no qual as duas partes se beneficiam mutuamente¹⁴².

Alguns autores vão fazer referência ao processo social de coisificação vivido pelo cativo, reconhecido juridicamente na sua identificação enquanto mercadoria. Entretanto, outros teóricos vão avançar para a coisificação subjetiva, isto é, o escravo deixa de ser pessoa e passa a ser um mero objeto, reconhecendo no seu igual também um objeto¹⁴³. De um modo geral, tais estudos carecem de análises sobre o papel do negro no contexto do trabalho em perspectiva histórica. O escravo não era um agente passivo, mas um sujeito do processo de trabalho bem como um sujeito histórico, capaz de lutar contra a opressão que o tratava como coisa. O escravo trabalhava sob forte coação física e psicológica do senhor, de modo que sua forma de se rebelar era principalmente o atraso do serviço e as fugas.

Ademais, a grande maioria dos escravos morreu escrava, o que não significa que aceitaram a escravidão que lhes foi imposta. Havia a clara necessidade de se adaptar à escravidão para sobreviver a ela, de maneira que o próprio fato de resistir à coação do senhor, à violência e à sua condição de mercadoria fazia parte do processo de adaptação. Tal fato, que em nenhum momento se assemelhava à pretendida incapacidade do escravo, era indispensável para impedir que a coisificação social, estabelecida pelo regime escravista, se transformasse em coisificação subjetiva¹⁴⁴.

A crença dominante pressupõe que a violência própria da escravidão cuidou de bestializar os cativos, retirando inclusive qualquer legado cultural que ainda pudessem ter. Sua condição de animais impossibilitava, assim, seja por causa do sistema, seja pela própria vontade do escravo, a constituição de família no cativeiro. Os cativos não tinham capacidade técnica, não possuíam potencial intelectual de aprendizagem, nem valorizavam o trabalho assalariado, características primordiais para a ascensão social¹⁴⁵.

¹⁴² FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. – 48 ed. rev. – São Paulo: Global, 2003.

¹⁴³ Como é o caso de CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

¹⁴⁴ É importante ter “em vista a coisificação social, que não é sinônimo de coisificação subjetiva. A coisificação social se chocava com a pessoa do escravo (pessoa = subjetividade humana). Ferida, humilhada, comprimida, a pessoa do escravo não era anulada (exceto em casos patológicos). A contradição entre ser coisa e ser pessoa constituía a vivência do escravo durante toda a sua existência”. GORENDER, J. Op. cit., p. 22-23.

¹⁴⁵ Celso Furtado alega que “o homem formado dentro desse sistema social [a escravidão] está totalmente desparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas ‘necessidades’. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de

De uma maneira geral, a historiografia clássica vê na imigração europeia a única resolução possível para a substituição dos escravos¹⁴⁶. Para tanto, via de regra, esses trabalhos creem numa suposta contradição entre negro e progresso, escravo e trabalho, libertos e trabalhador.

Por mais que tais ideias possam ter pretendido a emancipação dos escravos em algum momento, culminaram numa desqualificação profunda deles, que foram privados do reconhecimento enquanto sujeitos de sua própria história. Em certos casos, vê-se a negação da importância da cultura política dos trabalhadores, bem como a certeza inabalável na “teoria do escravo-coisa”, embora travestidos de eruditos e sofisticados em teoria¹⁴⁷. Diante de tudo isso, é fácil compreender porque os negros parecem ter sido banidos da literatura crítica que versa sobre a história do trabalho após a abolição.

Várias são as pesquisas que apresentam uma clara tendência interpretativa de distanciar as experiências de trabalho da escravidão e da pós-abolição, como relações de produção, forças produtivas, tecnologia e até mesmo coerção. Em diversas sociedades escravistas, porém, estudos apontam para o uso de mão de obra escrava em setores manufatureiros e industriais, destacando a complexidade do trabalho escravo tanto urbano quanto rural a partir das transformações nos campos ideológico e tecnológico em fins dos oitocentos¹⁴⁸.

Com o crescimento urbano, especialmente no Rio de Janeiro, desde meados do século XIX podemos identificar a população negra, escrava e liberta, trabalhando nos setores de comércio, serviços urbanos como transporte e abastecimento, além de estarem presentes também nas manufaturas. Ao contrário do que defendem alguns historiadores, densas cidades escravistas surgiram dinamizando relações de produção¹⁴⁹, com escravos de ganho ou de aluguel.

Escravos de aluguel consistiam naqueles escravos que eram cedidos a terceiros para as mais variadas tarefas mediante pagamento a seus donos. Já os escravos de ganho desempenhavam atividades no mercado gerando ganhos para seus senhores. Sendo muito

subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio.” FURTADO, Celso. *Op. cit.*, 2007, p. 203-204.

¹⁴⁶ Como também é o caso por exemplo de FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978; CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, 1962; MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁴⁷ CHALHOUB, S. e SILVA, F. T. *Op. cit.*, 2009.

¹⁴⁸ NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. **Além das Senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30015.pdf>>. Acesso em maio de 2014.

¹⁴⁹ ALENCASTRO, Luíz Felipe. **Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872**. Novos Estudos Cebrap, 21, São Paulo, 1988. Ver também NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. *Op. cit.*, 2014.

comum que senhores permitissem aos seus escravos viverem sobre si mesmos, muitos escravos ao ganho se tornavam vendedores ambulantes, que dominava a maioria do ramo de trabalho; vários foram alocados como carregadores, devido à sua força física, trabalhando principalmente no porto com carga e descarga de mercadorias; os tigres eram aqueles escravos que garantiam o “saneamento” e o abastecimento de água bem como o recolhimento do lixo, o que garantia a higiene da cidade; outros tantos ainda realizavam ofícios diversos como alfaiates, barbeiros, marceneiros, pedreiros etc. Às mulheres escravas de ganho eram frequentemente reservadas as tarefas domésticas como lavadeiras, arrumadeiras e amas de leite; muitas delas também atuavam como concubinas, prostitutas e amantes¹⁵⁰.

Luiz Carlos Soares demonstrou que, para o Rio de Janeiro do século XIX, os escravos eram muito utilizados nos serviços públicos urbanos, principalmente na limpeza urbana, iluminação, obras públicas, transporte de cargas e de passageiros. Se na primeira metade dos oitocentos o serviço era oferecido pelo setor público, na segunda metade as empresas privadas passaram a realizar tais tarefas, mas sempre com emprego da mão de obra cativa, até que, à medida que a escravidão caminha para o fim, gradualmente vai sendo substituída por braços livres. Desse modo, a municipalidade do Rio de Janeiro poderia possuir seus próprios escravos, solicitá-los ao Estado Imperial (escravos da nação) ou ainda alugar cativos de particulares ou contratar escravos de ganho¹⁵¹.

O fato mais interessante consiste nos escravos de ganho empenhados nas manufaturas. Na maioria das vezes estes ganhavam salários pela venda da sua força de trabalho, mas tinham que repassar tudo ou pelo menos parte da remuneração recebida para seu dono. Alguns autores chegam até a sugerir que as quantias repassadas pelos senhores aos seus escravos ao ganho equivaliam a salários¹⁵². Então, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que esse negro se apresentava como trabalhador assalariado, ele ainda se configurava como uma mercadoria.

De qualquer maneira, a população negra dominaria cada vez mais o mercado de trabalho nos centros urbanos principalmente no setor de serviços, pelo menos na primeira metade do século XIX, disputando espaço com os imigrantes que chegavam ao Brasil na

¹⁵⁰ GENESTRA, Cinthia Bourget Fortes. **A atuação dos escravos de ganho na organização da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. Para entender a história** Ano 2, jan., Série 11/01, 2011, p.01-11.

¹⁵¹ SOARES, Luiz Carlos. **O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

¹⁵² SOARES, Luiz Carlos. **A manufatura na formação econômica e social escravista do sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense** (manuscrito). Niterói, UFF. 1980.

segunda metade e mais intensamente nas primeiras décadas do século XX¹⁵³. A complexidade das relações de trabalho na sociedade escravista, portanto, foi excluída tanto das considerações sobre o legado e a experiência na formação do mercado de trabalho, quanto dos estudos sobre relações raciais.

Analisando o processo de substituição da mão de obra escrava para a livre, muitos historiadores buscaram destacar a industrialização, sinônimo de urbanização e modernidade, enquanto que a sociedade escravista foi tratada como atrasada, sendo esquecida tanto ela quanto o negro que a sustentava. A apreensão de um capitalismo incompatível com o sistema escravista ganharia força com os estudos de Eric Williams¹⁵⁴, para quem escravidão, trabalho escravo e meio rural eram terminantemente opostos à industrialização, trabalho assalariado e urbanização.

Um dos adeptos dessa teoria, Luiz Aguiar da Costa Pinto¹⁵⁵, acredita que a ideia de transição social no pós-emancipação perpassa pela busca dos diversos fatores que determinam as relações de raça. Para ele, a transição para o capitalismo configurou um processo árduo e longo para os negros, existindo legados do passado em algumas localidades onde ainda coexistiam, no âmbito socioeconômico, dois mundos: um da escravidão e um da modernidade. Se por um lado havia o mundo da escravidão, estagnada em termos econômicos e sociais, do outro havia a industrialização e a urbanização, gerador de mudanças.

Ao afirmar que “sem dúvida” a maior distância percorrida por homens e mulheres “de cor” foi a de escravo a proletário, o autor classifica a escravidão como naturalmente estática e culpada pelo atraso social, tecnológico e econômico. Consequentemente, está implícita a ideia de que os negros são igualmente incapazes de acompanhar o ritmo da modernização, marcados em sua essência pelo passado escravo ainda recente, e desprovidos da experiência inerente às relações de trabalho.

¹⁵³ NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. *Op. cit.*, 2014. Segundo Silvia Lara, é preciso ter em vista que as bibliografias sobre a formação da classe operária e sobre a escravidão/abolição partem da ideia de que a imigração massiva teve início enquanto ainda existia a escravidão. Porém, isso não garantiu que os negros fossem considerados trabalhadores nas interpretações, sendo raros os trabalhos que relacionam escravidão e imigração. A historiadora ressalta que, “fora as iniciativas do movimento negro – sobretudo a partir do final da década de 70 – que denunciam a discriminação racial nas relações de trabalho, os negros parecem estar sempre (ou quase sempre) excluídos da história dos trabalhadores.” LARA, Silvia Hunold. *Op. cit.*, 1998.

¹⁵⁴ WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução de Denise Bottmann. – 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁵⁵ PINTO, Luiz Aguiar da Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1953.

Tal análise desconsidera ainda o caráter peculiar do Brasil Colônia e do Brasil Império. Por mais que seja incorreto afirmar que o sistema de organização social equivalia ao capitalismo, dada a sua estrutura produtiva tipicamente servil, a produção desse trabalho escravo, como vimos, era voltada fundamentalmente para o abastecimento dos mercados europeus, já então plenamente capitalistas. No limite, é no mínimo curioso que braços cativos alimentem, grosso modo, um sistema necessariamente pautado pelo trabalho livre.

Na prática, a interpretação teórica ainda dominante defende que a transição para o trabalho livre se deu sob o determinismo ora das forças econômicas ora das elites agrárias, mas sempre sem atuação dos trabalhadores negros. No imaginário das elites, cujo produto culminou na ideologia do símbolo da civilização e do progresso, a substituição do trabalho incidia sobre uma questão de cálculos, quando não se queria qualquer trabalhador, mas o imigrante europeu. A partir da construção de uma nação pautada pela transição inexorável da mão de obra, escravos africanos, crioulos e mestiços deveriam ser substituídos pelos homens brancos advindos da civilização¹⁵⁶.

Como pondera Melvyn Dubofsky para os Estados Unidos, a história do trabalho abarcava tipicamente os trabalhos masculinos e brancos¹⁵⁷. Para o Brasil não é muito diferente. As análises de Luiz Pinto não conseguiram avançar no sentido de pensar a experiência da população negra na formação da classe operária do Rio de Janeiro, de maneira que os estudos acerca das relações raciais pressupunham uma camada trabalhadora nascida exclusivamente da imigração europeia.

Em termos de relações de produção, não houve mudanças somente naqueles locais que receberam os imigrantes europeus. Peter Eisenberg¹⁵⁸ argumenta que houve antes uma modernização sem mudança, de modo que a ideia do atraso técnico dos braços escravos não procedia. Para além disso, a ideia de uma modernização sem os pretendidos braços europeus não deixa dúvidas de que o negro foi, em grande parte, o trabalhador que continuou sustentando a estrutura produtiva¹⁵⁹.

No Sul de Minas, a preocupação com a falta de braços tornou visível, por parte dos senhores, a defesa da emancipação dos escravos na tentativa de, parecendo superiores

¹⁵⁶ NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. *Op. cit.*, 2014.

¹⁵⁷ DUBOFSKY, Melvyn. **Historiography of American Labor History**. In: ARNESON, Eric. *Encyclopedia of American Working Class and Labor History*. New York: Routledge, 2007, pp.595-601.

¹⁵⁸ EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁵⁹ Haja vista que, como discutido anteriormente, a vultosa imigração europeia teve vez em São Paulo, que consiste antes numa exceção que na regra de transição brasileira.

e generosos, garantir os braços dos libertos para as lavouras. De fato, as estratégias para manter nas fazendas os escravos após a abolição que se fazia iminente passavam, por um lado, pelos laços de amizade e parentesco, tentando que o abandono da fazenda ou local onde cresceram se configurasse uma ação difícil, capaz de fazer permanecer os libertos nessas regiões; por outro, pelas tentativas dos proprietários de ligar os libertos às fazendas e à si próprios por meio de laços de gratidão, muitas vezes se antecipando à abolição e libertando seus escravos. Tal fato manifestava o entendimento dos senhores de que recebendo a liberdade de suas mãos em vez das do Estado, os libertos passariam a compreendê-la como uma dádiva dos senhores. Ao mesmo tempo, estes possibilitavam uma transição lenta e gradual do trabalho escravo para o livre, reorganizando as estruturas de trabalho e dependência excluindo a coerção física própria da instituição escravista¹⁶⁰.

Um claro exemplo disso podemos verificar no inventário do senhor José Rodrigues do Prado¹⁶¹, requerido em 1881, que mostra uma relação interessante entre a libertação dos escravos e cumprimento das condições para tal libertação. Morador de Campanha, José já havia libertado 10 de seus 11 escravos sob condições não especificadas nos autos. Porém, os 11 escravos estão arrolados no processo como propriedade, reunindo um montante de 7:000\$000 contos de réis. Resta a pergunta: tais cativos eram de fato cativos ou eram forros? Ao que tudo indica, eram juridicamente reconhecidos como escravos mas sob promessas de serem libertados.

Também em Campanha, em 1885, consta no inventário da Dona Josefa da Conceição Silva Brito¹⁶², esposa do Tenente-Coronel Francisco Carneiro Santiago, capitalista local, que “os pretos da requerida foram libertos”, compondo os herdeiros. Embora não haja de fato escravos arrolados, há apenas um herdeiro identificado.

O caso mais sintomático é o apresentado pelo inventário da Dona Maria Bárbara da Conceição de 1895¹⁶³. A Baronesa da Varginha, como era conhecida, deixou via testamento para seus 50 ex-escravos arrolados em 18 de julho de 1888, isto é, dois meses após a abolição, cerca de 560 alqueires de terras, conhecidos genericamente como Fazenda São Diogo. O total dos bens imóveis rurais da Baronesa avaliados em 1895 foi de 137:980\$000 contos de réis, embora seja impreciso se esse valor corresponde total ou parcialmente às terras deixadas para os ex-cativos. O valor dos animais são de 8:010\$000

¹⁶⁰ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. COSTA, Maria Lúcia Prado. *Op.cit.*, 2002.

¹⁶¹ Inventário de José Rodrigues do Prado, 1881. Campanha – CEMEC.

¹⁶² Inventário de Josefa da Conceição Silva Brito, 1885. Campanha – CEMEC.

¹⁶³ Inventário de Baronesa da Varginha, 1895. Varginha – APMV.

e das culturas de 33:800\$000, o que demonstra a grande importância das atividades rurais nas fazendas da inventariada.

Por outro lado, os periódicos propagandeavam a abolição principalmente por entenderem que o progresso e a modernização do país dependiam necessariamente do trabalho livre. A exemplo disso, numa matéria datada de 12 de dezembro de 1881, o jornal pouso-alegrense *Livro do Povo*¹⁶⁴, dirigindo-se ao pequeno agricultor, “quem de fato abastece o mercado da cidade”, declara na primeira página que:

É patente e por todos lamentada a falta de camaradas para o serviço rural e mesmo para os misteres da vida domestica nos centros populosos. O elemento servil que tem sido até hoje quasi o unico recurso que possuímos, além de diminuido consideravelmente por effeito da lei de 28 de Setembro de 1871, vae-se tornando imprestavel pela falta de educação moral a que tem sido fatalmente condemnado pela sua degradante condição.

Analogamente, o jornal campanhense *Monitor Sul-Mineiro*¹⁶⁵, no início de março de 1888, atesta que

Suprimidos os escravos, que cegamente obedição às ordens e caprichos dos senhores, teremos de substituí-los nos diversos serviços que preocupam nossas atividades por homens livres, aos quaes não poderemos jamais impor a revoltante sujeição a que habituamos os que nasceram no seio da escravidão.

Em fins do mesmo mês, nº 897, o *Monitor Sul-Mineiro*¹⁶⁶ traz em suas páginas a afirmação de que “em Minas a glória da libertação (de escravos) dos primeiros municípios, vai caber a Itajubá e Pouso Alegre”.

O jornal também editado em Campanha, *A Conjuração*¹⁶⁷, em 22 de maio de 1888, nº 70, declarava que

Braulio Lion, que durante os quatro últimos mezes multiplicou a sua actividade e dedicação, e, dia e noite, hora por hora, minuto por minuto, não descansou mais um instante na obra da abolição, não queria que esta terra fosse sorprehendida com a imposição da lei! E a lei da liberdade veio encontrar a cidade livre.
(...)

¹⁶⁴ Livro do Povo, número 14 de 12 de dezembro de 1888 – APM.

¹⁶⁵ Monitor Sul-Mineiro, número 894 de 3 de março de 1888 – CECML.

¹⁶⁶ Monitor Sul-Mineiro, número 897 de 25 de março de 1888 – CECML.

¹⁶⁷ A Conjuração, número 70 de 22 de maio de 1888 – APM.

Taes foram, em resumo e descoradamente descriptos, os festejos com que a Campanha recebeu a notícia do grande e glorioso acontecimento que abre uma nova e a para os destinos do povo brasileiro, porque incontestavelmente a lei da redempção dos captivos é no estado actual do paiz o primeiro passo para a liberdade do branco – para a victória da ideia republicana.

(...)

O povo, descuidoso e alegre, festeja com delírio o facto da abolição da escravidão. Nada mais natural nem mais justo que o enthusiasmo: e uma raça que se redigme e uma outra que se eleva pela coragem e generosidade ao fazer a redempção.

O excesso de análise desses jornais em relação à abolição elucida bem o que vimos dizendo até agora: o escravo, bestializado pela escravidão, é incompatível com a modernização pretendida para o Brasil, se “redimindo” com a abolição; os senhores, elevados “pela coragem e generosidade ao fazer a redenção”, estavam mais preocupados com os rumos de suas atividades no que tange à falta de mão de obra que com o futuro dos libertos.

Na mesma edição, *A Conjuração*¹⁶⁸ acusa proprietários de não libertarem seus escravos. Sob os títulos de *A escravidão continua* e *Atentado à liberdade*, respectivamente, o jornal alega que

o sr. Tenente-coronel Francisco Carneiro Santiago¹⁶⁹, fazendeiro residente no Lambary mesmo após a publicação da lei de 13 do corrente continúa a manter os seus ex-escravisados em completo captiveiro, pois que os conserva fechados durante a noite e de dia no trabalho de sua lavoura. Assim, portanto, continuam no captiveiro os infelizes que foram escravisados desse senhor. (...) Consta-nos que igual procedimento tem tido o sr. Felix Gonçalves da mesma freguezia em relação ao mesmo assumpto. Torna-se urgente que o governo do paiz tome as providencias que taes casos reclamam para que a liberdade da raça oprimida seja, desde, já, uma realidade pratica.

(...)

Consta-nos que um fazendeiro da Mutuca declarou que só depois da lei redemptora é que daria aos libertos o dia de sábbado, pretendendo portanto continuar com o regimen da escravidão em seu estabelecimento.

Essas matérias evidenciam que, embora se pretendesse – pelo menos por parte dos jornais – um projeto de “embranquecimento” dos trabalhadores sul-mineiros via imigração estrangeira, para os senhores a falta de mão de obra configurava um grande

¹⁶⁸ *A Conjuração*, número 70 de 22 de maio de 1888 – APM.

¹⁶⁹ Justamente o mesmo cuja esposa, Dona Josefa da Conceição Silva Brito, requerida em 1885, teve seus pretos libertos compondo os herdeiros!

problema, cuja resolução passava pela utilização dos próprios libertos, nos casos acima, ainda tratados como escravos.

De qualquer forma, a escravidão no Sul de Minas durou até os últimos dias. Segundo Fábio Castilho¹⁷⁰, a maioria dos municípios sul-mineiros aumentou sua quantidade de escravos entre 1873 e 1885, a exemplo de Alfenas, Cabo Verde, Caldas, Campanha, Christina, Itajubá, Jaguaray, Passos e São Sebastião do Paraíso. As que diminuíram, tiveram seu território desmembrado, como Três Pontas, que deu origem a Varginha em 1882. Vale lembrar que a região computava quase 21% do total de escravos da província nas duas décadas finais do Império, atrás apenas da Zona da Mata.

Considerando o período escravista do nosso recorte temporal, 1880-1888, foram arrolados para Campanha 138 inventários, dos quais 86, 62,3%, apresentam algum cativo. A partir da média de escravos em razão da quantidade de inventários, constata-se que há uma média de 4,57 escravos para cada inventariado; se considerada apenas entre os proprietários, a média tem um salto significativo, aumentando para 7,32, o que confirma o caráter escravista campanhense.

Tabela 2.1 – Inventários com escravos arrolados
(Campanha, 1880-1888)

Ano	Nº de ocorrências	Nº de escravos	% dos inventários	% dos escravos
1880	9	119	10,47%	6,52%
1881	16	115	18,60%	11,59%
1882	9	53	10,47%	6,52%
1883	6	46	6,98%	4,35%
1884	14	104	16,28%	10,14%
1885	11	59	12,79%	7,97%
1886	7	45	8,14%	5,07%
1887	9	37	10,47%	6,52%
1888	5	32	5,81%	3,62%
Total	86	610	100,00%	62,32%

Fonte: CEMEC.

¹⁷⁰ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Economia sul-mineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira (1870-1920).** *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Juiz de Fora, v. 4., n. 1, 2009.

Para Pouso Alegre, 37 dos 120 processos encontrados contém algum escravo, o que corresponde à 30,8%. Se considerarmos a média de escravos em razão da quantidade de inventários, teremos para Pouso Alegre uma média de 1,15 escravo para cada inventariado; se considerada apenas entre os proprietários, a média tem um aumento expressivo, saltando para 4. De qualquer forma, tal média é relativamente pequena, o que nos leva a crer a cidade caminhava na contramão das grandes escravarias encontradas para o Sul de Minas, como Campanha.

Tabela 2.2 – Inventários com escravos arrolados

(Pouso Alegre, 1880-1888)

Ano	Nº de ocorrências	Nº de escravos	% dos inventários	% dos escravos
1880	5	34	13,51%	45,45%
1881	3	3	8,11%	23,08%
1882	3	16	8,11%	25,00%
1883	5	18	13,52%	31,25%
1884	1	8	2,70%	20,00%
1885	4	26	10,81%	36,36%
1886	9	24	24,32%	50,00%
1887	7	19	18,92%	38,89%
1888	-	-	-	-
Total	37	148	100,00%	28,68%

Fonte: MHMTT.

Apenas 31 documentos foram encontrados para Varginha, dos quais 15 apresentam algum cativo, ou seja, 48,38%. Em relação à média de escravos, há 5,64 escravos para cada inventariado, e 11,66 escravos para cada escravista, maior inclusive que a média de Campanha, embora menos da metade da amostra seja proprietária de escravos. Tal relação indica um alto nível de concentração de cativos entre os inventariados do município.

Tabela 2.3 – Inventários com escravos arrolados
(Varginha, 1880-1888)

Ano	Nº de ocorrências	Nº de escravos	% dos inventários	% dos escravos
1880	1	4	6,67%	3,23%
1881	-	-	-	-
1882	2	3	13,33%	6,45%
1883	3	106	20,00%	9,68%
1884	2	5	13,33%	6,45%
1885	3	42	20,00%	9,68%
1886	2	12	13,33%	6,45%
1887	2	3	13,33%	6,45%
1888	-	-	-	-
Total	15	175	100,00%	48,39%

Fonte: AFMV.

Assim, analisando o percentual de escravistas das três localidades, quase dois terços da amostra de Campanha se apoiam no trabalho servil, o que equivale ao dobro de Pouso Alegre. Varginha, entre Campanha e Pouso Alegre em quantidade de proprietários, apresenta a maior média de escravos por proprietários, revelando possuir grandes escravarias. Se tal fato foi determinante para traçar os rumos do desenvolvimento capitalista desses municípios na passagem para século XX, dada a dificuldade que uma economia mais escravista tenderia a apresentar para organizar um mercado de trabalho livre, ainda não temos condição de afirmar. De qualquer forma, esse cenário configura-se como uma pista para diferenciar as trajetórias dessas localidades.

Desde o monumental *Casa Grande e Senzala* do Gilberto Freyre¹⁷¹, a historiografia tem cuidado das grandes unidades escravistas, fazendas com enormes plantéis de escravos e um extenso grupo familiar. Trabalhos mais recentes como o de Douglas Libby, José Flávio Motta, e este com Nelson Nozoe e Iraci del Nero da Costa, além de Renato Marcondes¹⁷², mostram justamente que a existência de largas posses de escravos são menos frequentes do que se tinha consenso.

¹⁷¹ FREYRE, Gilberto. *Op.cit.*, 2003.

¹⁷² LIBBY, Douglas Cole. *Op.cit.*, 1988; MOTTA, José Flávio. **O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos** (Bananal, 1801-1829). *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 21 (3): 409-434, set./dez. 1991; MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson. COSTA, Iraci del Nero da. **Às vésperas da abolição um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870**. *Estud. Econ.* 2004, vol.34, n.1, p. 157-213; MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX**. São Paulo,

Para o Sul de Minas, trabalhos como o de Clotilde Paiva e Herbert Klein, Juliano Custódio Sobrinho e Marcos Andrade¹⁷³, se preocuparam em demonstrar que essa região, voltada para o abastecimento interno, estava mais próxima dos moldes da grande lavoura, caracterizada pela exportação, que aos padrões das economias de mercado interno, pautadas pelas pequenas e médias unidades rurais. Todavia, esses trabalhos analisaram a primeira metade do século XIX.

Na última década da escravidão, Campanha apresentava relativamente poucos planteis unitários, que representavam menos de 2% do total de escravos arrolados para o município. A faixa de dois a quatro cativos era a maior, 36%, ainda que calculassem pouco mais que 13% do total de escravos. Os unitários e os pequenos planteis compunham juntos a metade de todas as escravarias, porém detinham menos de um quarto do total dos cativos.

Tabela 2.4 – Estrutura da Posse de Cativos
(Campanha, 1880-1888)

FTP ^(a)	Senhores			Escravos		
	Número	%	% Acumulada	Número	%	% Acumulada
1	12	14,0%	14,0%	12	1,9%	1,9%
2-4	31	36,0%	50,0%	86	13,7%	15,6%
5-9	23	26,7%	76,8%	152	24,1%	39,7%
10-29	18	20,9%	97,7%	276	43,8%	83,5%
30-49	1	1,2%	98,9%	47	7,5%	90,9%
50 e +	1	1,2%	100,0%	57	9,0%	100,0%
Total	86	100,0%	-	630	100,0%	-

Fonte: CEMEC.

(a) Tamanho de Faixa de Plantel

A outra metade ficava abarcava sobretudo dos médios plantéis, de cinco a nove e de dez a vinte e nove cativos, que juntos somavam mais de 47% das escravarias e detinham mais de dois terços da população escrava do município. A amostra apresenta apenas duas grandes escravarias, que embora representem pouco, 2,4%, possuíam mais de 16% da quantidade de cativos, ou seja, mais que os pequenos plantéis.

1998. Tese (doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 276p.

¹⁷³ PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. **Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha, 1831.** Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, v. 22, n. 1, p. 130-149, jan.-abr. 1992; SOBRINHO, Juliano Custódio. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira de Itajubá (1785-1850).** 2009. Dissertação (Mestrado em História) – ICH/UFJF, Juiz de Fora; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op.cit.*, 2005.

Já Pouso Alegre possuía uma quantidade significativa de plantéis unitários, quase 30%, apesar de representarem, em números absolutos, menos de 8% do total de escravos. As pequenas escravarias, de dois a quatro escravos, detendo o mesmo número de proprietários que os unitários, e quase 20% do número de escravos. As duas pequenas escravarias, unitária e de dois a quatro escravos, reúnem quase dois terços dos proprietários, embora em números absolutos representem menos de 30% dos cativos arrolados. Por outro lado, os plantéis de cinco a nove escravos correspondem a mais de 35%, sendo as faixas de escravarias com mais ocorrências, além de deter também mais da metade de todos os cativos, mais de 57%. Foram registradas apenas duas escravarias de dez a vinte e nove escravos, mas juntas somam 15,5% da população cativa.

Tabela 2.5 – Estrutura da Posse de Cativos
(Pouso Alegre, 1880-1888)

FTP ^(a)	Senhores			Escravos		
	Número	%	% Acumulada	Número	%	% Acumulada
1	11	29,73%	29,73%	11	7,43%	7,43%
2-4	11	29,73%	59,46%	29	19,59%	27,02%
5-9	13	35,14%	94,60%	85	57,53%	84,55%
10-29	2	5,41%	100,01%	23	15,54%	100,09%
30-49	0	0,00%	-	0	0,00%	-
50 e +	0	0,00%	-	0	0,00%	-
Total	37	100,00%	-	148	100,00%	-

Fonte: MHMTT.

(a) Tamanho de Faixa de Plantel

Varginha, por sua vez, é composta majoritariamente por pequenas escravarias que somam 60% de todas as ocorrências: as unitárias com 20% e as de dois a quatro escravos com 40%. Entretanto, a primeira com menos de 2% e a segunda com menos de 10% do total de escravos, correspondem juntas a apenas 10,86% da população cativa amostrada. As médias escravarias, de cinco a nove e de dez a vinte e nove, correspondem a um terço das escravarias e 44% do total de escravos. A única grande escravaria, porém, detém sozinha mais que esse percentual, 45,14% do total de cativos arrolados.

Tabela 2.6 – Estrutura da Posse de Cativos
(Varginha, 1880-1888)

FTP ^(a)	Senhores			Escravos		
	Número	%	% Acumulada	Número	%	% Acumulada
1	3	20,00%	20,00%	3	1,71%	1,71%
2-4	6	40,00%	60,00%	16	9,14%	10,86%
5-9	1	6,67%	66,67%	8	4,57%	15,43%
10-29	4	26,67%	93,33%	69	39,43%	54,86%
30-49	-	-	-	-	-	-
50 e +	1	6,67%	100,00%	79	45,14%	100,00%
Total	15	100,00%	-	175	100,00%	-

Fonte: AFMV.

(a) Tamanho de Faixa de Plantel

Em síntese, Campanha, Pouso Alegre e Varginha na última década da escravidão apresentavam predominância de pequenas escravarias, embora os maiores plantéis concentrassem a maior quantidade de escravos¹⁷⁴.

Na época da transição, no Sul de Minas ainda predominava a vida rural em relação às cidades, principalmente no que diz respeito à economia. Dessa forma, os escravos estavam alocados sobretudo nas fazendas, desempenhando tarefas de criação de animais e plantio de culturas, e empenhados na produção de gêneros alimentícios como queijos, aguardente, açúcar, farinha, etc.

De fato, todos os proprietários de escravos cujas atividades puderam ser identificadas apresentaram alguma relação com a terra, sobretudo em relação à criação de animais e cultivo de culturas.

Tabela 2.7 – Estrutura da posse de cativos consoante atividade característica do inventário
(Campanha, 1880-1888)

Atividade	FTP ^(a)						Total
	1	2-4	5-9	10-29	30-49	50 e +	
Lavoura e/ou Criação	12	30	22	15	1	1	81
Negócio e Criação	1	-	-	1	-	-	2
Não identificada	-	1	1	2			4
Total	13	31	23	18	1	1	87

Fonte: Inventários de Campanha (CEMEC e Fórum Municipal).

(a) Tamanho de Faixa de Plantel

¹⁷⁴ Tal resultado é o mesmo encontrado por Eduardo José Vieira para Lavras. *Op. cit.*, 2015.

Os dois negócios declarados para Campanha consistem em uma farmácia, cuja proprietária, Emiliania América Ximenes, possuía um escravo; e um comércio de secos e molhados, pertencente ao Capitão Manoel Francisco Ribeiro, identificado também como capitalista, que detinha 20 escravos. A primeira, inventariada em 1880, não possuía bens imóveis rurais, mas 6:900\$000 em contos de réis de imóveis urbanos. Sem plantações e detendo 10 animais, possivelmente se tratava de escrava doméstica, já que é do sexo feminino. O segundo apresentava, em 1888, 37:000\$000 em contos de réis em imóveis rurais e 8:500\$000 em imóveis urbanos, o que evidencia não apenas atividades urbanas, como seu negócio, mas também rurais. Seus escravos eram campeiros, cozinheiros, caseiros, roceiros e costureiras, além de dois tropeiros, o que pode indicar que seu comércio cuidava ainda do transporte das mercadorias.

Entre as atividades não identificadas, estão as de Maria Silvana de Jesus, que inventariada em 1881 possuía nada menos que 15 escravos (8 masculinos e 7 femininos mais 3 ingênuos) e bens imóveis urbanos que importavam em 1:980\$000 contos de réis, além de bens móveis que equivaliam a 743\$000. De 1885 consta o documento de Antônio Dias de Castro, que possuindo 11 escravos (7 homens e 4 mulheres) detinha 10:000\$000 em bens imóveis rurais e 1:600\$000 em urbanos, além de 600\$000 em bens móveis. No mesmo ano foi inventariado o senhor Adolfo Marques, deixando 3 escravos (1 masculino e 2 femininos), 15:500\$000 em imóveis rurais e exorbitantes 33:748\$440 em bens móveis sem especificação dos itens, bem como 16:500\$000 em dívidas ativas. Por último, o Capitão Jose Justino Lopes de Moraes possuía, em 1887, 7 escravos (6 masculinos e 1 feminino), 240\$000 em bens móveis e 2:100\$000 em imóveis rurais.

Tabela 2.8 – Estrutura da posse de cativos consoante atividade característica do inventário

(Pouso Alegre, 1880-1888)

Atividade	FTP ^(a)						Total
	1	2-4	5-9	10-29	30-49	50 e +	
Lavoura e/ou criação	9	11	13	2	-	-	35
Negócio e criação	1	-	-	-	-	-	1
Não identificada	1	-	-	-	-	-	1
Total	11	11	13	2	-	-	37

Fonte: MHMTT

(a) Tamanho de Faixa de Plantel

Apenas um dos proprietários arrolados para Pouso Alegre, o senhor Antônio Muniz Barreto não pôde ter identificada a atividade econômica que exercia. Seu processo,

iniciado em 1887, não possui muitas informações, de modo que os bens do inventariado consistiam apenas em 408\$000 reis de bens móveis e uma escrava com valor de 250\$000. O outro proprietário unitário era o senhor Gustavo Gonçalves Lopes, inventariado também em 1887, detinha 120\$000 em semoventes e 9:600\$000 em bens imóveis rurais, além de uma casa de negócios não especificada no inventário. Em ambos os casos, como se trata de escravas, possivelmente eram utilizadas nos trabalhos domésticos.

Tabela 2.9 – Estrutura da posse de cativos consoante atividade característica do inventário

(Varginha, 1880-1888)

Atividade	FTP ^(a)						Total
	1	2-4	5-9	10-29	30-49	50 e +	
Lavoura e/ou criação	2	6	1	4	-	1	14
Negócio e criação	-	-	-	-	-	-	-
Não identificada	1	-	-	-	-	-	1
Total	3	6	1	4	0	1	15

Fonte: AFMV.

(a) Tamanho de Faixa de Plantel

O único proprietário de Varginha cuja atividade também não foi identificada é o senhor Manoel Cardoso da Silva, que apresenta em seu processo, iniciado em 1887, apenas um escravo no valor de 400\$000 em réis.

Como vimos, o Sul de Minas pautava sua economia através essencialmente do abastecimento, de modo que parece razoável que a maioria dos proprietários de escravos arrolados para os municípios pesquisados tenham suas atividades econômicas voltadas para o trabalho na terra.

Embora num primeiro momento pareça pouco o montante dos escravos representarem menos de um quarto de todas as riquezas da amostra, vale ressaltar que a) em maio de 1888 esse valor simplesmente deixou de existir, ao passo que b) o próprio comércio dos escravos deixou de girar na economia, além de c) ter havido uma desorganização do processo produtivo bem como d) uma possível falta de liquidez para contratarem trabalhadores livres.

Tabela 2.10 – Participação dos Escravos na Riqueza
(1880-1888)

Município	Escravos	% Monte-mor
Campanha	416.776.060	19,62%
Pouso Alegre	113.402.500	12,93%
Varginha	90.054.000	13,76%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Não é difícil compreender o impacto da abolição nessas economias, visto que o conjunto das fortunas que apresentavam escravos – notadamente Campanha, o município mais escravista – incorreram na perda de valor que os cativos representavam. Nesse sentido, esse pode ter sido um dos motivos de Campanha ter parado no tempo e não ter conseguido realizar sua transição capitalista com êxito.

2.3 – O livre

O entendimento do trabalho desempenhado pelo elemento livre, perpassava pelo entendimento de seu “ócio natural” destacado à época, de maneira que os cativos teriam sido utilizados como recurso possível à falta dos nacionais. Aos escravos, então, competiam a atividade laboral forçada, na grande maioria das vezes na lida dura da vida rural, instituída muitas vezes mediante coação. Nesse contexto, numa sociedade escravista como a brasileira, onde à mercadoria humana competia a atividade degradante, tida como ocupação odiosa, seria impensável que o homem livre realizasse tal tarefa.

No caso dos escravos, a vontade imediata consistia em se verem livres do cativeiro, depois do qual estariam desobrigados da tarefa produtiva. A liberdade então significava a possibilidade justamente do não-trabalho, na qual se livrariam do status de escravos ao romperem com o trabalho sistemático que os identificava como tal. Portanto, era de se esperar que, tão logo quanto lhes soltassem dos grilhões, tendessem a recusar a sujeição a uma espécie de “retorno” à sua escravização, tanto no que diz respeito às tarefas árduas, quanto no tratamento recebido do senhor e/ou feitor.

Quanto aos livres nacionais, o acesso à terra, o cultivo para sua própria subsistência e as eventuais empreitadas laborais, além da aversão ao trabalho ordenado, concorreram para afastá-los da sujeição a uma atividade detestável, e, conseqüentemente, de um mercado de trabalho organizado. Em quaisquer dessas atividades, “o ócio é uma

realidade esperada, uma vez que o trabalho não ocupa todo o tempo do trabalhador, e, sobretudo, pela possibilidade de controle do processo, do ritmo e do tempo de trabalho, que revela a autonomia que esses profissionais detêm”¹⁷⁵.

Numa sociedade onde o ato de trabalhar era visto como atividade pouco honrosa, era de se esperar que os indivíduos com condições de recusar-se a laborar, prontamente o fariam. Tal fato não pressupõe que qualidades como a ociosidade e a vadiagem sejam inerentes ao elemento livre; porém, manifesta apenas o reflexo da organização social na qual o livre estava inserido.

Conforme destaca Isaías Pascoal¹⁷⁶, é complicado “pensar o trabalho numa sociedade escravista que o reduz à condição ignominiosa de ocupação desprezível”, já que entre os nacionais reinava a concepção de que o trabalho cotidiano era um ônus do escravo, pouco honrado, degradante. Consequentemente, numa sociedade escravista, o livre se caracterizava pelo não-trabalho, por tarefas sem relação com a dos escravos, relacionadas à mando e direção.

Além disso, os senhores escravistas, forjados na instituição escravista, demasiadamente experimentados no trato com escravos, tendiam a estender as relações próprias do escravismo aos livres, principalmente quando se tratavam de libertos, o que contribuía sobretudo para a concepção de que a estes não cabiam as atividades regulares. Não bastasse isso, a remuneração paga pela execução do trabalho pouco compensava a sujeição a ele, de maneira que buscavam outras formas de sobrevivência como produção para consumo próprio e trabalhos pontuais.

Embora a mão de obra escrava tenha se configurado como principal estrutura produtiva no período escravista, Douglas Cole Libby demonstrou em sua tese sobre transformação e trabalho¹⁷⁷ que apenas um terço dos domicílios mineiros por ele analisados possuía escravos. Como demonstrado anteriormente, apenas 37,7% dos domicílios amostrados para Campanha não se utilizavam do trabalho servil; para Varginha, pouco mais da metade da amostra, 51,6% não apresentava escravos; e para Pouso Alegre a taxa dos domicílios inventariados que não possuíam cativos sobre consideravelmente, alcançando 69,2%.

¹⁷⁵ PASCOAL, Isaías. **Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas**, século XIX, no contexto de uma formação econômica não exportadora. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2005, p. 53.

¹⁷⁶ PASCOAL, Isaías. *Op. cit.*, 2005, p. 50.

¹⁷⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Op. cit.*, 1988.

Diante desse fato surge a pergunta: como viviam, como produziam estes domicílios sem escravos? De início, parece claro que, embora havia a rejeição ao trabalho sistemático, existia uma grande quantidade de trabalhadores livres paralelamente à instituição escravista.

**Tabela 2.11 – Atividades dos não proprietários de escravos
(1880-1888)**

Atividade	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
Apenas lavoura	13	26,00%	2	2,47%	1	6,25%
Apenas criação	21	42,00%	50	61,73%	3	18,75%
Lavoura e criação	16	32,00%	13	16,05%	5	31,25%
Apenas negócios	-	-	-	-	-	-
Lavoura e negócios	-	-	-	-	-	-
Não identificados	-	-	16	19,75%	7	43,75%
Total	50	100,00%	81	100,00%	16	100,00%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Nos processos de inventários analisados para essas três localidades sul-mineiras, as atividades econômicas dos não proprietários de escravos giravam também em torno da vida nas fazendas, cujas principais consistiam na criação de animais e no cultivo de gêneros alimentícios, conforme a Tabela 2.11. Se esses inventariados possuíam algum negócio, não foi possível identificá-lo através dos processos. Ademais, para Pouso Alegre e Varginha, é grande a quantidade de inventários cuja atividade não pôde ser identificada.

Numa comparação entre proprietários escravistas e não escravistas, a cidade de Campanha chama a atenção para a diferença entre os montantes dos criadores de animais e dos agricultores dada a participação ou não dos escravos. Assim, 69,6% dos criadores de animais possuíam cativos, detendo 74,1% da soma relativa à atividade de criação. Quanto aos que cultivavam, 78,3% eram proprietários de escravos, e representavam 66% do montante das culturas.

Tabela 2.12 – Atividades de Criação e Cultura da Amostra de Inventários
(Campanha, 1880-1888)

Atividades	Escravistas		Não escravistas		Total	
	Valor	Proprietários	Valor	Proprietários	Valor	Proprietários
Animais	101:152\$907	78	35:281\$600	34	136:434\$507	112
Culturas	36:730\$043	47	18:880\$760	13	55:610\$803	60
Total	137:882\$950	125	54:162\$360	47	192:045\$310	172

Fonte: CEMEC.

Já Pouso Alegre, ao contrário, tem mais equilibrada a cultura e maior número de criação de animais entre os proprietários que não possuíam escravos. Dos 32 plantadores, 46,8% não se utilizavam de escravos, representando 44% da soma das culturas. Em relação à criação de animais, quase dois terços dos proprietários, 62,3%, não possuíam escravos, importando em 61,2% do montante.

Tabela 2.13 – Atividades de Criação e Cultura da Amostra de Inventários
(Pouso Alegre, 1880-1888)

Atividades	Escravistas		Não escravistas		Total	
	Valor	Proprietários	Valor	Proprietários	Valor	Proprietários
Animais	32:769\$800	38	51:627\$500	63	84.:397\$300	101
Culturas	4:505\$200	17	3:552\$930	15	8:058\$130	32
Total	37:275\$000	55	55:180\$430	78	92:455\$430	133

Fonte: MHMTT.

A cidade de Varginha acompanha os padrões de Campanha. 63,6% dos criadores faziam uso do trabalho escravo, representando nada menos que 93,8% do montante da criação. A concentração da riqueza também fica nítida entre os cultivadores: 57,1% dos que cultivavam apresentavam escravos, detendo 88,6% da soma das culturas.

Tabela 2.14 – Atividades de Criação e Cultura da Amostra de Inventários
(Varginha, 1880-1888)

Atividades	Escravistas		Não escravistas		Total	
	Valor	Proprietários	Valor	Proprietários	Valor	Proprietários
Animais	35:666\$500	14	2:357\$100	8	38:023\$600	22
Culturas	11:185\$000	8	1:430\$100	6	12:615\$100	14
Total	46:851\$500	22	3:787\$200	14	50:638\$700	36

Fonte: AFMV.

Embora em duas dessas três cidades a utilização do trabalho escravo bem como o montante de riqueza dos escravistas seja bem maior em relação aos não escravistas, claro está que estes não escravistas utilizavam-se do trabalho livre. Desse modo, por meio de um exercício simples é possível compreender que Pouso Alegre, nesse processo de transição do trabalho, encontrou bem menos problemas que Campanha e Varginha, visto que o conjunto de sua mão de obra era composto maioritariamente por trabalhadores livres.

Na categoria de livres, foi considerada toda a população não cativa dessas localidades, como brancos, mestiços, mulatos, índios e até mesmo os forros. Após a abolição, os libertos passaram a incorporar essa categoria, uma vez que se não eram escravos, obviamente eram livres.

Como visto anteriormente, os escravos eram tidos como feras bestializadas, incapazes de se adequarem ao processo modernizador que se pensava para o Brasil. Após a abolição, os ex-escravos, sob a mesma condição, em que pese o racismo sofrido por eles, eram vistos como incapazes técnica e mentalmente. Nesse sentido, as formas de inclusão e exclusão do negro no mercado de trabalho se deram de maneiras distintas das formas de inserção do branco.

Para o Sul de Minas, Caio Prado Júnior¹⁷⁸ destaca que, no Brasil-colônia, os fazendeiros e suas famílias participavam ativamente do manejo de suas propriedades. Assim, a presença dos escravos

não aristocratizou o criador sul-mineiro; e a pecuária traz aí ao contrário da grande lavoura e da mineração, uma colaboração mais íntima de proprietários e trabalhadores, aproximando as classes por um trabalho comum. (...)

Este tipo de vida e relações mais democráticas é geral no sul de Minas; não apenas na pecuária, mas na agricultura local que como vimos atrás tem alguma importância.

Já no Brasil imperial, Douglas Libby encontrou no Sul de Minas uma grande quantidade de escravos ao ganho ou ao aluguel, o que constituiu, segundo ele, uma propagação do assalariamento dos cativos. Para Libby, o escravo-jornaleiro representava, em 1873, entre 10,9% e 16,1% da mão de obra masculina escrava nas regiões mineiras onde a agricultura de subsistência era mais dinâmica, ou seja, Sul, Metalúrgica-Mantiqueira e Oeste¹⁷⁹.

¹⁷⁸ PRADO JÚNIOR, *Op.cit.*, 1994a, p.196.

¹⁷⁹ LIBBY, Douglas Cole. *Op.cit.*, 1988.

A relação entre senhores e escravos sul-mineiros, expressa por ambos os autores, pressupõe relações sociais que teriam permitido uma maior condição de os escravos tomarem suas próprias decisões e orientarem-se por seus próprios meios, no que tange ao seu trabalho e ao seu sustento, ainda que de maneira limitada por sua situação de cativos.

Para Maria Lúcia Prado Costa¹⁸⁰, a partir de uma maior “democracia” das relações sociais, parece ter havido “uma certa igualização social entre o escravo e o trabalhador livre no Sul de Minas mesmo antes da Abolição da Escravidão, e que se estendeu com maior intensidade, evidentemente, após o fim do trabalho escravo”.

Nesse período de transição do trabalho, embora alguns jornais sul-mineiros defendessem a imigração europeia, outros passaram a se empenhar na tentativa de ganhar os nacionais para o cultivo da terra a partir do engrandecimento do trabalho e de quem o pratica. Tal fato demonstra a transformação de uma sociedade até então hierarquizada, na qual considerava o ato de trabalhar pouco nobre. Segundo Fábio Castilho¹⁸¹, “nas folhas do *Baependiano* o trabalho era apresentado como grande responsável pelas melhorias que chegavam à região e como principal elemento causador da modernização que o Sul de Minas vinha conhecendo”.

Também o *Almanach Sul-Mineiro*¹⁸² tece comentários a respeito do trabalho, segundo o qual

... as disposições humanitárias e cristãs da lei de 28 de setembro de 1871, hão de levar a todos os ânimos não só a crença de que é o trabalho agrícola uma das mais honrosas ocupações do homem, como também a convicção de que esse trabalho, glorificado outrora em Roma, constitui sem dúvida e constituirá ainda por muito tempo no Brasil o elemento fundamental da riqueza pública.

De fato, com as crescentes transformações pelas quais a sociedade passava, as relações sociais também tenderiam necessariamente a se transformar. Assim, a modificação em curso da estrutura produtiva suscitava a revisão da concepção de trabalho, também necessária ao desenvolvimento. Tal revisão, no entanto, se notava refém de uma mudança não apenas social, mas cultural e ideológica, demandando um processo de compreensão e assimilação do conceito trabalho de acordo com uma nova

¹⁸⁰ COSTA, Maria Lúcia Prado. *Op.cit.*, 2002, p. 93.

¹⁸¹ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Op. cit.*, 2008, p. 100.

¹⁸² VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Op. cit.*, 1874, p.30.

visão de mundo que lhe era apresentada, para somente então avançar à fase da implementação.

No entanto, a mudança da concepção de trabalho passava pela transformação da própria sociedade, então em curso. Assim, no modelo tradicional, as famílias produziam para sua subsistência, na qual a produção e o consumo incidiam no mesmo contexto social, fato que minimizava a capacidade independente do dinheiro para movimentar bens e serviços. No contexto das transformações estruturais pautadas pelo desenvolvimento econômico, como o da transição, a diferenciação que passa a existir entre os papéis familiares e os papéis econômicos da população livre cuidou de separar o ambiente social de produção do ambiente social de consumo, antes imbricados pela produção de subsistência. Com isso, as atividades produtivas passaram a se distinguir das familiares temporal, geográfica e estruturalmente, impondo a reorganização no âmbito primeiramente nuclear¹⁸³.

Essa mudança na estrutura produtiva devasta as antigas formas de integração social, requerendo a criação de novas regras sociais, fundamentadas no trabalho. A nova forma de organização social vai derivar justamente da tensão entre as velhas e as novas normas sociais, na qual o tradicional entra em choque com o modernizante. Assim, a transformação estrutural cria lacunas e obstáculos no seu processo de desenvolvimento, criando uma relação inversamente proporcional entre modernização e descontinuidades, estas podendo ser entendidas como problemas sociais mais complexos¹⁸⁴.

A grande diferença entre o trabalho livre e trabalho escravo consiste no fato de, no primeiro, o trabalhador ser desprovido dos meios de produção, motivo pelo qual é obrigado a vender sua força de trabalho como mercadoria, ou seja, em troca de salário. Já no regime escravista, o escravo é ele próprio uma mercadoria, no sentido de ser comprado, vendido, trabalhar sob coação física e psicológica, e ter todo o produto do seu trabalho apropriado por seu dono. Do mesmo modo, ser caracterizado como propriedade é um atributo primário do ser escravo, dele resultam dois atributos derivados: “o primeiro é o da hereditariedade da condição servil. O filho de escrava também é escravo. [...] O segundo atributo consiste na perpetuidade da condição servil. Ou seja, o escravo morre escravo.”¹⁸⁵

¹⁸³ QUIRINO, Tarcísio Rêgo. PINTO, Ana Maria Rezende. LIMA, Patrícia Souza Lima. MELO, Regina Conrado de. **Fábricas e homens**: um estudo no Sul de Minas sobre recursos humanos para a indústria. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1977, p. 23.

¹⁸⁴ QUIRINO, T.; PINTO, A.; LIMA, P.; MELO, R. *Op. cit.*, 1977.

¹⁸⁵ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, 2000, p. 21-22. Ver também COSENTINO, D. V. *Op. cit.*, 2006.

No que tange especificamente à mão de obra, as economias menos desenvolvidas, como a do Brasil, manifestam um caso muito particular de transformação estrutural da sociedade, de modo que tal particularidade se estende às diferentes regiões que compõe o país, de acordo com os diferentes graus de desenvolvimento. Portanto, pode-se afirmar apenas que a qualidade do trabalho que substituiu a escravidão foi a livre. O assalariamento foi apenas uma das formas vigentes no pós-abolição, além de não ter organizado de maneira homogênea nas diferentes regiões e sub-regiões brasileiras.

Vários autores têm afirmado a mudança do trabalho servil para o assalariado¹⁸⁶. Entretanto, outros historiadores têm alertado para a forma peculiar como se deu a transição do trabalho no contexto da transição para o capitalismo de uma economia periférica como a do Brasil. Caio Prado Júnior¹⁸⁷ já havia observado as relações de produção de tipo de parceria e colonato, em contraposição aos que determinavam o assalariamento como substituto natural ao escravismo. Analisando a economia cafeeira de São Paulo, José de Souza Martins¹⁸⁸ destaca o predomínio do colonato nas propriedades rurais. Para a Zona da Mata mineira, Anna Lúcia Duarte Lanna¹⁸⁹ registra que as principais formas de trabalho foram as parcerias, com o trabalhador fixo e o assalariamento temporário com o migrante sazonal.

Essas formas de trabalho, segundo a autora, foram as mais eficazes para admitir a reprodução do capital, embora o trabalho assalariado seja a forma mais adequada para a efetivação do capitalismo, já que proporciona uma acumulação de capital. A determinação da relação de trabalho a ser utilizada se dá através da luta de interesses entre trabalhadores e patrões, na qual a tensão provocada por essa luta delinea o caminho a ser percorrido por ambos.

Todavia, no Sul de Minas não foi possível constatar nas fontes pesquisadas quais regimes de trabalho dominavam a organização social na transição. Porém, parece ter sido grande a quantidade de trabalhadores que migravam do Norte do estado para a região sul-mineira, sobretudo para a cultivo do café, que tomava vulto na passagem para o século XX.

¹⁸⁶ Como por exemplo Emília Viotti da Costa, que numa análise sobre a transição da terra e do trabalho, destacou que “parte da população que antigamente se dedicava à economia tradicional foi absorvida como trabalhador assalariado nas fazendas comerciais”. COSTA, Emília Viotti da. *Op.cit.*, 2010 p. 172.

¹⁸⁷ PRADO JÚNIOR, Caio *Op. cit.*, 2004.

¹⁸⁸ MARTINS, José de Souza. *Op. cit.*, 2013.

¹⁸⁹ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Op. cit.*, 1885.

Segundo destaca na primeira página a edição 128 do jornal *Serro*¹⁹⁰, editado no Norte de Minas, em 16 de abril de 1893,

Os poucos braços de serviço com que podiam contar os nossos lavradores, abandonando-os à procura de vantagens que se lhes apresentam grandes, porem vantagens que na realidade os atrazam e trazem-lhes males, vemol-os quasi diariamente, em levas numerosas, conduzidos por inertes que de profissões honestas para si mesmos grandes lucros poderiam auferir, deixar nossas fazendas de cultura abandonando as familias muitas vezes em perigo, expondo-se a azares e aventuras, em direção às fazendas do Sul. Como se a safra de café em que lá se occupam fosse verdadeiro *el-dorado*, capaz de remunerar-os das fadigas insanas e inconveniencias multiplos da ausencia do lar.

Aqui terão trabalho constante e remunerado.

O visível apelo que o jornal faz, de maneira quase desesperada, frente à migração de trabalhadores, leva a crer que quantidades constantes e crescentes dessa mão de obra se dirigia ao Sul de Minas. Três semanas mais tarde, em 7 de maio de 1893, o *Serro*¹⁹¹ em sua edição 130 publicava também na primeira página que

Essa emigração dos nossos braços de serviços em direção aos municípios do Sul, reduzindo aos nossos lavradores a um quase desespero, continua ainda e cada vez mais crescida. Não se passa semana sem que vejamos levas numerosíssimas deixando-nos, em auxílio aos que contam com outros recursos que não nós.

Tal publicação fornece indícios de pelo menos parte da oferta de mão de obra livre para a região. Ao que tudo indica, o Sul de Minas contou também com a força de trabalho dos locais, entre eles o liberto, e ainda com os braços dos imigrantes, embora em menor medida, como veremos a seguir.

2.4 – O imigrante

A tentativa de substituir os “preguiçosos” nacionais bem como os libertos findo a escravidão via imigração europeia não teve em Minas Gerais os mesmos êxitos que em São Paulo. Para resolver as questões que mais assolavam suas lavouras, São Paulo

¹⁹⁰ Serro, número 128 de 16 de abril de 1893 – APM.

¹⁹¹ Serro, número 130 de 7 de maio de 1893 – APM.

demandava um programa de imigração do governo, enquanto Minas Gerais e Rio de Janeiro reivindicavam ações do Estado para resolverem seus problemas de capitais e créditos¹⁹².

A exemplo disso, numa matéria datada de 12 de dezembro de 1881, o jornal pouso-alegrense *Livro do Povo*¹⁹³ na primeira página, dirigindo-se ao pequeno agricultor, quem de fato abastece o mercado da cidade, declara que:

Acha-se atualmente nesta cidade o Sr. João Augusto Soares Brandão, agente de uma empresa de navegação transatlântica que encarrega-se de obter por uma módica quantia, trabalhadores nas condições de bem servir-nos.

(...)

Não há quem não conheça a aptidão e moralidade dos ilhéos. Homens para quem o trabalho é um sacerdócio, empregam-se com dedicação em qualquer serviço, executando-o com inteligência e independente de assíduas observações de que lhe paga.

Segundo Lanna¹⁹⁴, mineiros e fluminenses apostavam, a partir da Lei de 1871, que a sociedade demandava tempo para se adequar ao regime de trabalho livre, de maneira que eram necessárias escolas agrícolas para livres, ingênuos e libertos, créditos abundantes e baratos, estrutura de transportes, e a manutenção do escravismo nos termos da referida lei. Enquanto São Paulo se engajava na política imigrantista, alguns políticos mineiros defendiam o nacional como solução para a falta de mão de obra, no sentido de usar o dinheiro que se gastaria com a imigração como salário aos compatriotas, realizando uma colonização nacional.

Todavia, foram empreendidas várias políticas de imigração para Minas Gerais, embora sem o sucesso esperado ao exemplo de São Paulo. Em 1892, por exemplo, uma lei mineira autorizava o presidente do estado, Affonso Penna, “a promover a introdução de colonos e trabalhadores agrícolas, mediante diversos favores, abrindo-lhe para esse fim um crédito de até cinco mil contos de réis”¹⁹⁵. Em 1893, o governo mineiro assinou um contrato com J. N. Vicenzi & Filhos a fim de trazer 2.000 famílias europeias e 3.000 asiáticos¹⁹⁶. Em 1896, outra lei mineira declara que “serão estabelecidos no Estado seis

¹⁹² LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Op. cit.*, 1986.

¹⁹³ Livro do Povo, número 14 de 12 de dezembro de 1881 – APM.

¹⁹⁴ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Op. cit.*, 1986.

¹⁹⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemerides Mineiras** (1664-1897). Vol. III. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas, 1897c, p. 118.

¹⁹⁶ COSTA, Maria Lúcia Prado. *Op. cit.*, 2002, p. 59.

‘Núcleos Coloniais’, à margem das estradas de ferro, nos pontos julgados mais convenientes a juízo do Governo”¹⁹⁷.

Antes disso já se tem notícia de núcleos coloniais e hospedarias em Minas. A colônia do Mucury, instalada desde 1846, apresentava em 1869 805 almas, entre alemães, suíços, portugueses, austríacos e brasileiros¹⁹⁸. Em Pouso Alegre, no ano de 1880 aportava várias famílias estrangeiras entre italianos, portugueses, alemães, espanhóis, austríacos, israelitas e sírios libaneses¹⁹⁹. Maria Lúcia Prado Costa²⁰⁰ demonstra que apenas em São João Del Rei chegaram em fins de 1888 nada menos do que 639 italianos, aumentando a população local em 10% em menos de um mês. O fracasso da imigração nesta cidade se deveu à falta de infraestrutura para alocação dos imigrantes bem como à falta de vocação para atividades agrícolas aliada às condições impostas pelos fazendeiros.

O artigo 4º da Lei mineira de 1889, nº 3714, autoriza o governo mineiro a reorganizar o serviço de colonização e imigração “subvencionando ou garantindo juros de 5% até ao capital de dez mil contos, a empresas organizadas ou que se organizarem, que tenham por capital propriedades agrícolas e por fim a introdução e colocação de colonos estrangeiros ou nacionais...”²⁰¹. Em 1893, em decorrência do Decreto nº 626, o presidente do estado de Minas Gerais aprovou a divisão do território mineiro em cinco distritos, criados para fiscalização tanto do recebimento quanto da colocação de imigrantes estrangeiros, cujas sedes foram fixadas em Juiz de Fora, Leopoldina, paróquia da Saúde, Varginha e Uberaba²⁰². Varginha, localizada no Sul de Minas, então consistia em um dos cinco municípios mineiros que mais demandava mão-de-obra estrangeira.

De fato, Varginha parece ter sido um dos municípios mineiros que mais receberam imigrantes no período da transição. Em 1888, aportavam um total de 1.020 estrangeiros, dos quais 806 eram italianos. No ano seguinte chegava mais 37 famílias, com um total de 143 italianos. Aqui, se integraram na cultura da cana e principalmente na do café, de modo que os italianos, “trabalhadores, robustos, energéticos, ativos e econômicos, um dia se viram capitalistas, negociantes fortes, proprietários abastados, industriais ativos”.

¹⁹⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Op. cit.*, 1897c, p. 128.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 234. Essa colônia exportou, de setembro de 1872 a junho de 1873, a quantia de 205:000\$000 e importou 82:350\$195.

¹⁹⁹ ARAÚJO, Alexandre de. **Pouso Alegre através dos tempos: sequência histórica**. Pouso Alegre – MG: Câmara Municipal de Pouso Alegre, Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, 1997.

²⁰⁰ COSTA, Maria Lúcia Prado. *Op. cit.*, 2002, p. 57.

²⁰¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Op. cit.*, 1897c, p. 238.

²⁰² VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemerides Mineiras** (1664-1897). Vol. II. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897b, p. 316.

Assim, “Varginha lhes deve no impulso econômico, e grande parte do seu progresso, quer na indústria, quer no comércio, quer nas profissões liberais”²⁰³.

Por volta de 1890 foi fundada a Colônia Francisco Salles em Pouso Alegre, na antiga fazenda da Faisqueira, onde viviam e se organizavam. Empregados inicialmente na agricultura, rapidamente se engajaram no ramo comercial, abrindo suas lojas na colônia e em seguida deslocando-se para a cidade. Inaugurando diversos estabelecimentos comerciais, como a Casa Moderna, a Casa Vitale, a Puccini Fotocolor, a Farmácia Pagliarini e a Serraria São José entre muitas outras, os italianos contribuíram para o desenvolvimento de Pouso Alegre²⁰⁴.

Estes italianos em Pouso Alegre podem ter vindo em decorrência do contrato de imigração referente a 25.0000 estrangeiros que seriam destinados à região sul-mineira, noticiado pelo jornal *Monitor Sul-Mineiro*, impresso em Campanha em maio de 1889. O jornal pouso-alegrense *Valle-Sapucahy*, em 1886, publicando o contrato da construção da Estrada de Ferro do Rio Verde, expõe uma cláusula interessante, na qual a empresa fica obrigada, entre outras coisas, a transportar gratuitamente “os colonos e imigrantes, suas bagagens, utensílios e instrumentos aratórios”, bem como “as sementes e plantas enviadas pelo governo geral ou provincial, para serem distribuídas gratuitamente aos lavradores”.

No entanto, além de São Paulo ter recebido muito mais imigrantes, não só entre os estrangeiros que aqui chegavam e logo tomavam rumo às paragens paulistas, como parece também que os próprios mineiros, implicando num “desfalque da população mineira pela ‘emigração’ de diversas zonas do Estado para São Paulo, atraída pela alta de salário, alta aliás mais aparente do que real [...]”²⁰⁵. José Pedro Xavier da Veiga, em suas *Ephemerides Mineiras* é enfático ao fazer notar que

Foi, já o declaramos, para compensarmos assim o número de conterrâneos laboriosos saídos do território mineiro nos últimos tempos, corrente *emigratória* que infelizmente persiste ainda com efeitos perniciosíssimos para este Estado, desorganizando-lhe o trabalho agrícola e não permitindo à respectiva produção o grande desenvolvimento de que é ela suscetível, destarte prejudicando também os cofres públicos e, portanto, ao progresso geral que eles podem propulsionar²⁰⁶.

²⁰³ CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA, p. 8. É atribuído aos italianos a expansão do comércio e fundação, juntamente a varginhenses, o moinho de trigo, atual Moinho Sul Mineiro, além da construção do Theatro Capitólio, cuja decoração, provavelmente de Alexandre Vallati, segue o estilo torentino.

²⁰⁴ MHMTT. **História em movimento:** Imigração Italiana em Pouso Alegre. Disponível em: <<http://cmpa.mg.gov.br/Imprensa/NoticiaImprimir.aspx?IdNoticia=1925>>. Acesso em maio de 2015.

²⁰⁵ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Op. cit.*, 1897c, p. 197.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 197.

Embora nos falte mais documentação acerca da constituição do trabalho livre no Sul de Minas, parece-nos razoável considerar que a imigração estrangeira na região interessou muito pouco à literatura crítica que discute o assunto. Chegando às mesmas conclusões, Maria Lúcia Prado Costa²⁰⁷ indica que a imigração italiana na região teve proporções bem maiores do reconhece a historiografia, chamando atenção para a evidência inequívoca da grande quantidade de italianos por conta inclusive da *Sociedade Italiana de Beneficência 4 de Agosto*, fundada em Varginha em 1895. Dessa maneira, de acordo com a Câmara Municipal, “Varginha lhes deve no impulso econômico, e grande parte do seu progresso, quer na indústria, quer no comércio, quer nas profissões liberais”²⁰⁸.

²⁰⁷ COSTA, Maria Lúcia Prado. *Op. cit.*, 2002, p. 68.

²⁰⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA, p. 8.

CAPÍTULO 3

A TERRA

3.1 – A estrutura agrária sul-mineira

Como vimos defendendo até aqui, a propriedade da terra é uma forma elementar de controle do trabalho sistemático²⁰⁹. Assim, a estrutura fundiária que imperou no Sul de Minas em finais dos oitocentos contava com um grande aparato social capaz de sustentar a concentração de terras – não solucionada até hoje –, como a autonomia produtiva de alimentos, o conseqüente comércio de víveres, e a forte representação política desses proprietários que existia na região.

Nesse contexto de transição, interessa-nos compreender a capacidade que a propriedade da terra apresentava em relação à reprodução das novas forças produtivas. Uma vez que havia dois processos de produção distintos, um dos escravos e outro dos livres, a reprodução de ambos os modos de vida também era diferente, embora interligadas dada a complexidade social²¹⁰. Assim, os variados modelos de propriedades de terras ajudam a compreender essa diferenciação, no sentido de expor a própria organização econômica e social de sua reprodução. Com a abolição da escravidão, ocorre a fusão dos dois processos produtivos, que passam a ancorar-se no trabalho livre.

Em fins do século XIX, o mundo rural ainda era responsável pelo sustento da economia regional, sobretudo a partir de uma elite caracterizada pela diversidade das atividades econômicas, bem como pela concentração dessas atividades em torno de suas propriedades rurais. De fato, dentre os 138 processos de inventários analisados para Campanha, mais da metade dos proprietários de imóveis, 52,07%, possuíam entre seus bens apenas imóveis rurais. 21,20% tinham imóveis tanto rurais quanto urbanos, de modo que somente 26,73% dos inventariados não apresentavam propriedades no campo.

Esse índice é ainda menor para Pouso Alegre, que dentre os 276 processos, menos de um quinto dos proprietários, 17,93%, eram donos somente de imóveis urbanos. A

²⁰⁹ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. – 9. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013. MARTINS, Roberto Borges. ‘**Sé Deus quiser, semana que vem.. ou na outra..**’: Trabalho, terra e liberdade. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12º Conferência Internacional de História das Empresas. Disponível em < http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_roberto_borges_martins_se-deus-quiser-semana-que-vem-ou-na-outra_terra-trabalho-e-liberdade.pdf >. Acesso em agosto de 2015.

²¹⁰ Marx, Ciro Flamarion Cardoso e Ângelo Carrara vão demonstrar a dinâmica existente entre esses dois processos produtivos.

pujança do mundo rural sobre o urbano salta aos olhos para a cidade, já que mais de dois terços possuem propriedades apenas rurais e somente pouco mais de 13% apresentam imóveis rurais e urbanos entre seus bens.

Varginha, com os índices bem próximos aos de Campanha – embora abarquem um período maior – demonstram uma cidade que desde cedo conferiu certa importância ao cenário urbano²¹¹: 26,61% dos proprietários tinham imóveis apenas urbanos e 21,77% tinham imóveis tanto urbanos quanto rurais; embora o maior número de inventariados possuíssem propriedades apenas rurais.

**Tabela 3.1 – Proprietários de bens imóveis rurais e urbanos
(1880-1899²¹²)**

Proprietários	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Apenas rurais	113	52,07%	253	68,75%	64	51,61%
Apenas urbanos	58	26,73%	66	17,93%	33	26,61%
Rurais e urbanos	46	21,20%	49	13,32%	27	21,77%
Total	217	100,00%	368	100,00%	124	100,00%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Se dividido o período em dois (1880-1889 e 1890-1899), percebe-se o alto grau de concentração de propriedades rurais em Pouso Alegre no primeiro subperíodo, e como lentamente a cidade foi tornando-se mais urbana no segundo subperíodo. Varginha, por sua vez, manteve quase o mesmo padrão urbano do primeiro subperíodo para o segundo.

**Tabela 3.2 – Proprietários de bens imóveis rurais e urbanos
(1880-1889)**

Proprietários	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Apenas rurais	110	52,13%	121	72,89%	28	50,91%
Apenas urbanos	56	26,54%	26	15,66%	14	25,45%
Rurais e urbanos	45	21,33%	19	11,45%	13	23,64%
Total	211	100,00%	166	100,00%	55	100,00%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

²¹¹ A afirmação se faz na comparação com o pouco tempo que Varginha se tornara cidade em relação à Campanha e Pouso Alegre.

²¹² Os dados para Campanha não cobrem todo o período: vão de 1880 a 1888.

**Tabela 3.3 – Proprietários de bens imóveis rurais e urbanos
(1890-1899)**

Imóveis	Pouso Alegre		Varginha	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Apenas rurais	132	65,35%	36	52,17%
Apenas urbanos	40	19,80%	19	27,54%
Rurais e urbanos	30	14,85%	14	20,29%
Total	202	100,00%	69	100,00%

Fonte: MHMTT e AFMV.

Como demonstrado no Capítulo 2, os proprietários de escravos cujas atividades puderam ser identificadas apresentaram alguma relação com a terra. Por outro lado, vale lembrar que 37,7% da amostra dos inventários de Campanha não utilizavam mão de obra escrava, subindo para 69,2% o índice para a amostra pouso-alegrenses, e chegando quase à metade, 51,62%, o percentual dos inventariados de Varginha sem utilização do trabalho escravo.

A historiografia tem dado conta da crescente tendência à proletarização dos agricultores desde o fim do tráfico de negreiro, dado o acesso mais restrito ao escravo e à terra²¹³. Enquanto os proprietários escravistas na maioria das vezes buscavam na produção agropastoril as possibilidades de comércio, o principal objetivo da produção camponesa consistia no fornecimento de um padrão mínimo de sobrevivência: produção de valores de uso. Nem sempre as unidades produtivas dos camponeses conseguiam produzir tudo de que precisavam, porém, grande parte das trocas nos mercados consistiam simplesmente em trocas de valores de uso²¹⁴.

Se em termos teóricos podemos separar as unidades escravistas em produtoras de valores de troca, e as unidades camponesas em produtoras de valores de uso, a realidade se provou que a estrutura agrária do Sul de Minas era bem mais complexa. A começar

²¹³ Cf. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. EISENBERG, Peter. *Op. cit.*, 1977. A primeira medida que buscava adequar a terra à nova realidade de organização do trabalho pretendia bloquear o acesso dos trabalhadores às terras públicas. Duas semanas após a lei que extinguiu o fim do tráfico negreiro, então, era instituída, aos 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, cujo primeiro artigo deliberava que estavam “proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, complementado por seu artigo segundo que visava “controlar e reprimir novas posses e invasões de terras devolutas ou que já tivessem sido apropriadas privadamente, com penalidades de despejo, perda de benfeitorias, multa e prisão”. MARTINS, Roberto Borges. *Op. cit.*, 2015, p. 24.

²¹⁴ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP/ Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica. Série Estudos 2, 1999.

pela significativa quantidade de escravarias unitárias (14% em Campanha, 29,7% em Pouso Alegre e 20% em Varginha), o nível técnico utilizado nos dois processos produtivos – machados, enxadas e foices – era o mesmo, o que permitia que alguns lavradores participassem mesmo em pequena escala da agricultura mercantil, especialmente do café²¹⁵. Ademais se a família camponesa conseguisse adquirir um escravo, teoricamente ela deixaria de ser considerada como camponesa e passaria a ser classificada como escravista.

Nesse sentido, analisaremos a estrutura agrária das cidades estudadas a partir da diferenciação do período escravista para o subsequente trabalho livre, ou seja, as duas décadas examinadas nesse trabalho. Para tanto dividiremos os proprietários e as propriedades em faixas de preço. Infelizmente, na grande maioria dos inventários analisados não foram registradas as áreas das propriedades, fato que impede um exame mais inequívoco da estrutura fundiária das cidades estudadas. Por isso, partimos do pressuposto geral, e por isso também impreciso, de que as propriedades com os preços mais elevados correspondem aos imóveis com as maiores extensões de terra.

O *Almanach Sul-Mineiro* divulgou em suas páginas que Campanha registrava o preço do alqueire de matas em 60\$000 e 80\$000, e de campo em 30\$000. Em Pouso Alegre, o alqueire de matas custava de 50\$000 a 60\$000, e o de campo de 30\$000 a 40\$000. Varginha, por sua vez, tem o preço do alqueire da terra por volta de 100\$000²¹⁶. Tal fato faz crer que havia nessas localidades, como para demais cidades analisadas pelo *Almanach*, um mercado de terras constituído.

Se por um lado o comércio de terras pretendia dificultar o acesso à terra, o que por sua vez implicaria na venda da força de trabalho dos indivíduos que não podiam produzir para sua própria subsistência; por outro, verifica-se uma grande concentração de propriedades rurais, conforme a Tabela 3.4.

²¹⁵ CARRARA, Ângelo Alves. *Op.cit.*, 1999.

²¹⁶ VEIGA, Bernardo Saturnino *Op.cit.*, 1884. Há em Varginha mais terra de cultura do que de campo, sendo artificiais quase todas as pastagens.

**Tabela 3.4 – Total dos bens imóveis rurais por inventariados
(1880-1899)**

Proprietários rurais	Até 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Campanha	11	3:642\$000	11	9:155\$126	62	275:082\$986	29	725:510\$740
Pouso Alegre	23	5:943\$804	37	28:610\$367	162	595:312\$104	31	1.019:770\$722
Varginha	9	3:138\$136	9	6:368\$128	29	121:972\$686	17	1.137:153\$033

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Em que pese o fato de serem inventariados apenas os finados que deixaram algum bem a ser dividido, as amostras denunciam a pouca incidência de imóveis rurais cuja soma desses bens por proprietário era de até 500\$000: 0,09% para Campanha, 0,09% para Pouso Alegre e 14% para Varginha. As propriedades que somavam de 500\$001 a 1:000\$000 por processo arrolado compõem os mesmos 0,09% para Campanha e 14% para Varginha, e sobe para 14,62% para Pouso Alegre. As somas das propriedades com intervalo de 1:000\$001 a 10:000\$000 eram as mais recorrentes, representando quase dois terços dos proprietários rurais, 64%, para Pouso Alegre; 54,86% para Campanha e 45,31% para Varginha. As grandes somas de propriedades por inventário, avaliadas em mais de 10:000\$000, representam mais de um quarto dos inventariados com propriedades rurais de Campanha e Varginha, 25,66% e 26,56% respectivamente, e 12,25% para Pouso Alegre.

Considerando o montante dessas propriedades, os 25,66% dos imóveis rurais campanhenses acima de 10:000\$000 correspondem a duas vezes e meia o valor da soma das outras faixas de preço. Da mesma forma, o montante das 31 ocorrências para Pouso Alegre é mais de uma vez e meia maior que a soma das outras faixas. Varginha tem a maior concentração rural entre as amostras: as 17 ocorrências representam 8,6 vezes o montante das outras faixas de preço.

Se dividido em dois subperíodos, o padrão permanece. O senhor José Gonçalves Mendes²¹⁷ em 1880 possuía imóveis rurais que somavam 450\$000, sem nenhuma propriedade urbana, além de dois bois, dois porcos e um cavalo e 97\$000 em bens móveis. Estes consistiam em dois relógios, um cordão de ouro, uma roda de fiar, duas enxadas, e duas foices. Todos os bens somavam 732:500. O senhor João Pinto Ribeiro²¹⁸, por outro

²¹⁷ Inventário de José Gonçalves Mendes, 1880. Campanha – CEMEC.

²¹⁸ Inventário de João Pinto Ribeiro, 1882, Campanha – CEMEC.

lado, possuía apenas um imóvel rural de 100\$000, também sem imóvel urbano, apenas dois bens móveis (um tacho de cobre velho e um carro velho), 13 bois e duas mulas, e nada menos que 7 escravos, sendo dois homens, cinco mulheres e um ingênuo. O monte-mor calculado foi de 7:456\$000, dois quais 6:600\$000 eram referentes aos escravos.

Entre as grandes propriedades, o Alferes Joaquim José Ferreira Gonçalves²¹⁹ possuía imóveis rurais que somavam 16:250\$000. Sem imóveis urbanos ou culturas, o Alferes detinha 97 semoventes, entre os quais 81 bois, 8 escravos, e 10 bens móveis no total de 220\$000. Todos os bens de Joaquim importavam em 30:331\$162. A senhora Joana Maria de Jesus²²⁰ detinha 238:059\$240 em imóveis rurais, além de 6:000\$000 em imóveis urbanos e 5:395\$000 de culturas em café, cana, milho, arroz, fumo e feijão. Joana Maria ainda possuía 767 semoventes, e 79 escravos, o que aponta para uma grande unidade produtora de gêneros para comércio. Seu monte-mor somava 35:3801\$740.

**Tabela 3.5 – Total dos bens imóveis rurais por inventariados
(1880-1889)**

Proprietários rurais	Até 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Campanha	11	3:642\$000	11	9:155\$126	61	268:799\$991	27	702:830\$740
Pouso Alegre	15	3:997\$805	26	20:285\$242	69	234:708\$840	11	309:703\$222
Varginha	7	2:606\$136	3	2:074\$128	13	56:801\$686	5	551:182\$165

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

No segundo subperíodo, o senhor José Firmino da Silva²²¹ deixou uma propriedade rural avaliada em 210\$000. Sem imóveis urbanos e com 150\$000 em culturas dos quais 100\$000 eram milho, a principal atividade do requerido parece ter sido a criação de animais: 20 bois, 15 porcos, 3 cavalos e duas mulas, num total de 1:945\$000. Seu montante foi avaliado em 2:862\$000. A senhora Lina Vieira Rios²²², apresentava 96:560\$000 em imóveis rurais.

A inventariada não tinha propriedades urbanas nem culturas, e possuía apenas um animal: uma mula. Seus bens móveis, avaliados em 811\$000 consistiam apenas em um faqueiro de prata, 12 colheres, 22 colheres para café, 6 colheres para café e uma concha

²¹⁹ Inventário de Joaquim José Ferreira Gonçalves, 1884, Pouso Alegre – MHMTT.

²²⁰ Inventário de Joana Maria de Jesus, 1883, Varginha – AFMV.

²²¹ Inventário de José Firmino da Silva, 1895, Varginha – AFMV.

²²² Inventário de Lina Vieira Rios, 1899, Pouso Alegre – MHMTT.

e “os móveis existentes na ‘Fazenda’”. A senhora Lina demonstra a limitação dos inventários, uma vez que apenas através dele não é possível perceber sua atividade econômica, nem desvendar o mistério de propriedades rurais de tão alto valor sem atividades rurais relevantes. Seu monte-mor importava em 108:884\$000, somada uma dívida ativa de 11:383\$000.

**Tabela 3.6 – Total dos bens imóveis rurais por inventariados
(1890-1899)**

Proprietários rurais	Até 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Pouso Alegre	8	1:945\$999	11	8:325\$125	93	360:603\$264	20	710:067\$500
Varginha	2	532\$000	6	4:294\$000	16	65:171\$000	12	585:970\$868

Fonte: MHMTT e AFMV.

As famílias campanhenses, pouso-alegrenses e varginhenses costumavam ter grande quantidade de terras em “sociedade” com parentes e pessoas próximas. Nos processos de inventários é muito recorrente os requeridos conterem “parte nas terras”, “parte na casa” e até mesmo “parte nas benfeitorias” e “parte no engenho”. Tornaram-se também muito frequentes as “sortes de terras”, podendo apresentar as características de pasto, campo, capoeira, cerrado, cultura e roça.

A exemplo disso, o periódico *Monitor Sul-Mineiro*²²³, na edição de número 455, de 2 de junho de 1880, publicou uma matéria de protesto solicitada pelo senhor Miguel Constantino de Almeida Faria:

Na qualidade de sócio da fazenda do Turvo, na qual, juntamente com meus filhos, possuo cerca de 600 alqueires de terras, além da asa e bemfeitorias da mesma fazenda, previno aos demais sócios que logo que se divida as terras da fazenda devendo caber-me, como é de justiça e de direito, as terras adjacentes às bemfeitorias de que sou proprietário, eu não indemnizarei de modo algum aos demais sócios que inconvenientemente estão fazendo construções e outras bemfeitorias mesmo, por assim dizer, no terreiro da fazenda. Sendo impossível subdividir-se entre vários sócios as terras que rodeião a casa de vivenda, que me pertence, é claro que só em outro lugar lhes caberá os seus quinhões e assim em tempo lhes previno de que arriscão-se á serem prejudicados, fazendo, como estão, bemfeitorias em lugares que não lhes póde caber, sem violação da bôa razão.

²²³ *Monitor Sul-Mineiro*, número 455 de 2 de junho de 1880. Campanha – CECML.

[...] Para conhecimento dos interessados e para resguardar os meus direitos faço publicamente esta prevenção e protesto que em tempo oportuno procurarei fazer valer. [...]
Miguel Constantino de Almeida Faria
 Pouso-Alegre, 24 de Maio de 1880.

Nesse sentido, também foram consideradas como propriedade na tabela a seguir as partes nas propriedades de outrem²²⁴. Foram desconsiderados para a construção dessa tabela os inventários que apresentaram apenas o valor de cada bem sem a descrição do mesmo. Da mesma forma, foram desconsiderados os imóveis com descrição e sem o valor.

**Tabela 3.7 – Bens imóveis rurais por tipo de bens
 (1880-1899)**

Imóveis rurais	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	Ocorrências	Valor	Ocorrências	Valor	Ocorrências	Valor
Casa com benfeitorias	72	73:796\$583	181	125:851\$742	34	62:308\$407
Terras	235	543:742\$303	698	1.461:343\$332	180	797:592\$291
Fazenda/sítios	17	170:329\$982	8	76:887\$450	7	245:950\$000
Casa de morada/vivenda	72	40:229\$705	127	40:221\$700	46	43:960\$000
Engenho	36	29:960\$239	23	8:490\$000	10	16:890\$000
Benfeitorias	56	10:683\$471	88	9:171\$000	32	24:180\$889
Terras e benfeitorias	4	11:788\$888	3	8:826\$800	1	890\$000
Dote/legado	7	3:240\$006	2	6:000\$000	0	0

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

De início, salta aos olhos a grande quantidade de terras em comparação aos demais tipos de bens (47% para Campanha, 61,76% para Pouso Alegre e 58,10% para Varginha). As fazendas e sítios, embora menos recorrentes, apresentam um alto grau de concentração de riqueza, principalmente para Varginha, na qual apenas 7 fazendas somam mais que as 25 fazendas e sítios de Campanha e Pouso Alegre.

O senhor Manoel Isidoro de Carvalho²²⁵, por exemplo, possuía, entre outros bens imóveis, 5 terras com os valores de 16:785\$000, 980\$000, 9:225\$000, 9:385\$000,

²²⁴ A título de exemplo, no inventário de Lina Carneiro de Jesus consta nos bens imóveis rurais “uma parte de terras de cultura divididos, isto na fazenda denominada Mussigo [sic]” no valor de 2:000\$000, e uma morada de casas com suas benfeitorias sita na mesma fazenda no valor de 350\$000. Assim, as propriedades rurais de Dona Lina foram consideradas na Tabela 3.7 como “Terras”, por mais que essa seja dividida, e “Casa com benfeitorias”, respectivamente. Inventário de Lina Carneiro de Jesus, 1880, Pouso Alegre – MHMTT.

²²⁵ Inventário de Manoel Isidoro de Carvalho, 1881, Campanha – CEMEC.

2:000\$000. O Tenente Coronel João Batista Flauzino de Carvalho²²⁶, deixou duas fazendas, uma com o valor de 40:000\$000 e outra com o valor de 16:000\$000. O Coronel da Guarda Nacional José Inácio de Barros Cobra²²⁷, entre outros bens imóveis, tinha 28 partes de terras que cujo montante somava 140:123\$000. Já Gabriel José Junqueira²²⁸ deixou 19 partes de terras somadas em 104:149\$699, entre outros bens imóveis. A senhora Joana Maria de Jesus²²⁹ possuía 13 partes de terras que somavam 73:059\$740, mais uma fazenda que valia 162:000\$000.

Conforme a Tabela 3.7, mesmo tendo documentos para Campanha apenas para o primeiro subperíodo (1880-1889) a cidade apresenta a maior quantidade de engenhos que Pouso Alegre e Varginha. São engenhos de cana, engenho com todos os pertences, engenho com alambique, engenho movido a bois, engenho de serrar, de serrar movido a água, engenho de cilindro. Os engenhos descritos juntos com as casas e mais benfeitorias foram considerados como casa com benfeitorias.

As benfeitorias também ganham destaque na tabela acima. Embora Varginha possua a menor quantidade delas, as benfeitorias representam o dobro do valor das benfeitorias de Pouso Alegre e Campanha. Apesar de apresentar uma enorme quantidade de benfeitorias, Pouso Alegre mantém a última posição em valor comparado com as demais cidades. As benfeitorias são compostas, em sua maioria, de monjolos, moinhos e paióis, sendo recorrente também chiqueiros e galinheiros. Foi registrada uma “benfeitoria em forma de casa que serve para guardar os arreios da tropa”, e uma “casa da tropa”.

3.2 – A reprodução da vida no Sul de Minas

Nas décadas finais dos oitocentos, a transformação das relações de produção não causou grandes transformações no modo de produzir. Em que pese a transição para um novo estágio produtivo, o capitalismo, a reprodução material da vida no Sul de Minas ainda dependia basicamente da criação de animais e da cultura de gêneros alimentícios.

²²⁶ Inventário do Tenente Coronel João Batista Flauzino de Carvalho, 1884, Campanha – CEMEC.

²²⁷ Inventário do Coronel José Inácio de Barros Cobra, 1893, Pouso Alegre – MHMTT.

²²⁸ Inventário de Gabriel José Junqueira, 1883, Varginha – AFMV.

²²⁹ Inventário de Joana Maria de Jesus, 1883, Varginha – AFMV.

Para além disso, a descrição dos bens móveis das amostras de inventários permite um vislumbre do modo de vida dos lares analisados.

Os bens móveis constituem os ativos inventariados mais comuns, tanto entre os mais pobres quanto entre os mais abastados. O inventário de Joaquim Monteiro da Silva e sua mulher²³⁰ apresentava um monte-mor de apenas 352\$000, dos quais 7\$000 representavam um caldeirão de ferro, uma panela de ferro pequena e um catre velho. Os bens móveis de Ricardo de Assis Midoes²³¹ consistiam em uma marquesa forrada de tábuas, uma marquesa menor e um armário, avaliados em 36\$000 e somando todos os bens em 536\$000.

Porém, conforme o montante dos ativos aumenta, a quantidade, qualidade e variedade dos bens móveis também aumenta. A senhora Elisa Cândida de Paiva²³², por exemplo, reuniu em seu inventário um monte-mor de 3:530\$580, cujos bens móveis eram compostos por um par de brincos de brilhantes, broche e relógio de ouro, talheres e conchas de prata, mesas de jacarandá, marquesas de óleo, relógio de parede de Paris e diversos livros de Direito, entre outros.

Alguns inventários não apresentavam a descrição dos bens móveis, apenas o valor total ou individual de cada bem. Esses foram excluídos da tabela a seguir. Por outro lado, outros processos continham apenas a descrição dos bens. Esses foram contabilizados, uma vez que não interessa aqui os preços dos itens. Além disso, os objetos cuja grafia não foi compreendida não foram considerados.

²³⁰ Inventário de Joaquim Monteiro da Silva e sua mulher, 1884, Pouso Alegre – MHMTT.

²³¹ Inventário de Ricardo de Assis Midoes, 1882, Campanha – CEMEC.

²³² Inventário de Elisa Cândida de Paiva, 1891, Varginha – AFMV.

**Tabela 3.8 – Bens móveis consoante quantidade
(1880 – 1899)**

Bens móveis	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	N	%	N	%	N	%
Jóias e objetos preciosos	54	5,20%	36	5,08%	44	6,67%
Ouro	138	13,28%	53	7,49%	42	6,36%
Prata	127	12,22%	64	9,04%	41	6,21%
Louças	35	3,37%	61	8,62%	42	6,36%
Livros e objetos de arte	134	12,90%	38	5,37%	153	23,18%
Carros de boi/carroças	87	8,37%	128	18,08%	58	8,79%
Ferramentas	227	21,85%	139	19,63%	186	28,18%
Rodas de fiar/teares	59	5,68%	66	9,32%	57	8,64%
Aparelhos e máquinas	49	4,72%	61	8,62%	28	4,24%
Mantimentos	119	11,45%	42	5,93%	3	0,45%
Gêneros de negócio	10	0,96%	20	2,82%	6	0,91%
Total	1039	100,00%	708	100,00%	660	100,00%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Como jóias e objetos preciosos foram considerados relógios de parede com caixa, relógios importados, brinco de brilhante, etc. As peças em ouro foram compostas por cordões, trancelins, botões, oitavas de ouro, etc. Na prata constam os talheres, taças, castiçais, facas, oitavas, etc. As louças foram computadas como jogo, bem como os talheres e taças de prata. Os livros e objetos de arte abarcam livros diversos, quadros, pianos, arpas, estátuas de gesso, etc.

Campanha se destaca pela ocorrência de ouro, prata e objetos de arte, que mantêm a segunda, terceira e quarta posições na cidade. As louças têm baixa presença na cidade. Embora os metais preciosos, equiparados às jóias e objetos preciosos e louças, tenham bem menos importância em Varginha que em Campanha e Pouso Alegre, o livros e objetos de arte ocupam o segundo lugar em ocorrências, quase o dobro do índice de Campanha. Pouso Alegre apresentava uma rusticidade maior que as primeiras cidades, com uma baixa presença de artigos de arte, ainda que a ocorrência de ouro e prata sejam maiores que o verificado em Varginha.

Enquanto alguns lares sul-mineiros buscavam reproduzir os bens de consumo europeus, com jóias, porcelanas importadas e móveis torneados em madeira de lei; os instrumentos de produção, sobretudo os agrícolas, continuavam basicamente os mesmos: enxadas, machados e foices²³³. Assim, as ferramentas estão em primeiro lugar em número

²³³ Os instrumentos de trabalho apresentados nos processos consistiam, além das enxadas, machados e foices mencionados acima, em cavadeiras, martelos, serrotes, etc.

de ocorrências lares nas três cidades analisadas²³⁴. De fato, a grande presença das ferramentas demonstra o grau de importância que o campo e a produção para subsistência representavam para os inventariados.

Da mesma forma, as rodas de fiar e os teares apontam para uma certa autonomia na produção de suas vestimentas ou talvez até mesmo uma produção para o comércio. A essa última ideia leva a crer o inventário de Ana Vitória Jesuína²³⁵, que declarava a posse de 9 rodas de fiar. Já os aparelhos e máquinas, entre os quais estão balanças, descaroçadores, fornos, debulhadores, etc., têm uma participação percentual menor que os teares e rodas de fiar, embora o índice para Pouso Alegre seja quase o dobro de Campanha e Varginha.

Os mantimentos apresentam relevância em Campanha, com mais de 11%, menor em Pouso Alegre, com menos de 6% e quase nenhuma em Varginha, com menos de 1%. Os gêneros de negócio, por sua vez, infelizmente não estavam descritos por itens nos inventários, aparecendo nos bens móveis somente como “gêneros do negócio”, por vezes ainda sem o valor total. Os gêneros de negócio são os artigos de menor presença nos inventários das três cidades analisadas.

Em relação à criação de animais, dos inventários de Campanha, 115 documentos, mais de 83%, descrevem algum semovente, fato que reflete a importância que a criação tinha não só para fins comerciais, como também para a reprodução da vida. Da mesma forma, em Pouso Alegre, dos processos arrolados, 217, o que corresponde a 78,62% apresentavam animais. O menor índice de ocorrência dos semoventes nos inventários é de Varginha, na qual quase 70% dos requerentes possuem animais.

**Tabela 3.9 – Criação de animais consoante quantidade
(1880-1899)**

Animais	Campanha	Pouso Alegre	Varginha
Bovino	2.863	3.976	2.261
Muar	227	343	223
Cavalar	468	674	190
Caprino	416	654	113
Suíno	1.939	2.032	941

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

²³⁴ Muitos instrumentos de trabalho descritos nos inventários não tinham a especificação da quantidade, constando por exemplo apenas “ferramentas”. Nesses casos foram computados somente um item.

²³⁵ Inventário de Ana Vitória Jesuína, 1887, Campanha – CEMEC.

Considerando todo o período analisado nos inventários, importância da criação de animais bovinos se evidencia na quantidade desse gado em comparação aos demais. Em segundo lugar então os suínos, embora longe de alcançarem os bovinos. Embora a descrição das propriedades apresente vez por outra galinheiros em forma de benfeitorias, na descrição dos animais não há qualquer menção à criação de galinhas.

Em muitos inventários consta a diversificação produtiva, contendo criação, lavoura e benfeitorias rurais, por vezes inclusive com casas de negócio. É o caso por exemplo do Capitão João Cândido da Silva Nogueira²³⁶, que possuía animais, culturas, imóveis rurais e urbanos e uma loja de armarinho. No entanto, em certos casos, encontra-se grandes unidades de produção diversificadas, na qual os proprietários eram responsáveis, na maioria das vezes, pela produção, comércio e transporte das suas mercadorias, geralmente com uma grande diversificação de atividades econômicas.

É do caso também do Barão de Lavras²³⁷, que deixou em propriedades rurais, sem considerar as diversas terras, uma casa de vivenda na Fazenda do Pinhal com paiol, moinho, monjolo, olaria e mais benfeitorias; um engenho de cana com 4 tachos, 1 alambique, 3 pipas, 3 caixões e formas; um engenho com todos os seus pertences. De culturas o Barão possuía 14 arrobas de fumo, 1100 arrobas de cana em coco, um canavial maduro, dois cafezais com 8 alqueires cada, um cafezal com 3 alqueires, quatro cafezais, um cafezal com 9 alqueires, dois cafezais com 6 alqueires. Ficaram ainda 597 animais bovinos, 86 muares e 43 cavalares.

Analogamente, Estevam Ribeiro de Resende²³⁸ apresentava apenas em imóveis rurais uma casa com benfeitorias no Córrego das Pedras (30:000\$000), uma casa na Fazendinha e uma casa na Fazenda Bananal. Nas culturas prevalecia o cultivo do café, com 6400 arrobas de café em fruta, 8 alqueires de cafezal de 2 para 3 anos, 2 alqueires de cafezal de 1 para 2 anos, 64 alqueires de terreno plantado de café e 4 alqueires de café de 2 anos, além de uma roça de milho. Estevam ainda tinha 287 animais bovinos, 110 suínos, 18 muares e 13 cavalares.

Os cavalos, embora apareçam apenas em terceiro, são os grandes responsáveis pelos anúncios nos jornais na seção de “Animaes sumidos”. Em 20 de janeiro de 1881, o

²³⁶ Inventário do Capitão João Cândido da Silva Nogueira, 1888, Campanha – CEMEC.

²³⁷ Inventário do Barão de Lavras, 1889, Varginha – AFMV.

²³⁸ Inventário de Estevam Ribeiro de Resende, 1899, Varginha – AFMV.

*Monitor Sul-Mineiro*²³⁹ publicava em seu número 493 que “Sumirão da fazenda dos Costas dois cavalos do abaixo assignado. [...] *Mizael Ferreira da Silva*”²⁴⁰. Na edição de 14 de setembro de 1881²⁴¹, 531, foi noticiado o desaparecimento, “na noite de 16 para 17 do corrente mez, da fazenda de Santa Clara, pertencente á José Procopio de Azevedo, um cavalo russo claro”²⁴².

Analisando o período de 1880 a 1899 em dois subperíodos, o padrão da criação de animais não sofre alteração. Embora as quantidades de semoventes diminuam do primeiro decênio para o segundo, o gado bovino continua sendo de longe o mais expressivo, seguido pelo gado suíno. Muito atrás estão os gados cavallares, caprinos e muares respectivamente.

**Tabela 3.10 – Criação de animais consoante quantidade
(1880-1889)**

Animais	Campanha	Pouso Alegre	Varginha
Bovino	2.798	2.194	1.388
Muar	226	179	168
Cavalar	456	374	112
Caprino	416	423	91
Suíno	1.913	1.267	437

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

**Tabela 3.11 – Criação de animais consoante quantidade
(1890-1899)**

Animais	Pouso Alegre	Varginha
Bovino	1.782	873
Muar	164	55
Cavalar	300	78
Caprino	231	22
Suíno	765	504

Fonte: MHMTT e AFMV.

²³⁹ *Monitor Sul-Mineiro*, número 493 de 20 de janeiro de 1881. Campanha – CECML.

²⁴⁰ Na descrição consta: “O primeiro é pequeno, com os signaes seguintes: baio, andador e ferrado dos pés, clina tozada, inteiro, tem um caroço n’uma coxa, é curvado, quando anda quase encontra as curvas; - o segundo tem os seguintes signaes: russo queimado, tambem andador, ferrado dos pés, capão, e manca muito pouco de um pé, quase que não se percebe. Quem os levar á fazenda do abaixo assignado ou der noticia certa, será gratificado. Desconfia-se terem sido furtados, e os conductores serão perseguidos com todo o rigor da lei.”

²⁴¹ *Monitor Sul-Mineiro*, número 531 de 14 de setembro de 1881. Campanha – CECML.

²⁴² A matéria continua: “bem feito de ancas, tamanho regular, marchador, com a marca de J. P. na coxa direta; supõe-se ter sido roubado; quem d’elle der noticias, ou trazer á dita fazenda será gratificado.” Essa matéria foi republicada na edição seguinte, de número 532.

Sobre as culturas, como já referido, de 1880 a 1899 as principais dessa região eram a cana e o milho, além de plantações de arroz, feijão, mandioca, fumo, banana, algodão e mamona. Embora o *Almanach Sul-Mineiro*²⁴³ aponte uma série de culturas para a região, nos inventários arrolados não se faz menção a elas, ou à diversificação das plantações nas cidades analisadas, de maneira que aparecem somente os itens descritos acima e paisagens que já permitiam ver algumas lavouras de café.

Em 1885, o *Almanak Laemmert*²⁴⁴ na página 370 destaca que na freguesia de Campanha são “as culturas de cereais e cana as mais usadas, começando ultimamente a desenvolver-se a plantação do café”. A mesma fonte declarou que na freguesia das Águas Virtuosas, a cultura do café já é muito utilizada, cultivando-se ainda o fumo e a cana, além de uma pequena indústria de cera. Em Bom Senhor Jesus do Lambary, “a cultura da cana é a mais usada, plantando-se em menor escala fumo e café”²⁴⁵. Quanto a Três Corações do Rio Verde, “a cana é a cultura mais usada, cultivando-se também cereais e café”²⁴⁶. A freguesia do Espírito Santo da Mutuca, por sua vez, “cultiva-se além de cereais, muito café, cana e fumo”²⁴⁷. Por fim, São Sebastião do Cambuquira a cana é a cultura mais usada.

Assim, segundo o *Almanack* de 1885, o café no município de Campanha estava em sua fase inicial, consistindo em uma cultura em meio a várias outras. A partir da tabela abaixo, apenas metade das freguesias que compunham o município apresentavam plantação cafeeira de maior vulto, voltadas para exportação, embora em quantidade muito inferior se comparado a cidades do Oeste paulista ou Zona da Mata. As demais freguesias provavelmente destinavam sua produção cafeeira para consumo próprio.

Tabela 3.12 – Cafeicultura em Campanha em 1885

Freguesias	Fazendeiros	Cafeicultores	Pés de café
Campanha	68	-	-
Águas Virtuosas	13	6	100.000
Senhor do Bom Jesus do Lambary	15	3	50.000
Três Corações do Rio Verde	56	-	-
Espírito Santo da Mutuca	51	11	200.000
São Sebastião do Cambuquira	32	-	-

Fonte: LAEMMERT. *Almanak...* 1885.

²⁴³ VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanach...* 1884.

²⁴⁴ LAEMMERT. *Almanak...* 1885.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 377.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 379.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 381.

O *Almanak* destaca que em Pouso Alegre em 1885 “a cultura mais usada é a de cereais, cultivando-se também cana, fumo, algodão e café, do qual há na freguesia mais de 100.000 pés”²⁴⁸. Em Borda da Matta, freguesia de Pouso Alegre, “a cultura mais usada é a do café, possuindo já a freguesia uma plantação superior a 100.000 pés. Também cultiva-se o fumo e a canna”²⁴⁹. Não há “nenhuma cultura predilecta” na freguesia da Estiva, “plantando-se de tudo um pouco, fazendo-se mais considerável exportação de fumo e porcos”²⁵⁰. Na freguesia de Sapucahy, “a canna é a cultura mais seguida, cultivando-se também o café, de que já existe plantação superior a 150,000 pés, e cereaes que são mandados para Pouso Alegre e outros logares circunvizinhos.”²⁵¹

Tabela 3.13 – Cafeicultura em Pouso Alegre em 1885

Freguesias	Fazendeiros	Cafeicultores	Pés de café
Pouso Alegre	56	7	100.000
Borda da Matta	50	11	100.000
Estiva	28	-	-
Sapucahy	88	12	150.000

Fonte: LAEMMERT. *Almanak...* 1885.

Em Varginha “cultiva-se os gêneros alimentícios mais communs: café, fumo e algodão para consumo, sendo, porém, a canna a cultura mais usada”²⁵². Em Carmo da Cachoeira, freguesia de Varginha, “a canna tem sido, com os cereais e fumo, a cultura mais usada”. O *Almanak* chama atenção ainda para “o desenvolvimento, porém, que vai tendo a plantação de café, que já é calculada em cerca de 400.000 pés, autoriza a crêr que dentro em pouco será essa a primeira cultura da freguesia, onde também se planta algodão, que mal chega para o consumo local”²⁵³.

Tabela 3.14 – Cafeicultura em Varginha em 1885

Freguesias	Fazendeiros	Cafeicultores	Pés de café
Varginha	64	-	-
Carmo da Cachoeira	61	17	400.000

Fonte: LAEMMERT. *Almanak...* 1885.

²⁴⁸ LAEMMERT. *Almanak...* 1885, p. 489.

²⁴⁹ Ibidem, p. 493.

²⁵⁰ Ibidem, p. 495.

²⁵¹ Ibidem, p. 496.

²⁵² Ibidem, p. 571.

²⁵³ Ibidem, p. 575.

Incentivando sobremaneira a produção cafeeira na região, no número 440, de 2 de março de 1880, o *Monitor Sul-Mineiro*²⁵⁴ noticiava uma matéria publicada num jornal da capital do país sobre a “Exportação de café”:

Lemos no *Jornal do Commercio* de 22 do passado o seguinte: ‘A quantidade de café despachado hontem para exportação pela alfandega da corte subio á 143,888 saccas, no valor oficial de 4,394:339\$420. A renda da alfandega foi de 487:026\$527, e a da meza provincial de e165:860\$453. Si não nos falha a memória, é ess a primeira vez que se registrão algarismos tão elevados.’

No número 493, aos 20 de janeiro de 1881, o redator do *Monitor Sul-Mineiro*²⁵⁵ publicava na primeira página sobre a “Cultura de café”:

O interesse sempre crescente que inspira em nosso paiz a cultura do café, principal fonte da riqueza nacional, leva-nos á transcrever o importante relatório que, sobre essa cultura na provincia de S. Paulo, foi apresentado ao honrado Sr. Ministro do Imperio pelo illustrado Dr. Luiz Couty²⁵⁶, digno lente de biologia industrial da escola politechnica.
[...]

Nesse contexto, o município de Campanha continuaria ainda apegado à agricultura tradicional na última década da escravidão. As duas freguesias com maior quantidade de fazendeiros, Campanha e Tres Corações do Rio Verde, são as que não foram apresentados os cafeicultores²⁵⁷. A produção cafeeira de Pouso Alegre demonstra uma economia agrária em transição, com três das quatro freguesias apresentando cultivo da rubiácea. Embora Varginha cultive café, o destaque da produção é da freguesia de Carmo da Cachoeira, cujo “desenvolvimento que vai tendo a plantação de café” aponta para uma economia rural com vistas à produção de café.

De fato, se comparamos o cultivo do café com os demais gêneros de maior ocorrência, o café apresenta-se em primeiro lugar em culturas, seguido de perto pelo milho em Campanha (município mais apegado às culturas tradicionais), bem de longe pela cana e pelo milho em Pouso Alegre (economia agrária em transição), e à grande distância pela cana e pelo milho em Varginha (economia prioritariamente cafeeira).

²⁵⁴ *Monitor Sul-Mineiro*, número 440 de 2 de março de 1880. Campanha – CECML.

²⁵⁵ *Monitor Sul-Mineiro*, número 493, de 20 de janeiro de 1881. Campanha – CECML.

²⁵⁶ O mesmo que chamou o Brasil de um país sem povo no capítulo 2.

²⁵⁷ Rebello destaca que o café era produzido na Vila de Campanha desde a década de 1820, sem conseguir atender a demanda do Termo. REBELLO, Ricardo Moreira. *Op.cit.* 2006.

**Tabela 3.15 – Culturas
(1880-1899)**

Culturas	Campanha	Pouso Alegre	Varginha
Café	17:595\$700	18:025\$000	184:086\$300
Cana	7:140\$284	5:898\$040	8:830\$000
Milho	12:406\$571	3:895\$000	8:531\$000
Arroz	646\$986	56\$000	249\$500
Fumo	316\$000	0	516\$000
Feijão	912\$926	40\$000	487\$300
Outros	32:455\$036	5:029\$090	5:559\$000

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

João Heraldo Lima²⁵⁸, acredita que o Sul de Minas desenvolveu a cafeicultura a partir do declínio cafeeiro da Zona da Mata, que até o início do século XX era responsável por mais de dois terços de todo café produzido em Minas. Em consonância, Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins²⁵⁹ indicam que o incremento da produção cafeeira no Sul mineiro é decorrente da desorganização produtiva do café na Zona da Mata.

A Zona da Mata, então principal região cafeeira de Minas Gerais, apresentou baixos níveis de produtividade após a abolição da escravatura, bem como o comprometimento de sua renda com a perda do ativo que o escravo representava. Conseqüentemente, houve forte concorrência com produções fronteiriças e falta de recursos financeiros para aquisição de mão de obra assalariada²⁶⁰.

De fato, o impacto da abolição foi em Minas Gerais foi diferente do processado no restante do Sudeste. Em Minas apenas 20% dos escravos eram utilizados no plantio do café, sendo mais sentido a falta de braços nos gêneros de abastecimento. Parte da Zona da Mata se adequou à nova realidade transformando os cafezais antigos em pastagens, parcelando as fazendas, direcionando sua produção para a pecuária e leite e para a agricultura não-*plantation*. Nas zonas cafeeiras novas, como Leste e o Sul de Minas, após uma breve retração, a produção do café tomou fôlego já em torno de 1894²⁶¹.

²⁵⁸ LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais** (1870 -1920). Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

²⁵⁹ MARTINS, Borges Martins. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. **As exportações de Minas Gerais no século XIX**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n.58, 1994.

²⁶⁰ SAES, Alexandre Macchione. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)**. Saeculum - Revista de História. João Pessoa, jul./dez. 2013.

²⁶¹ MARTINS, Roberto Borges. *Op.cit.* 2015.

Tabela 3.16 - Culturas**(1880-1889)**²⁶²

Culturas	Campanha	Pouso Alegre	Varginha
Café	14:095\$700	620\$000	32:816\$300
Cana	6:940\$284	1:393\$040	8:680\$000
Milho	12:086\$571	1:990\$000	5:248\$000
Arroz	646\$986	20\$000	208\$500
Fumo	316\$000	0	476\$000
Feijão	912\$926	0	288\$300
Outros	32:455\$036	4:714\$090	5:354\$000

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.**Tabela 3.17 - Culturas****(1890-1899)**

Culturas	Pouso Alegre	Varginha
Café	17:405\$000	151:270\$000
Cana	4:505\$000	150\$000
Milho	1:905\$000	3:283\$000
Arroz	36\$000	41\$000
Fumo	0	40\$000
Feijão	40\$000	199\$000
Outros	315\$000	205\$000

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

No Sul de Minas, portanto, a expansão do café teve início no fim da instituição escravista, de maneira que a cafeicultura na região foi pouco prejudicada pela abolição²⁶³. Dez anos depois do fim do trabalho escravo, as exportações de café em Minas

²⁶² No período de 1880 a 1888, na cidade de Campanha havia 13 plantadores de café entre os 142 inventários arrolados, dos quais 9 possuíam pelo menos um escravo. Em Pouso Alegre no mesmo período, foram encontrados 11 cafeicultores nos 120 documentos analisado, mas apenas 2 detinham algum escravo. Para Varginha foram arrolados apenas 31 processos na década da abolição, dois quais há 4 plantadores de café e apenas um deles não é escravista. Embora os inventários para Varginha sejam poucos, dá conta de nos mostrar a dimensão da cultura escrava: dos 3 cafeicultores escravistas, um possui 8 escravos, o outro possui 24 e o terceiro 79, revelando uma alta quantidade em comparação com os planteis cafeeiros das outras cidades.

²⁶³ LOPES, Luciana Suarez. CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. **Estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cafeicultura no Nordeste Paulista e no Sul de Minas**. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História das Empresas. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_luciana_suarez_lopes_rafaela_carvalho_estrutura-da-posse-de-cativos-nos-momentos-iniciais-da-cafeicultura-no-nordeste-paulista-e-no-sul-de-minas.pdf>. Acesso em agosto de 2015.

aumentaram 60% em relação ao período escravista. No Sul de Minas, como demonstram as Tabelas 3.16 e 3.17, a produção do café aumentou mais de 361% em Varginha, e mais de 2700% em Pouso Alegre. Enquanto isso, a cana e o milho, dois dos principais gêneros alimentícios,

3.3 – O comércio e a modernização das cidades

O fim do século XIX suscitou uma revisão não apenas da qualidade do trabalho, mas – talvez em decorrência disso – da própria organização da sociedade, com vistas a um desenvolvimento mais voltado ao modelo capitalista que já se avultava na Europa. Diante disso, estava dada a largada para a modernização das cidades, no que tange tanto à infraestrutura (transportes, eletricidade e grandes construções), como da própria concepção de sociedade, revisando o caráter do trabalho e conseqüentemente dos trabalhadores, bem como da concepção de progresso que se pretendia para o Brasil.

O geógrafo francês Henri Lefebvre advertiu para ambigüidade do conceito de “sociedade urbana”, utilizado para caracterizar cidades no geral, sem considerar os aspectos políticos ou econômicos, a cultura ou até mesmo o tamanho ou o nível de desenvolvimento dessas cidades²⁶⁴. Entretanto, a maneira peculiar com que as cidades mineiras foram formadas permite a utilização do conceito “sociedade urbana”, a partir do entendimento de ambigüidade do próprio processo de transição do rural para o urbano.

Em Minas, a constituição de aglomerações urbanas nas zonas mineradoras do século XVIII antecedeu a formação do ambiente agrário, numa relação tal que a cidade promoveu a criação do campo. No século XIX, ao contrário, a predominância econômica passa a ser do meio rural, na qual a economia cafeeira fomentou a formação de novas cidades²⁶⁵. Nas décadas finais dos oitocentos houve grande aumento da quantidade de cidades que desmembraram seus territórios ou se formaram²⁶⁶, bem como um certo aumento da população urbana. Embora esse incremento populacional indique um

²⁶⁴ LEVEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

²⁶⁵ CUNHA, Alexandre; SIMÕES, Rodrigo; PAULA, João. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Texto de discussão n. 164. Belo Horizonte: Cedeplar; FACE; UFMG, 2001.

²⁶⁶ Como é o caso de Varginha.

desenvolvimento das cidades, o progresso vivido por elas no período não estava dissociado da vida rural.

O *Almanach Sul-Mineiro* destaca que, para o ano de 1884²⁶⁷, em Campanha encontrava-se casas para alugar no preço mensal de 10\$000 a 40\$000. Pouso Alegre apresentava o preço mensal de 20\$000 a 30\$000. Em Varginha, já havia dificuldade para encontrar casas para aluguel, chegando a cobrar por algumas 200\$000 anuais, o que equivaleria a 16\$666 mensais. Tal fato nos aponta a) o crescimento urbano dessas localidades, b) a importância que vinha ganhando a cidade em relação ao campo²⁶⁸ e c) a realocação produtiva em favor da vida urbana, já que na cidade estão os comerciantes, os profissionais e os profissionais liberais²⁶⁹, bem como as manufaturas que começam a despontar, o que pressupõe um processo de transição da produção familiar para a individual.

Entre os imóveis urbanos arrolados nos processos de inventários, é expressiva a quantidade de proprietários que somam pequenas propriedades, com valor de até 500\$000, e as de 1:000\$001 a 10:000\$000, consideradas grandes propriedades. Na tabela a seguir, foram considerados como imóveis urbanos parte nas propriedades com outros proprietários. Descrições de mais de um imóvel com apenas um preço foi considerado como apenas uma propriedade²⁷⁰.

**Tabela 3.18 – Total dos bens imóveis urbanos por inventariados
(1880-1899)**

Proprietários urbanos	Até 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Campanha	21	5:025\$169	9	6:366\$726	28	94:473\$515	0	0
Pouso Alegre	27	7:598\$000	11	7:810\$000	24	61:098\$500	4	72:900\$000
Varginha	11	2:471\$500	5	3:750\$000	15	57:395\$000	2	27:825\$000

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

²⁶⁷ VEIGA, Bernardo Saturnino. *Op.cit.*, 1884.

²⁶⁸ Por variados motivos: por ser tanto por crescimento populacional, migração, ou êxodo rural. O que nos importa é verificar o crescimento das zonas urbanas.

²⁶⁹ Como profissionais tem-se alfaiates, barbeiros e cabeleireiros, ferreiros, marceneiros, ourives, pintores, rancheiros, sapateiros, etc. Entre os profissionais liberais estão médicos, advogados, músicos, dentistas, etc.

²⁷⁰ Como o senhor Manoel Paulino de Almeida, inventariado em Varginha (AFMV) em 1885, que deixou duas casas no valor de 3:000\$000. Na nossa tabela consideramos apenas uma casa com o referido valor.

Se observada a evolução dos bens imóveis urbanos, percebe-se que Campanha, que por muito tempo foi a capital do Sul de Minas, não apresentava nenhum conjunto de imóveis urbanos acima de 10:000\$000. Em compensação, o maior número de ocorrência constava das propriedades de 1:000\$001 a 10:000\$000, que juntas somavam mais de 83:000\$000. Esse total corresponde a mais de duas vezes o valor da soma de todas as propriedades urbanas de Varginha, e mais de quatro vezes e meia a soma de todos os imóveis urbanos de Pouso Alegre.

Pouso Alegre detinha a maior quantidade de propriedades pequenas²⁷¹, isto é, de até 500\$000, fato que pode significar um ambiente urbano pouco desenvolvido. As propriedades urbanas de Varginha, porém, equilibravam-se entre as faixas de preço de até 500\$000 e de 1:000\$001 a 10:000\$000.

**Tabela 3.19 – Total dos bens imóveis urbanos por inventariados
(1880-1889)**

Proprietários urbanos	Até 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Campanha	21	5:025\$169	9	6:366\$726	26	83:473\$515	0	0
Pouso Alegre	14	4:209\$000	4	2:950\$000	7	14:849\$000	1	10:900\$000
Varginha	5	1:232\$000	2	1:650\$000	6	15:740\$000	1	16:280\$000

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

No segundo subperíodo, porém, observa-se um indicativo de crescimento urbano de Pouso Alegre, que apresentava mais imóveis citadinos de 1:000\$001 a 10:000\$000 que nas demais faixas de preço. Apenas 3 propriedades pouso-alegrenses detinham 62:000\$000, o que sugere uma grande concentração de terras não apenas no ambiente rural, mas também nas aglomerações urbanas.

Varginha, por sua vez, também reunia a maior parte dos imóveis na faixa de 1:000\$001 a 10:000\$000. A evolução do primeiro subperíodo (1880-1889) para o segundo (1890-1899) demonstra um avanço constante da urbanização varginhense, embora pouco espetacular.

²⁷¹ Mais uma vez assumimos que as propriedades de menor valor correspondem às propriedades de menor tamanho.

**Tabela 3.20 – Total dos bens imóveis urbanos por inventariados
(1890-1899)**

Proprietários urbanos	Até 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Pouso Alegre	13	3:389\$000	7	4:860\$000	17	46:249\$500	3	62:000\$000
Varginha	6	1:239\$500	3	2:100\$000	9	41:655\$000	1	11:545\$000

Fonte: MHMTT e AFMV.

As propriedades urbanas consistiam sobretudo em casa de morada ou vivenda. Algumas vinham sem descrição, como o único imóvel urbano de Francisca Oliveira da Silva²⁷², inventariada em 1880, que possuía “huma caza sita na freguezia da Estiva, na Rua que segue para Pouzo Alegre”. O senhor José Bernardo do Prado²⁷³, finado em 1889 em Campanha, detinha “uma pequena caza no Largo da Aparecida”. No inventário da senhora Maria Luíza da Conceição²⁷⁴ constava “huma morada de cazas ‘estragada’”, bem como “huma morada de cazas na Freguezia do Lambari”. Em Varginha, em 1886 José Diogo Palhão²⁷⁵ deixava simplesmente “huma caza coberta de telhas”.

Outras foram registradas com mais informações, como a propriedade de Izabel Pereira Pinheiro²⁷⁶, inventariada também em 1880, que deixou “huma caza de morada com seu respectivo terreno anexo a mesma, situada nesta cidade a Rua Primeiro de Março, com duas janellas e uma porta na frente principal e três portas laterais e um portão”. A senhora Prudenciana Máxima do Carmo²⁷⁷, inventariada em 1887, possuía “huma caza de vivenda com quintal e suas pertenças, na rua Direita da cidade Varginha”; e mais “huma caza de vivenda e quintal”. Da mesma forma, o senhor Francisco Antônio Ferreira²⁷⁸, cujo inventário, de Pouso Alegre, data de 1889, era dono de “huma caza nova coberta com telhas sita na freguezia da Estiva, com duas janellas e uma porta na frente.

O mesmo senhor Francisco Antônio Ferreira deixou ainda “huma dita coberta de telhas e bem feitorias, sita na mesma freguezia”; e “huma caza para paiol coberta com telhas como dependência da caza acima”. A finada Maria Cândida de Jesus²⁷⁹, em 1888

²⁷² Inventário de Francisca Oliveira da Silva, 1880, Pouso Alegre – MHMTT.

²⁷³ Inventário de José Bernardo do Prado, 1889, Campanha – CEMEC.

²⁷⁴ Inventário de Maria Luíza da Conceição, 1888, Campanha – CEMEC.

²⁷⁵ Inventário de José Diogo Palhão, 1889, Varginha – AFMV.

²⁷⁶ Inventário de Izabel Pereira Pinheiro, 1880, Pouso Alegre – MHMTT.

²⁷⁷ Inventário de Prudenciana Máxima do Carmo, 1887, Varginha – AFMV.

²⁷⁸ Inventário de Francisco Antônio Ferreira, 1889, Pouso Alegre – MHMTT

²⁷⁹ Inventário de Maria Cândida de Jesus, 1888, Campanha – CEMEC.

deixou uma “morada, caza e paiol”. O Barão de Lavras²⁸⁰, inventariado em Varginha em 1889, possuía “huma caza de vivenda em Carmo da Cachoeira, com benfeitorias, paiol, moinho, horta e horta” (6:200\$000).

Embora as benfeitorias sejam uma característica rural, era possível encontrar tais melhorias em imóveis urbanos. Em Campanha, uma casa de 500\$000 que possuía um monjolo, uma de 700\$000 apresentava um “pequeno engenho”, e outra de 2:500\$000 consistia numa “casa com paiol e mais cafezal”. Em Varginha, um terreno no valor de 400\$000 foi classificado como “um pasto adjacente à casa, e um de 350\$000 como “um pasto na cidade”.

Tal fato remete a um entendimento de que as cidades sul-mineiras, mesmo no limiar do século XX, ainda reproduziam o modo de viver do mundo rural. A urbanização vivida pelas cidades espelhava-se contraditoriamente na modernização capitalista pela qual passava os países centrais, embora a economia brasileira permanecesse ainda predominantemente rural²⁸¹.

**Tabela 3.21 – Bens imóveis urbanos por tipo de bens
(1880-1899)**

Imóveis urbanos	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Casa de morada/vivenda	100	144:223\$804	94	113:450\$500	50	81:789\$500
Casa com benfeitorias	10	10:440\$000	1	600\$000	6	11:700\$000
Casa de negócio	7	12:740\$000	2	16:000\$000	1	400\$000
Terreno	5	1:130\$000	1	2:000\$000	5	962\$000

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

De acordo com a tabela acima, a grande maioria dos imóveis urbanos consistia em casas de morada ou vivenda (81,96% em Campanha, 98% em Pouso Alegre e 80,64% em Varginha). As casas com benfeitorias aparecem em segundo, embora longe das casas de vivenda. As casas de negócio campanhenses estão entre duas farmácias (1:000\$000 e 500\$000), duas olarias (20\$000 cada), uma fábrica de chapéus e uma casa de hotel (10:000\$000). A de Pouso Alegre e a de Varginha não foram identificadas.

²⁸⁰ Inventário do Barão de Lavras, 1889, Varginha – AFMV.

²⁸¹ SAES, Alexandre Macchione. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. CURI, Luiz Felipe Bruzzi. **O processo de urbanização no Sul de Minas em transição: uma proposta de interpretação.** In: SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs) Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX. São Paulo: Alameda, 2016.

Conforme elucidada a tabela acima, embora ainda apegadas ao modo de vida rural as cidades começam a constituir-se como espaço de socialização capitalista das forças produtivas, resultado da divisão social do trabalho e forma desenvolvida da cooperação entre unidades de produção. As cidades suportam os processos de produção, circulação e consumo com aparatos físicos que constituem um valor de uso específico, chamado por Christian Topalov de valor de uso complexo²⁸². Nesse contexto, é na cidade mais que no campo depois da abolição do trabalho escravo, que incidiu o mercado de trabalho assalariado.

No que diz respeito à remuneração da força de trabalho, os trabalhadores do campo em Campanha recebem por dia de \$640 a \$800, enquanto os pedreiros e carpinteiros recebem de 2\$000 a 2\$500. Em Pouso Alegre, os trabalhadores da roça ganham \$640 a 1\$000 por dia, ao passo que os pedreiros e carpinteiros ganham 2\$000 e 3\$500. Por sua vez, os trabalhadores rurais de Varginha ganham \$640, chegando a ganhar 1\$000 quando o trabalho aumenta; já os pedreiros e carpinteiros “bons” chegam a ganhar 3\$000 a 4\$000 por dia, ganhando os “ordinários” 2\$000. Embora os preços pagos nas três cidades sejam parecidos, é clara a diferenciação entre os profissionais urbanos e os que lidam com o solo, já que aqueles ganham mais que o dobro desses²⁸³.

Entre os trabalhadores urbanos, é nas atividades como ferrovias e serviço público que surge as melhores oportunidades de trabalho, bem como as maiores chances de rentabilidade econômica para a elite nacional²⁸⁴. De fato, as ferrovias atraíam o interesse tanto da elite quanto dos periódicos sul-mineiros. Especialmente o *Monitor Sul-Mineiro*, que se pretendia comprometido com o desenvolvimento do Sul de Minas, reservava nas suas páginas lugar especial para a estrada de ferro, já que sendo as ferrovias “o maior, mais aperfeiçoado e proveitoso esforço do espírito humano quanto á industria dos transportes, não terão valor importante que tem si por uma lei fatal só levassem vida e progresso á seus pontos terminaes”²⁸⁵.

Para o redator do periódico, as estradas de ferro certamente eram grandes promotoras do progresso, não apenas e suas paragens, mas por todos os caminhos das vias férreas. Com efeito, por vezes com mais destaque, por vezes com menos, os trens

²⁸² TOPALOV, Christian. **La urbanizacion capitalista**. Cidade do México: Edicol, 1978. O autor classifica valores de uso complexos como “efeitos úteis de aglomeração”: infraestruturas produtivas e equipamentos coletivos de consumo como ruas, transportes coletivos e abastecimentos de energia e água.

²⁸³ VEIGA, Bernardo Saturnino, *Op.cit.*, 1884.

²⁸⁴ SAES, Alexandre Macchione. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *Op.cit.*, 2016.

²⁸⁵ *Monitor Sul-Mineiro*, número 445 de 2 de abril de 1880. Campanha – CECML.

ganhavam espaço em quase todos os números do jornal. Muitas vezes tais matérias tinham o intuito de engrandecer a importância das ferrovias²⁸⁶:

As estradas de ferro constituem o grande successo do presente século, e são por ventura mais arrojado, mais feliz e mais vantajoso esforço do espírito humano sobre a industria dos transportes”. *Monitor Sul-Mineiro*, número 4418 de março de 1880. “Aqui exerce-se a indústria extractiva, explora-se minas e pedreiras; ali a industria fabril ou manufactureira; além a industria agrícola, a cultura da terra e criação de animaes ou a industria locomotora ou de transportes, que presta á todas as outras o mais importante auxilio.

Outras publicações atribuíam às ferrovias a resolução de muitos dos problemas do Sul de Minas no que respeita à agricultura, criação de animais e manufaturas²⁸⁷:

A agricultura e o commercio devem a estas vias de comunicação o extraordinario desenvolvimento que tem tido; as artes, a vulgarisação e proveito de inumeras descobertas, e as industrias todas as vantagens que produz a facilidade dos transportes dos naturaes productos e da matéria prima transformada. [...] As estradas de ferro resolverão difficeis problemas em que se prendião o desenvolvimento de artes e industrias, a propagação do progreso e da civilisação e o aperfeiçoamento do homem: - fizerão soar a hora de entrar-se nos domínios de desconhecidas profundezas, descobrir-se secretas riquezas das terras, das mattas e das águas. [...] Mas junto desses portos não estavam os centros productores; os que se empregavão na cultura da terra achavão-se além, e erão elles que tinham de ministrar a matéria prima que a industria devia transformar: e a morosidade de transporte e o dispendio que elle exigia, vinhão pesar sobre a industria, difficultar seu desenvolvimento, entibiar os espíritos menos ousados, onerar os consumidores e enfraquecer o commercio. Todos voltarão as vistas para as vias de comunicação, certos de que só ellas podião enriquecer e civilisar as nações. [...].

Com uma clara tentativa de incentivo à iniciativa privada, o *Monitor* destaca as “inúmeras vantagens das estradas de ferro”, inclusive a econômica, ao noticiar que ao falar dessas vantagens, “deve-se attender principalmente aos interesses que ellas crião, e é por isso que se diz de grandes resultados as empresas que se propõem á construir linhas férreas, quando os interesses já creados garantem á taes empresas a renda liquida de 4 a 5 por cento”²⁸⁸. Portanto, parece natural a satisfação com que o jornal publica a construção de ferrovias no território sul-mineiro: “[...] foi assignado pelo presidente da

²⁸⁶ *Monitor Sul-Mineiro*, número 445 de 2 de abril de 1880 – CECML.

²⁸⁷ *Monitor Sul-Mineiro*, número 441 de 8 de março de 1880 – CECML.

²⁸⁸ *Monitor Sul-Mineiro*, número 446 de 8 de abril de 1880 – CECML.

província de São Paulo e o coronel Joaquim Ovidio Saraiva de Carvalho um contracto pelo qual se faz a este ultimo a concessão de privilegio por 90 annos, para a construcção de uma linha férrea entre a cidade de Lorena, naquella província, e a cidade de Itajubá, em Minas”²⁸⁹.

A primeiras das vias férreas sul-mineiras foi a Estrada de Ferro Minas e Rio, instituída sob concessão do governo imperial em junho de 1875. Em 1880, foi organizada em Londres a *The Minas and Rio Railway Company*, empresa responsável por construir e manter a ferrovia. No mesmo ano, o *Monitor Sul-Mineiro* anuncia do sucesso da primeira emissão de ações da Companhia. Inicialmente publicada no *Jornal do Commercio* sob o título de “Estrada de ferro do sul de Minas”, a matéria fala que “com este titulo lemos na GAZETILHA do *Jornal do Commercio* a seguinte importante noticia: ‘Já demos noticia do esplendido resultado que teve em Londres a emissão das acções dessa estrada de ferro [...] sendo a subscrição coberta quatro vezes’”²⁹⁰. A seguir, a matéria discorre sobre o início iminente das obras, sendo inaugurada em 1884.

As ferrovias então, cuidaram de dinamizar o comércio sul-mineiro com os mercados principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. A estrada de ferro consistia em grande símbolo de transformação econômica e social, relacionada a um vultoso processo de modernização. A implantação das ferrovias podia depender não só do transporte do café, mas de influências políticas, de integração regional ou de transporte de pessoas. Assim, o Sul de Minas, em fins dos oitocentos, registrava maior crescimento das linhas férreas de Minas Gerais, o que demonstra a importância da região no cenário geral de Minas e do Sudeste do Brasil²⁹¹.

Um dos principais itens de comércio sul-mineiro, o gado vacum, constituiu-se também com um dos principais itens transportados pela Estrada de Ferro Minas e Rio. Segundo Bruno Nascimento Campos²⁹², os grandes comboios de gado oriundos dos sertões não rumavam mais a pé até o Rio de Janeiro: as ferrovias passaram a transportar o gado até lá. Algumas estações tornaram-se notáveis nesse gênero comercial, chegando a organizarem feiras para o desenvolvimento do comércio do gado, como em Três

²⁸⁹ Monitor Sul-Mineiro, número 434 de 26 de janeiro de 1880 – CECML.

²⁹⁰ Monitor Sul-Mineiro, número 486 de 2 de dezembro de 1880 – CECML.

²⁹¹ SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as estradas de ferro no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. In: Anais do XVIII Encontro Regional ANPUH-MG: Mariana, 2012b.

²⁹² CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço: os primeiros impactos da Minas and Rio Railway sobre a economia de abastecimento no Sul de Minas (1884-1902)**. Cultura História & Patrimônio, v. 1, n. 1, 2012.

Corações do Rio Verde, ponto final da Estrada de Ferro Minas e Rio e ponto inicial da Estrada de Ferro Muzambinho²⁹³.

Em 1885, o Monitor publica em várias de suas edições uma nota comercial “Aos senhores invernistas e exportadores de gado”²⁹⁴ da Estrada de Ferro Minas e Rio, na qual se lê:

A Diretoria desta Estrada tomando em consideração o serviço que pôde prestar á indústria pastoril, resolveu reduzir suas tarifas para o embarque de gado entre Tres Corações e Santa Cruz.

[...] Embarcado em Tres Corações gasta apenas 22 horas de viagem até Santa Cruz.

Cada expedidor de 100 cabeças ou mais tem direito a passagem grátis de ida e volta, entre Tres Corações e Cruzeiro, a duas pessoas.

O frete de gado embarcado é pago em Santa Cruz.

Não podendo se firmar uma tarifa para o gado de maior e menor preço, estabeleceu-se fretar os wagons, porque assim demonstra a diferença do frete entre o gado de maior e menor preço.

Convem notar, além de outras eventualidades, o peso de 2 arrobas por cada rez, cujo peso perde na viagem indo tocada, ao passo que embarcada, só esse aumento corresponde ao frete que pagão á E. de Ferro.

Um wagon que freta-se por 70\$000 dos Tres Corações ao Cruzeiro, conduz 15 a 16 correiros de 18 a 20 arrobas ou 18 a 20 novilhas de 12 a 14 arrobas.

Assim pois temos a despeza por cada cabeça, inclusive o imposto provincial em 10\$000 á 10\$800 por cabeça de gado dos Tres Corações á Santa Cruz, conforme o tamanho.

Passos, 18 de Maio de 1885.

O Inspector do Trafego da E. de F. Minas e Rio,

Alexandre Francisco Pinto.

No mesmo ano, meses depois o jornal anuncia, carregado de sutileza, um pedido de revisão das tarifas da ferrovia²⁹⁵:

Tem-se verificado algum aumento na receita desta importante via férrea nestes últimos tempos, mas a experiência tem demonstrado que a alteração para mais nessas rendas é facto que só depende da boa vontade do inteligente Sr. ..., digno superintendente da estrada.

Como a existência dessa boa vontade não pôde ser posta em duvida, porque sempre se manifestou real e ..., é natural que a ella recordemos, apreciando ligeiramente algumas disposições da actual tarifa que

²⁹³ CAMPOS, Bruno Nascimento. *Op.cit.*, 2012. Sobre a feira de gado em Três Corações ver SAES, Alexandre Macchione. ROSA, Elton Rodrigo. **Mercado pontual:** atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). In: SAES, Alexandre Macchione (Org.); MARTINS, Marcos Lobato (Org.). Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX. Bauru, SP: Edusc, 2012.

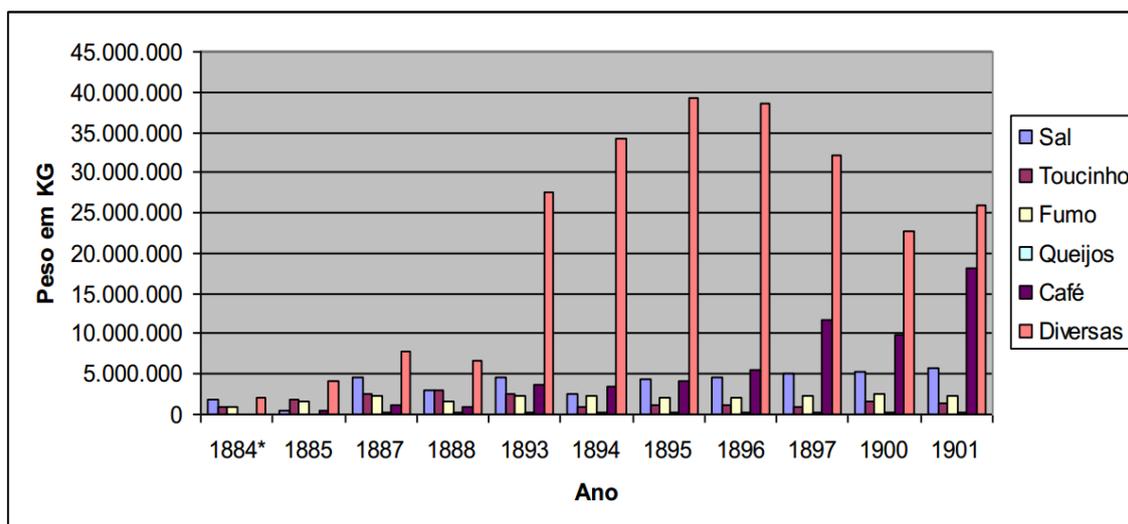
²⁹⁴ Monitor Sul-Mineiro, número 757 de 18 de julho de 1885 – CECML.

²⁹⁵ Monitor Sul-Mineiro, número 778 de 13 de dezembro de 1885 – CECML.

precisão de reforma, afim de que, ficando menos onerado o frete de alguns produtos, cresça o montante de importação e exportação em vantagem do publico e aumento dos interesses da “Minas e Rio”.

Entre as principais mercadorias transportadas pela Minas e Rio, destacam-se o sal, condimento básico da pecuária bovina e na preparação de alimentos, o toucinho e o fumo secularmente comercializado pelos mineiros, queijos, ligado à pecuária e o café. Na categoria “diversas” estão produtos como “fazendas, cereais, açúcar, bebidas, águas mineiras, ferragens, madeiras e materiais de construção, trilhos e outros materiais para estradas de ferro, etc.”²⁹⁶. O Gráfico 3.1 permite visualizar a alteração do perfil de comércio que as mercadorias transportadas pelas Minas e Rio vão sofrendo de 1884 a 1901.

Gráfico 3.1 – Minas e Rio: volumes e tipos de mercadorias transportadas



Fonte: CAMPOS, Bruno Nascimento. *Op.cit.*, 2012.

Dessa forma, enquanto as ferrovias transportavam pessoas e mercadorias, colaboravam para o progresso das cidades por onde passavam mediante sobretudo da dinamização comercial que fomentava. Porém, as estradas de ferro, como demonstra o gráfico, não foram construídas para o transporte do café. Ao contrário elas foram grandes incentivadoras da produção cafeeira na região.

Nos centros urbanos, o comércio tinha crescimento nada esplêndido, provavelmente acompanhando o crescimento da população. Segundo o Almanaque das

²⁹⁶ CAMPOS, Bruno Nascimento. *Op.cit.*, 2012, p. 14.

Províncias do Império do Brasil de 1885²⁹⁷, Campanha era iluminada por 70 lampiões de querosene, contando aproximadamente com 500 casas. Havia alguns prédios para aluguel, duas tipografias – numa das quais se produzia o *Monitor Sul-Mineiro*. A economia se dava por meio de fábricas de sinos, licores, chapéus, velas de cera, cerveja, telhas, tijolos, cachimbos, etc, sendo estes paralelamente ao gado bovino, suíno e à aguardente os principais itens de exportação.

Tabela 3.22 – Comércio em Campanha, Pouso Alegre e Varginha

Comércio	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	1874	1885	1874	1885	1874	1885
Capitalistas	6	3	4	10	9	13
Negócios de fazendas, ferragens, armarinhos, etc.	15	10	22	11	17	7
Negócios de molhados, gêneros da terra, etc.	29	43	16	37	26	19
Açougue	7	2	2	1	2	3
Farmácias	3	2	3	3	3	
Hotel	3	4	3	3	2	4
Tipografia	3	2				

Fonte: Veiga. *Op.cit.*, 1874 e Laemmert. *Op.cit.*, 1885.

Pouso Alegre, apesar de apresentar saneamento básico deficiente, possuía um teatro com capacidade para mil pessoas, uma “grande e excelente” cadeia recém-construída, além de duas instruções públicas: uma para meninos e outra para meninas. No que diz respeito à manufatura, existia na cidade duas fábricas, sendo uma de chapéus e outra de velas de cera. Pouso Alegre, que ainda possuía cerca de 400 casas e 9 praças, distribuídas em 26 ruas, constituiu um centro urbano muito desenvolvido para a região²⁹⁸.

Estrategicamente localizada mais perto da Província de São Paulo, a elite da cidade cuidou de construir relações mais consolidadas com os paulistas. Encontrando-as nas margens do Rio Mandu, que banhava a cidade, tais águas consistiram em ponto de parada para os mercadores que transitavam nas rotas entre Vila Rica e São Paulo. Se na primeira metade do século XIX essa rota não se equiparava àquelas que seguiam em direção ao Rio de Janeiro, nas décadas finais dos oitocentos ela traria muitos benefícios à Pouso Alegre, dada principalmente à expansão do café em terras paulistas.

²⁹⁷ LAEMMERT. *Op.cit.*, 1885.

²⁹⁸ *Ibidem*.

Varginha em 1885 apresentava 5 igrejas, mais de 300 casas sendo 8 ou 9 sobrados “espalhadas por muitas ruas e 6 praças”. Possuía ainda uma cadeia de pedra, uma casa para instrução pública construída através de donativos, diversas fábricas licores, cerveja, vinho e velas de cera para exportação, tendo os produtores que importar cera bruta por não ter criação de abelhas.

CAPÍTULO 4

O CAPITAL

4.1 – Problemas de financiamento e as formas de crédito no Sul de Minas

As transformações impostas pelo capitalismo no contexto de sua transição apresentam um caráter crucial para a efetivação do novo sistema. Não apenas as transformações no âmbito do trabalho e da terra são importantes, mas um novo componente é necessário para a pretendida modernização acompanhada de um novo modo de produção: o capital.

Na segunda metade do século XIX, o capital passou a assumir importante papel no desenvolvimento econômico nacional, proporcionado pela abolição do tráfico negreiro em 1850. A partir de então, houve um movimento de realocação dos capitais empregados nesse empreendimento, aumentando as transações financeiras e monetárias como aquisições de ações de companhias e títulos da dívida pública²⁹⁹.

A modernização pela qual passava o Brasil no contexto da transição causou uma relação dialética com o mercado de capital, na qual as transformações econômicas provocavam o desenvolvimento do capital, enquanto este por sua vez produzia as transformações. O capital voltado para a produção assumiu também características próprias, se efetivando notadamente no campo, com uma agricultura diversificada e com o café que despontava nos centros mais dinâmicos.

Numa economia em transição para o capitalismo, os bancos constituem instituições chave para a promoção do capital em forma de crédito e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico. A bibliografia que estuda a relação entre bancos e desenvolvimento, apesar de extensa, manifesta duas concepções opostas: uma que vê os bancos como efeito e outra como causa do desenvolvimento econômico³⁰⁰.

²⁹⁹ MARCONDES, Renato Leite. **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista** (1865-87). RBE. Rio de Janeiro 56(1):147-170 JAN./MAR. 2002, p. 147-148.

³⁰⁰ Como mostrou Thiago Gambi, essas concepções dominantes foram chamadas de *demand following* e *supply leading*. Ainda que muitos economistas partam da explicação do *demand following*, estudos mais históricos têm indicado o *supply leading*, como motivo do desenvolvimento econômico. Ver **(Expansão bancária no Sul de Minas em transição** (1889-1930). In: Alexandre Macchione Saes; Marcos Lobato Martins. (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: EDUSC, 2012, p. 303-329.

De qualquer forma, o modelo bancário sul-mineiro teve um desenvolvimento bem diferente do modelo paulista³⁰¹. O capital industrial se dinamizou sobretudo em São Paulo, numa junção bem-sucedida entre o desenvolvimento da indústria, o crescimento comercial e a expansão agrária. Contudo, a historiografia acerca da transição capitalista tende a analisar o modelo paulista, dada a condição de centro mais dinâmico, generalizando as conclusões para as outras regiões brasileiras.

A despeito do modelo – ou exceção – paulista, a partir de 1890, a cafeicultura da Zona da Mata, mesmo com menor vulto se comparada à de São Paulo, conseguiu estimular através de seus capitais a diversificação urbana e industrial da Mata, sendo Juiz de Fora a mais beneficiada por esses estímulos³⁰².

Francisco Iglesias, numa análise das Mensagens ao Congresso dos Presidentes do Estado de Minas Gerais, faz notar que todos os líderes da República Velha privilegiavam o contexto financeiro em prejuízo do econômico. De acordo com o autor, Augusto Lima em 1891 denuncia a falta de fiscalização, certo de que um terço das rendas do Estado era desviado do destino legal. Afonso Pena em 1893 atestava que o estado financeiro de Minas era “satisfatório e folgado”, devido à expansão da riqueza pública do Estado; e acerca do Encilhamento que gerou problemas no Rio de Janeiro, determinada, para o Presidente, “pelo abuso do crédito e do lançamento de empresas fantásticas, afetando os títulos de estabelecimentos antigos e acreditados”, serviu de lição para o Estado empregar suas economias em si própria. Em 1895, Bias Fortes alega ser “próspera e animadora a situação financeira do Estado”, do mesmo modo que em 1896, dado o “constante movimento ascendente da receita pública”. Em 1899, Silviano Brandão muda o tom pedindo diminuição das despesas, culpando a baixa taxa cambial e do preço do café. João Pinheiro em 1907 atentava para a pobreza de Minas, além da falta de ação administrativa e da iniciativa privada. Em 1910, quando termina nosso recorte temporal, Wenceslau Braz

³⁰¹ Minas Gerais até a abolição possuía apenas nove bancos, concentrados nas proximidades de Ouro Preto e São João del Rey. A Zona da Mata, que na primeira década da República viria a ser a região bancária mais importante do estado, computava até então somente um banco. Thiago Gambi destaca que o início dos bancos em Minas Gerais remonta “à caixa filial do Banco do Brasil estabelecida em Vila Rica ainda em 1819. Depois dela, foi criada uma caixa econômica em Ouro Preto, em 1838, e uma nova caixa filial do Banco do Brasil, em 1856.” O autor destaca que “as operações da caixa de Ouro Preto eram as menores dentre todas as caixas do banco, menores inclusive do que as do Maranhão ou Pará, o que sugere uma economia provincial menos dinâmica e mais dependente da Corte do que as outras províncias.” Ver GAMBÍ, Thiago. *Op.cit.*, 2012, p. 21-22.

³⁰² PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento**. X Seminário sobre Economia Mineira. Disponível em <<http://core.ac.uk/download/pdf/6519789.pdf>>. Acesso em maio de 2015, p. 4.

caracteriza a situação financeira do Estado como “melindrosa”, e pede contenção nos gastos³⁰³.

Como destaca Iglésias, os Presidentes “pensam em finanças em termos ortodoxos, parecendo-lhes ser boa situação de equilíbrio; não atentam, ou só o fazem raramente, na realidade econômica, que sacrificam em função do desejado equilíbrio”. Desse modo, prevalecia a ilusão do equilíbrio orçamentário, característico do pensamento tímido e militado da época, longe da ideia de crescimento e desenvolvimento econômico, com exceção talvez de João Pinheiro³⁰⁴.

Em reflexo disso, a pequena rede bancária conferia casas de crédito com operações tímidas, com excesso de cautela e falta de providências reprodutivas. Além disso, os bancos da capital, Rio de Janeiro, absorviam os recursos mineiros, dificultando com isso a implementação de bancos no estado³⁰⁵. No Sul de Minas, a expansão bancária ocorreria a partir de 1910, principalmente durante a década seguinte, quando o desenvolvimento dos bancos no estado é mais acentuado³⁰⁶.

A expansão dos bancos, casas bancárias e sociedades acionárias, se por um lado ofereciam condições de financiamento, por outro apresentavam limites de expansão, devido às imperfeições próprias do mercado de capitais, como assimetria de informações e altos custos de transação, principalmente nas regiões mais interiorizadas³⁰⁷, como no caso do Sul de Minas. De qualquer forma, se a expansão bancária no Sul de Minas ocorreria somente após 1910, qual a forma de financiamento das atividades econômicas da região de 1880 a 1899?

Os jornais sul-mineiros têm dado conta de um importante agente creditício na região: o comissário. O comissário atuava como intermediário, na venda sobretudo do café, entre o produtor e o exportador, agindo não só como um representante comercial, mas fornecendo vários itens dos grandes centros urbanos que seus clientes necessitavam. Seu papel no fornecimento do crédito para a lavoura conferiu a importância que o comissário viria a ter para a agricultura³⁰⁸.

³⁰³ IGLÉSIAS, Francisco. **Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930)**. In: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 135-136.

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ Ibidem. WIRTH, John. *Op.cit.*, 1982.

³⁰⁶ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *Op.cit.*, 2012.

³⁰⁷ MARCONDES, Renato Leite. *Op.cit.*, 2002, p. 149.

³⁰⁸ TOSI, Pedro Geraldo. FALEIROS, Rogério Naques. TEODORO, Rodrigo da Silva. **Crédito e Pequena Cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914**. RBE. Rio de Janeiro. v. 61 n.3/p.405-426 Jul-Set 2007.

O jornal campanhense *A Conjuração*³⁰⁹, publica em maio de 1888 uma propaganda da casa de comissários Gavinho, Braga & Comp. do Rio de Janeiro, que recebem café, toucinho e fumo. O jornal *A Revolução*³¹⁰, também editado em Campanha, divulga em dezembro de 1889 que o advogado M. de Oliveira Andrade, com escritório na cidade, “encarrega-se de levantar empréstimos a lavradores perante os Bancos que têm contratos relativos a esta província, mediante porcentagem módica”.

A casa comissária de Três Corações, José Maria D’Assumpção & Companhia, comunica no jornal de Campanha *Monitor Sul-Mineiro*³¹¹, “a todos os seus fregueses e amigos, que sua casa achando-se com pessoal hábil para o desempenho de suas funções, pede se dignem a dispensar suas consignações, certos de que não poupará esforço para o bom desempenho de suas ordens, responsabilizando-se por qualquer extravio de volumes que saírem de seus armazéns”.

No mesmo número, o periódico destaca que, “segundo o comunicado que obsequiosamente nos fizeram os Srs. Custodio & Machado Guimarães, comissários de café no Rio”, o preço corrente desse gênero era de 18\$000 a 18\$500 a saca regular, estando em posse desses comissários em 17 de novembro de 1892 160.000 sacas de café. Aos 30 de agosto de 1893, esses mesmos comissários possuíam 283.000 sacas, com o preço da saca regular variando de 19\$300 a 19\$600³¹². Em 18 de outubro do mesmo ano, os comissários possuíam 90.000 sacas de café, cotados os regulares de 23\$000 a 23\$500³¹³. Dois anos depois, a saca de café regular variava de 20\$000 a 22\$000, estando os comissários com 228.000 sacas em 2 de setembro de 1895³¹⁴.

No ano de 1893, os comissários Baptista, Andrade & C., do Rio de Janeiro, tinham representantes em Varginha e em Três Corações. A “casa de comissões e consignações de todo gênero do país” Armando Rezende & Comp. situava-se na Estação Fluvial da Estrada de Ferro Muzambinho. Na mesma estação localiza-se a casa de comissões e consignações Assumpção, Gastex & C., que encarrega-se de “remeter a seu destino, com a máxima brevidade, todas as mercadorias que lhes forem consignadas. Recebem à consignação e compram cafés, toucinho, queijo, etc. Vendem sal, açúcar, querosene, cerveja, vinhos e todos os gêneros nacionais e estrangeiros”³¹⁵.

³⁰⁹ *A Conjuração*, n. 70, 22 de maio de 1888. APM.

³¹⁰ *A Revolução*, n. 40, 15 de dezembro de 1889. APM.

³¹¹ *Monitor Sul-Mineiro*, n. 1140, 4 de dezembro de 1892. APM.

³¹² *Monitor Sul-Mineiro*, n. 1177, 3 de setembro de 1893. APM.

³¹³ *Monitor Sul-Mineiro*, n. 1184, 22 de outubro de 1893. APM.

³¹⁴ *Monitor Sul-Mineiro*, n. 1255, 6 de setembro de 1895. APM.

³¹⁵ *Monitor Sul-Mineiro*, n. 1177, 3 de setembro de 1893. APM.

Os senhores Braulio, Ferreira & Companhia, “negociantes por atacado de sal, açúcar, farinha de trigo, querosene, fósforos, arroz, molhados, etc., recebem cargas de [...] café, toucinho e mais gêneros do país”, tendo escritório Estação Fluvial da Estrada de Ferro Muzambinho. Os comissários e importadores do Rio de Janeiro Terra & Comp., “recebem à consignação café, fumo, toucinho, queijo, cereais, carnes, etc., e tudo mais que o comércio consuma”. Para tanto, os comissários “adiantam qualquer quantia aos seus comiltentese (sic), também aceitam qualquer representação comercial ou particular³¹⁶.

Em Pouso Alegre, o periódico *Valle-Sapucahy*³¹⁷ publicou o anúncio de um procurador judicial em fevereiro de 1886, no qual Alvaro Americano de Almeida comunica “que se acha estabelecido nessa cidade [...] escritório de agentes comerciais, incumbindo-se de cobranças, balanços, escriturações, dividendos de sociedades, companhias e empresas e de tudo mais que concerne a esse ramo de serviço, desconto de letras, empréstimos de dinheiro sob garantia remessas e saques para a corte e qualquer ponto da província; compras de apólices e transferência, depósitos e levantamentos de dinheiro da caixa econômica da capital, casas bancárias da corte, caução ou garantias ante quaisquer repartições, etc. etc. [...]”.

O jornal varginhense *Correio do Povo*³¹⁸, em uma única edição, cinco comissários de café. Os primeiros, Custódio, Machado Guimarães & C., tendo como sucessores Machado Guimarães, Horta, Santos & C., “comissários de café e mais gêneros do país”, tem como representante Manoel Pinto Fernandes na Estação da Fama. Os comissários da Ferreira Ramos e Comp. tem o senhor F. Quirino como representante em Varginha e J. Amarante como representante de Carmo do Rio Claro. Os comissários de café Guimarães Gonçalves e Comp., com Abreu, Guimarães, Gonçalves & Comp. como sucessores, tem como representante no Sul de Minas o senhor J. Monteiro de Queiroz. Dois escritórios parecem não ter representantes na região: Alfredo Rebello, Castro & C., “comissários de café e gêneros do país”; e Souza Ramos & Pinheiro, “comissários de café, fumo e mais gêneros nacionais”.

³¹⁶ Monitor Sul-Mineiro, número 1299, de 31 de outubro de 1896. APM.

³¹⁷ Valle-Sapucahy, número 19, de 13 de fevereiro de 1886. APM.

³¹⁸ Correio do Povo, número 30, de 20 de junho de 1897. APM.

Figura 4.1 – Propaganda de casa comissária

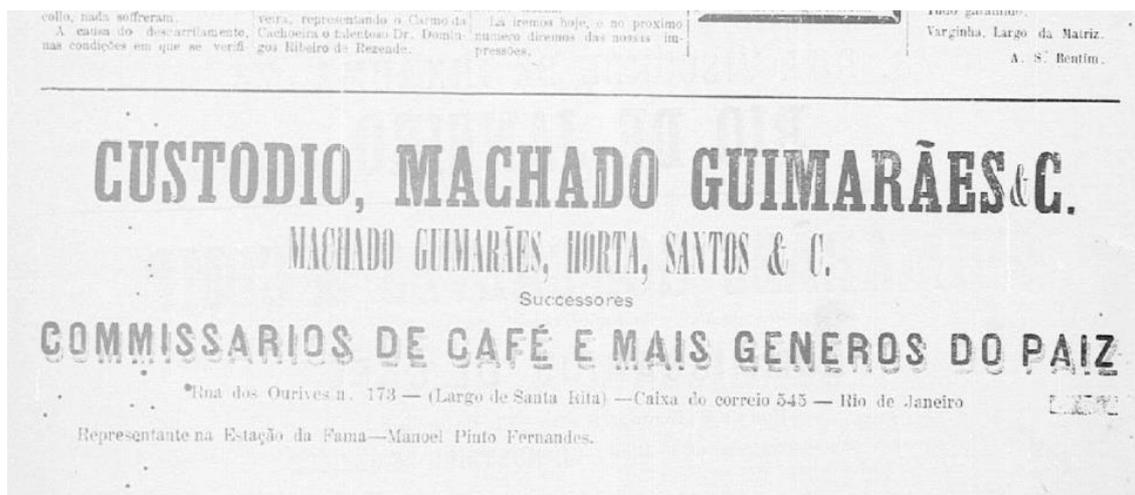


Fonte: A Conjuração, número 70, de 22 de maio de 1888. APM.

Figura 4.2 – Propaganda de casa comissária



Fonte: Monitor Sul-Mineiro, número 1299, de 31 de outubro de 1896. APM.

Figura 4.3 – Propaganda de casa comissária

Fonte: Correio do Povo, número 30, de 20 de junho de 1897. APM.

Um fato que chama a atenção nessas casas de comissários, é elas serem quase todas do Rio de Janeiro, de modo que confirma a ideia de que as divisas financeiras afluíssem para lá junto com as mercadorias. Outro fato sintomático é os comissários de Varginha propagandear o “café” em letras garrafais, sem nenhum destaque para os demais gêneros, o que talvez possa ser explicado para data de publicação do jornal, quando o café já era produzido com mais vulto na região.

Além do comissário, outro personagem assume grande importância na oferta de crédito na região: o capitalista. Mais comuns nas cidades do interior, os capitalistas consistiam numa camada de financistas da própria localidade que possuía dinheiro disponível para empréstimo a juros³¹⁹. Nesse sentido, o *Almanach Sul-Mineiro* para o ano de 1884 destaca para Campanha, Pouso Alegre e Varginha um total de 69 capitalistas que financiavam as atividades nessas cidades. A falta de um sistema bancário desenvolvido implicava numa remuneração muito significativa desses capitalistas, de modo a causar por um lado a centralização da riqueza e dos destinos econômicos dessas localidades, e por outro a dependência dos que demandavam o crédito.

Dos 25 capitalistas destacados para Campanha, 6 encontram-se entre os inventários arrolados para a cidade. Com o intuito de verificar quanto da fortuna desses capitalistas estava empregada nas dívidas ativas, faz-se necessário analisar a composição da riqueza de cada um deles.

³¹⁹ TOSI, Pedro Geraldo. FALEIROS, Rogério Naques. TEODORO, Rodrigo da Silva. *Op.cit.*, 2007.

Tabela 4.1 - Capitalistas arrolados para Campanha

Capitalistas	Ano	Inventariado/ inventariante
Joao Batista Flauzino de Carvalho	1884	inventariado
Francisco Carneiro Santiago	1885	inventariante
Jose dos Reis Silva Resende	1886	inventariado
Francisco da Cunha Mendes	1888	inventariado
Jose Joaquim Branquinho	1888	inventariado
Manoel Francisco Ribeiro	1888	inventariado

Fonte: CEMEC.

O Tenente-Coronel João Batista Flauzino de Carvalho³²⁰ falecido em 1884, deixou um monte-mor de 154:482\$000 contos de réis, dos quais quase um terço, 32,26%, correspondia a dívidas ativas. Com uma vida notadamente rural, João Batista não possuía nenhum imóvel urbano, mas 41,25% do montante em imóveis rurais, contando ainda com 3,31% em culturas – inclusive café –, 9,5% em semoventes principalmente bovinos e suínos, e 12% em escravos, o que equivale a 35 cativos. Além disso, o inventariado possuía 1,36% em dinheiro.

Enquanto João Batista detinha o maior monte-mor entre os capitalistas arrolados, o Tenente-Coronel Francisco Carneiro Santiago, requerente de Josefa da Conceição Silva Brito³²¹, possuía o menor monte-mor: 9:924\$240 contos de réis³²². O documento, de 1885, discrimina entre os ativos verificados, a ausência de dívidas ativas, o que num primeiro momento parece estranho para quem cumpre o papel de prestador. Além das dívidas ativas, não há também dinheiro, imóveis urbanos ou escravos. O valor dos imóveis rurais importa em quase 90% do montante, sendo irrisório o valor das culturas, 0,57%, o que pode indicar produção (de milho e arroz) para consumo próprio; e bastante baixo o valor dos semoventes, 1,55%, referentes a 5 bovinos e 19 suínos. Os bens móveis, com um pouco mais de vulto, importam nos 8,27% restantes.

O Coronel José dos Reis Silva Resende³²³, cujo inventário é de 1886, não possuía dinheiro em mãos quando do arrolamento dos bens. Por outro lado, tinha 24,85% do montante de sua riqueza em 15 escravos, 8,8% em semoventes, compostos por muitos bovinos e suínos (64 e 66 respectivamente), e apenas 0,3% em culturas de café e arroz.

³²⁰ Inventário de João Batista Flauzino de Carvalho, 1884. Campanha – CEMEC.

³²¹ Inventário de Josefa da Conceição Silva Brito, 1885. Campanha – CEMEC.

³²² O fato talvez se explique pela libertação “dos pretos” da requerida, que passaram de ativos a herdeiros. No entanto, o processo não faz referência à quantidade, o que daria uma ideia do valor que esses libertos representavam.

³²³ Inventário do Coronel José dos Reis Silva Resende, 1886. Campanha – CEMEC.

Os bens imóveis rurais correspondem a 5,42% e os urbanos a 19,71% do total, o que confere grande diferença para os demais capitalistas não apenas por aparentemente mais vida na cidade que no campo, mas principalmente por ter em valores quase iguais os bens imóveis (considerando os rurais e os urbanos) e escravos. A maior parte, contudo, corresponde às dívidas ativas, 32,30%, perfazendo um total de 35:517\$834 contos de réis de monte-mor.

Os últimos 3 capitalistas iniciaram seus processos no mesmo ano, 1888. Francisco da Cunha Mendes³²⁴ apresentava um monte-mor de 16:813\$475 contos de réis, com 75,98% em bens imóveis rurais, dos quais uma fazenda de negócios continha o valor de 1:913\$119 contos; 8,56% em dívidas ativas e 4,16% em dinheiro. Francisco era dono de dois escravos, que compunham 0,59% do total dos bens; 3,15% em semoventes, em sua maioria suíno, bovino e cavalariço; 1,43% em culturas, cana e milho; e detinha ainda 6,12% em bens móveis.

José Joaquim Branquinho³²⁵, com um monte-mor de 32:185\$900 contos de réis, não trazia escravos, culturas, dívidas ativas e dinheiro em mãos. Branquinho possuía 2,49% de bens imóveis urbanos e 83,79% em imóveis rurais, repetindo o padrão de maior ativo financeiro encerrado nos bens de raiz. Além disso, 8,12% do montante estavam encerrados nos semoventes, em sua grande maioria em gado suíno, e 5,6% em bens móveis.

Por fim, o Capital Manoel Francisco Ribeiro³²⁶ apresentava 2,89% do montante de riqueza em bens móveis, dos quais a grande maioria é composta por objetos do negócio de secos e molhados do requerido; 0,62% em semoventes, marcadamente bovino e 3,77% encerrado em 20 escravos apesar de nenhuma cultura³²⁷. Os bens imóveis e as dívidas ativas compõem os maiores ativos do montante, as dívidas com 41,57%, os bens imóveis urbanos com 9,56% e os rurais com 41,6%, o que confere um monte-mor de 88:942\$974 contos de réis.

Os capitalistas pouso-alegrenses também incluíam os bens imóveis como os principais ativos de suas fortunas, sobretudo os imóveis rurais. Dentre os 22 descritos no *Almanach*, a metade está entre os inventários arrolados para a cidade. Da mesma forma

³²⁴ Inventário de Francisco da Cunha Mendes, 1888. Campanha – CEMEC.

³²⁵ Inventário de José Joaquim Branquinho, 1888. Campanha – CEMEC.

³²⁶ Inventário do Capital Manoel Francisco Ribeiro, 1888. Campanha – CEMEC.

³²⁷ A profissão desses escravos dá uma ideia das atividades do proprietário, já que eram campeiro, cozinheiro, cozinheiras, caseiro, roceiro, costureira e tropeiros. Dos 20 escravos, 4 estavam libertos em poder do inventariante, o que evidencia o que defendemos anteriormente, isto é, a estratégia de libertar os escravos sob condições de continuarem a mesmas tarefas por um determinado período de tempo.

que os capitalistas de Campanha, serão analisadas a seguir as fortunas dos emprestadores arrolados para Pouso Alegre.

Tabela 4.2 - Capitalistas arrolados para Pouso Alegre

Capitalistas	Ano	Inventariado/ inventariante
Joaquim José Ferreira Gonçalves	1884	inventariado
Vigilato Candido de Almeida	1887	inventariado
Antônio da Costa Rios	1888	inventariado
Antônio Coutinho Pereira Junior	1888	inventariado
Francisco Antônio Ferreira	1889	inventariado
Joaquim Leonel de Azevedo	1889	inventariante
Manoel Coutinho Xavier de Rezende	1890	inventariado
José Gonçalves Lopes	1890	inventariado
Francisco das Chagas Fagundes	1893	inventariante
José Antônio de Melo	1897	inventariado
José Pinto de Andrade	1897	inventariado

Fonte: MHMTT.

O Alferes Joaquim José Ferreira Gonçalves³²⁸, cujo processo data de 1884, possuía um monte-mor de 30:331\$122 contos de réis, dos quais 24,23% era composto por dívidas ativas, 1,42% de dinheiro e 53,58% de bens imóveis rurais. Sem imóveis urbanos, o Alferes não detinha culturas, mas encerrava 8,94% do montante em semoventes, sendo a grande maioria de bovinos e cavalares; e 11,21% em 8 escravos. Os bens imóveis somavam nada mais que 0,73% da riqueza.

Em 1887, Vigilato Candido de Almeida³²⁹ expõe seus ativos ao ser requerente de sua esposa falecida Barbara Maria de Jesus. Com um monte-mor relativamente pequeno em comparação com os demais capitalistas, 7:112\$954 contos de réis, Vigilato não apresentava imóveis urbanos ou culturas. Com 50,33% de sua riqueza em bens imóveis rurais, a outra metade estava dividida em 24,67% em 4 escravos, 8,44% em dívidas ativas e 8,61% em dinheiro; 4,16% em semoventes maiormente bovinos e alguns cavalares; e 3,79% em bens móveis.

Com os processos iniciados no ano da abolição, dois os capitalistas não possuíam escravos, tendo seus maiores ativos contidos nos bens imóveis, dívidas ativas e semoventes. O primeiro é o Tenente-Coronel Antônio da Costa Rios³³⁰, com o maior

³²⁸ Inventário do Alferes Joaquim José Ferreira Gonçalves, 1884. Pouso Alegre – MHMTT.

³²⁹ Inventário de Vigilato Candido de Almeida, 1887. Pouso Alegre – MHMTT.

³³⁰ Inventário do Tenente-Coronel Antônio da Costa Rios, 1888. Pouso Alegre – MHMTT.

monte-mor entre os capitalistas dessa cidade, 172:701\$175 contos de réis, possuindo três quartos desse montante em bens imóveis rurais, 74,94% e 1,16% em imóveis rurais. Os semoventes importavam em 6,66% da riqueza, com uma maioria esmagadora de gado bovino; as culturas encerram apenas 0,58%; e 1,4% os bens móveis. As dívidas ativas, com maior vulto, representam 14,04% do monte-mor, embora o dinheiro disponível corresponda a apenas 0,29%.

O segundo, Antônio Coutinho Pereira³³¹, não possuía dinheiro, cultura ou escravos. O valor baixo dos bens móveis, 0,55% do montante, é compensado pelo valor dos bens imóveis rurais, que somam 83,25% da riqueza, com mais 2,10% dos imóveis urbanos. Os semoventes ficam com o segundo lugar em valor, com 11,92% de bois e porcos, restando às dívidas ativas o baixo valor relativo de 2,17% do monte-mor, que soma 35:658\$855 contos de réis.

O senhor Francisco Antônio Ferreira³³² teve seu inventário iniciado em 1889, apurando-se um monte-mor de 51:845\$809 contos de réis. Suas dívidas ativas representavam 62,13% do montante de sua riqueza, com os bens de raiz em segundo lugar: 28,29% de bens imóveis rurais e 2,03% de imóveis urbanos. Sem culturas ou dinheiro, os demais ativos compunham pouco do monte-mor, sendo 6,23% de semoventes, principalmente bovino e suíno, e 1,23% de bens móveis.

Também em 1889, o Tenente-Coronel Joaquim Leonel de Azevedo³³³ inventariou sua esposa Luísa Pereira de Andrade, verificando um monte-mor de 38:182\$500 contos de réis. Na data do processo, o casal não possuía dívidas ativas, bem como dinheiro, cultura e imóveis urbanos. Com 1,81% de bens móveis, os maiores ativos são os semoventes, 11,82% e os imóveis rurais, 86,37%.

O Tenente Manoel Coutinho Xavier de Rezende³³⁴, cujo processo data de 1890, apresentava seus maiores ativos em bens de raiz, 38,16% de imóveis rurais e 5,43% em imóveis urbanos, e dívidas ativas, sendo 30,76% do montante. Em seguida, tem-se os semoventes, com 13,10%, e o dinheiro em mãos, com 12,37%. Os bens móveis, com um valor muito baixo, representam apenas 0,18% do total de um monte-mor de 84:748\$270 contos de réis.

³³¹ Inventário de Antônio Coutinho Pereira, 1888. Pouso Alegre – MHMTT.

³³² Inventário de Francisco Antônio Ferreira, 1889. Pouso Alegre – MHMTT.

³³³ Inventário do Tenente-Coronel Joaquim Leonel de Azevedo, 1889. Pouso Alegre – MHMTT.

³³⁴ Inventário do Tenente Manoel Coutinho Xavier de Rezende, 1890. Pouso Alegre – MHMTT.

José Gonçalves Lopes³³⁵, em 1890, possuía um monte-mor de 5:982\$353 contos de réis, o segundo mais baixo verificado para os capitalistas das três cidades. Sem culturas, dinheiro ou imóveis urbanos, os imóveis rurais equivalem a 65,16% da riqueza, seguidos das dívidas ativas que correspondem a 20,55% do total. Os semoventes somam 12,80% e os bens móveis apenas 1,49% do montante.

Em 1893, Francisco das Chagas Fagundes deu início ao inventário de Antônio Gonçalves Lopes Pinheiro³³⁶, herdando aparentemente sozinho um monte-mor de 71:906\$000 contos de réis.

Mais tarde, em 1897, o processo de José Antônio de Melo³³⁷ acusou um monte-mor de 3:868\$615 contos de réis, o mais baixo entre todos os capitalistas arrolados. Eram somente dois os ativos que compunham sua riqueza: os bens imóveis rurais, com 45,24% e as dívidas ativas, com 54,76%.

No mesmo ano, por fim, era inventariado o senhor José Pinto de Andrade³³⁸. Com um monte-mor de 17:870\$000 contos de réis, mais da metade desse valor, 54,40%, está encerrado nas dívidas ativas. A outra metade é composta majoritariamente pelos bens de raiz, sendo 17,35% em imóveis rurais e 23,50% em imóveis urbanos; além de 4,58% de bens móveis e apenas 0,08% em culturas de milho.

Embora Varginha tenha se emancipado como cidade apenas em 1882, em 1884 o *Almanach* já destacava uma quantidade de 24 capitalistas para a localidade, quase tanto quanto Campanha e mais que Pouso Alegre, o que por si já constitui uma pista acerca da trajetória dessa cidade na transição para o capitalismo. Porém, nos inventários analisados para Varginha, foram encontrados apenas 3 desses capitalistas.

Tabela 4.3 - Capitalistas arrolados para Varginha

Capitalistas	Ano	Inventariado/ inventariante
Mariano Cardoso da Silva	1887	inventariante
Joaquim Antônio da Silva	1892	inventariante
João Villela Fialho	1897	inventariado

Fonte: AFMV.

³³⁵ Inventário de José Gonçalves Lopes, 1890. Pouso Alegre – MHMTT.

³³⁶ Inventário de Antônio Gonçalves Lopes Pinheiro, 1893. Pouso Alegre – MHMTT.

³³⁷ Inventário de José Antônio de Melo, 1897. Pouso Alegre – MHMTT.

³³⁸ Inventário de José Pinto de Andrade, 1897. Pouso Alegre – MHMTT.

Mariano Cardoso da Silva³³⁹, requerente de Manoel Cardoso da Silva, herdou com mais um irmão 400\$000 réis, relativo a um escravo em 1887, o que constituía o único bem do inventariado.

Já Joaquim Antônio da Silva³⁴⁰, requerente da esposa, Francisca de Oliveira, possuía em 1892 um monte-mor de 243:607\$533 contos de réis, cuja maior parte era constituída de dívidas ativas, 43,47%. Em segundo lugar estavam os bens imóveis rurais, 34,79%, que junto com os imóveis urbanos, 4,74% somavam, quase 40% da riqueza. Logo em seguida está o dinheiro, com nada menos que 13,23% do monte-mor. Sem culturas nem escravos, ainda havia 2,78% encerrados nos semoventes, principalmente porcos e vacas; e 0,99% em bens móveis.

Em 1897, João Villela Fialho³⁴¹ não apresentava nenhum ativo afora dívidas ativas e bens de raiz. Pressupondo um emprestador de profissão, Fialho detinha 77,52% de sua riqueza em dívidas ativas, enquanto os bens imóveis rurais compunham 15,13% e os urbanos 7,35, com uma soma de 22,48%. Seu monte-mor importava em 115:644\$600 contos de réis.

Analisando o conjunto desses capitalistas, a riqueza deles, nas três cidades, estava empregada primordialmente nos bens imóveis rurais e dívidas ativas. Conforme a Tabela 4.1, 44,78% do monte-mor dos capitalistas campanhenses inventariados está empregado nos imóveis rurais, enquanto 29,51% encontra-se representado nas dívidas ativas. O restante está dividido entre os demais ativos, sendo que nenhum deles ultrapassa 10% do montante.

Na amostra de Varginha, os capitalistas encerram nos bens imóveis rurais e nas dívidas ativas praticamente o mesmo valor, 35,10% e 34,48% respectivamente. Da mesma maneira que Campanha, os demais ativos não ultrapassam 10% do monte-mor. Porém diferentemente dos capitalistas campanhenses, o terceiro maior valor encontra-se no dinheiro, 9,74%, enquanto que lá está representado pelos escravos, 9,14%.

Os capitalistas arrolados para Pouso Alegre apresentam a maior taxa de concentração de riqueza nas propriedades rurais, com 57,46% do monte-mor, estando as dívidas ativas com 22,92% do total. O caráter rural pouso-alegrense fica mais evidente se analisado o ativo que aparece em terceiro lugar: enquanto em Campanha são os escravos

³³⁹ Inventário de Mariano Cardoso da Silva, 1887. Varginha – AFMV.

³⁴⁰ Inventário de Francisca de Oliveira, 1892. Varginha – AFMV.

³⁴¹ Inventário de João Villela Fialho, 1897. Varginha – AFMV.

e em Varginha é o dinheiro, em Pouso Alegre são os semoventes, com 8,67% do montante, de acordo com as Tabelas 4.4, 4.5 e 4.6.

Em primeiro lugar, há que se fazer uma ponderação relevante: estamos comparando estruturas de riqueza para períodos diferentes, de modo que não apenas as atividades verificadas em 1884 tiveram mudança ao longo do tempo, como também modificaram o próprio valor do dinheiro dada a especificidade da conjuntura econômica³⁴². Dito isso, cabe ressaltar a diversificação das atividades econômicas desses capitalistas, que atuavam tanto na cultura de gêneros alimentícios e na criação de animais, quanto no emprego de seu dinheiro a juros enquanto emprestadores, alguns chegando até a constituir casas comerciais. Além disso, salta aos olhos o caráter notadamente rural desses capitalistas, o que implica dizer que o crédito também girava em torno da vida nas fazendas.

Fazendo um exercício simples de pensar a atuação dos capitalistas nos contextos em que viviam, de uma maneira geral, além dos bens imóveis rurais e das dívidas ativas, base de suas atividades, era essencial em Campanha a propriedade de escravos (1880-1889), enquanto que em Pouso Alegre era a criação de animais (1880-1899), e em Varginha o acúmulo de dinheiro (1880-1899). No limite, essa característica pode ajudar a compreender a trajetória dessas cidades na transição para o capitalismo.

³⁴² Como o fenômeno financeiro conhecido como Encilhamento, que discutiremos mais adiante.

Tabela 4.4 – Composição da riqueza dos capitalistas de Campanha

Campanha	Ano	Bens móveis	Semoventes	Escravos	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Culturas	Dívidas ativas	Dinheiro	Monte-mor (£)
João Batista Flauzino de Carvalho	1884	0,45%	9,31%	12,05%	41,25%	0,00%	3,31%	32,26%	1,36%	13.316,44
Francisco Carneiro Santiago	1885	8,27%	1,55%	0,00%	89,60%	0,00%	0,57%	0,00%	0,00%	768,25
Jose dos Reis Silva Resende	1886	8,63%	8,79%	24,85%	5,42%	19,71%	0,30%	32,30%	0,00%	2.763,17
Francisco da Cunha Mendes	1888	6,12%	3,15%	0,59%	75,98%	0,00%	1,43%	8,56%	4,16%	1.768,91
Jose Joaquim Branquinho	1888	5,60%	8,12%	0,00%	83,79%	2,49%	0,00%	0,00%	0,00%	3.386,21
Manoel Francisco Ribeiro	1888	2,89%	0,62%	3,77%	41,60%	9,56%	0,00%	41,57%	0,00%	9.357,49
Total		2,96%	6,32%	9,14%	44,78%	4,82%	1,64%	29,51%	0,83%	31.360,47

Fonte: CEMEC.

Tabela 4.5 – Composição da riqueza dos capitalistas de Varginha

Varginha	Ano	Bens móveis	Semoventes	Escravos	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Culturas	Dívidas ativas	Dinheiro	Monte-mor (£)
Mariano Cardoso da Silva	1887	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	37,40
Joaquim Antônio da Silva	1892	0,99%	2,78%	0,00%	34,79%	4,74%	0,00%	43,47%	13,23%	12.156,06
João Villela Fialho	1897	0,00%	0,00%	0,00%	15,13%	7,35%	0,00%	77,52%	0,00%	3.631,26
Total		0,67%	1,89%	0,11%	28,43%	5,57%	0,00%	54,32%	8,96%	15.824,72

Fonte: AFMV.

Tabela 4.6 – Composição da riqueza dos capitalistas de Pouso Alegre

Pouso Alegre	Ano	Bens móveis	Semoventes	Escravos	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Culturas	Dívidas ativas	Dinheiro	Monte-mor (£)
Joaquim José Ferreira Gonçalves	1884	0,73%	8,94%	11,21%	53,58%	0,00%	0,00%	24,23%	1,32%	2.614,53
Vigilato Candido de Almeida	1887	3,79%	4,16%	24,67%	50,33%	0,00%	0,00%	8,44%	8,61%	676,23
Antônio da Costa Rios	1888	1,40%	6,66%	0,00%	74,94%	1,16%	0,58%	14,40%	0,29%	17.959,09
Antônio Coutinho Pereira Junior	1888	0,55%	11,92%	0,00%	83,25%	2,10%	0,00%	2,17%	0,00%	3.751,59
Francisco Antônio Ferreira	1889	1,32%	6,23%	0,00%	28,29%	2,03%	0,00%	62,13%	0,00%	5.713,04
Joaquim Leonel de Azevedo	1889	1,81%	11,82%	0,00%	86,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4.207,44
Manoel Coutinho Xavier de Rezende	1890	0,18%	13,10%	0,00%	38,16%	5,43%	0,00%	30,76%	12,37%	7.966,56
José Gonçalves Lopes	1890	1,49%	12,80%	0,00%	65,16%	0,00%	0,00%	20,55%	0,00%	597,70
Francisco das Chagas Fagundes	1893	1,67%	9,37%	0,00%	45,89%	2,98%	0,00%	19,89%	20,20%	3.458,58
José Antônio de Melo	1897	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	45,24%	0,00%	54,76%	0,00%	133,25
José Pinto de Andrade	1897	4,58%	0,00%	0,00%	17,35%	23,50%	0,08%	54,40%	0,00%	560,18
Total		1,29%	8,67%	0,99%	57,46%	3,17%	0,20%	22,92%	5,10%	47.638,18

Fonte: MHMTT.

4.2 – Ativos e passivos na constituição da riqueza

Embora o *Almanach Sul-Mineiro* reconheça apenas os homens acima como capitalistas, através dos inventários *post mortem* é possível ter uma ideia da relação de crédito e financiamento entre os credores e devedores dos municípios analisados. Para alguns historiadores, há uma escassez de circulação de moeda, bem como uma liquidez monetária insatisfatória para as atividades econômicas da região³⁴³. Tal fato explicaria a grande ocorrência de dívidas ativas e passivas entre as amostras inventariadas. Assim, o comércio e as dívidas seriam as responsáveis por amparar monetariamente as economias que ainda não atingiram a fase do capital industrial, como era o caso de Campanha, Pouso Alegre e Varginha.

**Tabela 4.7 – Total das dívidas ativas por inventariado
(1880-1899)**

Dívidas Ativas	Até 100\$000		100\$001 a 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Campanha	11	546\$330	23	5:741\$245	3	2:812\$370	27	90:394\$649	9	207:409\$233
Pouso Alegre	21	1:318\$370	25	7:247\$384	22	16:641\$036	22	76:376\$655	13	363:133\$539
Varginha	4	130\$585	4	1:225\$250	5	3:562\$567	11	27:393\$528	7	431:312\$833

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Dos 138 inventários arrolados para Campanha, 73 apresentavam dívidas ativas, o que corresponde a 52,89%. A presença de inventariados credores entre a amostra de Pouso Alegre cai para 37,32%. Esse índice é ainda menor em Varginha, 36,05%, ainda que estatisticamente igual à Pouso Alegre. De maneira geral, essa relação aponta para uma importância mercantil maior em Campanha que em Pouso Alegre e Varginha.

Dividindo o período em duas décadas, na primeira Campanha possuía 29,45% do montante das dívidas encerradas nas dívidas altas (1:000\$001 a 10:000\$000), correspondendo a 36,99% das ocorrências. Por outro lado, detinha mais de dois terços do montante, 67,58%, representados em apenas 12,33% das ocorrências grandes dívidas (acima de 10:000\$001).

³⁴³ FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2. ed. ver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Op.cit.*, 2012.

**Tabela 4.8 – Total das dívidas ativas por inventariado
(1880-1889)**

Dívidas Ativas	Até 100\$000		100\$001 a 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Campanha	11	546\$330	23	5:741\$245	3	2:812\$370	27	90:394\$649	9	207:409\$233
Pouso Alegre	28	5:220\$444	15	4:401\$914	8	5:506\$727	13	31:497\$570	4	82:290\$672
Varginha	1	16\$000	3	904\$720	3	2:348\$520	6	12:765\$178	1	106:475\$925

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Pouso Alegre tem nas suas dívidas pequenas, até 100\$000, a maior quantidade de ocorrências, 41,18%, embora a maior concentração das dívidas esteja em apenas quatro inventários, somando 63,83% do valor total. Varginha, por sua vez, apresenta mais ocorrências também na faixa das altas dívidas (1:000\$001 a 10:000\$000), 42,28%, enquanto 86,41% do total encerravam-se em apenas um inventário³⁴⁴.

Já no segundo subperíodo, chama a atenção quantidade não apenas das grandes dívidas em comparação às pequenas, mas também o crescimento das maiores dívidas em relação ao subperíodo anterior.

**Tabela 4.9 – Total das dívidas ativas por inventariado
(1890-1899)**

Dívidas Ativas	Até 100\$000		100\$001 a 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Pouso Alegre	7	499\$840	11	2:845\$470	14	11:134\$309	16	44:879\$085	9	280:842\$867
Varginha	3	114\$585	1	350\$530	2	1:214\$049	5	14:628\$350	6	324:836\$908

Fonte: MHMTT e AFMV.

Infelizmente, a grande maioria dos inventários não fornece a descrição da dívida, discriminando apenas o valor das dívidas e, nem sempre, o nome do devedor ou credor. Da mesma forma, muitas vezes o montante das dívidas só consta no Auto de Partilha, por meio do qual não é possível identificar as ocorrências por inventários. Esse fato dificultou

³⁴⁴ Esse inventário pertencia ao Barão de Lavras, que, tendo falecido em 1889, deixou um monte-mor de 377:971\$034 dos quais 28,23% correspondia às dívidas ativas. Inventário do Barão de Lavras, 1889. Varginha – AFMV.

a construção de um panorama mais exato das atividades financeiras e creditícias nas cidades analisadas.

Contudo, é provável que as dívidas pequenas (até 100\$000) sejam decorrentes de dívidas familiares e pequenos comércios. Como exemplo, Miguel José de Oliveira³⁴⁵ era credor de 50\$000 “pelo imposto de madeiras”. Da mesma forma, Faustino José da Fonseca³⁴⁶ tinha uma dívida ativa de 60\$000 devida por seu herdeiro José Faustino da Fonseca.

Dentre os proprietários de casas de negócio identificados, as dívidas ativas variam desde valores baixos até grandes dívidas, porém não foram observadas inexistências de dívidas ativas entre os comerciantes. Em 1887, por exemplo, Rita Maria de Jesus³⁴⁷, dona de uma casa comercial, não apresentava mais que 14\$000 de dívidas ativas. José Teixeira de Carvalho³⁴⁸ possuía o valor de 180\$000 a receber. José Francisco do Prado Lima³⁴⁹, detinha 784\$370 em dívidas ativas provavelmente por conta de sua casa de negócio. Domingos Pinto Ribeiro³⁵⁰, em 1886 era credor do montante no valor de 1:965\$605. Dona Escolástica Emília de Carvalho³⁵¹ possuía inúmeras dívidas ativas em diversos valores, que somavam 19:832\$241.

Em outros casos não foi possível identificar a atividade econômica do inventariado, como o vigário José Paulino da Silva³⁵², que apresentava 53 ocorrências de dívidas ativas, cuja maioria era de valores inferiores a 30\$000. O vigário só possuía de bens além das dívidas ativas uma casa de morada rural com paiol e todas as suas benfeitorias (3:000\$000), mais bens móveis com certo refinamento cultural, como mais de 70 livros, peças de ouro e prata, faqueiros e louça importados³⁵³ (700\$460).

Entre os credores com dívidas maiores que 10:000\$000, a diversificação das atividades econômicas faz notar principalmente a criação de animais, presente, no menor índice, em quase dois terços dos credores. Esses podem ser classificados como capitalistas, mesmo os comerciantes cuja atividade mercantil permite a venda dos

³⁴⁵ Inventário de Miguel José de Oliveira, 1890. Pouso Alegre – MHMTT.

³⁴⁶ Inventário de Faustino José da Fonseca, 1890. Pouso Alegre – MHMTT.

³⁴⁷ Inventário de Rita Maria de Jesus, 1887. Pouso Alegre – MHMTT.

³⁴⁸ Inventário de José Teixeira de Carvalho, 1889. Varginha – AFMV.

³⁴⁹ Inventário de José Francisco do Prado Lima, 1896. Pouso Alegre – MHMTT.

³⁵⁰ Inventário de Domingos Pinto Ribeiro, 1886. Varginha – AFMV.

³⁵¹ Inventário de Escolástica Emília de Carvalho, 1890. Varginha – AFMV.

³⁵² Inventário do Vigário José Paulino da Silva, 1883. Varginha – AFMV.

³⁵³ A descrição dos bens móveis do vigário José Paulino da Silva chama atenção pela riqueza de detalhes, tendo sido inventariados vários móveis, também constam lençóis, calças, camisas, coletes, pares de meia e toalhas. Como as quantidades desses itens são pequenas, não é possível presumir que se tratam gêneros de casa comercial.

produtos a prazo, por entendermos que se o conjunto dessas vendas ultrapassa 10:000\$000 constituem-se como financiamento.

Tabela 4.10 – Composição da riqueza dos credores inventariados de Campanha (1880-1888)

Credores	Ano	Bens móveis	Animais	Escravos	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Culturas	Dívidas ativas	Dinheiro
Cândida Clara Branquinho	1880	1,38%	9,14%	23,62%	57,69%	1,50%	0,20%	6,46%	0,00%
Joaquim Pinto Aguiar	1881	1,51%	2,33%	37,82%	33,95%	0,00%	1,60%	22,79%	0,00%
Maria Eusébia Branquinho	1882	1,94%	4,61%	35,15%	11,20%	0,00%	3,29%	43,81%	0,00%
João Batista Flauzino de Carvalho	1884	0,45%	9,31%	12,05%	41,25%	0,00%	3,31%	32,26%	1,36%
João Antônio Borges da Costa	1884	1,08%	0,80%	4,53%	0,00%	9,05%	0,00%	79,12%	5,41%
Estevão C. dos Reis	1885	5,33%	2,70%	3,42%	53,05%	4,17%	0,00%	31,32%	0,00%
Adolfo Marques	1885	50,18%	0,00%	2,23%	23,05%	0,00%	0,00%	24,54%	0,00%
Jose dos Reis Silva Resende	1886	8,63%	8,79%	24,85%	5,42%	19,71%	0,30%	32,30%	0,00%
Manoel Francisco Ribeiro	1888	2,89%	0,62%	3,77%	41,60%	9,56%	0,00%	60,08%	0,00%

Fonte: CEMEC.

Tabela 4.11 – Composição da riqueza dos credores inventariados de Pouso Alegre (1880-1899)

Credores	Ano	Bens móveis	Animais	Escravos	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Culturas	Dívidas ativas	Dinheiro
Américo Marques Teixeira de Mello	1887	5,23%	1,15%	11,96%	14,71%	11,50%	0,00%	55,46%	0,00%
Maria Carolina Rios	1888	1,40%	6,66%	0,00%	74,94%	1,16%	0,58%	14,40%	0,29%
Maria Tereza Rios	1888	0,37%	10,26%	0,00%	57,30%	0,00%	0,00%	32,07%	0,00%
Francisco Antônio Ferreira	1889	1,32%	6,23%	0,00%	28,29%	2,03%	0,00%	62,13%	0,00%
Manoel Coutinho Xavier de Rezende	1890	0,18%	13,10%	0,00%	38,16%	5,43%	0,00%	30,76%	12,37%
Malaquias Vaz de Lima	1890	2,79%	11,44%	0,00%	54,00%	1,85%	6,00%	17,93%	0,00%
Maria Guilhermina Gomes Paes	1892	0,00%	0,00%	0,00%	7,86%	0,00%	0,00%	92,14%	0,00%
José Inácio de Barros Cobra	1893	1,59%	3,25%	0,00%	69,15%	14,68%	0,16%	11,00%	0,00%
Antônio Gonçalves Lopes Pinheiro	1893	1,67%	9,37%	0,00%	45,89%	2,98%	0,00%	19,89%	20,20%
Francisco de Assis Pinto de Andrade	1895	2,60%	0,30%	0,00%	0,00%	15,70%	0,00%	81,39%	0,00%
Possidônia Tavares Paes	1895	42,75%	1,84%	0,00%	5,53%	7,98%	0,00%	41,90%	0,00%
Julião Florêncio Meyer	1898	22,48%	0,00%	0,00%	0,00%	11,63%	0,00%	65,89%	0,00%
Lina Vieira Rios	1899	0,74%	0,12%	0,00%	88,68%	0,00%	0,00%	10,45%	0,00%

Fonte: MHMTT.

**Tabela 4.12 – Composição da riqueza dos credores inventariados de Varginha
(1880-1899)**

Credores	Ano	Bens móveis	Animais	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Culturas	Dívidas ativas	Dinheiro
Barão de Lavras	1889	5,44%	5,81%	44,81%	4,32%	10,34%	28,22%	1,06%
Escolástica Emília de Carvalho	1890	29,51%	1,38%	0,00%	0,00%	0,00%	69,11%	0,00%
Francisca de Oliveira	1892	0,99%	2,78%	34,79%	4,74%	0,00%	43,47%	13,23%
Baronesa de Varginha	1895	0,33%	3,36%	57,93%	4,20%	14,19%	10,68%	9,31%
José Justiniano de Paiva	1896	10,29%	0,00%	8,64%	0,00%	0,00%	81,07%	0,00%
João Villela Fialho	1897	0,00%	0,00%	15,13%	7,35%	0,00%	77,52%	0,00%
Estevam Ribeiro de Resende	1899	0,46%	11,15%	45,79%	0,00%	32,01%	10,59%	0,00%

Fonte: AFMV.

Se esses capitalistas constituíam os atores sociais que ofertavam crédito, “seja de maior peso, emprestado a prêmio pré-fixado”³⁵⁴, logo os agentes que demandam financiamento podem ser visualizados através das dívidas passivas. As formas de garantia desses créditos geralmente consistiam nos bens do demandante, e, além disso, terceiros garantiam o crédito firmado como abonos³⁵⁵. Dentre as poucas descrições do crédito, alguns não apresentam custo. Uns porque provavelmente foram firmados com valores pequenos e/ou entre amigos e familiares, como o caso de José Antônio de Souza e sua mulher³⁵⁶ que deviam 30\$000 de “dinheiro de empréstimo” a Maria de Jesus. Outros, com valores mais robustos, podem não ter sido informados ou tido suas anotações negligenciadas pelos escrivães, além de poderem também ter sido emprestados por pessoas próximas. É o caso por exemplo de Joaquim Alves Campos³⁵⁷, 6:232\$207 por crédito efetuado, mas sem a descrição do custo. Da mesma forma, Maria Amélia de Jesus³⁵⁸, devia a Ignácia Maria de Lara 1:400\$000 por “crédito a prêmio”, mas também sem especificação do custo. No inventário de Emerenciana Lucia do Carmo³⁵⁹ consta apenas 2:400\$000 de “dívidas por crédito”.

Por outro lado, o crédito devido por Joaquim Carvalho de Oliveira³⁶⁰ era de 2:000\$000 a prêmio de 8% ao ano. Os passivos de Maria Rosa de Jesus³⁶¹ declaram 3

³⁵⁴ Como verificado por Eduardo José Vieira para Lavras. VIEIRA, Eduardo José. *Op.cit.*, 2015, p. 90.

³⁵⁵ VIEIRA, Eduardo José. *Op.cit.*, 2015.

³⁵⁶ José Antônio de Souza e sua mulher, 1880. MHMTT – Pouso Alegre.

³⁵⁷ Inventário de Joaquim Alves Campos, 1886. Campanha – CEMEC.

³⁵⁸ Inventário de Maria Amélia de Jesus, 1886. Campanha – CEMEC.

³⁵⁹ Inventário de Emerenciana Lucia do Carmo, 1886. Pouso Alegre – MHMTT.

³⁶⁰ Inventário de Joaquim Carvalho de Oliveira, 1882. Campanha – CEMEC.

³⁶¹ Inventário de Maria Rosa de Jesus, 1885. Campanha – CEMEC.

dívidas a prêmio de 10% ao ano, 914\$000, 400\$000 e 200\$000. O alemão João Jacob Nestle³⁶², além de deixar uma dívida ativa que somava 3:066\$200 por 22 recibos de juros, deixou passivos que montavam 11:907\$000 por 16 créditos firmados a prêmios de 1% ao mês, e ao ano de 1%, 8%, 9% e 10%. Em Lorena, Renato Leite Marcondes verificou a taxa de 16% (1850-1872)³⁶³, Luciana Suares Lopes encontrou, para Ribeirão Preto, juros entre 1,5% e 2% ao mês³⁶⁴. Nesse sentido, os juros praticados no Sul de Minas nas décadas finais do século XIX parecem bem mais atraentes que os estipulados nessas localidades paulistas. Essa foi a mesma conclusão a que chegou Eduardo José Vieira em seu estudo sobre Lavras³⁶⁵.

**Tabela 4.13 – Soma das dívidas passivas por inventariado
(1880-1899)**

Dívidas Passivas	Até 100\$000		100\$001 a 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Campanha	-	-	-	-	-	-	3	12:850\$172	4	108:977\$442
Pouso Alegre	11	747\$410	51	13:660\$384	33	22:539\$324	37	103:331\$755	8	119:462\$209
Varginha	6	388\$160	10	2:154\$184	5	3:111\$676	15	58:220\$902	6	130:482\$921

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

No entanto, as discriminações mais frequentes ocorreram por questões familiares, velórios e despesas com enterro, missas, pequenos comércios como boticas e farmácias, e profissionais como médicos e advogados. Dois inventariados em Campanha deviam à Bernardo Saturnino da Veiga a assinatura do *Monitor Sul-Mineiro*. Porém, é importante ressaltar mais uma vez que a grande maioria dos inventários não trazia a descrição das dívidas.

Campanha apresentava ocorrência de dívidas passivas, em comparação com Pouso Alegre e Varginha. Contudo, as dívidas dos inventariados campanhenses estão entre as altas e as grandes, de modo que as grandes (acima de 10:000\$001) são mais de 8 vezes o valor das altas (1:000\$001 a 10:000\$000). Pouso Alegre é a cidade com a maior quantidade de devedores, da qual a maioria devia de 100\$001 a 500\$000. Entre os 8

³⁶² Inventário de João Jacob Nestle, 1886. Varginha – AFMV.

³⁶³ MARCONDES, Renato Leite. *Op.cit.*, 1998.

³⁶⁴ LOPES, Luciana Suarez. **Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)**. Disponível em <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/luciana/>. Acesso em junho de 2016.

³⁶⁵ VIEIRA, Eduardo José. *Op.cit.*, 2015.

devedores pouso-alegrenses com dívidas superiores a 10:000\$001, 7 deles possuíam também dívidas ativas, dos quais um tinha saldo positivo de 41:243\$994 e outro de 14:739\$520³⁶⁶. As grandes dívidas, embora quantitativamente maiores que Campanha e Varginha, são as menores ocorrências. As maiores ocorrências para Varginha são as altas dívidas, representando pouco mais que a metade do montante das grandes dívidas.

Considerando o primeiro subperíodo, de 1880 a 1889, as dívidas de Pouso Alegre seguem o mesmo padrão: maior e menor número de ocorrências nas pequenas dívidas (100\$001 a 500\$000) e nas grandes (acima de 10:000\$000) respectivamente. Na década seguinte, Pouso Alegre diminui sua quantidade de pequenas dívidas (abaixo de 500\$000), tem um leve declínio das dívidas entre 1:000\$001 e 10:000\$000, de 20 ocorrências para 17, e triplica a recorrência das dívidas acima de 10:000\$000. Porém, enquanto essas grandes dívidas crescem 3 vezes da primeira década para a segunda, o montante tem um aumento proporcionalmente superior, crescendo mais de 4 vezes.

**Tabela 4.14 – Soma das dívidas passivas por inventariado
(1880-1889)**

Dívidas Passivas	Até 100\$000		100\$001 a 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Campanha	-	-	-	-	-	-	3	12:850\$172	4	108:977\$442
Pouso Alegre	6	341\$450	28	7:432\$744	16	10:785\$494	20	55:539\$694	2	22:608\$810
Varginha	2	117\$820	4	1:021\$390	2	1:416\$266	6	19:587\$511	2	24:327\$000

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

**Tabela 4.15 – Soma das dívidas passivas por inventariado
(1890-1899)**

Dívidas Passivas	Até 100\$000		100\$001 a 500\$000		500\$001 a 1:000\$000		1:000\$001 a 10:000\$000		Acima de 10:000\$000	
	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma	Nº	Soma
Pouso Alegre	5	405\$960	23	6:227\$640	17	11:753\$830	17	47:792\$061	6	96:853\$399
Varginha	4	270\$340	6	1:132\$794	3	1:695.410	9	38:633\$391	4	106:155\$921

Fonte: MHMTT e AFMV.

³⁶⁶ Entre as 12 maiores dívidas ativas de Pouso Alegre, da mesma forma, a metade também tinha dívidas passivas.

Da mesma forma, Varginha, na primeira década analisada apresenta suas maiores recorrências nas altas dívidas (1:000\$001 a 10:000\$000), seguida das dívidas entre 100\$001 a 500\$000, embora a primeira represente mais de 19 vezes a soma dos valores da segunda. No segundo subperíodo, o mesmo padrão se verifica, com aumento das recorrências de todas as faixas. No entanto, enquanto esses aumentos acompanham o crescimento da soma das dívidas de até 1:000\$000, nas de 1:000\$001 a 10:000\$000 as recorrências aumentam 50% ao passo que o montante praticamente dobra, e nas dívidas acima de 10:000\$000 as recorrências dobram enquanto a soma aumenta mais de 4 vezes.

4.3 – A evolução da riqueza: Campanha, Pouso Alegre e Varginha

Se é possível traçar um panorama da economia de dada localidade em determinada época, os inventários consistem na melhor fonte para tal avaliação, ainda que representem apenas uma amostra dos mais abastados dessa localidade. Dessa maneira, a fim de analisar a trajetória de três cidades sul-mineiras na virada do século XIX para o XX, serão utilizados os processos de inventários desses municípios para verificar não apenas o quadro econômico dessas localidades, como em quais ativos estavam empregados a maior parte da riqueza, mas também a evolução dessa fortuna na referida transição.

Alguns dos processos não apresentava Auto de Partilha, talvez por não terem chegado a uma conclusão. Em outros, o valor do monte-mor declarado na Partilha não correspondia à soma dos ativos descritos ao longo do documento, o que pode ter ocorrido por perda de lavoura, morte de escravo ou animal, ou quaisquer outros motivos. Por isso, optou-se por utilizar como monte-mor o valor calculado dos ativos descritos no inventário, haja vista que a diferença dos montes descrito e do calculado não ultrapassa 7%.

Dentre os 138 processos arrolados para Campanha, 6 não apresentam nenhuma descrição dos bens, como o de José de Souza e Francisca Machado³⁶⁷, Ana Rita de Araújo³⁶⁸, Ana Bernardina Sales³⁶⁹, Ana Silvéria de Jesus³⁷⁰. No inventário de Maria Barbara Pereira³⁷¹ constava apenas uma dívida passiva de 159\$160 e um monte partível

³⁶⁷ Inventário de José de Souza e Francisca Machado, 1881. Campanha – CEMEC.

³⁶⁸ Inventário de Ana Rita de Araújo, 1882. Campanha – CEMEC.

³⁶⁹ Inventário de Ana Bernardina Sales, 1883. Campanha – CEMEC.

³⁷⁰ Inventário de Ana Silvéria de Jesus, 1884. Campanha – CEMEC.

³⁷¹ Inventário de Maria Barbara Pereira, 1885. Campanha – CEMEC.

de 160\$340. Já Manoel Procópio Bueno³⁷² possuía 10 escravos e mais 4 ingênuos, sendo que não havia nenhuma descrição deles nem valor; o inventariado era dono ainda de canaviais, roças de milho e arrozal: também sem descrição de tamanho, quantidade ou valor.

O mesmo caso ocorreu duas vezes entre os 276 documentos de Pouso Alegre: a senhora Cândida Joaquina de Oliveira³⁷³, que apresentava 1:414\$784 de monte-mor, e do José Luiz da Costa³⁷⁴, cujas únicas informações são que “os bens pertencentes ao casal são do valor de 2:525\$000, dívidas 825\$000, monte partível 1:700\$000”. Para Varginha, 5 processos não constam valor, totalizando então 81 documentos. São os inventários de Henrique Francisco Silvério³⁷⁵, Thomé Jeronymo da Costa³⁷⁶, Gabriel Eustácio Ferreira e sua mulher³⁷⁷, Maria Nasareth de Jesus³⁷⁸, cujo único bem deixado foi uma fazenda sem descrição de valores, e Maria Custódia de Jesus³⁷⁹. Todos esses processos foram excluídos do cômputo geral.

**Tabela 4.16 – Número de ocorrências por tipo de ativo
(1880-1899)**

Ativos	Campanha		Pouso Alegre		Varginha	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Bens móveis	126	95,45%	210	76,64%	76	93,83%
Semoventes	114	86,36%	216	78,83%	59	72,84%
Escravos	84	63,64%	39	14,23%	15	18,52%
Imóveis rurais	110	83,33%	253	92,34%	64	79,01%
Imóveis urbanos	56	42,42%	66	24,09%	31	38,27%
Culturas	61	46,21%	59	21,53%	31	38,27%
Dívidas ativas	74	56,06%	110	40,15%	29	35,80%
Dinheiro	12	9,09%	17	6,20%	9	11,11%
Dívidas passivas	108	81,82%	140	51,09%	42	51,85%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

³⁷² Inventário de Manoel Procópio Bueno, 1887. Campanha – CEMEC.

³⁷³ Inventário de Cândida Joaquina de Oliveira, 1890. Pouso Alegre – MHMTT.

³⁷⁴ Inventário de José Inventário de Luiz da Costa, 1892. Pouso Alegre – MHMTT.

³⁷⁵ Inventário de Henrique Francisco Silvério, 1885. Varginha – AFMV.

³⁷⁶ Inventário de Thomé Jeronymo da Costa, 1891. Varginha – AFMV.

³⁷⁷ Inventário de Gabriel Eustácio Ferreira e sua mulher, 1894. Varginha – AFMV.

³⁷⁸ Inventário de Maria Nasareth de Jesus, 1896. Varginha – AFMV.

³⁷⁹ Inventário de Maria Custódia de Jesus, 1899. Varginha – AFMV.

Os ativos de maior ocorrência são os bens móveis, os imóveis rurais e os semoventes. Entre os patrimônios mais baixos, era comum que possuíssem os bens móveis como a totalidade ou quase totalidade de sua riqueza, como é o caso do senhor Henrique Pereira de Figueiredo Lemos, cujo documento, datado de 1886, apresentava sua fortuna avaliada em 604\$000 réis. De maneira semelhante, toda a fortuna do senhor José Joaquim Dias, inventariado em 1883, possuía, além de seus 190\$940 réis em bens móveis, apenas um cavalo avaliado em 70\$000 réis. Os bens móveis ganham o primeiro lugar em Campanha e Varginha, e o terceiro em Pouso Alegre, atrás dos imóveis rurais e dos semoventes.

Os semoventes, segundo ativo mais frequente em Campanha e Pouso Alegre e terceiro em Varginha, justificam a economia de abastecimento dessas localidades. Desse modo, a criação de animais, ao lado dos imóveis rurais, dava o tom da economia dessas cidades. Embora tenhamos discutido a importância crescente do café nas décadas finais dos oitocentos, as culturas estavam presentes em menos da metade dos processos arrolados, 46,21% em Campanha, 38,27% em Varginha e meros 21,53% em Pouso Alegre, o que demonstra a superioridade da criação em relação às lavouras no que diz respeito à vida no campo.

Ao mesmo tempo, a grande frequência dos imóveis rurais, chegando à quase totalidade dos inventários analisados para Pouso Alegre, corrobora o caráter rural que predominava nesses municípios. Campeão em ocorrências nessa cidade, segundo lugar em Varginha e terceiro em Campanha, as propriedades rurais, conformadas por fazendas, terras, casas e benfeitorias, como visto no capítulo 3, eram base da produção rural tanto para subsistência quanto para o mercado.

Destacadamente, a estrutura da riqueza demonstra que os imóveis rurais representam a maior parte da riqueza arrolada para os três municípios analisados – em Pouso Alegre com 58,28%, Varginha com 53,29% e Campanha com 46,73% do patrimônio amostrado – longe se serem alcançados pelo segundo ativo com maior representação na riqueza: as dívidas ativas. A mesma concentração da fortuna em imóveis rurais foi constatada por Luciana Suarez Lopes em sua análise de Ribeirão Preto³⁸⁰ e Fernando Antonio Abrahão em seu estudo para Campinas³⁸¹. Eduardo José Vieira³⁸²

³⁸⁰ LOPES, Luciana Suarez. *Op.cit.*, 2016.

³⁸¹ ABRAHÃO, Fernando Antonio. **A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940**. Disponível em <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_fernando_antonio_abrahao_a-composicao-da-riqueza-em-campinas-1870_1940.pdf>. Acesso em junho de 2016.b

³⁸² VIEIRA, Eduardo José. *Op.cit.*, 2015.

verificou para Lavras que os bens imóveis rurais eram preponderantes apenas entre a elite do município, de modo que no geral dos inventários por ele arrolados a maior concentração da riqueza estava alocada nas dívidas ativas.

Na nossa amostra, as dívidas ativas compõem o segundo ativo que mais tem representação na composição das fortunas de Pouso Alegre e Varginha, e a terceira em Campanha. Embora tal fato possa refletir a importância do crédito e do financiamento nessas cidades, entre todos os ativos, o dinheiro apresenta a menor quantidade de recorrência, com menos de 10% para Campanha e Pouso Alegre e pouco mais que 11% para Varginha, bem como a menor participação no montante da riqueza, com menos de 2% para todas elas.

Tabela 4.17 – Estrutura de riqueza (£)
(1880-1899)

Ativo	Campanha	%	Pouso Alegre	%	Varginha	%
Bens móveis	8.820,66	4,60%	8.018,50	4,40%	9.602,02	5,96%
Semoventes	12.571,25	6,55%	16.666,69	9,14%	9.743,61	6,05%
Escravos	37.253,40	19,42%	9.927,79	5,44%	7.815,67	4,85%
Imóveis rurais	89.663,63	46,73%	106.269,00	58,28%	85.811,09	53,29%
Imóveis urbanos	8.662,80	4,51%	8.106,70	4,45%	6.079,79	3,78%
Culturas	6.450,49	3,36%	1.976,83	1,08%	11.133,98	6,92%
Dívidas ativas	27.756,45	14,47%	28.258,27	15,50%	27.721,17	17,22%
Dinheiro	1.408,43	0,73%	3.114,67	1,71%	3.104,26	1,93%
Monte-mor	191.867,44	100,00%	182.338,45	100,00%	161.011,59	100,00%
Dívidas passivas	36.018,82	18,77%	16.705,98	9,16%	10.178,37	6,32%
Monte-menor	155.848,62	81,23%	156.014,10	85,56%	150.813,23	93,67%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

De fato, a quantidade de dinheiro que os inventariados apresentam é muito baixa, o que demonstra um baixíssimo grau de monetarização da economia sul-mineira no período analisado. No cenário nacional, a maior parte da década de 1880 foi marcada pela estabilidade da moeda corrente, o mil-réis. Contudo, a abolição provocou, além da perda monetária que os escravos representavam, o fim dos cativos como garantia para pagamentos de hipotecas e financiamentos agrícolas. Como 80% da riqueza do país dependia das atividades rurais, os fazendeiros passaram a exigir recursos do Império que, tendo seu fim, instituiu o Decreto nº 3.403, de 24 de novembro de 1888. Esse decreto

assegurava maior liquidez ao mercado por meio dos bancos, que passaram a receber dinheiro sem juros algum do Tesouro, a prazos de 7 a 22 anos. Os bancos, em troca, deviam fornecer o dobro do empréstimo à lavoura, com juros de 6% ao ano³⁸³.

Com a queda do Império, o Ministro da Fazenda da Primeira República, Rui Barbosa, julgou necessário uma política econômica expansionista via emissão monetária, permitindo inclusive a alguns bancos a fabricação de papel-moeda. Com a justificativa de impulsionar a industrialização com base em créditos livres, o novo plano econômico conservava os empréstimos à lavoura, além de autorizar a cobertura para a emissão por meio de títulos públicos. Assim, os últimos anos da década e 1880 assistiram a um aumento do trabalho assalariado, grandes levas de imigrantes estrangeiros que aportavam no Brasil, a dinamização das atividades econômicas e o incremento da indústria³⁸⁴.

Essa política causou uma grande alta da inflação e uma consequente bolha financeira, uma vez que a emissão era bem maior que o economicamente necessário. Consequentemente, houve grande especulação e formação de muitas empresas reais e fictícias, como a constituição de “centenas de novas sociedades comerciais, cujas ações eram vendidas na Bolsa sem qualquer garantia real, a não ser a esperança de que servissem de lastro para um futuro empreendimento industrial”³⁸⁵. No começo de 1891, o valor do mil-réis começou a despencar. Muitos bancos, empresas até fazendeiros foram à falência. Tanto a política econômica como a crise que a seguiu seriam conhecidas como Encilhamento³⁸⁶.

Nesse sentido, para de fugir dos efeitos do Encilhamento, os valores expressos nos inventários foram deflacionados a partir da libra esterlina³⁸⁷. Mesmo assim, é possível perceber, por meio da análise da evolução da riqueza do Sul de Minas nas décadas finais

³⁸³ IPEA. **Encilhamento**: crise financeira e República. Revista Desafios do Desenvolvimento – SBS. Ano 8. Edição 65 - 05/05/2011.

³⁸⁴ SCHULZ, John. *Op.cit.*, 2013. IPEA, *Op.cit.*, 2011.

³⁸⁵ IPEA, *Op.cit.*, 2011.

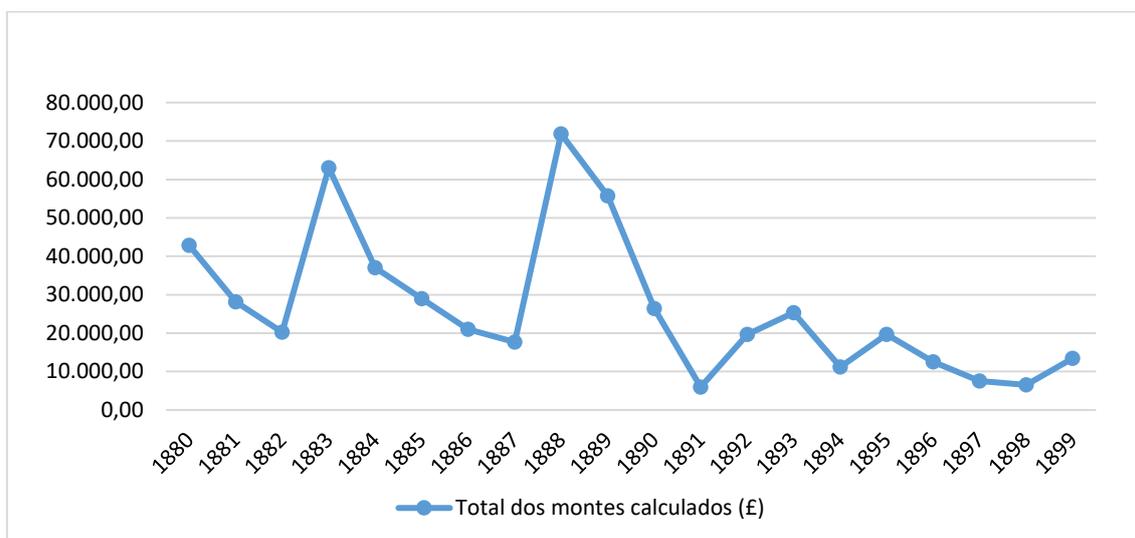
³⁸⁶ SCHULZ, John. *Op.cit.*, 2013.

³⁸⁷ A deflação foi realizada de acordo com a Série C proposta por Nelson Nozoe em conjunto com outros autores, no qual “no terceiro volume das *Séries Estatísticas Retrospectivas*, consta, nas páginas 568-571, a taxa de câmbio implícita – definida como o valor do comércio exterior (exportação + importação) em moeda nacional dividido pelo seu valor em moeda estrangeira (libras até 1939 e dólares de 1940 em diante) – para os períodos 1821-1900 (tabela 11.1) e 1901-1987 (tabela 11.2). Os dados relativos à taxa de câmbio são apresentados, até 1939, em termos de mil-réis por libra; em 1940 e 1941, em mil-réis por dólar; de 1942 até 1966, em cruzeiros por dólar; de 1967 a 1969, em cruzeiros “novos” por dólar; de 1970 em diante, em cruzeiros por dólar. Esta é, para o período que cobre, uma das melhores séries por nós compulsadas”. NOZOE, Nelson, *et.all. Brasil*: Breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. São Paulo, janeiro de 2004, p. 2.

do século XIX, que em 1888 o total da fortuna amostrada alcança seu maior valor, caindo apenas para a terceira maior soma verificada no período no ano seguinte, 1889.

Se entre maio de 1888 e novembro de 1889, o Rio de Janeiro registrou um fantástico crescimento de capital³⁸⁸, e, como vimos, os afluxos de capital do Sul de Minas tendiam a afluir para a então capital do Brasil, é aceitável pensar que durante o auge dessa política expansionista, o Sul de Minas possa ter se beneficiado economicamente. Da mesma forma, como a crise do Encilhamento explodiu em 1891, a riqueza amostrada da região sul-mineira também pode ter sido afetada, conforme demonstra o Gráfico 4.1.

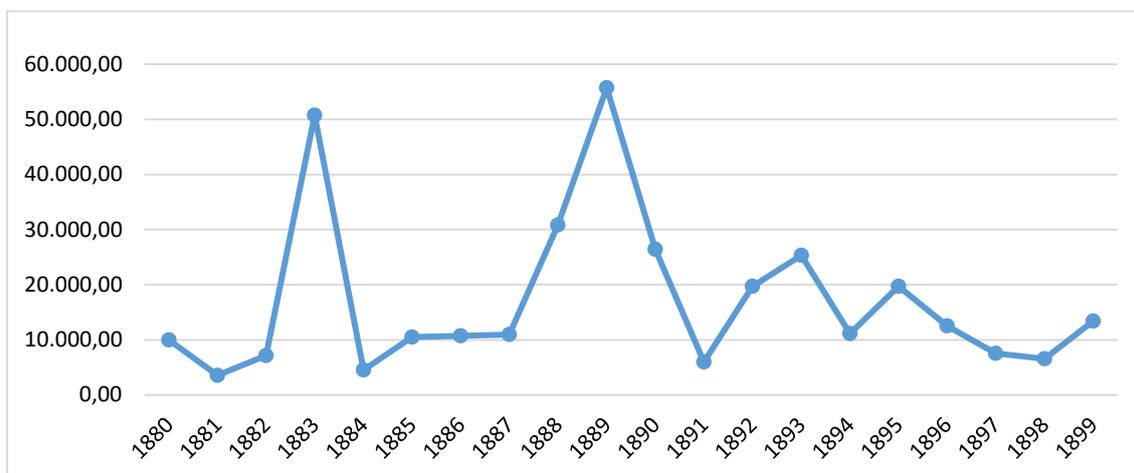
Gráfico 4.1 – Total dos montes calculados (£)



Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

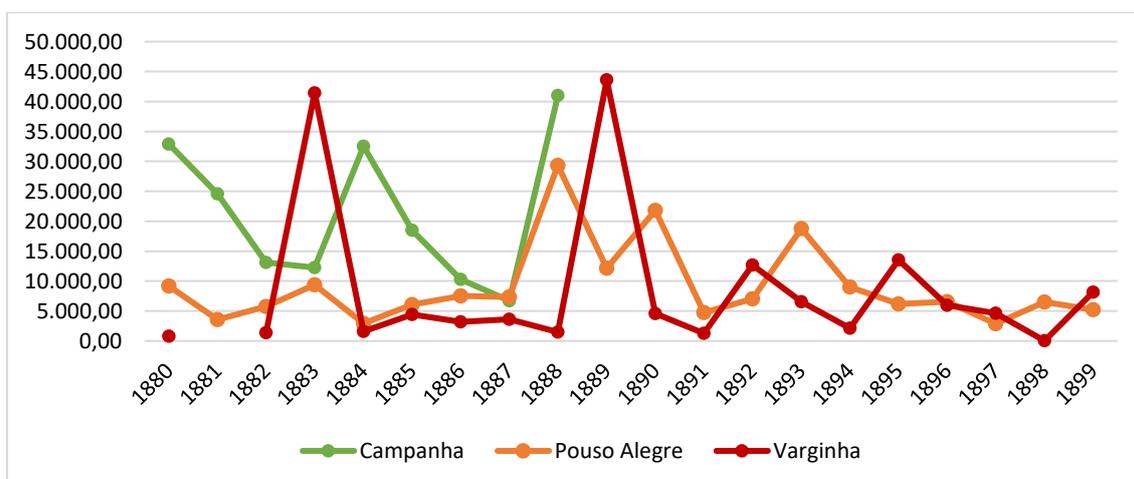
Embora não tenhamos dados para o segundo subperíodo para Campanha (1890-1899), analisando a evolução da riqueza apenas para Pouso Alegre e Varginha, o padrão é parecido, apesar da queda se dar não a partir do próprio ano da abolição, mas do ano seguinte, 1889, o que corrobora a ideia de que a região sofreu dos efeitos do Encilhamento. Nesse sentido, analisaremos os próximos gráficos considerando a riqueza de Campanha a fim de ilustrar a evolução da fortuna dos inventários arrolados.

³⁸⁸ IPEA, *Op.cit.*, 2011.

Gráfico 4.2 – Total dos montes calculados para Pouso Alegre e Varginha (£)

Fonte: MHMTT, AFMV.

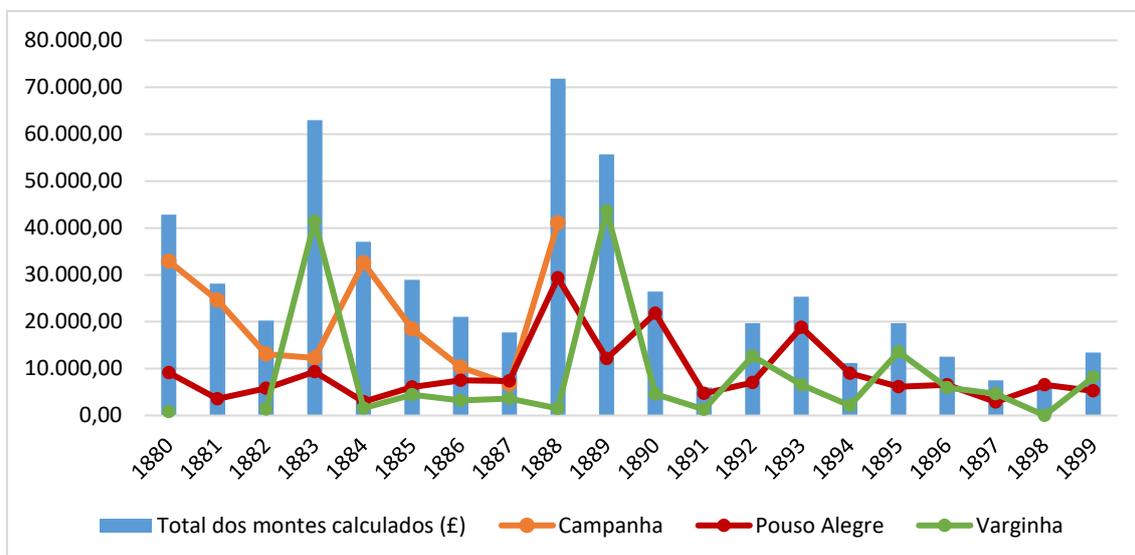
Avaliando a trajetória de cada município, os Gráficos 4.3 e 4.4 permitem ver a evolução individual dessas localidades ao longo do período estudado³⁸⁹. Enquanto Varginha e Pouso Alegre registram um montante baixo em 1884, Campanha vivencia sua segunda maior soma da fortuna amostrada. Pouso Alegre apresenta uma grande elevação do total da riqueza em 1883, mas incorre já no ano seguinte à baixa mencionada. Pouso Alegre tem um declínio de sua riqueza em 1888, com recuperação no ano seguinte e nova queda em 1890. O reduzido número de inventários para Varginha pode ter influenciado no resultado encontrado. Todavia, Varginha, eleva consideravelmente sua fortuna em 1888, para declinar quase em igual medida em 1889.

Gráfico 4.3 – Total dos montes calculados (£)

Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

³⁸⁹ Os gráficos que demonstram a evolução da riqueza por ativo encontram-se no Apêndice desse trabalho.

Gráfico 4.4 – Total dos montes calculados (£)



Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Assim, mesmo dividindo a riqueza em dois espaços de tempo, prevalece na primeira década os bens imóveis rurais e as dívidas ativas, com os escravos em terceiro lugar, com exceção de Campanha, na qual os escravos assumem a segunda colocação (percentualmente maior que as dívidas ativas para Pouso Alegre e Varginha. No período escravista, a concentração da riqueza em imóveis rurais, escravos e dívidas ativas foi a mesma encontrada também por Renato Leite Marcondes³⁹⁰, embora em sua análise (1830-1879) as dívidas ativas obtivessem o primeiro lugar.

Campanha, de longe a localidade mais escravista, depois dos três principais ativos os demais não alcançavam 5% do montante, salvo os semoventes com 6,55%. Salvo também as dívidas passivas com quase 19%, que comprometiam a riqueza, estas expressavam ainda o maior financiamento em comparação com Pouso Alegre e Varginha., embora houvesse a menor quantidade de dinheiro em mãos dos inventariados campanhenses que naquelas cidades.

³⁹⁰ MARCONDES, Renato Leite. *Op.cit.*, 1998.

Tabela 4.18 – Estrutura de riqueza (£)
(1880-1889)

Ativo	Campanha	%	Pouso Alegre	%	Varginha	%
Bens móveis	8.820,66	4,60%	3.025,36	3,25%	6.924,68	6,82%
Semoventes	12.571,25	6,55%	8.903,49	9,56%	5.909,98	5,82%
Escravos	37.253,40	19,42%	9.927,79	10,66%	7.815,67	7,70%
Imóveis rurais	89.663,63	46,73%	54.615,11	58,62%	58.252,73	57,40%
Imóveis urbanos	8.662,80	4,51%	2.842,54	3,05%	3.485,44	3,43%
Culturas	6.450,49	3,36%	769,05	0,83%	5.543,35	5,46%
Dívidas ativas	27.756,45	14,47%	12.335,92	13,24%	13.101,71	12,91%
Dinheiro	1.408,43	0,73%	745,99	0,80%	444,49	0,44%
Monte-mor	191.867,44	100,00%	93.165,26	100,00%	101.478,05	100,00%
Dívidas passivas	36.018,82	18,77%	8.955,76	9,61%	4.003,65	3,95%
Monte-menor	155.848,62	81,23%	74.630,64	80,11%	97.454,41	96,03%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Do primeiro para o segundo subperíodo os imóveis rurais perdem 10% de sua importância em Varginha, enquanto as dívidas ativas dobram sua participação no monte-mor. Como os bens móveis, semoventes e imóveis urbanos têm pouca alteração de uma década para a outra, é possível considerar que nessa cidade a riqueza representada em escravos passou a incorporar sobretudo as dívidas ativas, causando também um aumento, embora pouco esplêndido, da presença de dinheiro, como verificado na amostra. Por outro lado, a participação das dívidas passivas no comprometimento da fortuna quase triplicou, o que era esperado dado o aumento das dívidas ativas. O aumento de quase 100% das culturas em Varginha pode indicar também o incremento que o cultivo do café passava a assumir na localidade, por mais que ainda representasse menos de 10% da fortuna inventariada.

Tabela 4.19 – Estrutura de riqueza (£)
(1890-1899)

Ativo	Pouso Alegre	%	Varginha	%
Bens móveis	4.993,15	5,60%	2.677,34	4,50%
Semoventes	7.763,19	8,71%	3.833,63	6,44%
Imóveis rurais	51.653,89	57,93%	27.558,36	46,29%
Imóveis urbanos	5.264,16	5,90%	2.594,34	4,36%
Culturas	1.207,78	1,35%	5.590,64	9,39%
Dívidas ativas	15.922,35	17,86%	14.619,47	24,56%
Dinheiro	2.368,68	2,66%	2.659,76	4,47%
Monte-mor	89.173,20	100,00%	59.533,54	100,00%
Dívidas passivas	7.750,22	8,69%	6.174,71	10,37%
Monte-menor	81.383,46	91,26%	53.358,82	89,63%

Fonte: CEMEC, MHMTT e AFMV.

Pouso Alegre, ao seu passo, não apresentou significativas alterações na composição da riqueza a exemplo de Varginha. A riqueza em escravos, visivelmente incorporada sobretudo nas dívidas ativas, parece ter sido melhor distribuída entre os demais ativos. Assim, os imóveis rurais praticamente não se alteraram, bem como os animais, as culturas e as dívidas passivas, essas ligeiramente decrescentes. Os bens móveis, os imóveis urbanos e o dinheiro tiveram evolução pouco expressiva da primeira década para a segunda. De modo geral, a composição da riqueza de Pouso Alegre aponta para uma manutenção da vida rural, enquanto a de Varginha indica o início, ainda que tímido, de uma transição para um modelo de vida urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho e a terra sempre fizeram parte da organização social de determinada localidade. Porém, é no desenvolver do capitalismo que esses elementos aparecem sob a dinâmica da compra e da venda, mediados pela moeda. No mesmo sentido, a organização do trabalho e da terra, dantes orientadas por costumes e culturas inerentes de cada sociedade, no limiar do capitalismo passam a se comportar conforme as regras do mercado.

Tal comportamento no Brasil passou à primeira ordem notadamente a partir de 1850, quando a preparação para a extinção do trabalho servil dominou não apenas a economia, mas também a política e as finanças. Daí então, a terra passou a ser mediada através da compra e venda após a regulação da propriedade instituída pela Lei de Terras; houve um movimento de realocação dos capitais antes empregados no tráfico negreiro, aumentando as transações financeiras e monetárias como aquisições de ações de companhias e títulos da dívida pública; e a preocupação com a substituição dos braços cativos passou a ser constante, por estarem fadados ao fim com a proibição do tráfico.

Nas décadas finais do século XX, a modernização que alcançou as cidades brasileiras imprimiu um novo ritmo de desenvolvimento, pautados no modelo de desenvolvimento capitalista europeu. O avanço do capitalismo aqui conheceu uma condição peculiar, dada sua origem colonial. Nesse sentido, a modernização se deu de diferentes formas nas diferentes regiões do Brasil, marcadas pelas desigualdades regionais.

Nesse cenário, esta pesquisa pretendeu analisar os processos distintos de transição de três cidades sul-mineiras, Campanha, Pouso Alegre e Varginha, partindo da análise da transição do trabalho, da terra e do capital, para compreender a diferença e os caminhos percorridos por estas cidades durante o período de transição.

No que diz respeito ao trabalho, a grande quantidade de cativos encontrada principalmente para Campanha ajuda a confirmar a importância econômica do Sul de Minas, capaz de manter um grande contingente de escravos até as vésperas da abolição. Pouso Alegre apresentava uma quantidade de cativos bem menor que Varginha, tornada cidade em 1882, o que conferiu àquela menor fragilidade econômica após a abolição. Nesse sentido, um dos motivos para Campanha ter parado no tempo pode ter sido a grande perda monetária sofrida em maio de 1888, e a dificuldade de recuperação econômica

posterior, uma vez que sua organização produtiva estava largamente assentada na escravidão. A transição do trabalho em Varginha e Pouso Alegre conformou uma mão de obra que, além de incorporar boa parte dos libertos à massa de trabalhadores livres, utilizou-se também de imigrantes europeus, notadamente dos italianos.

O acesso à terra da qual gozava boa parte dos trabalhadores livres, bem como o cultivo para sua própria subsistência e as eventuais empreitadas laborais, além da aversão ao trabalho ordenado, concorreram para afastá-los da sujeição a uma atividade detestável, e, conseqüentemente, de um mercado de trabalho organizado. Em quaisquer dessas atividades, “o ócio é uma realidade esperada, uma vez que o trabalho não ocupa todo o tempo do trabalhador, e, sobretudo, pela possibilidade de controle do processo, do ritmo e do tempo de trabalho, que revela a autonomia que esses profissionais detêm”³⁹¹. Contudo, se o ato de trabalhar era considerado pouco nobre, uma atividade própria de escravos, no final do século XIX iniciou-se uma tentativa de dignificar o trabalho e os trabalhadores, com o claro objetivo de preparar a população brasileira para o novo cenário de trabalho livre que se avizinhava.

Os imigrantes, a despeito da grande quantidade de europeus destinados ao estado de São Paulo, também tiveram importante participação na economia sul-mineira. Em 1893, Varginha foi uma das cinco localidades de Minas Gerais a acolher uma sede para fiscalização tanto do recebimento quanto da colocação de imigrantes estrangeiros, consistindo então em um dos cinco municípios mineiros que mais demandava mão de obra estrangeira. Segundo a Câmara Municipal, então, “Varginha lhes deve no impulso econômico, e grande parte do seu progresso, quer na indústria, quer no comércio, quer nas profissões liberais”³⁹². Alocados inicialmente nas lavouras, os imigrantes rapidamente transferiram-se para o comércio, instalando diversos estabelecimentos tanto em Varginha como em Pouso Alegre, contribuindo para o desenvolvimento dessas localidades. Diante disso, o emprego de imigrantes estrangeiros nessas duas cidades também são um dos motivos que as ajudaram a passar na frente de Campanha na transição para o século XX.

O trabalho mostrou como a vida nessas cidades girava em torno das fazendas, de modo que predominava as atividades rurais principalmente como as de criação de animais e de cultura de gêneros alimentícios, itens estes que consistiam nos artigos centrais de exportação local. Se por um lado as propriedades rurais costumavam produzir para sua

³⁹¹ PASCOAL, Isaias. *Op. cit.*, 2005, p. 53.

³⁹² CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA, p. 8.

subsistência, por outro havia grande concentração de terras, o que no limite ajudava a formar a mão de obra livre para o trabalho sistemático.

Nas últimas décadas dos oitocentos, as principais culturas dessa região eram a cana e o milho, além de plantações de arroz, feijão, mandioca, fumo, banana, algodão e mamona. Contudo, outro item de produção das fazendas ganharia grande notoriedade: o café. Além do “ouro verde” no Sul de Minas não ter sido afetado pelo fim da escravidão por estar ainda no início da sua expansão, o café trazia consigo o desenvolvimento e modernização das cidades, como construções arquitetônicas, embelezamento das cidades, saneamento e ferrovias, embora na região sul-mineira as estradas de ferro tenham sido consequência e não causa da economia cafeeira. Uma vez que o plantio da rubiácea era mais expressivo em Varginha, menos em Pouso Alegre e quase ausente em Campanha, este fato também aponta para baixo desempenho de Campanha na transição.

Além disso, é importante salientar a força política que essa última detinha na segunda metade do século XIX, capaz inclusive de instaurar uma divisão territorial criando um novo estado, Minas do Sul. Esse movimento separatista, abafado pelos governos de Minas e federal, incorreu numa forte repressão política e econômica à cidade de Campanha na virada para o século XX, fato que não pode ser ignorado ao comparar os distintos processos de transição das localidades analisadas. Portanto, as consequências do separatismo campanhense podem se configurar como o principal motor do estacionamento da cidade no início do novo século.

Nesse contexto, um aspecto da economia regional ainda era pouco desenvolvido: a rede bancária sul mineira, que se expandiria apenas a partir da década de 1910. Assim, a pesquisa mostrou que o fornecimento de crédito era realizado por meio de comissários, que atuavam como intermediários principalmente na compra e venda do café, e de capitalistas, que financiavam as atividades nessas cidades. A falta de um sistema bancário desenvolvido implicava numa remuneração muito significativa desses capitalistas, de modo a causar por um lado a centralização da riqueza e dos destinos econômicos dessas localidades, e por outro a dependência dos que demandavam o crédito. Porém, a análise dos inventários revelou que os juros das dívidas eram mais atraentes que algumas cobradas em cidades paulistas.

A estrutura da riqueza inventariada das três cidades mostrou a grande concentração da fortuna nos imóveis rurais, que abarcavam geralmente fazendas, casas de morada, benfeitorias e terras, e nas dívidas ativas, que ganharam mais importância sobretudo na segunda década analisada, 1890. Dada a baixa monetarização da economia

sul-mineira, refletida inclusive na irrisória presença de dinheiro, aponta para a grande importância desses capitalistas no financiamento da região. Contudo, a análise da evolução da riqueza amostrada demonstra que a região possivelmente beneficiou-se com a euforia econômica marcada pelo início do Encilhamento.

De maneira mais geral, a transição para o capitalismo no Brasil se deu de uma maneira muito peculiar: com trabalho escravo até quase às vésperas do século XX, com uma indústria incapaz de dominar o setor produtivo, base produtiva fundamentalmente agrária, e acumulação de capital insuficiente. Assim, ao contrário dos países centrais, cuja transição foi desempenhada sobretudo pelo capital, aqui a transição foi proporcionada pelo latifúndio e pela economia de exportação, cujo principal produto, o café, manteve tanto sua função quanto seu processo de trabalho.

De maneira mais específica, a transição para o capitalismo no Sul de Minas não termina com o despertar do novo século, pelo contrário, apenas se inicia. Por mais que o trabalho tenha feito seu trânsito para uma nova forma de organização – a livre –, as relações de produção, bem como o próprio trabalho assalariado, ainda levariam mais tempo para atender ao modelo puramente capitalista. Tampouco a maneira material de produção se extinguiu com a transição capitalista. A exemplo mesmo do Brasil, os processos de trabalho continuariam os mesmos, bem como os instrumentos de produção: enxadas, machados e foices.

A pujança do ambiente rural a despeito de uma urbe em início de modernização, a ausência de indústrias e presença de manufaturas atrasadas, e a carência de um sistema de financiamento independente das casas comissárias do Rio de Janeiro indicam que essa região teria ainda um longo percurso a percorrer no caminho do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, o dinamismo econômico que o Sul de Minas conhecia desde o início do século XIX com a economia de abastecimento não se efetivou na transição para o capitalismo, na passagem do século XIX para o XX.

REFERÊNCIAS

I – Fontes primárias manuscritas

Processos de Inventário *post-mortem* do município de Campanha-MG, dos anos de 1880-1888, disponíveis no Centro de Memória Cultural do Sul de Minas – CEMEC, Campanha - MG.

Processos de Inventário *post-mortem* do município de Pouso Alegre-MG, dos anos de 1880-1899, disponíveis no Museu Histórico Municipal Tuany Toledo – MHMTT, Pouso Alegre - MG.

Processos de Inventário *post-mortem* do município de Varginha-MG, dos anos de 1880-1899, disponíveis no Arquivo do Fórum Municipal de Varginha – AFMV, Varginha - MG.

II – Fontes primárias impressas

A Conjuração, jornal editado em Campanha, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

A Revolução, jornal editado em Campanha, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

Colombo, jornal editado em Campanha, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

Correio do Povo, jornal editado em Varginha, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

LAEMMERT, Eduardo von. **Almanak das Províncias do Império do Brasil para 1885**. Organizado e redigido por Arthur Sauer. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Proprietários Laemmert & C., 1885.

Livro do Povo, jornal editado em Pouso Alegre, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

Minas do Sul, jornal editado em Campanha, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

Monitor Sul-Mineiro, jornal editado em Campanha, disponível no Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort – CECML, e no Arquivo Público Mineiro – APM.

O Pouso-Alegrense, jornal editado em Pouso Alegre, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

Serro, jornal editado em Serro, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

Valle-Sapucahy, jornal editado em Pouso Alegre, disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemerides Mineiras** (1664-1897). Vol. I. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897a.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemerides Mineiras** (1664-1897). Vol. II. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897b.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemerides Mineiras** (1664-1897). Vol. III. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897c.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemerides Mineiras** (1664-1897). Vol. IV. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897d.

III – Fontes secundárias

ALCÂNTARA MACHADO, José de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os meios de comunicação e o problema do separatismo**. Informação e Sociedade. João Pessoa, v.3, n.1, p.24-29. jul. 1993.

ANDRADE, Marcos Ferreira de; CARDOSO, Maria Tereza Pereira. **A vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas**. Varia História, UFMG - FAFICH - Belo Horizonte, v. 23, p. 214-233, 2000.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elite escravista no Sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza - século XIX**. In: XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2010. v. 1. p. 1-19.

- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA. **Monografia Histórica**. Disponível em http://www.camaravarginha.mg.gov.br/downloads/historia_varginha.pdf>. Acesso em novembro de 2013.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio industrial no Brasil**. Disponível em: www.ujtj.br/.../2arurb3-esterezilda.pdf>. Acesso em outubro de 2014.
- BARBOSA, Alexandre Fretas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOTELHO, T. R. **População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720**. In: XII Encontro Nacional de Estudos de População, 2000, Caxambu. XII Encontro Nacional de Estudos de População, Anais.... Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- CAMPOS, Bruno Nascimento. **Tropas de aço: os primeiros impactos da Minas and Rio Railway sobre a economia de abastecimento no Sul de Minas (1884-1902)**. *Cultura História & Patrimônio*, v. 1, n. 1, 2012.
- CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. **A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese**. In: *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, (10):1-14, outubro de 1983.
- CANO, Wilson. **Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: UFOP/ Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica. Série Estudos 2, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difel, 1962.
- CARVALHO, Maria Cristina. **A formação do Estado burguês no Brasil**. *Em tese*. v. 8 – n.2 – ago-dez/2011.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **A transição da mão-de-obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888)**. *Cadernos de história (UFOP. Mariana)*, v. 2, p. 96-116, 2008.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Economia sul-mineira: o abastecimento interno e a economia cafeeira (1870-1920)**. *Heera (UFJF. Online)*, v. 4, p. 1-29, 2009.

- CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. **Imprensa política e separatismo no Sul de Minas Gerais, século XIX.** e-hum, Belo Horizonte, vol.3, no.1, 2010.
- CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico:** escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: *Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009, pp. 15-46.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888;** tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- COSENTINO, Daniel do Val. **Um múltiplo de transições:** a transição para o trabalho livre em Minas Gerais. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.
- COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição.** 7. ed. São Paulo: Global, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a história social do Sul de Minas:** os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- COUTY, Louis. **A escravidão no Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- COUTY, Louis. **O Brasil em 1884:** esboços sociológicos. Brasília: FCRB/Senado Federal, 1984.
- CUNHA, Alexandre; SIMÕES, Rodrigo; PAULA, João. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo.** 2 ed, São Paulo: Difel, 1977.
- DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- EQUIPE DO MUSEU MUNICIPAL DE VARGINHA. **Varginha:** sua origem. Disponível em: < <http://fundacaoculturaldevarginha.com.br/museu/varginha-sua-origem/> >. Acesso em novembro de 2013.

- FAORO, Raymundo. **A questão nacional: a modernização.** Estudos Avançados. v.6, n. 14, 1992.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FLEISHER, David D. **A cúpula mineira na República Velha: origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais.** In.: MONTEIRO, Norma de G. (org.) V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 1982.
- FRANCO, Bernardo de Souza. **Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.
- FREDERICO, Samuel. **Formação territorial de Minas Gerais.** Disponível em <<http://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/samuel-frederico.pdf>>. Acesso em novembro de 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** – 481 ed. rev. – São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **Expansão bancária no Sul de Minas em transição (1889-1930).** In: Alexandre Macchione Saes; Marcos Lobato Martins. (Org.). Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20. Bauru: EDUSC, 2012, p. 303-329.
- GEBARA, Ademir. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888),** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GERMER, Claus M. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social.** Crítica Marxista, n.29, p.75-95, 2009.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX.** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996. (Texto para discussão, n. 109).
- GODOY, Marcelo Magalhães. **Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento.** Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11. n. 16. p 89-116, jan/jun. 2009.
- GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. **Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura**

ocupacional da província de Minas Gerais. R. Bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-191, jan./jun. 2010.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Editora Ática, 1978.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada.** São Paulo: Editora Ática, 1991.

GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888).** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **Escravidão e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII.** In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 324-338.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte.** São Paulo: Global Ed., 1982.

HARNECKER, Marta. **O capital: conceitos fundamentais.** São Paulo: Global Editora, 1978.

HOBBSAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** – 26. ed – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Campanha, Minas Gerais – MG. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV ano 1958. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/campanha.pdf>>. Acesso em novembro de 2014.

IBGE. Pouso Alegre, Minas Gerais – MG. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV ano 1958. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/campanha.pdf>>. Acesso em novembro de 2014.

IBGE. Três Pontas, Minas Gerais – MG. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV ano 1958. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/campanha.pdf>>. Acesso em novembro de 2015.

IANNI, Octávio. **O progresso econômico e o trabalhador livre.** In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, 3º vol.,* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Difel, 1987.

- IGLÉSIAS, Francisco. **Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930)**. In: V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- IPEA. **Encilhamento: crise financeira e República**. Revista Desafios do desenvolvimento – SBS. Ano 8. Edição 65 - 05/05/2011.
- JOSÉ, Oíliam. **O negro na economia mineira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1993.
- JOSÉ, Oíliam. **A abolição em Minas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1962.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. **Professores políticos e alunos grevistas: a Escola Normal e o Movimento Separatista, Campanha (MG), 1892**. In: Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas: Unicamp, 2006. p. 15-36.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei da locação de serviços de 1879**, Campinas: Papirus, 1988.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1985.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **O café e o trabalho “livre em Minas Gerais – 1870-1920**. Ver. Bras. De Hist. São Paulo, v. 6, n. 12. p 73-88, mar/ago. 1986.
- LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**. Projeto História, N. 16, February 1998, pp. 25-38.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação da política do Brasil, 1808-1842**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LEVEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LIBBY, Douglas Cole. **Historiografia e a formação social escravista mineira**. In: ACERVO – Revista do Arquivo Nacional. v. 3. n. 1, jan-jun. 1988a.
- LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliense, 1988b.
- LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais (1870 -1920)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- LOPES, Luciana Suarez. **Relatos de Pesquisa: A Utilização dos Inventários Post-Mortem como Fonte de Dados**. Boletim Informações Fipe - BIF, São Paulo, p. 53-55, 31 jul. 2015.

- LOPES, Luciana Suarez. CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. **Estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cafeicultura no Nordeste Paulista e no Sul de Minas**. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12^o Conferência Internacional de História das Empresas. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_luciana_suarez_lopes_rafaela_carvalho_estrutura-da-posse-de-cativos-nos-momentos-iniciais-da-cafeicultura-no-nordeste-paulista-e-no-sul-de-minas.pdf>. Acesso em agosto de 2015.
- LOPES, Luciana Suarez. **Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)**. Disponível em <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/luciana/>. Acesso em junho de 2016.
- LUNA, Francisco Vidal. **Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais - 1718**. In: BARRETO, A. E. M. et alii. *História Econômica: Ensaio*, São Paulo, IPE/USP, p. 25-41, 1983.
- LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. **Economia escravista em Minas Gerais**. In: Cadernos IFCH-Unicamp, Campinas, outubro de 1983.
- MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico**. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFSJ, EDUSP, 1994.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 3. ed. São Paulo: Polis/Vozes, 1885.
- MANTEGA, Guido. **Marxismo na economia brasileira**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (organizadores). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. – 2.ed. revista. – São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/ Imprensa Oficial, 2002.
- MARCONDES, Renato Leite. **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)**. RBE. Rio de Janeiro 56(1):147-170 JAN./MAR. 2002.
- MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a abolição**. Desafios do desenvolvimento. Ano 8. 70. ed. Brasília, 2011.
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. **O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. – 9. ed., 1^a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.
- MARTINS, Marcos Lobato. **Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890**. Estud. Econ. 2013, vol.43, n.2, pp. 397-429. ISSN 0101-4161.
- MARTINS, Roberto Borges. **A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

- MARTINS, Roberto Borges. **Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão** numa economia não-exportadora. Estudos Econômicos, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983.
- MARTINS, Roberto Borges. **Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX**, Outra Vez. In SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.
- MARTINS, Roberto Borges. **‘Sé Deus quiser, semana que vem.. ou na outra..’:** Trabalho, terra e liberdade. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História das Empresas. Disponível em <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_roberto_borges_martins_se-deus-quiser-semana-que-vem-ou-na-outra_terra-trabalho-e-liberdade.pdf>. Acesso em agosto de 2015.
- MARTINS, Borges Martins. MARTINS, Maria do Carmo Salazar. **As exportações de Minas Gerais no século XIX**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n.58, 1994.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In: MARX, Karl. Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Introdução de Jacob Gorender. Traduções de Edgard Malagodi ... [et al.]. – São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1: o processo de valorização de produção de capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império: 1871-1889**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MHMTT. **História em movimento: Imigração Italiana em Pouso Alegre**. Disponível em: <<http://cmpa.mg.gov.br/Imprensa/NoticiaImprimir.aspx?IdNoticia=1925>>. Acesso em maio de 2015.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Texto de discussão n. 164. Belo Horizonte: Cedeplar; FACE; UFMG, 2001.
- MOTTA, José Flávio. **O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos** (Bananal, 1801-1829). *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 21 (3): 409-434, set./dez. 1991.

- MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson. COSTA, Iraci del Nero da. **Às vésperas da abolição um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870.** *Estud. Econ.* 2004, vol.34, n.1, p. 157-213.
- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. **Além das Senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30015.pdf>>. Acesso em maio de 2014.
- NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** – 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- NORONHA, Mariana Selena Gregatti de. MARTINS, Marcos Lobato. **O debate sobre o trabalho escravo, o abolicionismo e o trabalho livre no Sul de Minas** (décadas de 1870-1880). In: SAES, Alexandre Macchione (Org.); MARTINS, Marcos Lobato (Org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX.** Bauru, SP: Edusc, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX.** São Paulo. FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado).
- PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. **Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX.** In: Seminário Sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.
- PAIVA, Clotilde Andrade; et al. **Publicação crítica do recenseamento geral do Império do Brasil de 1872.** Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd, Minas Gerais, 2012. Disponível em <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf>. Acesso em dez. 2013.
- PASCOAL, Isaias. **Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas, século XIX, no contexto de uma formação econômica não exportadora.** Tese de Doutorado: UNICAMP, 2005.
- PASCOAL, Isaías. **O Sul de Minas no processo de constituição do Estado nacional.** Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 9 Ano IX nº 1. Janeiro/ Fevereiro/ Março/ Abril de 2012.
- PAULA, João Antônio de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PAULA, João Antônio de. **O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história.** História Econômica & História de Empresas. V1, 2002, São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2002.

- PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento**. X Seminário sobre Economia Mineira. Disponível em <<http://core.ac.uk/download/pdf/6519789.pdf>>. Acesso em maio de 2015.
- PELÁEZ C. M.; SUZIGAN, W. **História Monetária do Brasil**. Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PIRES, Julio Manuel. COSTA, Iraci del Nero da. **O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação**. Estudos Avançados, 14 (38), 2000. p. 87-120.
- PLEKHANOV, Guiorgui V. **O papel do indivíduo na História**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Edições 70, 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994b.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- QUEIROZ, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- QUIRINO, Tarcísio Rêgo. PINTO, Ana Maria Rezende. LIMA, Patrícia Souza Lima. Regina Conrado de Melo. **Fábricas e homens: um estudo no Sul de Minas sobre recursos humanos para a indústria**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1977.
- REBELLO, Ricardo Moreira. **O município de Machado até a virada do milênio**. Machado: s. d., 2006.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.
- RUBIÃO, Luiz José Álvares. **Álbum de Varginha**. Varginha: Casa Maltese, 1919.
- SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; SILVA, Marcel Pereira; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX**. In: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina - MG. Anais do XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, 2010.
- SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, A. **Trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão**. Cultura Histórica e Patrimônio, v. 1, p. 39-64, 2012.

- SAES, Alexandre Macchione (Org.); MARTINS, Marcos Lobato (Org.). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru, SP: Edusc, 2012.
- SAES, Alexandre Macchione. ROSA, Elton Rodrigo. **Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920)**. In: SAES, Alexandre Macchione (Org.); MARTINS, Marcos Lobato (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2012.
- SAES, Alexandre Macchione. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)**. *Saeculum - Revista de História*. João Pessoa, jul./dez. 2013.
- SAES, Alexandre Macchione. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. CURI, Luiz Felipe Bruzzi. **O processo de urbanização no Sul de Minas em transição: uma proposta de interpretação**. In: SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs) *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Tese de Livre-docência. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1982.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. **Direitos sociais e transição para o capitalismo: o caso da Primeira República Brasileira (1889 – 1930)**. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.11, n.20, p.23-51, 2006.
- SALES, José Roberto. **Espírito Santo da Varginha (MG): 1763 – 1920**. Varginha: Gráfica e Editora Sul Mineira, 2003.
- SALES, José Roberto. **Tráfico de escravos no município de Varginha – MG, 1884-1887**. Varginha: José Roberto Sales, 2008.
- SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição**. Tradução, Denis Augusto Fracalossi. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. *Cadernos IFCH-UNICAMP*. Campinas. n. 17. 1985.
- SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- SILVA, Marcel Pereira da. **Tem café nesse trem? As ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. In: Alexandre Macchione Saes; Marcos Lobato Martins. (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: EDUSC, 2012, p. 177-207.
- SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012a.

- SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as estradas de ferro no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. In: Anais do XVIII Encontro Regional ANPUH-MG: Mariana, 2012b.
- SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Edições do Senado Federal. Conselho Editorial, 2005.
- SOARES, Moacyr Brêtas. **Muzambinho: sua história e seus homens**. 1940.
- SOBRINHO, Juliano Custódio. **Escravos, polícia e conflitos sociais às vésperas da abolição**. Minas Gerais - 1880-1888. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo-SP. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café**. Editora Brasiliense, 1961.
- SZMRECSÁNY, Tamás. LAPA, José Roberto do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2. ed. São Paulo: USP, 2002.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **O capitalismo no comércio proibido de escravos**. In: ACERVO – Revista do Arquivo Nacional. v. 3. n. 1, jan-jun. 1988.
- TOPALOV, Christian. **La urbanizacion capitalista**. Cidade do México: Edicol, 1978.
- TOSI, Pedro Geraldo. FALEIROS, Rogério Naques. TEODORO, Rodrigo da Silva. **Crédito e Pequena Cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914**. RBE. Rio de Janeiro. v. 61 n.3/p.405–426 Jul-Set 2007.
- VALVERDE, Orlando. **A fazenda de café escravocrata no Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia. 29 (1), jan/mar. 1967.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira**. *Dados*. vol. 39. no. 3. Rio de Janeiro, 1996.
- VIEIRA, Eduardo José. **A Economia de um município mineiro nas décadas finais do regime escravista brasileiro - Lavras-MG (1870-1888)**. In: III Congreso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia Económica, 2012, San Carlos de Bariloche. Disponível em <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Vieira.pdf/view?searchterm=None>>. Acesso em maio de 2013.
- VIEIRA, Eduardo José. **Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República**. Revista Lócus, Juiz de Fora, v. 5, n.2, 1999, p. 89-99.

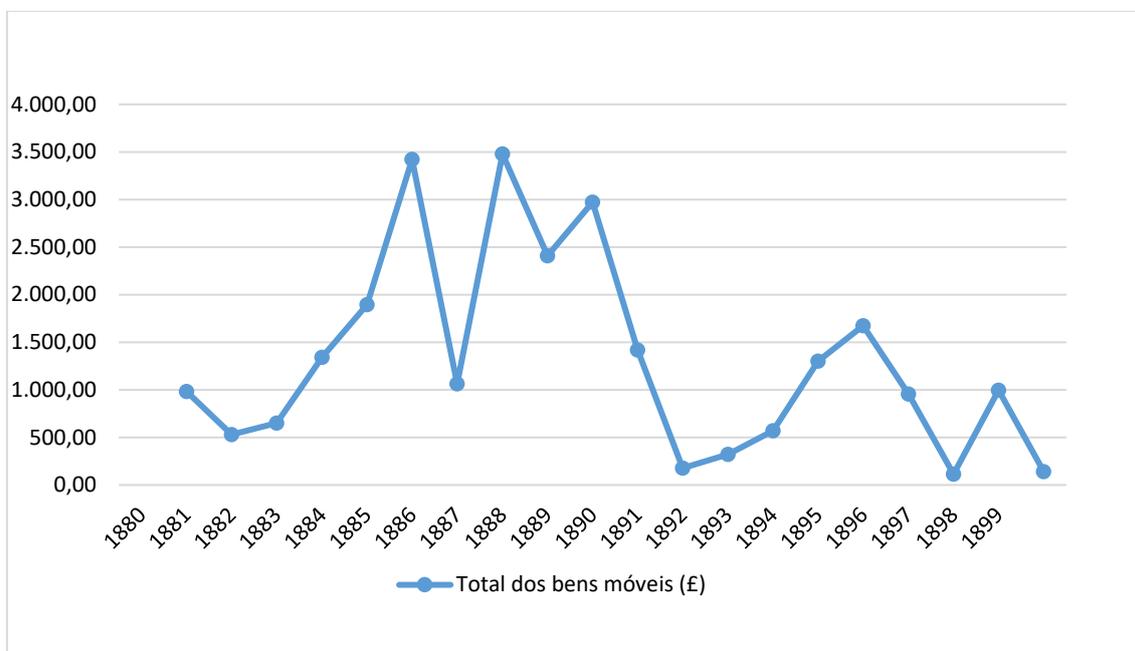
WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução Denise Bottmann. – 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WIRTH, John. **O Fiel da Balança**. Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889 – 1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

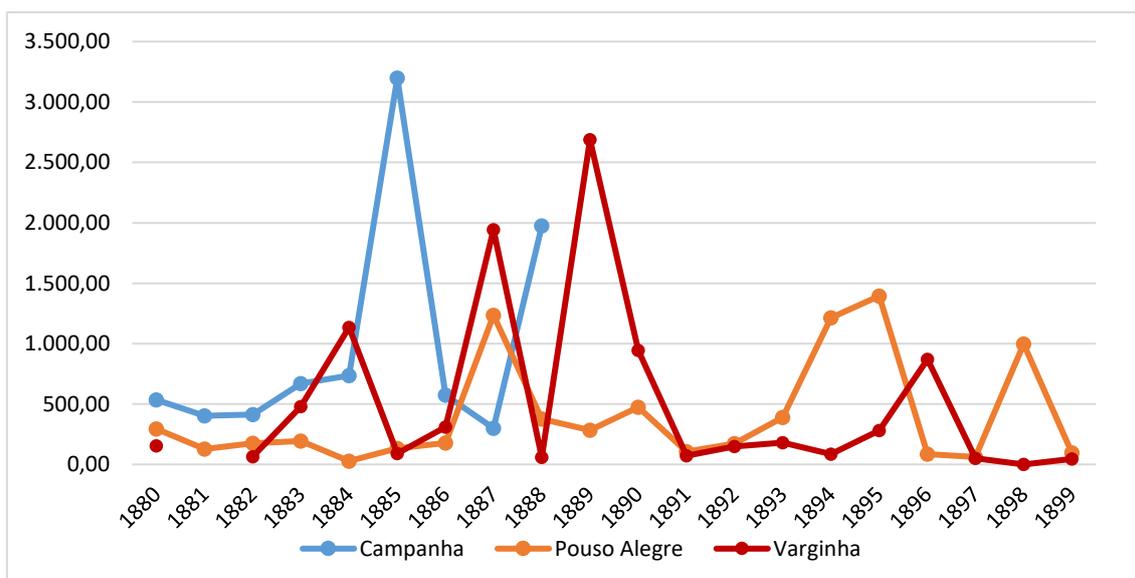
APÊNDICE

Gráfico 1 – Total dos bens móveis (£)

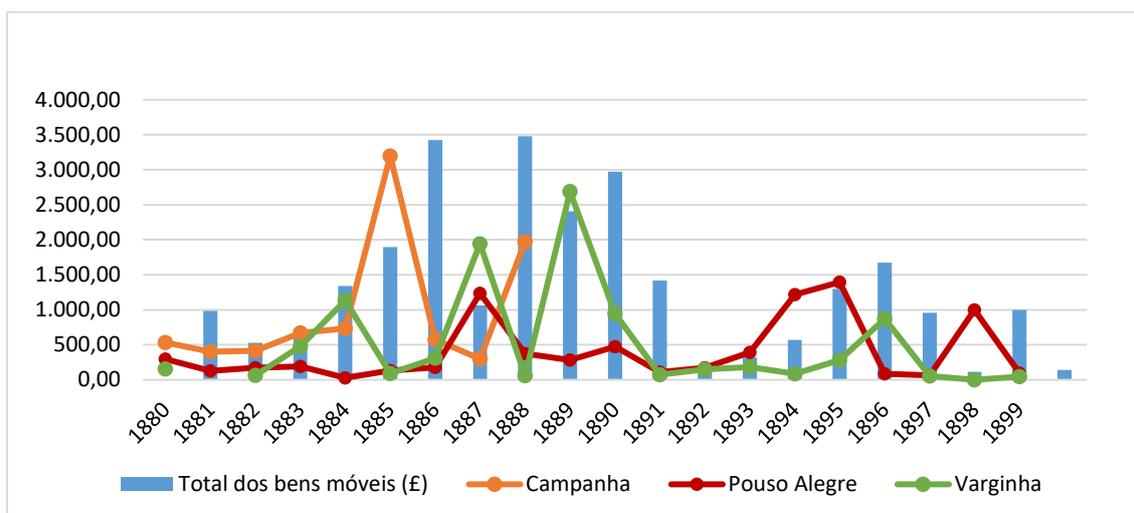


Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

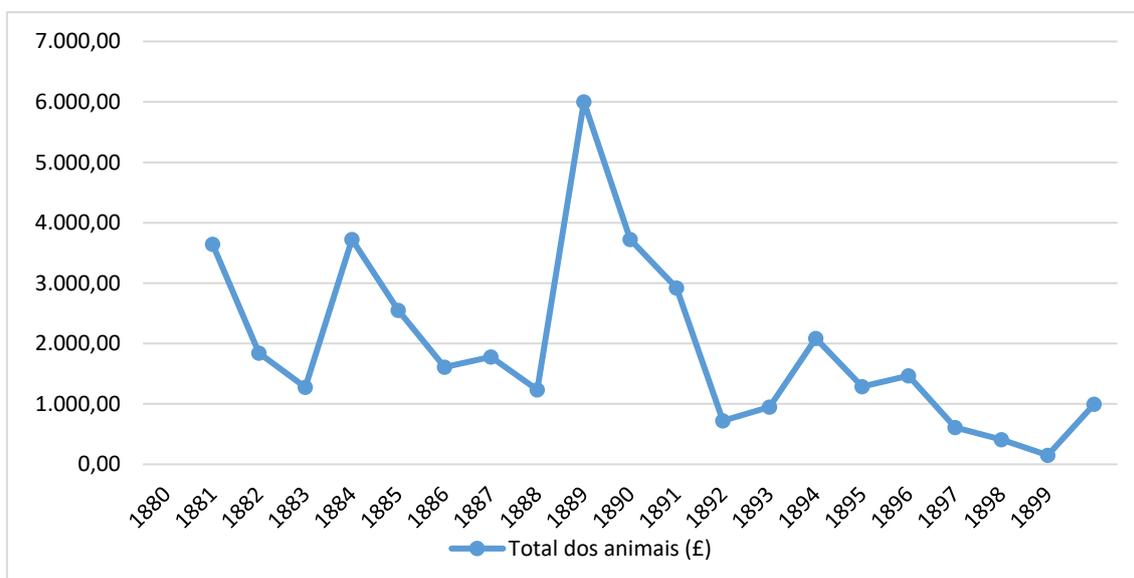
Gráfico 2 – Total dos bens móveis (£)



Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

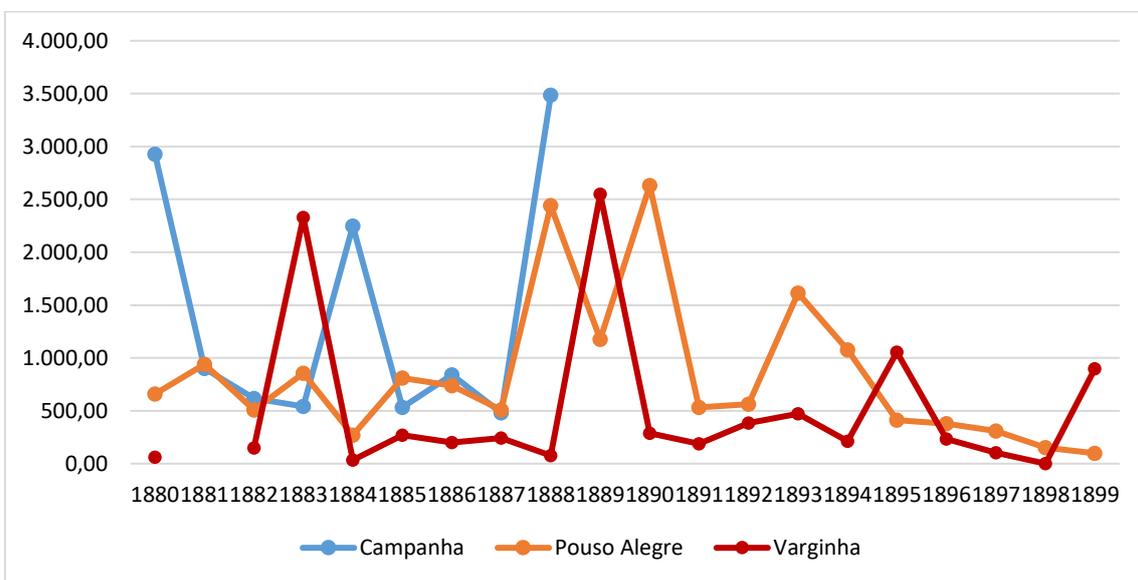
Gráfico 3 – Total dos bens móveis (£)

Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 4 – Total dos animais (£)

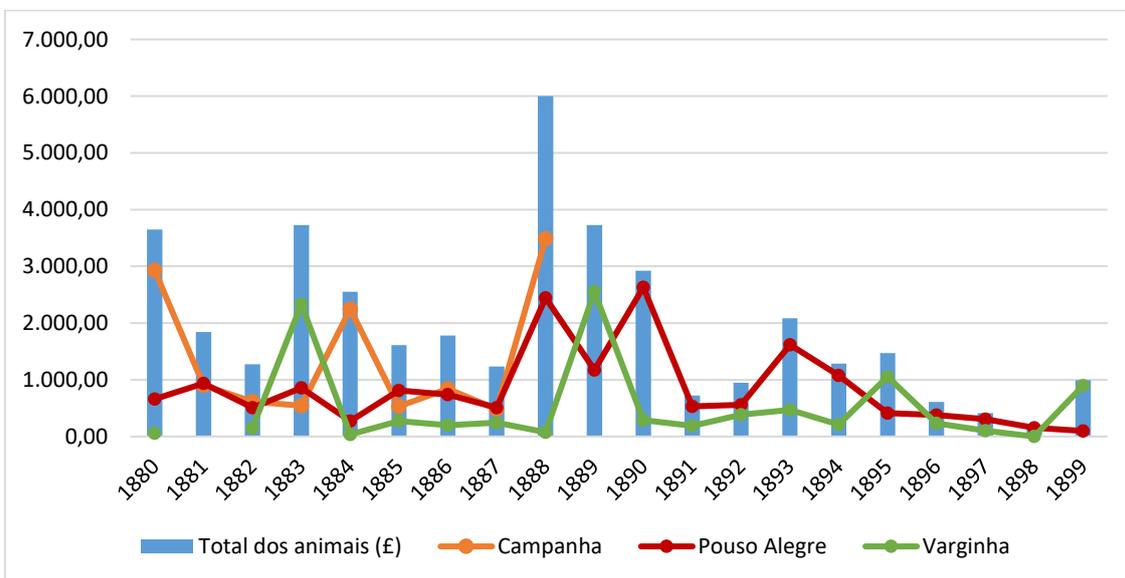
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 5 – Total dos animais (£)

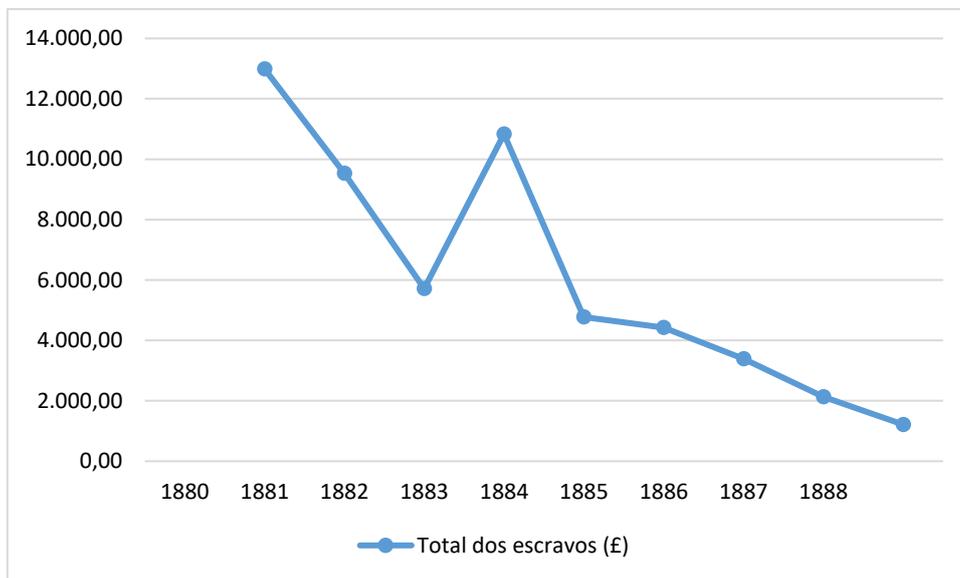


Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

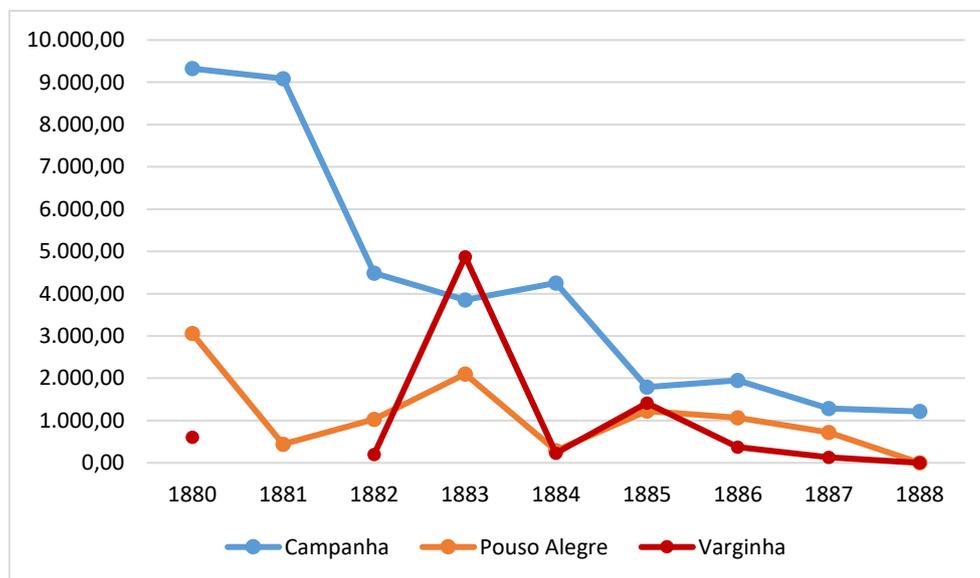
Gráfico 6 – Total dos animais (£)



Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

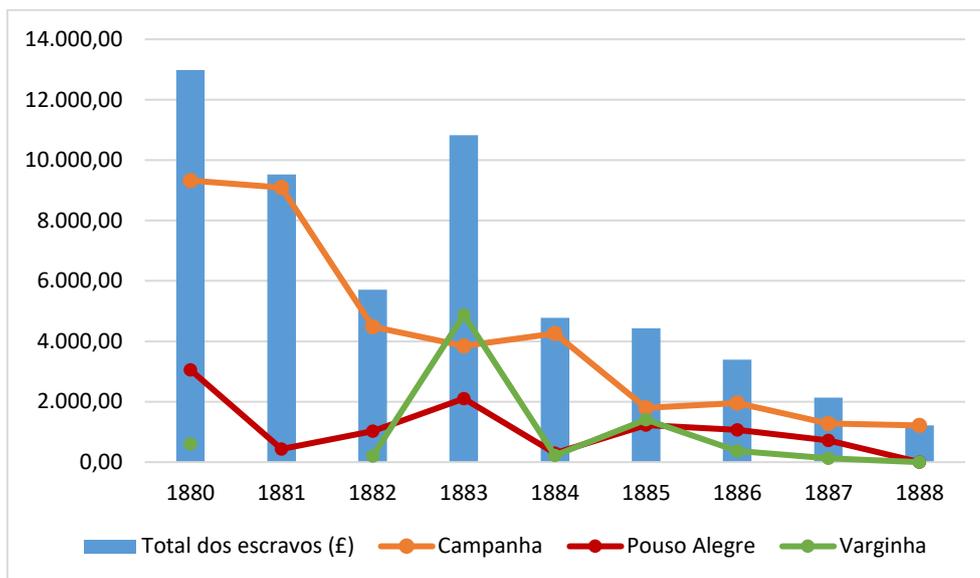
Gráfico 7 – Total dos escravos (£)

Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 8 – Total dos escravos (£)

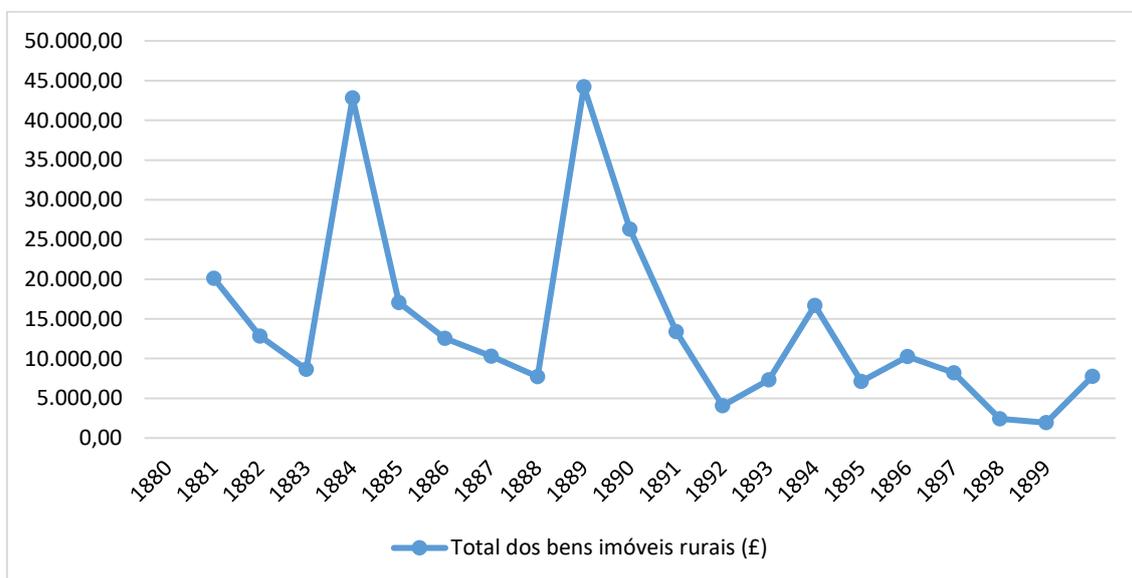
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 9 – Total dos escravos (£)



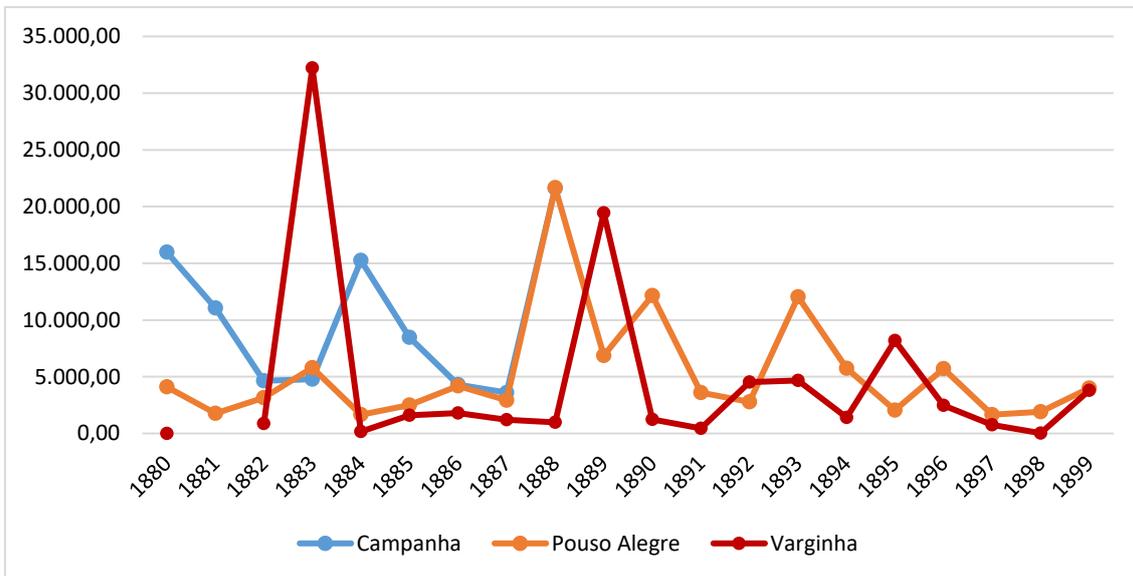
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 10 – Total dos bens imóveis rurais (£)



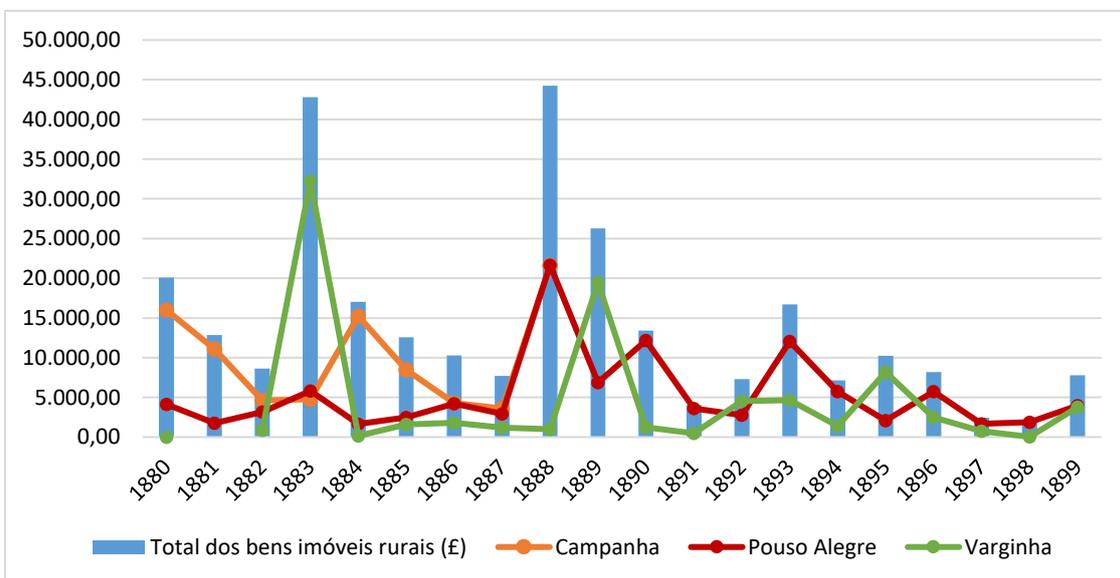
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 11 – Total dos bens imóveis rurais (£)



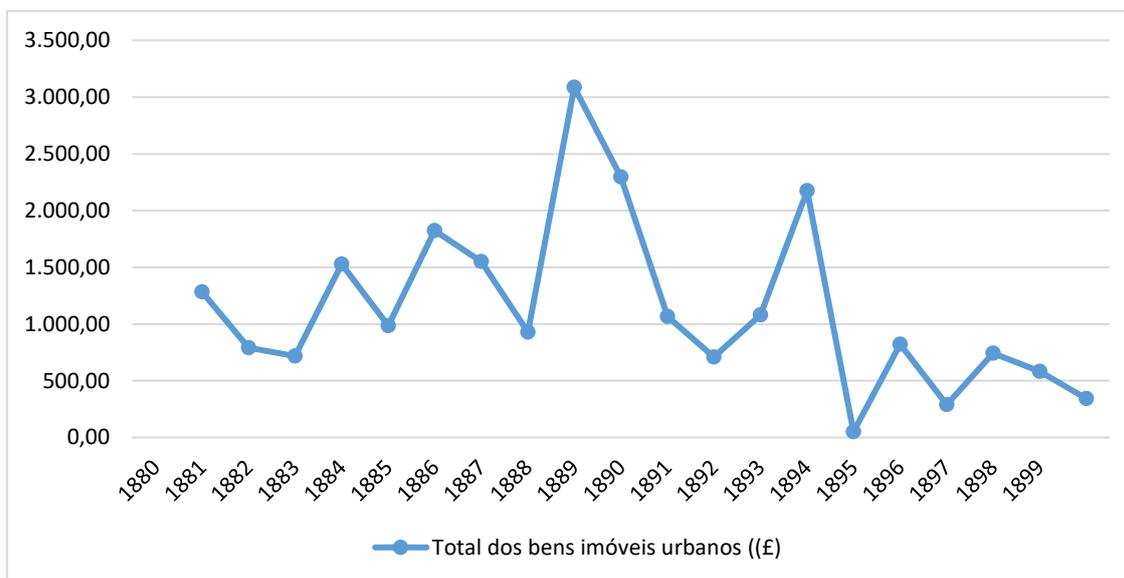
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 12 – Total dos bens imóveis rurais (£)



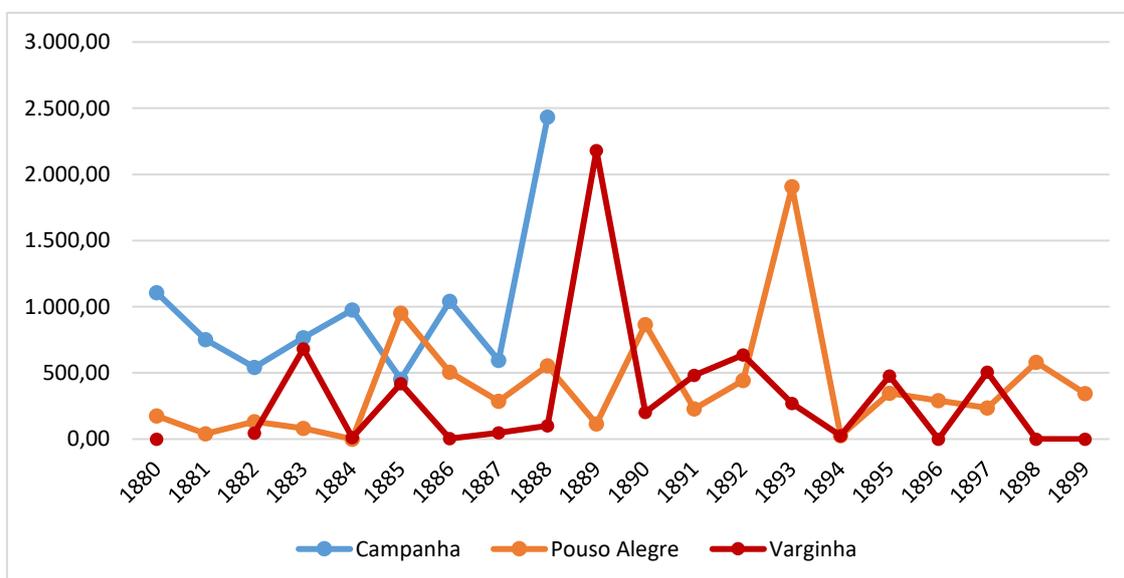
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 13 – Total dos bens imóveis urbanos (£)



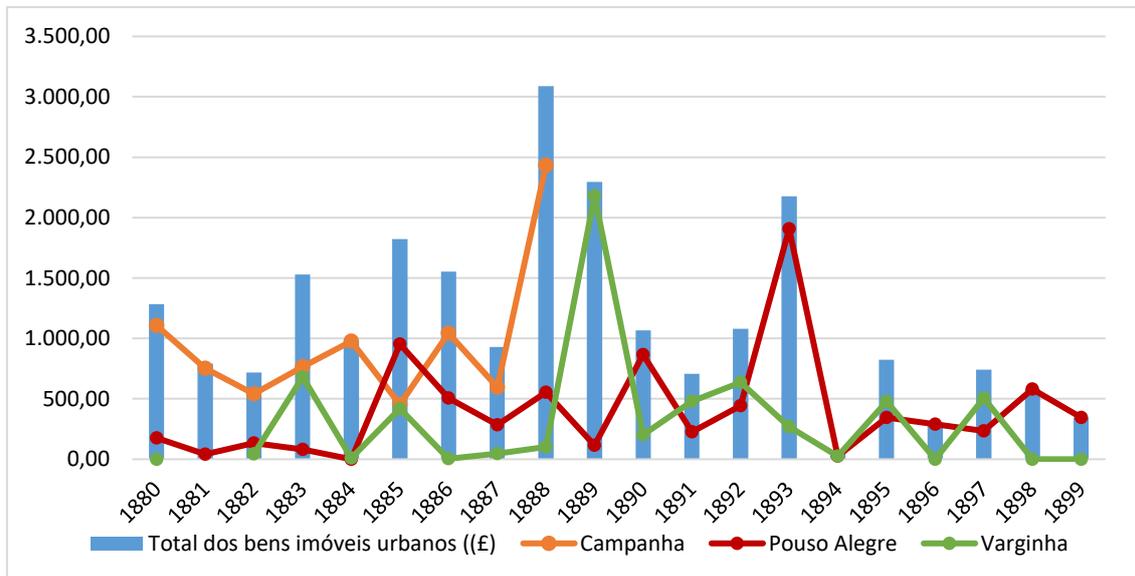
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 14 – Total dos bens imóveis urbanos (£)



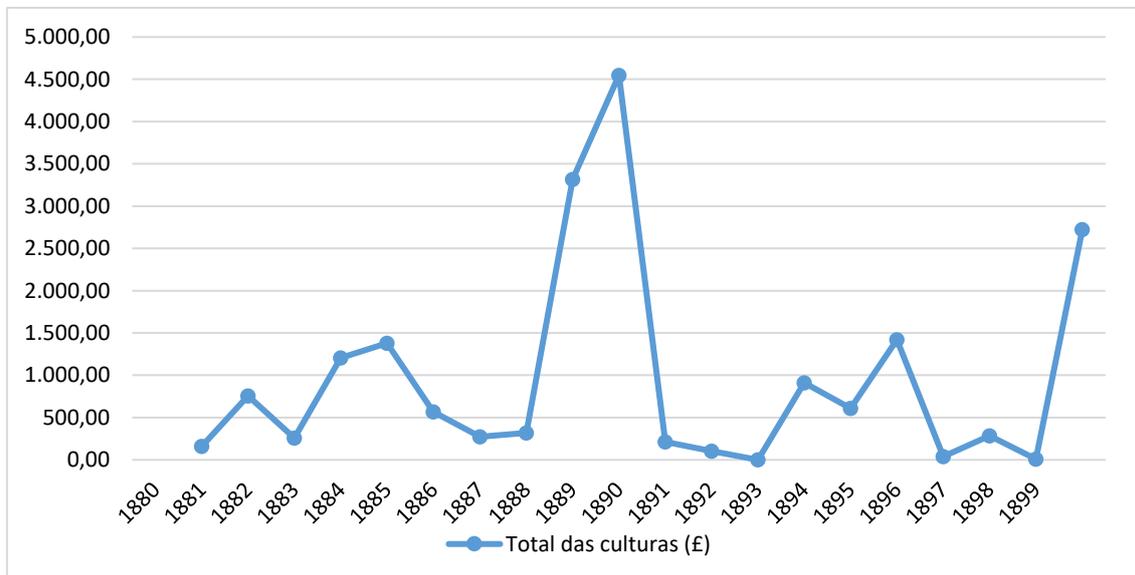
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 15 – Total dos bens imóveis urbanos (£)



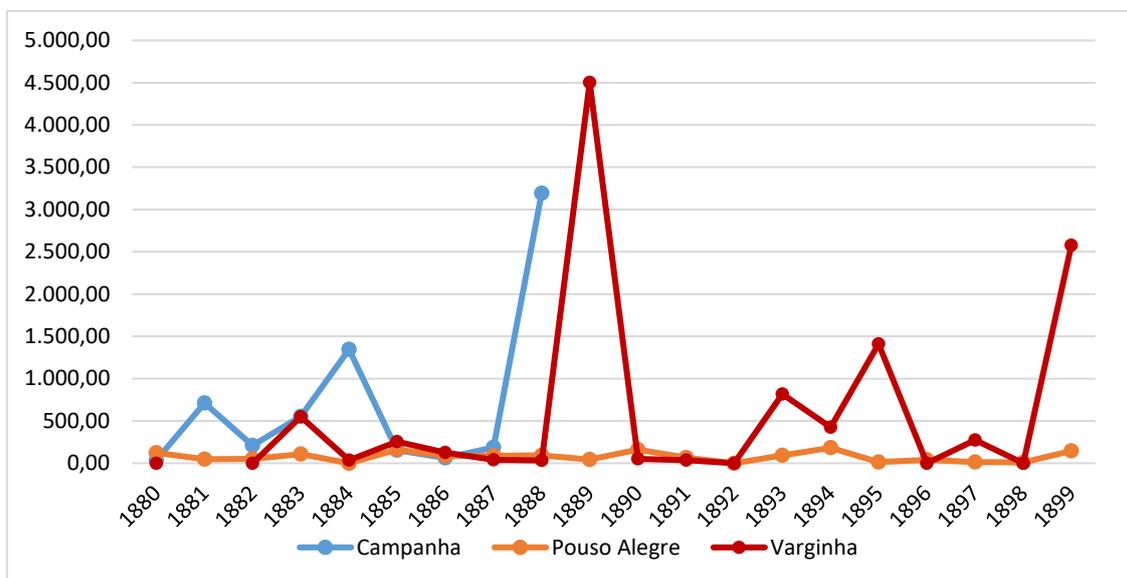
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 16 – Total das culturas (£)



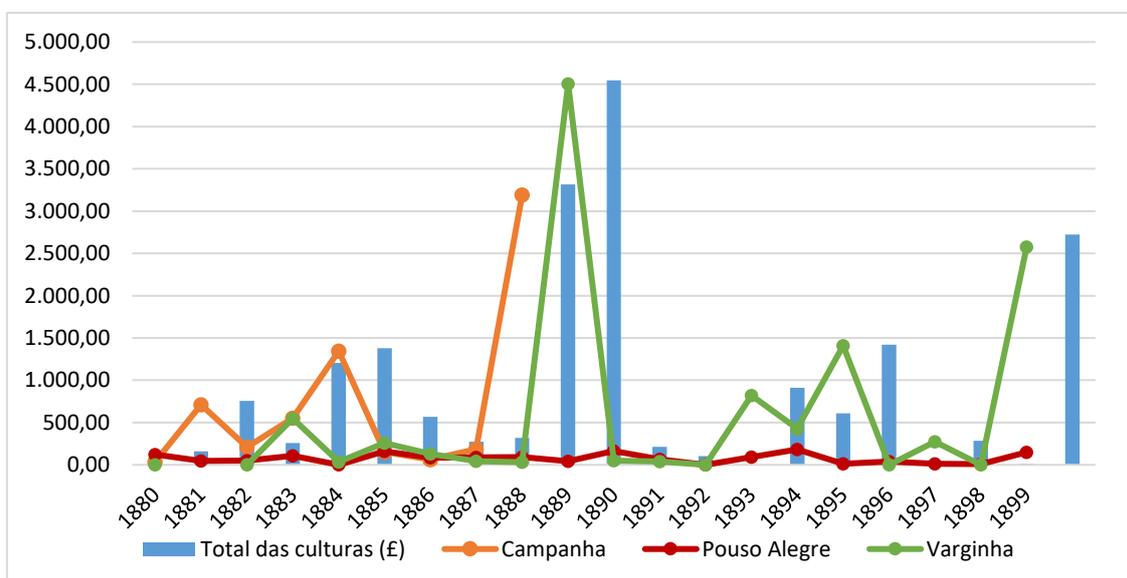
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 17 – Total das culturas (£)



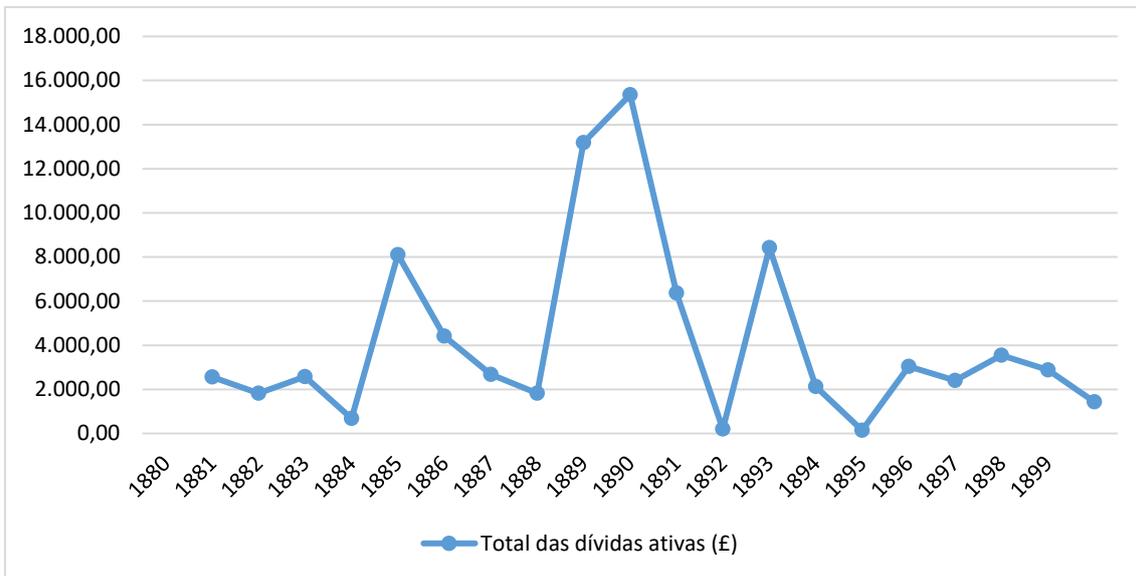
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 18 – Total das culturas (£)



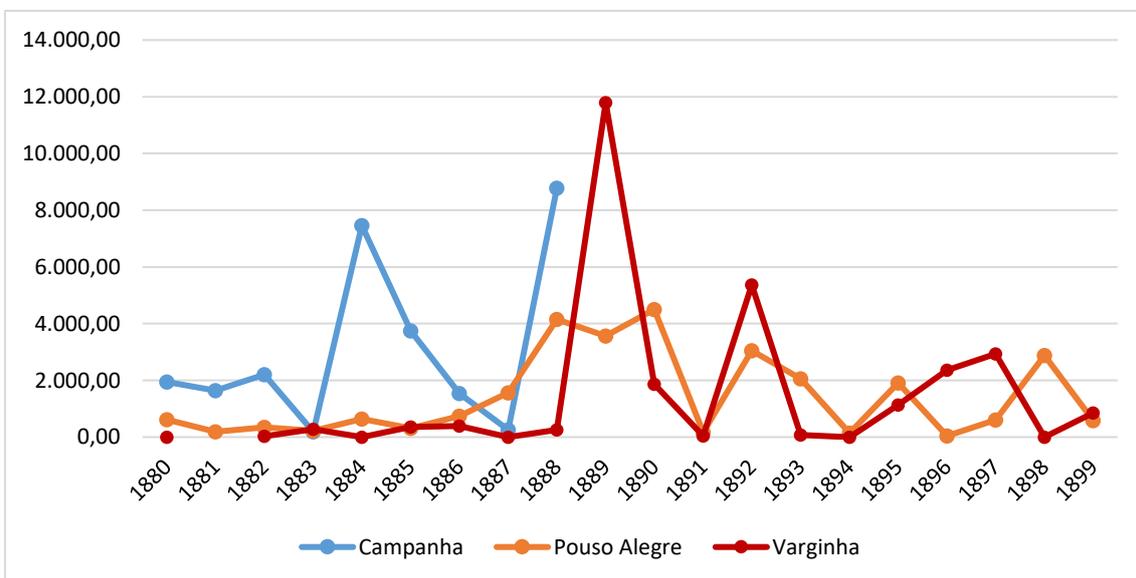
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 19 – Total das dívidas ativas (£)



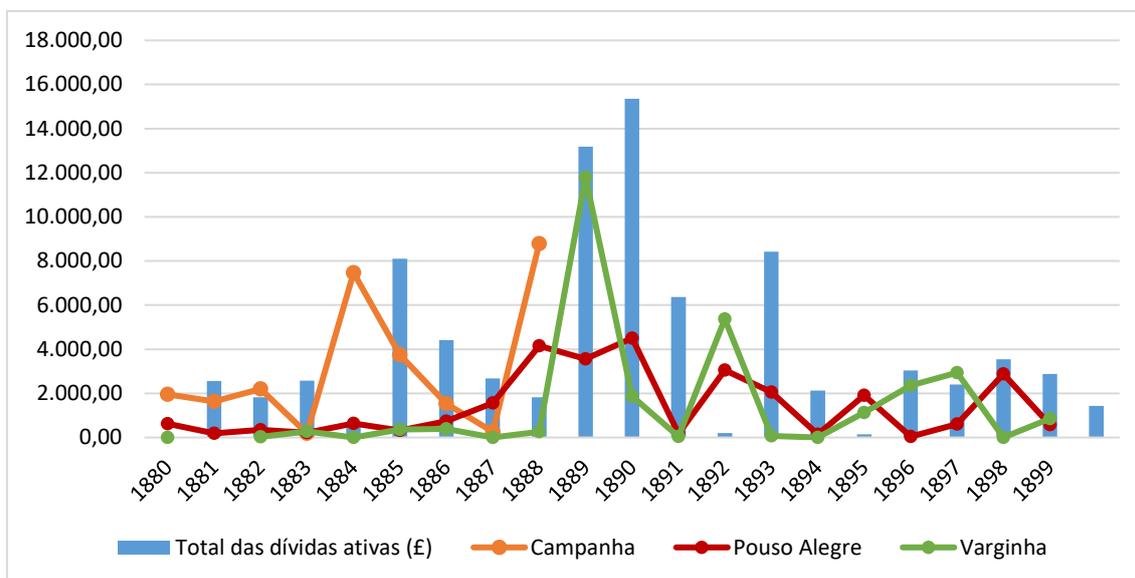
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 20 – Total das dívidas ativas (£)



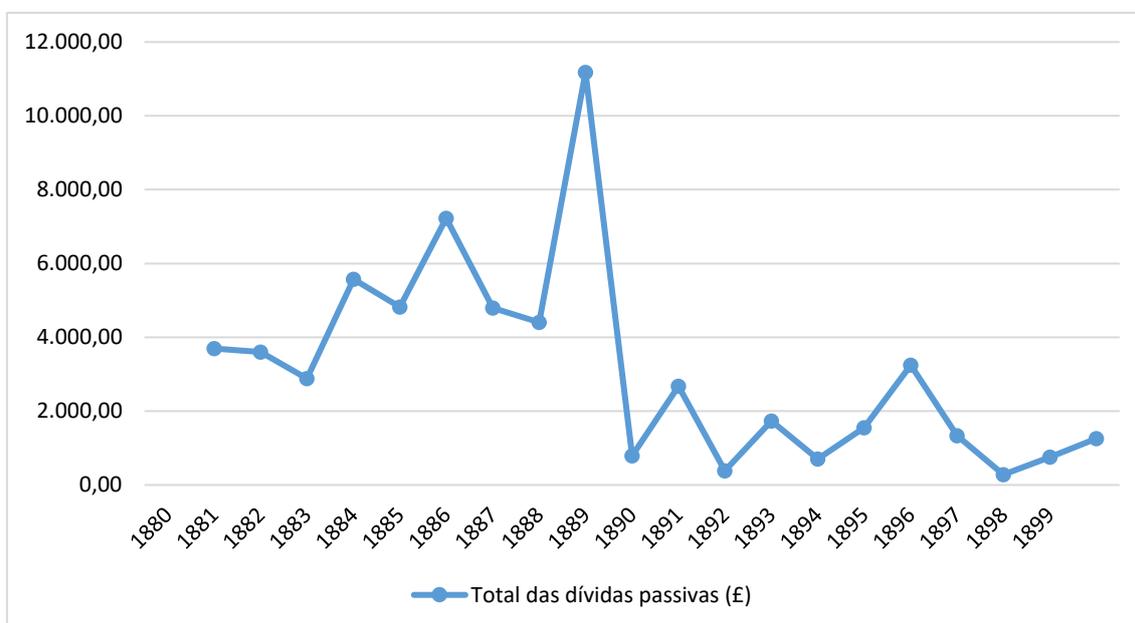
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 21 – Total das dívidas ativas (£)



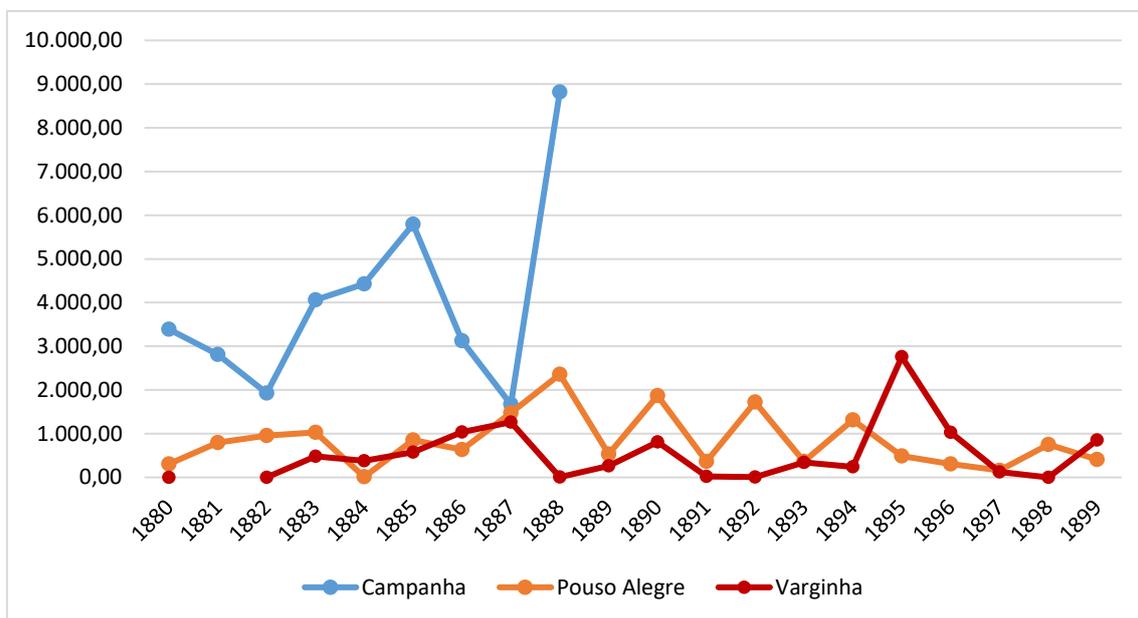
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 22 – Total das dívidas passivas (£)



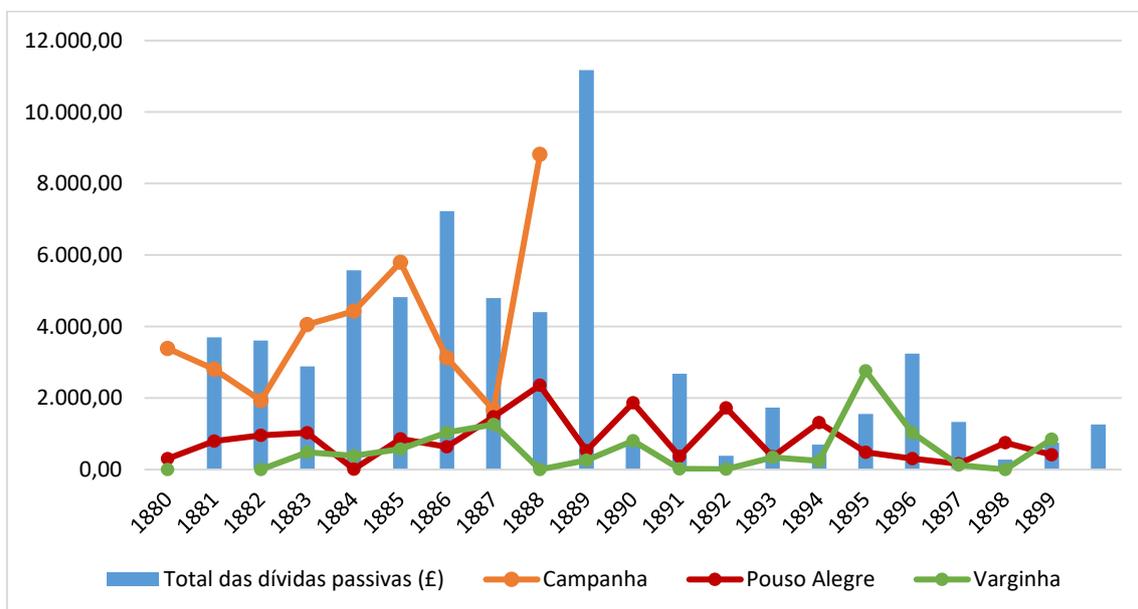
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 23 – Total das dívidas passivas (£)



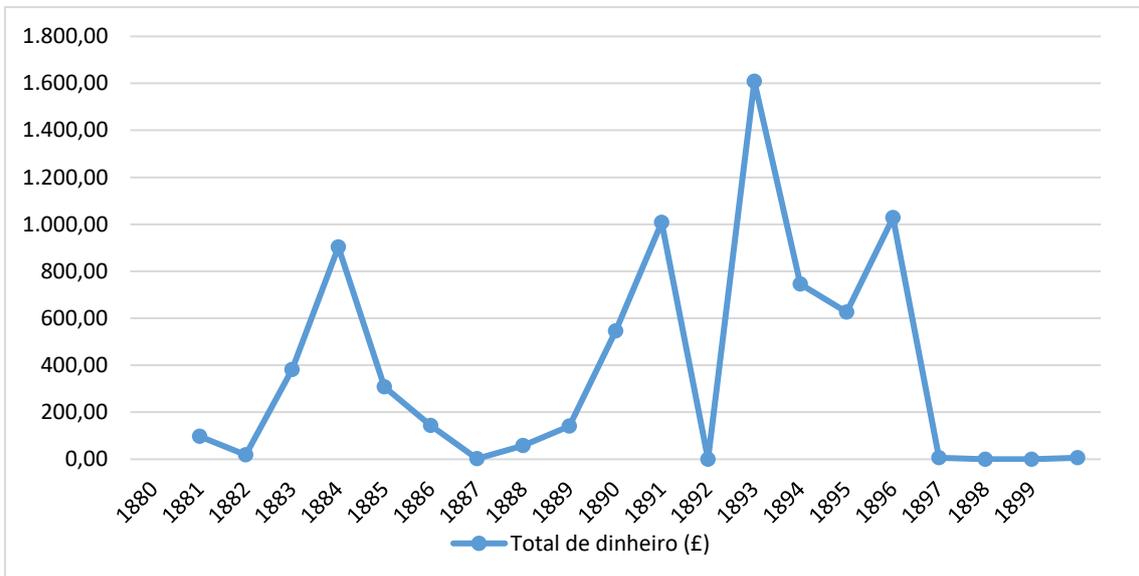
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 24 – Total das dívidas passivas (£)



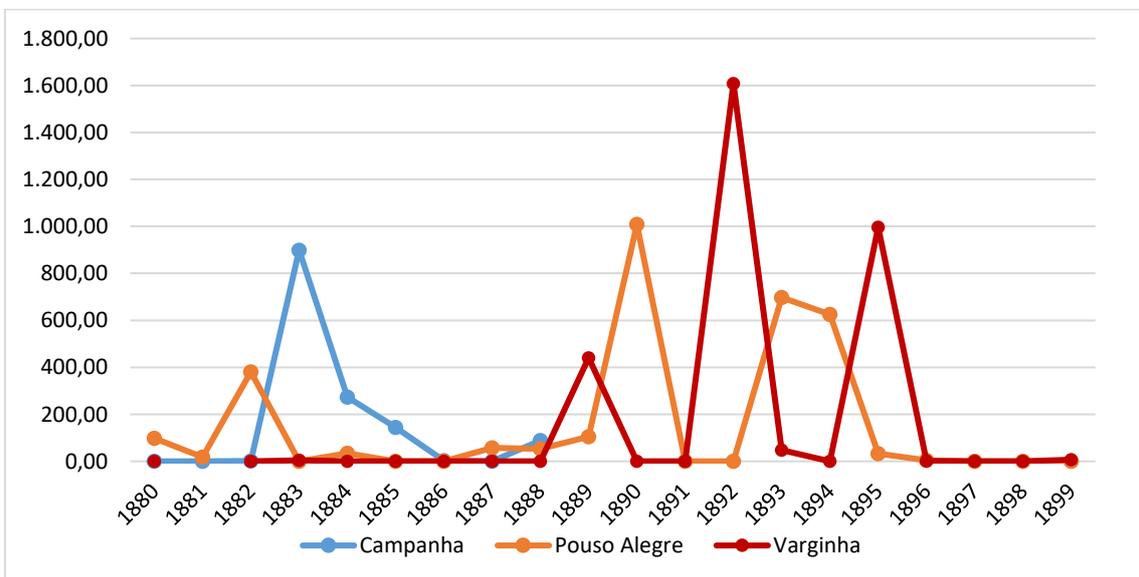
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 25 – Total de dinheiro (£)



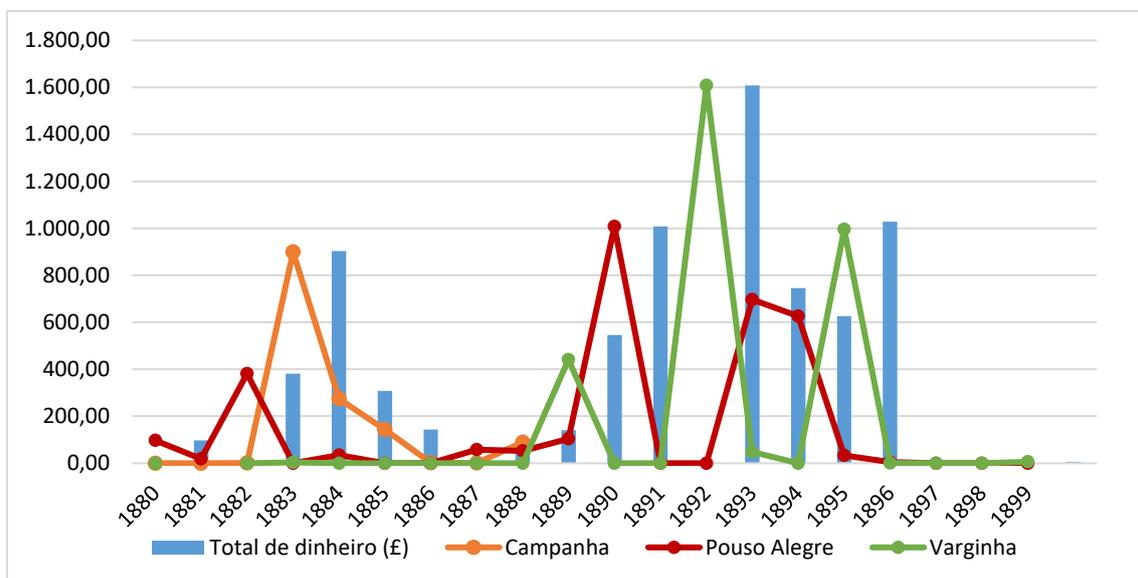
Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 25 – Total de dinheiro (£)



Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.

Gráfico 25 – Total de dinheiro (£)



Fonte: CEMEC, MHMTT, AFMV.